

ATLAS ELEITORAL DO PARANÁ
Eleições Para Governador 1945-1982
Edição comemorativa do
Jubileu de Safira -1955-2020 (65 anos)

Organizadores:
Daniel Galuch Junior (TRE/PR)
Marcia da Silva (UNICENTRO-PR)



ISSN 1414-7866 (versão impressa)
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

tre-pr nusp/ufpr ninc/ufpr gepes/unicentro-pr

v. 9 n. 4 2020

Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política.

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Escola Judiciária Eleitoral. Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira; Núcleo de Investigações Constitucionais – UFPR – v.6 n.2. (2017) -. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2017

Quadrimestral

ISSN 1414-7866 (VERSÃO IMPRESSA)
ISSN 2448-3605 (VERSÃO ON-LINE)

Título anterior: Paraná Eleitoral N.1 (1986) N.74 (2010)

1. Direito Eleitoral 2. Ciência Política

I. Paraná. Tribunal Regional Eleitoral do. II. Escola Judiciária Eleitoral do Paraná III. Programa de Pós-Graduação em Geografia - UNICENTRO

CDD 342.2805

Bibliotecária: Carlos Alberto Barbosa Ferian - CRB 1.953/O

Paraná Eleitoral
revista brasileira de direito
eleitoral e ciência política

ATLAS ELEITORAL DO PARANÁ
Eleições Para Governador 1945-1982
Edição comemorativa do
Jubileu de Safira -1955-2020 (65 anos)

Organizadores:
Daniel Galuch Junior (TRE/PR)
Marcia da Silva (UNICENTRO-PR)

ISSN 1414-7866 (versão impressa)
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

Paraná Eleitoral Curitiba v. 9 n. 4 dezembro p. 465-688 2020

Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política

ISSN 1414-7866 (versão impressa)

ISSN 2448-3605 (versão on-line)

Publicação quadrimestral (abril; agosto; dezembro)

A missão do periódico é estabelecer um contato efetivo entre a área de Ciência Política e de Direito Eleitoral, publicando a contribuição de cientistas políticos e juristas no campo eleitoral. Reformas institucionais e constitucionais, teoria e organização dos partidos políticos, demografia eleitoral, campanhas políticas, sistemas de votação, discussões jurídicas referentes à legislação eleitoral, direito político comparado, eleições legislativas e sociografia de elites políticas são alguns dos temas que Paraná Eleitoral trata, além de outros assuntos afins vinculados à temática e próprios tanto do direito eleitoral como da ciência política.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ –

Escola Judiciária Eleitoral do Paraná

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO)

Departamento de Geografia – UNICENTRO – Guarapuava

Departamento de Geografia – UNICENTRO – Iriti

Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNICENTRO - Guarapuava

Presidente e Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná

Desembargador Tito Campos de Paula

Vice-Presidente e Corregedor:

Desembargador Vitor Roberto Silva

Dirutor Executivo da EJE/PR:

Juiz Carlos Alberto Costa Ritzmann

Coordenadora Executiva da EJE/PR:

Juliana Paula Zigoriski

Dirção Geral:

Valcir Mombach

Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Prof. Dr. Fábio Hernandes

Vice-Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Prof. Dr. Ademir Juracy Fanfa Ribas

Programa de Pós-Graduação em Geografia – Guarapuava

Coordenador: Professor Edivaldo Lopes Thomaz

Vice-coordenador: Professor Pierre Alves Costa

Departamento de Geografia – Guarapuava

Chefe: Professor Glauco Nonose Negrão

Vice-chefe: Professor Clayton Luiz da Silva

Departamento de Geografia – Iriti

Chefe: Professor Daniel Luiz Stefenon

Vice-chefe: Professor Marcelo Barreto

Editores :

Editor chefe: Rogério Carlos Born – Direito e Ciência Política (EJE/PR, UNIDOMBOSCO, UNINTER e UNIPÚBLICA)

Editor honorário: Fernando José dos Santos – Direito (TRE/PR)

Editor associado: Adriano Codato – Ciência Política (UFPR)

Editores executivos:

Direito Eleitoral

Frederico Rafael Martins Almeida (TRE-PR, UNIOPET)

Luiz Gustavo de Andrade (UNICURITIBA)

Roosevelt Arraes (UNICURITIBA)

Ciência Política

Doacir Gonçalves de Quadros (UNINTER)

Jefferson Carlos Carús Guedes (UNICEUB)

Tiago Alexandre Leme Barbosa (UFRGS)

Bibliotecário

Carlos Alberto Barbosa Ferian - CRB 1.953/O

Capa: Pamela Silva a partir de imagem de Rubem Ludolf coleção particular.

Projeto gráfico: Adriano Codato

Diagramação: Pamela Silva | Tikinet

Revisão: Lucas Giron | Tikinet

Tiragem desta edição: 300 exemplares

Os conceitos, informações e interpretações contidos nos trabalhos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Os artigos submetidos à Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política serão recebidos a título gratuito.

As contribuições devem ser inéditas.

Consulte nossas normas para publicação no fim do volume.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO)

Alameda Elíio Antonio Dalla Vecchia, 838, Vila Carli, Telefone: (42) 3629-8100, CEP 85040-167, Guarapuava - PR
degeunicntro@yahoo.com.br

Rua Professora Maria Roza Zanon de Almeida, Engenheiro Gutierrez, Telefone: (42) 3421-3000, CEP 84505-677, Iriti - PR

PARANÁ ELEITORAL: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política

Escola Judiciária Eleitoral do Paraná - Assistência de Publicações e Projetos de Aperfeiçoamento

www.tre-pr.jus.br/o-tre/revista-parana-eleitoral/revistas-1/

Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Telefone: (41) 3330-8540, CEP 80220-902, Curitiba – Paraná

paranaeleitoral@tre-pr.jus.br

Geografia Política

Marcia da Silva (UNICENTRO)

Daniel Galuch Junior (UEM-UFPF-TRE/PR)

Conselho Editorial:

Ciência Política

Adriano Codato (UFPR)

Andréa Benetti Carvalho de Oliveira (Uninter)

André Borges (UnB)

André Marenco (UFRGS)

Denise Paiva (UFG)

Emerson Urizzi Cervi (UFPR)

Fabiano Santos (IESP)

Fernanda Cristina Covolan (UNASD)

Fernando Bizarro Neto (UNICAMP)

Karolina Mattos Roeder (UFPR)

Luciana Veiga (UNIRIO)

Lúcio Rennó (UnB)

Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)

Oswaldo Amaral (Unicamp)

Paolo Ricci (USP)

Paulo Peres (UFRGS)

Rachel Meneguello (Unicamp)

Rodrigo Bordignon (UFSC)

Sérgio Braga (UFPR)

Zaqueu Luiz Bobato (UNICENTRO)

Direito Eleitoral

Alejandro Pérez Hualde (Universidad Nacional de Cuyo)

Augusto Hernández Becerra (Universidad de Externado)

Clémerson Merlin Cléve (UFPR)

Denian Couto Coelho (UNIOPET)

Encida Desire Salgado (UFPR)

Filomeno Moraes (UNIFOR)

Ivo Dantas (UFPE)

Jorge Fernández Ruiz (Universidad Nacional Autónoma de México)

Luis Antonio Corona Nakamura (Universidad de Guadalajara)

Miguel Percez-Monco (Universitat de Barcelona)

Orides Mezzaroba (UFSC)

Rafael Oyarte Martínez (Pontificia Universidad Católica de Ecuador)

Rodolfo Viana Pereira (UFMG)

Vânia Siciliano Aicta (UERJ)

Yuri Barbosa Soares da Silva

Sumário

As eleições para governador do Paraná em 1947: uma análise do contexto e resultados	501-515	<i>Gean de Sales Ferreira, Vitor Gustavo Cristofolini e Alides Baptista Chimin Junior</i>
Eleições para governador do Paraná em 1950	517-533	<i>Washington Ramos dos Santos Junior, Márcia da Silva e Daniel Galuch Junior</i>
Eleição para governador do Paraná em 1955: contextos, resultados e apontamentos	535-547	<i>Cleiton Costa Denez, Francisco Lima Mota e Larissa Aparecida Dionizio</i>
As eleições para governador do Paraná em 1960: resultados, contextos e apontamentos	549-567	<i>Márcia da Silva, Washington Ramos dos Santos Junior, Tatiellen Cristina Prudentes e Gabriel Plaviak da Silva</i>
Eleições para governador no estado do Paraná – 1965: a força de um discurso	569-582	<i>Karla Rosário Brumes, Idair Augusto Zinke e Mateus dos Santos Moura</i>
As eleições para governador no Paraná em 1982: resultados, contextos e apontamentos	583-603	<i>Roberto Mauro da Silva Fernandes, Rafael Freire de Paula, Matheus Mazurechen Barros e Bruno Henrique Costa Toledo</i>
Análise comparativa da filiação partidária nos municípios do estado do Paraná nos períodos entre 1947-1963 e 1996-2016	605-679	<i>Sérgio Luis Versolato de Abreu</i>

Considerações finais (1945-1982)... considerações iniciais (1988...)	681-684	<i>Daniel Galuch Junior e Márcia da Silva</i>
Normas Editoriais	685-688	

Prefácio

Foi com muito gosto que recebi e aceitei, de pronto, o convite para prefaciar a obra “Atlas Eleitoral do Paraná”, um conjunto de artigos escrito por vários autores sobre as eleições para governador do Paraná nos anos 1947, 1950, 1955, 1960, 1965 e 1982. É uma obra que procura analisar contexto, resultados e apontamentos dessas épocas. Os artigos empreendem uma análise comparativa da filiação partidária nos municípios paranaenses nos períodos 1947-1963 e 1996-2016 e, por fim, no artigo “considerações finais (1945-1982)... considerações iniciais (1988...)” é apresentado o enlaçamento dos textos.

Confesso que, ao iniciar a leitura do material, fiquei em dúvida se conseguiria dar conta do recado de realizar o prefácio, tarefa que não é tão simples como possa alguém, desavisadamente, pensar.

Ocorre que, logo ao ler o primeiro artigo, verifiquei a existência de uma nota de rodapé sobre os autores e, ao longo da leitura, pude constatar que dentre os 19 autores, 18 possuem ligação com o Curso de Geografia. Apenas um atua exclusivamente na área do direito e um outro tem formação em geografia e em direito.

Esse é um detalhe que, para mim, particularmente, é de grande relevância e contribuiu para a compreensão do tema, pois, no início dos anos 2000, minha esposa cursou a Faculdade de Geografia na Universidade Federal do Paraná. Como neste período ela estava grávida de nosso segundo filho, acabei por ajudá-la na revisão de muitos de seus trabalhos e, para facilitar a compreensão, li várias obras de geografia, o que me transformou em um admirador do trabalho daqueles que atuam no mundo dessa ciência.

Dessa forma, ao longo da leitura, fui realizando anotações e, para minha grata satisfação, ao analisar o artigo denominado “*Considerações finais (1945- 1982)... considerações iniciais (1988...)*” pude constatar que ele retrata exatamente o resumo de meu pensamento sobre os demais artigos, podendo ser destacado o seguinte parágrafo:

Para além da leitura dos resultados eleitorais do voto, a análise territorial dos resultados das eleições, sob qualquer variável, é essencial para identificarmos de que forma os diferentes territórios se expressam através do voto e, dessa forma, compõem a perspectiva de uma geografia do voto.

Sem dúvida alguma, a obra é de suma importância para a compreensão da chamada “geografia do voto” que, conforme nos foi ensinado, é integrante da “Geografia Eleitoral”. Portanto, os operadores do direito, mormente aqueles que militam no mundo do direito eleitoral, os que trabalham na seara da geografia, os estudiosos e até mesmo os curiosos que gostam do mundo da política terão uma oportunidade rara de mergulhar um pouco mais na história e na “geografia eleitoral” das eleições para governadores do estado do Paraná nas décadas de 1940/1950/1960 e na eleição de 1982.

A leitura foi um belo passeio pela história e pela “geografia eleitoral” das referidas eleições, merecendo destaque em vários pontos. Vejamos alguns:

A Lei Agamenon Magalhães (Decreto-Lei 7.586/1945), que não exigia, como hoje, “tempo mínimo para ser candidato e domicílio eleitoral”.

A introdução, em 1945, do alistamento de eleitores *ex-officio*, a par do requerido. Monopólio dos partidos políticos na apresentação dos candidatos, com proibição de candidaturas avulsas. Competência da Justiça Eleitoral para a organização do processo eleitoral.

As eleições para governador do Paraná em 1947. Moisés Lupion versus Bento Munhoz da Rocha Netto. Força do interior do estado, dos pequenos agricultores, versus o chamado Paraná Tradicional (Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá). Inexpressividade do número de eleitores de Foz do Iguaçu, com apenas 1.084 eleitores. Vitória de Moisés Lupion.

A eleição de 1950 vencida por Bento Munhoz da Rocha Netto, com destaque para o fato de que em 1950 apenas 17,7% da população paranaense era eleitor, ou seja, de 2.106.425 habitantes, somente 274.474 eram eleitores. Nessa época, a eleição para governador era realizada em apenas um turno.

A eleição de 1955 é marcada pelo retorno de Moisés Lupion ao governo do Paraná. E na eleição de 1960, ganha força o movimento antilupionismo que, aliado ao apoio de Jânio Quadros, dá origem à liderança de Ney Braga, que se elege governador. Nesta época, o Paraná ainda tinha uma população predominantemente rural, fator que muito em breve começaria a mudar, e também tinha relevância as chamadas frentes pioneiras, responsáveis pelo processo de ocupação completa do território paranaense:

O Paraná Tradicional (Litoral, Curitiba e Campos Gerais), com povos oriundos das primeiras ocupações de São Paulo e Minas Gerais; a Ocupação Nortista, resultante das migrações do interior paulista e mineiro para o nordeste, o norte e o noroeste do estado e; as migrações gaúcha e catari-nense para o sudoeste e o oeste.

Abro um parêntesis para deixar o meu registro pessoal da importância e influência destas frentes não só no processo eleitoral, mas também nas diferentes culturas que elas representaram no passado e no presente na vida da população paranaense.

Eu, por exemplo, tenho a honra e o orgulho de ter nascido em 1964 no pequeno e glorioso município de Ribeirão do Pinhal, Norte Pioneiro do Paraná, lá tendo vivido até o início de 1981. Sem ter perdido meus vínculos com aquela terra e população até os dias de hoje, sou testemunha ocular da história e de toda essa influência na “Geografia Eleitoral” de nosso estado. Essa constatação se confirmou de maneira mais forte quando, entre 1981 e 1989, passei a viver em Curitiba, notando as diferenças do Paraná Tradicional e com o meu ingresso na carreira da magistratura, presidindo eleições em Medianeira (Oeste) e em Coronel Vivida (Sudoeste), consolidou-se minha compreensão sobre tal questão. Os fatores históricos listados abaixo são a prova de meu testemunho:

Até 1964 não havia no estado do Paraná o cargo de vice-governador. Na eleição de 1965 o vencedor Paulo Pimentel ascende com a promessa de modernização e industrialização do Paraná.

Depois do período de interrupção das eleições diretas para governador, tem a eleição de 1982, com a vitória de José Richa, pleito este que, diferentemente dos demais analisados na obra, foi marcado pela redemocratização. A conjuntura nacional decorrente do processo de reabertura política foi o fator preponderante para o resultado.

Em 1982 estava eu cursando o primeiro ano da Faculdade de Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR), portanto tenho vivo na memória os principais fatores que marcaram aquela eleição. A sede pela democracia era latente, o que comprova a análise feita no estudo, resultando, naquela eleição, em um alto índice de participação e em um baixo índice de votos brancos e nulos.

Por fim, na análise comparativa da filiação partidária de várias décadas nos municípios paranaenses, dentre vários aspectos, foi possível verificar o índice de retorno dos candidatos em outras eleições,

a permanência dos candidatos nos partidos e a maior ou menor importância das coligações nos comparativos realizados. Portanto, temas que continuam sendo atuais e relevantes no processo político eleitoral.

Fosse eu externar a minha completa vontade, continuaria a escrever inúmeras páginas sobre a importância da obra, principalmente para aqueles que são apaixonados pelo tema “eleições”. Porém a minha missão é apenas escrever um prefácio, motivo pelo qual encerro com os meus mais profundos e sinceros agradecimentos e respeito ao brilhante grupo de autores. Dois deles são servidores da Justiça Eleitoral do Paraná que, de forma criteriosa, se debruçaram sobre inúmeros dados, contextos, apontamentos e sobre aquilo que dificilmente uma pessoa isolada teria a audácia de concretizar, ou seja, deixaram, de forma compilada, o resumo dos principais acontecimentos das eleições para governador do Paraná em 1947, 1950, 1955, 1960, 1965 e 1982.

Sem nenhum exagero, é justo dizer que o Atlas Eleitoral do Paraná pode ser comparado a um dos principais instrumentos utilizados pelos geógrafos em seus trabalhos desde a antiguidade, como a rosa dos ventos, a bússola e, modernamente, o GPS. Pois, com o trabalho realizado, será deixado um legado escrito, apontando o caminho da “Geografia Eleitoral” nas eleições paranaenses para governador em quase meio século.

Parabéns, com louvor, aos autores e à todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se empenharam para que a obra se tornasse realidade.
Boa leitura.

Desembargador Tito Campos de Paula
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Prefácio

O *Atlas Eleitoral do Paraná* é fruto do primeiro convênio firmado entre o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) e a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Essa parceria teve como executor o Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES) da UNICENTRO, coordenado pelas professoras doutoras Márcia da Silva e Karla Rosário Brumes, docentes dos cursos de Geografia da UNICENTRO, localizados nas cidades de Guarapuava e Iratí, respectivamente. Pelo TRE-PR, o convênio contou com o servidor e pesquisador Daniel Galuch Junior.

Este *Atlas* teve como origem os dados disponibilizados pelo TRE-PR, os quais foram organizados, tratados e analisados pelos pesquisadores do GEPES.

O recorte analítico do estudo fundamentou-se nas eleições para governador do Estado do Paraná, no período de 1947 a 1982, com a apresentação de mapas e cartogramas, e a espacialização do voto no território paranaense. O *Atlas Eleitoral* é constituído por capítulos, sendo um para cada eleição, nos quais os pesquisadores discorrem sobre os dados e, como geógrafos que são, investigam sua espacialização no território.

A publicação deste material pela *Revista Paraná Eleitoral*, editada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, orgulha a toda a comunidade universitária da UNICENTRO, que aguarda ansiosa pelos resultados do novo convênio estabelecido para os anos de 2021 a 2023.

Na condição de reitor da UNICENTRO, manifesto o entusiasmo e a satisfação da Universidade em fazer parte desta união com o TRE-PR, pois este estudo reforça a importância da pesquisa acadêmica como transferência de conhecimento.

Ao TRE-PR e ao nobre colega Desembargador Tito Campos de Paula fica a nossa gratidão pelas parcerias e pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido pela equipe do GEPES e pela UNICENTRO.

Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor - UNICENTRO

Editorial

A *Paraná Eleitoral*, revista brasileira de direito eleitoral e ciência política, tem a honra de apresentar esta edição comemorativa do Jubileu de Safira, presenteando os leitores com o Atlas Eleitoral do Paraná – eleições para governador entre 1945 e 1982, que terá continuidade nos anos de 2021 e 2022.

Este excelente trabalho que registra e resgata a história das eleições no Paraná somente foi possível com a união de esforços entre a Escola Judiciária Eleitoral do Paraná e o Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO).

Neste ponto, devemos render as nossas homenagens e agradecimentos aos pesquisadores, o servidor Daniel Galuch Junior, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, e a professora Marcia da Silva, da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná que, de corpo e alma, coordenaram e organizaram este projeto.

Agradecemos também o apoio do presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, desembargador Tito Campos de Paula; do reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, professor Fábio Hernandes; do diretor-executivo da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná, juiz Carlos Alberto Costa Ritzmann; e da coordenadora-executiva da Escola Judiciária Eleitoral, servidora Juliana Paula Zigovski.

História da revista

A *Paraná Eleitoral*, revista brasileira de direito eleitoral e ciência política, foi criada em agosto de 1955 e registrada em 1957 no Registro de Jornais e Revistas do Cartório de 1º Ofício de Registro e Documentos de Curitiba, com o objetivo de difundir e informar a comunidade jurídica eleitoral acerca da matéria.

É a segunda revista institucional mais antiga da Justiça Eleitoral, somente mais recente que a *Resenha Eleitoral*, de Santa Catarina, com 72 anos.

A revista passou por três gerações: sendo a primeira como informativo de atos e decisões oficiais (1955), a segunda como publicação científica de artigos de direito eleitoral e de jurisprudência (1986) e a atual conta com uma vocação exclusivamente acadêmica com artigos de direito eleitoral e ciência política (2012).

Na primeira edição, em 30 de agosto de 1955, foi publicado o primeiro artigo “A elegibilidade dos naturalizados”, de Otto Prazeres, transscrito do Jornal do Comércio. A terceira edição estampava na capa “Paraná Eleitoral declarado como Órgão Oficial do Egrégio Tribunal Regional do Estado”. A editora desta fase foi Zynir Lima Castilho.

As atividades editoriais foram suspensas durante parte dos governos militares, sendo reativadas pela Resolução 64, em 1983, e foram publicadas algumas edições esparsas a partir de julho de 1986, em formato de boletins e em jornal impresso.

A segunda geração assumiu o formato de revista e a regularidade das edições foi implementada em 1986. Os exemplares tinham, primeiramente, a dimensão de 30 cm x 21,5 cm e, a partir de 1994, as edições foram adequadas à padronização de 23 cm x 16 cm. Essa série foi encerrada com a edição de número 74, em dezembro de 2010. As edições, a partir de 1994, foram disponibilizadas eletronicamente no site www.paranaeleitoral.jus.br.

Os primeiros editores do periódico foram Jucimar Novochadlo, Mariana Pilastre de Goes e Maria Luíza Bernstorff Gualberto e o último foi Fernando José dos Santos.

Até então, o objetivo fundamental da revista era a divulgação da jurisprudência da Corte Eleitoral do Paraná, bem como a publicação de artigos das áreas de direito político, com foco em particular no direito eleitoral. A revista chegou a contar com uma edição integralmente em espanhol.

A terceira geração nasceu em abril de 2012 com um perfil acadêmico, um conselho editorial e uma parceria com a Universidade Federal do Paraná. O seu título também foi modificado e ajustado ao novo projeto: Paraná Eleitoral-revista brasileira de direito eleitoral e ciência política. A nova proposta do periódico foi estabelecer um contato efetivo entre as duas áreas, trazendo à luz a contribuição de cientistas políticos e juristas, a fim de enfrentar as questões da atualidade brasileira no campo eleitoral.

A Paraná Eleitoral é certificada com a Qualis B4 para Ciência Política e Interdisciplinar pela Capes-MEC.

A revista foi publicada até 2015 pela Seção de Jurisprudência, quando a sua redação foi transferida para a Escola Judiciária Eleitoral, momento em que, pela primeira vez, conquistou um espaço exclusivo para a redação no mezanino da Biblioteca.

O editor-chefe da revista, desde 2016, é o professor Rogério Carlos Born, sucedendo Fernando José dos Santos, que foi o editor que coordenou a maioria das edições nas duas gerações e idealizou inúmeras inovações, atuando por 22 anos à frente da revista. Também editaram a revista, Zynir Lima Castilho, por 19 anos; Mariana Pilastre de Goes, por 5 anos; Jucimar Novochadlo, por 3 anos; Daniela Borges de Carvalho, Deborah Joseane de Jesuz Oliveira e Noely Manfredini d'Almeida, por 2 anos e, por fim, Maria Luíza Bernstorff Gualberto e Maria Regina Caffaro Silva, por 1 ano.

Atlas eleitoral

A edição que comemora os 65 anos da revista mergulha num período anterior à concepção da revista, uma vez que conta a história e mapeia as eleições para governador desde 1945 até 1982.

Na introdução, Washington Ramos dos Santos Junior, Márcia da Silva e Daniel Galuch Junior traçam os caminhos que conduziram o processo democrático a partir do ano de 1945, que foi marcado pela redemocratização do Brasil a contragosto do presidente Getúlio Vargas, que teve que convocar eleições diretas para a Presidência da República e o Congresso Nacional até 1982, quando a eleição para governador voltou e o multipartidarismo ressurgiu.

No primeiro capítulo, Gean de Sales Ferreira, Vitor Gustavo Cristofolini e Alides Baptista Chimin Junior detalham as eleições de janeiro de 1947, em que o candidato pelo Partido Social Democrático, Moysés Wille Lupion de Tróia, disputou o cargo com o candidato pelo Partido Republicano, Bento Munhoz da Rocha Netto. Nesse pleito, a candidatura de Moysés Lupion estava marcada por elementos favoráveis pelo apoio dos três principais partidos, pelos recursos financeiros, pelo controle dos meios de comunicação e pela formação e conexão entre famílias de políticos tradicionais e de empresários.

No segundo capítulo, Washington Ramos dos Santos Junior, Márcia da Silva e Daniel Galuch Junior analisam as eleições de 1950, que foram as primeiras eleições sob influência da Guerra Fria e com modelos de desenvolvimento opostos no pleito nacional, com a tradicional oposição entre União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No Paraná, nesse pleio, houve três candidatos a governador: Carlos Amoreti Osório (Partido Socialista Brasileiro – PSB), Ângelo Ferrario Lopes

(Partido Social Democrático – PSD) e Bento Munhoz da Rocha Neto, pela coligação Frente Democrática (PL/PR/PST/PRP/UDN). De fato, essa eleição mostrou uma polarização entre os dois últimos candidatos, sendo Bento Munhoz o vencedor em uma conjuntura singular – a UDN aliou-se informalmente ao PTB para elegê-lo.

No terceiro capítulo, Cleiton Costa Denez, Francisco Lima Mota e Larissa Aparecida Dionizio estudaram a eleição para governador do Paraná em 1955, que consagrou a vitória de Moysés Wille Lupion de Tróia para um segundo mandato como governador do estado do Paraná, após o mandato de Bento Munhoz da Rocha Neto.

No quarto capítulo, Márcia da Silva, Washington Ramos dos Santos Junior, Tatiellen Cristina Prudentes e Gabriel Plaviak da Silva, abordam os aspectos histórico-geográficos das eleições para governador em 1960, no Paraná. Destacam que, “na escala nacional o pleito teve como vencedor Jânio Quadros, pela coligação PTN/UDN/PR/PL/PDC, cuja candidatura teve forte influência na política paranaense. Nesse estado, então, a disputa se deu a partir de três candidatos: Ney Aminthas de Barros Braga (PDC), Nélson Maculan (PTB) e Plínio Franco Ferreira da Costa (PSD). Ney Braga foi o vencedor, numa eleição marcada por dois fatores principais: o antilupionismo e o papel de Jânio Quadros que, mesmo sem apoio oficial, foi tomado como aliado na campanha de Ney Braga”.

No quinto capítulo, Karla Rosário Brumes, Idair Augusto Zinke e Mateus dos Santos Moura vislumbram as eleições estaduais de 1965 no estado do Paraná em que Bento Munhoz da Rocha Neto (PR/PST/PTB/PRP/PSP) tinha o discurso de “povoar” o território paranaense por meio de um conjunto de práticas voltadas à disciplinarização e higienização de uma nova população, perdendo as eleições com 45,1% dos votos; e Paulo Cruz Pimentel (PTN/PDC/PL) com o discurso de “industrializar” o território paranaense visando impulsionar o desenvolvimento por meio da execução de obras básicas, vencendo as eleições com 51,1% dos votos.

No sexto capítulo, Roberto Mauro da Silva Fernandes, Rafael Freire de Paula, Matheus Mazurechen Barros e Bruno Henrique Costa Toledo analisam as eleições de 1982 para governador no Brasil, as primeira que foram disputadas por mais de dois partidos políticos desde a outorga do Ato Institucional 2, em 1966, que organizou as disputas eleitorais no país em um modelo bipartidário. Dos cinco candidatos, de legendas distintas, o vencedor foi José Richa

(Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) com 53,5% dos votos no estado do Paraná.

Por fim, Sérgio Luis Versolato de Abreu traz como bônus uma análise comparativa da filiação partidária nos municípios Paraná, nos períodos entre 1947-1963 e 1996-2016. Nas palavras de Abreu, “o artigo condensa uma dissertação de Mestrado que traz um dos estudos mais completos sobre as eleições municipais do Estado do Paraná, abrangendo o estudo de 11 eleições em 80 municípios dividido em dois períodos históricos, de 1947-1963 e 1996-2016, analisando separadamente os dois períodos históricos e comparando ao final o índice de retorno e permanência, assim como o comportamento dos Partidos e o reflexo do momento da modernidade, comparando os índices dos dois períodos eleitorais”.

Assim, a edição especial de aniversário da Paraná Eleitoral com o Atlas Eleitoral do Paraná – eleições para governador entre 1945 e 1982, vem com maestria valorizar tanto a história política do Paraná quanto a atuação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná neste período.

Curitiba, setembro de 2020.

Professor mestre Rogério Carlos Born

Cientista político e bacharel em Direito e
Relações Internacionais.
Editor-chefe da Paraná Eleitoral-revista brasileira
de direito eleitoral e ciência política.

Introdução

Washington Ramos dos Santos Junior, Márcia da Silva e Daniel Galuch Junior

A Geografia do voto para governador no Paraná (1947-1982)

O ano de 1945 foi marcado por uma série de medidas para a redemocratização do Brasil. A contragosto, temendo sua deposição pelas Forças Armadas, o presidente Getúlio Vargas decretou a Lei Constitucional 9/1945, convocando eleições diretas para a Presidência da República e Congresso Nacional. Neste cenário, a Justiça Eleitoral foi recriada, com a instalação efetiva do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais nos estados. Num cenário conturbado, de incertezas, Getúlio Vargas foi finalmente deposto em 29/10/1945. A partir da primeira eleição presidencial de dezembro de 1945, o Brasil instituiu um calendário frequente de eleições até a ruptura institucional de 1964.

Entre 1945 a 1964 tivemos partidos de abrangência nacional disputando cargos dos poderes federais, estaduais e municipais em eleições periódicas e regulares, com sufrágio universal, voto direto e obrigatório. Brasileiros e brasileiras votaram para presidente da República, vice-presidente da República, governadores, vice-governadores em alguns estados, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, prefeitos e

Sobre os autores

Washington Ramos dos Santos Junior é professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: washingtonramos.geopsique@gmail.com

Márcia da Silva é professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É graduada e pós-graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e pós-doutora em Geografia pela Universidade de Lisboa. E-mail: marcia.silvams@gmail.com

Daniel Galuch Junior é analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. É graduado em Direito e Geografia, ambas pela universidade Estadual de Maringá (UEM). Possui pós-graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: degejota@gmail.com

vereadores. Nunca é demais lembrar que as eleições são peças fundamentais na organização política da humanidade. Entre as várias facetas do voto, há enorme carga de geografia – votar produz o espaço geográfico.

Na bibliografia de várias ciências correlatas à Geografia, como a História, a Ciência Política, o Direito e a Sociologia, as eleições vencidas por Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros foram e são demasiadamente analisadas (Braga, 1990; Carvalho, 2001; Porto 2002; Lima, 2004; Nicolau, 2012). Contudo, para o cargo de governador, os estudos se tornam mais escassos, inclusive no Paraná. Embora haja estudos de grandeza (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 1987, 1989; Faria e Sebastiani, 1997; Cordeiro, 2005; Batistella, 2015, 2016), verificamos a existência de lacunas, especialmente em relação à geografia do voto, o que torna o *Atlas Eleitoral do Paraná* uma oportunidade ímpar de mapeamento e leitura de dados eleitorais fartos e robustos que a Geografia deve codificar, tratar e analisar.

Outro desafio ao trabalharmos com eleições que remontam a 70 anos atrás é o de produzir memória, uma vez que a política e as eleições desta época assentaram, pavimentaram, o Paraná de hoje. Assim, ao escolhermos a figura do cargo de governador e mergulharmos nas disputas eleitorais de Moysés Lupion (duas vezes eleito), Bento Munhoz da Rocha Neto, Ney Braga, Paulo Pimentel e José Richa, podemos compreender os processos eleitorais ocorridos no século XX no Paraná, fornecer subsídios para identificar o comportamento eleitoral, preservar a memória e a história política estaduais, instigar a leitura visual e temática de mapas, e, sobretudo, fortalecer a democracia no país através da participação cidadã e política.

Nosso recorte temporal é delimitado por dois processos de redemocratização, ocorridos em 1947, após o Estado Novo, e 1982, ainda sob o regime militar, mas de “abertura lenta, gradual e segura” (Ernesto..., 2009). Ademais, damos continuidade ao *Projeto História Política do Paraná* (Projeto..., 1987), cujo segundo documento, *Resultados Eleitorais no Paraná 1945-82*, coordenado pelos historiadores Marionilde Dias Brepohl de Magalhães

e Francisco Moraes Paz, utilizou-se de dados da Justiça Eleitoral, produzindo quadros e tabelas eleitorais, com resultados gerais e municipais, para cargos dos poderes executivos e legislativos, em nível federal e estadual.

Essa pesquisa serviu de parâmetro para as informações da estatística eleitoral e como suporte para o desenvolvimento de um sistema informacional de caráter político-eleitoral construído sobre a base de dados dos repositórios do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR). Através dos dados eleitorais fornecidos por esse Tribunal e daqueles armazenados no Arquivo Público do Paraná, em Curitiba, pudemos realizar o Atlas Eleitoral do estado. Tivemos a honra de manusear os mesmos mapas de apuração, as atas totalizadoras e os resultados de eleições apresentados neste trabalho.

As transformações ocorridas entre 1947 e 1982 na sociedade brasileira foram diversas. Economicamente, tornamo-nos um país relativamente industrializado, com a conformação da hegemonia paulista(na) sobre todo o território nacional e a abertura de frontes de expansão para o Cerrado e para a Amazônia. Politicamente, esse processo foi marcado pela mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília e uma série de crises institucionais, com forte influência geopolítica da Guerra Fria sobre os movimentos políticos brasileiros. Socialmente, tornamo-nos um país urbano e aprofundamos a desigualdade social a níveis abissais, com todas as mazelas televisionadas cotidianamente. Culturalmente, houve um turbilhão de movimentos estéticos típicos de um país que se descobria – Tropicalismo, Cinema Novo, Bossa Nova, Modernismo brasiliense –, se fechava – *Brasil, ame-o ou deixe-o*, pornochanchada, telenovela –, e se abria lenta e gradualmente para o mundo de novo – Anistia, Rock Brasil.

No Paraná, processos semelhantes ocorreram: esse período é o de ocupação do norte e do oeste do estado. Grandes áreas foram integradas à atividade econômica nacional, servindo à divisão territorial do trabalho centrada no processo brasileiro de industrialização. Isso culminou com a vinculação direta de boa parte da economia paranaense à rede urbana de São Paulo, isso ao norte e ao nordeste do estado. Politicamente, houve um

aumento considerável no número de municípios e uma tendência à aproximação ou à rejeição à influência¹ de Getúlio Vargas até a ruptura provocada pelo regime militar, quando houve apenas uma eleição para governador. Socialmente, é apenas no censo demográfico de 1980 que o Paraná passa a ter população predominantemente urbana. Culturalmente, isso se reflete na manutenção de um *genre de vie* vinculado ao campo, originado tanto de imigrantes europeus quanto de gaúchos e de outras áreas do país. Em contraponto, Curitiba firmou-se como polo de cultura urbana nesse período.

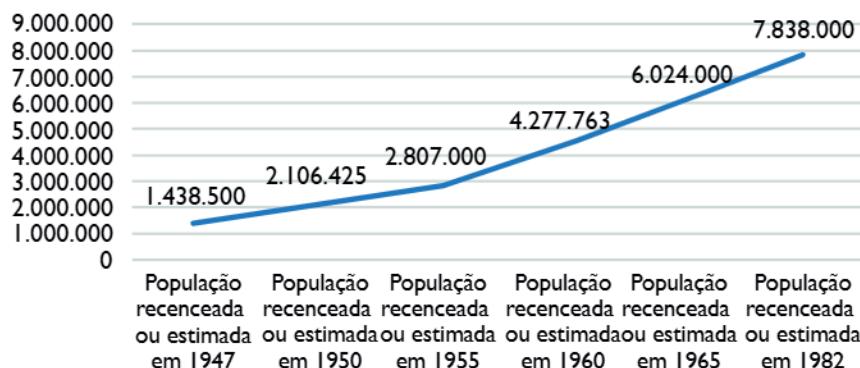
Entre 1947 e 1982, ainda, a população recenseada ou estimada do Paraná saltou de 1.438.500 pessoas para 7.838.000 pessoas, um aumento de 444,87%. O aumento do eleitorado foi ainda mais considerável: de 286.634 votantes para 4.144.708 votantes, ou 1.346% nesse período. Os gráficos 1 e 2 trazem a evolução do quantitativo de habitantes e de eleitores nesse período. Esses números precisam ser compreendidos à luz da evolução institucional brasileira havida entre os dois momentos de redemocratização presentes em nosso marco temporal – em 1947, o Brasil ainda sentia os efeitos do fim do Estado Novo; e, em 1982, o Brasil caminhava para o fim do regime militar iniciado em 1964 e mais longevo que a ditadura varguista (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948, 1955, 1966, 1982, 1993; Tribunal Superior Eleitoral, 2019).

Um fenômeno geográfico relevante nesse período é a emancipação de municípios, cuja autonomia está presente nas constituições desse período, as de 1946 e de 1967 (Brasil, 1946, 1967). Na Constituição de 1946, a repartição de tributos, segundo Mello (1971, 29), favorecia a criação de municípios, uma vez que “as cotas eram iguais para todos”, pelo menos metade do valor recebido oriundo do imposto de renda deveria ser aplicado “em benefícios de ordem rural” (Brasil, 1946), a fim de atender as

1. Em consulta ao professor Jairo Nicolau, este afirmou não haver comprovação de que a memória póstuma de Getúlio influenciou no voto da eleição de 1960 no estado. Apesar disso, ainda segundo o pesquisador, a política de inspiração varguista, centrada nos partidos políticos que ele criou, sim. Carvalho, por sua vez, na obra *Cidadania: o longo caminho*, aponta que Getúlio Vargas influenciou todo o período de 1945 a 1964 (2001, 137).

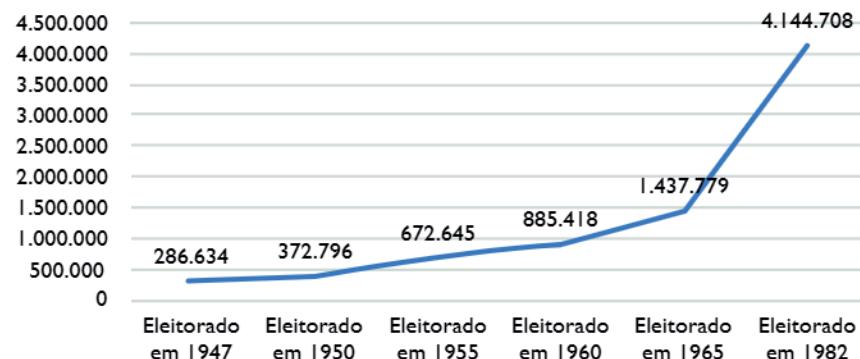
“pequenas municipalidades do interior [...], as mais necessitadas” (Leal, 2012, 88-9). Com a Constituição de 1946, a criação dos municípios passou a depender de lei estadual, já que, apesar de possuírem constitucionalmente autonomia, não eram parte integrante da federação.

Gráfico 1 – População recenseada ou estimada do Paraná, 1947-1982



Fonte: IBGE (1948; 1955; 1966; 1982 e 1993).

Gráfico 2 – Eleitorado paranaense, 1947-1982



Fonte: TRE-PR (material de apoio cedido pelo Processo Administrativo Digital 12.844/2018).

Os mecanismos legais favoreceram as emancipações, especialmente nas áreas de expansão agrícola. Entre 1940 e 1950, ocorreram 31 emancipações, sendo que, destas, em 22 municípios ocorreu a

eleição para governador em 1947². É importante ressaltar, outrossim, que houve realização de eleições em 11 distritos, cuja data de emancipação é posterior ao pleito: Almirante Tamandaré, Bela Vista do Paraíso, Guaraqueçaba, Guaratuba, Ibirapuã, Jaguapitã, Mandaguari, Porecatu, Porto Amazonas e Santa Mariana. São Jerônimo da Serra é um caso específico, por ter sido extinto e recriado e participar das eleições de 1950, mas não da anterior³.

Os 58 municípios, em 1947, tornaram-se 81 em 1950, de acordo com o Ipardes (1987); esse número aumentou para 154 municípios em 1955; foram 162, em 1960; em 1965, já sob o regime militar, foram 275; por fim, em 1982, havia 310 municípios participando das eleições para o governo do estado. No período estudado, o aumento no número de municípios foi de 443,86%, com o pico verificado entre as eleições de 1950 e 1955, quando o número de municípios quase dobrou (aumento de 92,5%). Em contraponto, o menor aumento ocorreu entre 1955 e 1960, de apenas 5,19%, sendo mais baixo que aquele verificado durante o regime militar, quando houve um crescimento do número de municípios no Paraná de 12,73%.

Camargo (2008, 37) afirma que, na Era Vargas, “[...] o IBGE desempenhou relevante papel na construção do Estado, [...] ao fazer do município peça-chave da propaganda oficial e dos acordos políticos entre o governo central e as oligarquias regionais”. Nesse sentido, a elite burocrática do país formulou “o municipalismo pragmático da década de 1940” (Camargo, 2008, 39) que, por sua vez, culminou com a criação da Associação Brasileira de Municípios (ABM) e do Instituto Brasileiro de Administração

2. Nos relatórios eleitorais cedidos pelo TRE/PR para esta pesquisa, a grata e inédita informação foi a disponibilização dos resultados da eleição de 19/01/1947 para os municípios de Almirante Tamandaré, Bela Vista do Paraíso, Guaraqueçaba, Guaratuba, Ibirapuã, Jaguapitã, Mandaguari, Porecatu, Porto Amazonas, Santa Mariana e São Jerônimo da Serra como se fossem municípios. Informamos que apenas consulta direta nos mapas de apuração guardados pelo Arquivo Público do Paraná teremos conhecimento e dimensão sobre o status destes distritos administrativos e se tivemos seções eleitorais em Abatiá, Arapongas, Cambé, Cinzas (atual Jundiaí do Sul), Campo Mourão, Curiúva, Ibaiti, Ribeirão do Pinhal, Quatiguá, Uraí e Rio Branco do Sul.
3. Além deste município, há outros casos excepcionais em relação aos desmembramentos, fusões e extinções de municípios, a exemplo de Almirante Tamandaré, Guaratuba e Guaraqueçaba, que eram municípios até 1938, foram extintos e se emanciparam novamente em 1947.

Municipal (IBAM) e com a realização dos Congressos Brasileiros de Municípios. O IBAM orbitará em torno de municípios urbanos, enquanto a ABM se assentará no vínculo às áreas rurais.

Melo (2008, 50) ressalta que a “fusão entre o municipalismo e o ruralismo ocorreu, na República Velha, na obra de Alberto Torres”, para quem o “agrarianismo emerge como construção intelectual que descobre o país real, estruturado por clãs locais dispersos nos municípios num imenso território”. Na Era Vargas, houve tentativas de modernização do campo por meio do estímulo à abertura de fronteiras de ocupação, uma forma de não se alterar a estrutura agrária existente. Com o fim do Estado Novo, o municipalismo conseguirá, até certo ponto, reunir getulistas e antigelutistas, mas perderá paulatinamente seu caráter reformista.

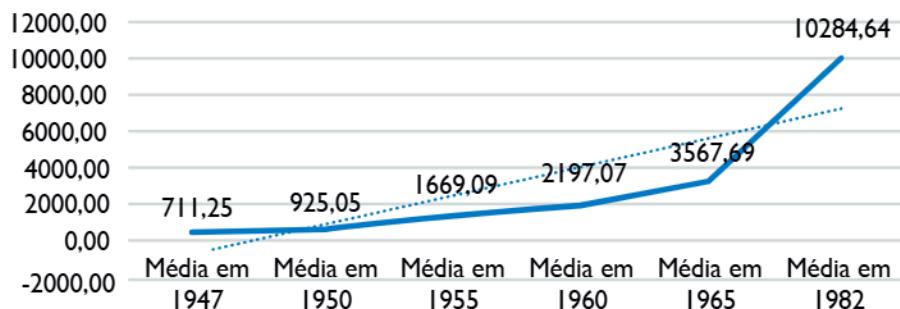
Com o relativo insucesso do projeto de mudança na gestão municipal no Brasil, que permanece essencialmente patrimonialista até o presente, guarda[-se] equivalência com o malogro do agrarianismo modernizador [...] [o qual] sucumbiu face às resistências das estruturas oligárquicas do campo. Atingido o auge mobilizatório de sua trajetória durante a redemocratização do país na década de 40, o municipalismo se fissura em uma vertente política representada pela criação da ABM e uma vertente tecnocrática associada ao IBAM. Na primeira dessas vertentes o municipalismo perde seu caráter militante e se transforma numa frente nacional de políticos provincianos. Na segunda, o municipalismo perde seu caráter redentor e ruralista e adquire um caráter urbano-metropolitano. (Melo, 2008, 61)

Assim, não é mera coincidência que a maior parte dos novos municípios paranaenses esteja localizada nas regiões norte e oeste do estado, áreas de maior dinamismo econômico – leia-se áreas de expansão da fronteira agrícola. Desse modo, o municipalismo foi uma estratégia político-territorial de interiorização do Estado brasileiro, ainda que fortemente imiscuído às oligarquias regionais e como instrumento de enfraquecimento dessas mesmas oligarquias. Em jogo, estavam a regularização de terras, as eleições e a oposição entre elites rurais e urbanas. Essa oposição fundamenta parte do ideário político da época, quando o Brasil caminhava para um modelo econômico de substituição de importações por meio do desenvolvimento da atividade industrial.

Desse modo, as eleições até 1964 estariam relativamente polarizadas em torno da influência póstuma de Vargas, fortemente associada aos trabalhadores urbanos. Com a redemocratização, o jogo político em torno do ex-presidente mobilizará grandes esforços para determinar, por meio do voto, quem serão os vencedores dos pleitos e, assim, ter acesso à máquina pública de recursos, especialmente para o campo. Nesse sentido, os governadores eleitos no Paraná nesse período alternam entre proximidade e recusa ao papel político de Vargas – Lupion, duas vezes eleito governador, herda capital político varguista; Bento Munhoz, Ney Braga e Paulo Pimentel representam a dissociação dessa herança. Localmente, o político que conservou essa centralidade foi Moysés Lupion.

Neste número especial, cada artigo traz considerações acerca das eleições para governador entre 1947 e 1982, com cartogramas elaborados para subsidiar pesquisas cuja temática seja a Geografia Eleitoral. Foram cinco tipos de cartogramas, apresentando (1) os vencedores em cada município/distrito paranaense; (2) os percentuais obtidos por cada candidato em cada município/distrito paranaense; (3) os percentuais alcançados pelos votos em branco; (4) os percentuais alcançados pelos votos nulos; e, por fim, (5) os percentuais obtidos pelos candidatos em agrupamentos territoriais relacionados às frentes de ocupação do estado.

Embora mais fragmentado no fim do período abordado, a média do eleitorado nos municípios paranaenses aumentou substancialmente ao longo do período abordado, conforme vemos no Gráfico 3. Enquanto em 1947 havia 711,25 eleitores por município, esse número saltou para 10.284,64 em 1982. Neste ano, 73 municípios com eleitorado acima da média; naquele eram apenas 20. É interessante que, destes, 14 permaneceram com eleitorado acima da média em todas as eleições para governador do período pesquisado: Curitiba, Apucarana, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina, Irati, Lapa, Cornélio Procópio, União da Vitória, São José dos Pinhais, Campo Largo, Castro, Jacarezinho e Paranaguá.

Gráfico 3 – Média do eleitorado paranaense, por município, 1947-1982

Fonte: TRE-PR (material cedido pelo Processo Administrativo Digital – PAD 12.844/2018).

Santos (2006) afirma que o Brasil ingressou, a partir de 1945, em um processo de megaconversão eleitoral, com os habitantes transformando-se em cidadãos na posse de direitos de titularidade e participação no jogo político a velocidades incomparáveis. Para o autor (2006, 61), é o crescimento populacional que impulsiona, ao mesmo tempo, o crescimento do eleitorado e a criação dos novos municípios. “[...] o mesmo crescimento populacional básico, e natural, estimula a expansão tanto das sedes municipais quanto do eleitorado, ambos desaguando no aumento do número de zonas eleitorais e, em decorrência, de seções”. Assim, é possível afirmar que “relações entre população, eleitorado, municípios, zonas e seções eleitorais são bastante íntimas” (Santos, 2006, 61).

Esse aumento decorre, ainda, das alterações nos códigos eleitorais que ampliaram o direito ao voto no Brasil. No período abordado, houve quatro leis fundamentais que regularam o processo eleitoral: Decreto-Lei 7.586/1945 (Lei Agamenon Magalhães); Lei 1.164/1950; Lei 4.737/1965, parcialmente em vigor nos dias de hoje; e a Emenda Constitucional 15/1980. Nicolau (2002, 22-3) lembra que a Lei Agamenon não exigia, como hoje, “tempo mínimo para ser candidato e domicílio eleitoral”. Além disso, as razões para o aumento do eleitorado estarão em dois fatores:

[...] A Carta de 1934 já havia estabelecido a obrigatoriedade de alistamento e de voto para os homens e as funcionárias públicas. Mas como a Constituição foi promulgada poucos meses antes das eleições daquele ano, esta norma teve pouco impacto sobre o registro

de eleitores. A Lei Agamenon, além de ampliar a obrigatoriedade do alistamento e do voto para todas as mulheres, estabeleceu multas (entre 100 e 1.000 cruzeiros) para quem não se alistasse ou não comparecesse para votar. A segunda razão para o crescimento do número de eleitores foi a utilização em larga escala do alistamento *ex-officio* pelos intervenientes dos governos estaduais e pelos sindicatos. No total, 21% dos eleitores foram cadastrados por esse sistema, mas com contingentes mais acentuados no Distrito Federal (54%) e em São Paulo (31%). Depois de alistados, os eleitores recebiam um título eleitoral, que deixou de conter a fotografia. [...] O novo Código Eleitoral, promulgado em 1950, acabou com o alistamento *ex-officio*. Agora, o alistamento ocorria apenas por iniciativa do eleitor: todo cidadão alfabetizado e maior de 18 anos era obrigado a ir até o cartório eleitoral para tirar o título de eleitor. Outra medida importante foi a alteração da fórmula utilizada para a distribuição de cadeiras entre os partidos nas eleições para a Câmara dos Deputados. O sistema eleitoral adotado em 1950 continua em vigor até hoje — a única alteração foi feita em 1998, quando os votos em branco deixaram de ser contabilizados no cálculo do quociente eleitoral.

Além do exposto por Nicolau (2002), os processos eleitorais de 1947, 1950, 1955 e 1960, no Paraná, ocorreram sob as seguintes regras: a) Constituição Federal de 1946; b) Decreto-Lei n 7.586/1945 (Lei Agamenon Magalhães); c) Lei n 1.164/1950 (antigo Código Eleitoral). As eleições de 1965, por sua vez, ocorreram exclusivamente por meio da Lei n 4.737/1965, atual Código Eleitoral. Já as eleições 1982, no fim do regime militar, ocorreram conforme a Emenda Constitucional n 15/1980 e a Lei 6978/1982.

O Decreto-Lei 7586/1945 regulou o alistamento eleitoral e introduziu o alistamento *ex-officio*, a par do requerido, a obrigatoriedade do alistamento e do voto, a universalidade do sufrágio, o caráter direto, o sigilo do voto e o monopólio dos partidos políticos na apresentação dos candidatos, com proibição de candidaturas avulsas. Por fim, estipulou a competência da Justiça Eleitoral para a organização do processo eleitoral.

A Constituição de 1946 adotou o sufrágio universal, o voto obrigatório, secreto e direto, além do alistamento obrigatório de ambos os sexos, o censo literário (analfabetos não votavam), o princípio da maioria simples do voto, a vedação da reeleição imediata de

presidente, governadores e prefeitos, bem como a autonomia das unidades da federação para decidirem a duração do mandato, criação de municípios e a existência ou não do cargo de vice-governador.

Para além da legislação de âmbito federal, a Constituição Estadual do Paraná, aprovada em julho de 1947, estipulou outras regras para os processos eleitorais, como: a) mandato de 5 anos para governador; b) inexistência do cargo de vice-governador; c) em caso de vacância, impedimento ou ausência do cargo de governador, assumiriam o presidente e vice-presidente da Assembleia Legislativa ou presidente do Tribunal de Justiça; d) o candidato era eleito pelo sistema de maioria simples.

No Paraná, entre 1950 e 1964, Bento Munhoz da Rocha Neto, no mandato assumido entre 1951-1956, e Ney Braga, no mandato assumido entre 1961-1966, não terminaram seus cargos como governadores. Na vacância do cargo de Bento Munhoz, que se transformou em ministro da agricultura no governo Café Filho, tomaram posse os deputados estaduais Antônio Anibelli, entre 03/04/1955 e 01/05/1955. Em eleição indireta, Adolfo Franco se elegeu governador e assumiu o governo entre 01/05/1955 e 31/01/1956. Na vacância do cargo de Ney Braga, que se transformou também em ministro da agricultura no governo Castelo Branco, o vice-governador Afonso Camargo, eleito para o cargo pela Assembleia Legislativa em 1964, renunciou ao cargo. O deputado estadual Antônio Ferreira Rüpell assumiu por 3 dias (17/11/1965 e 20/11/1965). Em eleição indireta, Algacyr Guimarães se elegeu governador e assumiu o governo do estado entre 20/11/1965 e 31/01/1966.

A Lei n 1.164/1950 (antigo Código Eleitoral) ratificou as regras da Constituição Federal de 1946, consagrando o sistema majoritário para escolha dos cargos de presidente, vice-presidente, governador e prefeitos. A lei estipulou também as condições de elegibilidade para o cargo, sendo que o governador eleito teria que ser brasileiro, estar no gozo dos direitos políticos e ser maior de 35 anos.

As eleições para governador do Paraná de 1950, 1955, 1960 tiveram duração do mandato de 5 anos, proibição de reeleição imediata e inexistência de maioria absoluta dos votos para o resultado eleitoral. A realização do pleito era sempre em 3 de outubro e a posse em 31 de janeiro do ano seguinte.

Entre 1950 e 1958 houve eleições específicas para vice-governadores em vários estados⁴, mas o Paraná não participou do processo. Em fevereiro de 1964 foi aprovada a Emenda à Constituição Estadual criando o cargo de vice-governador no Paraná. Naquele ano, em eleição indireta realizada pela Assembleia Legislativa, Afonso Camargo se tornou vice-governador do estado.

A eleição para governador do Paraná de 1965 foi a última eleição para governador antes da edição dos atos institucionais dos regimes militares. Teve duração do mandato de 5 anos, chapa única (governador e vice-governador coligados) proibição de reeleição imediata e exigência de maioria absoluta dos votos para o resultado eleitoral. Em 1982, quando a eleição para governador voltou a ser direta, os mandatos de governador foram limitados a 4 anos, e houve a obrigatoriedade do vínculo partidário – governador e vice-governador deveriam ser do mesmo partido político, o que ficou conhecido como voto vinculado. Nesse ano, ao fim do regime militar, houve o retorno do multipartidarismo.

No decorrer do recorte temporal estudado, o eleitorado paranaense mudou de situação geográfica, como vemos nas Tabelas 1 e 2. Apenas quatro dos municípios presentes no *ranking* dos maiores colegiados eleitorais, em 1947, permaneciam nesse grupo em 1982: Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava e Londrina. Essas mudanças, ao longo do tempo, mais que aspectos demográficos e migratórios, encerram modificações econômicas e diversos deles aparecem com avanço das frentes econômicas nos seus territórios, como, por exemplo, Mandaguari em 1950, Campo Mourão em 1955 e 1960 e Nova Esperança em 1960 (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 1987).

4. Em 1950 houve eleição para vice-governador no Maranhão, no Piauí, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Alagoas, em Sergipe, em Minas Gerais, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Mato Grosso e em Goiás; em 1954, essas eleições ocorreram no Piauí, no Ceará, em Sergipe, no Espírito Santo, em São Paulo e em Goiás; em 1955, no Maranhão, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, nas Alagoas, em Minas Gerais, em Santa Catarina e em Mato Grosso; em 1958, ocorreram no Piauí, no Ceará, em Pernambuco, em Sergipe, na Bahia, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e em Goiás (IBGE, 1952, 1957a, 1957b, 1959).

Tabela 1 – Maiores colégios eleitorais, nos anos de 1947, 1950 e 1955

Município	Eleitorado em 1947	Município	Eleitorado em 1950	Município	Eleitorado em 1955
Curitiba	44647	Curitiba	59780	Curitiba	99701
Apucarana	12230	Ponta Grossa	15939	Ponta Grossa	23330
Ponta Grossa	12127	Londrina	12596	Londrina	19354
Cambará	9681	Guarapuava	11406	Guarapuava	13857
Guarapuava	9423	Apucarana	8648	União da Vitória	10913
Londrina	8596	Mandaguari	8515	Maringá	10688
Irati	8562	Lapa	8490	Apucarana	10465
Lapa	7544	Cornélio Procópio	8091	Rolândia	10075
Cornélio Procópio	6132	União da Vitória	7413	Arapongas	9760
União da Vitória	6062	São José dos Pinhais	7333	Campo Mourão	9483

Fonte: TRE-PR (material cedido pelo Processo Administrativo Digital – PAD 12.844/2018).

Tabela 2 – Maiores colégios eleitorais, nos anos de 1960, 1965 e 1982

Município	Eleitorado em 1960	Município	Eleitorado em 1965	Município	Eleitorado em 1982
Curitiba	124818	Curitiba	174573	Curitiba	581088
Londrina	32548	Londrina	47241	Londrina	169732
Ponta Grossa	22983	Maringá	31891	Maringá	109168
Maringá	20278	Ponta Grossa	31174	Ponta Grossa	98656
Campo Mourão	17000	Paranavaí	17905	Cascavel	90011
Cruzeiro do Oeste	15009	Guarapuava	17413	Foz do Iguaçu	75909
Paranavaí	14928	Apucarana	17083	Guarapuava	61786
Guarapuava	14572	Paranaguá	15890	Umuarama	53922
Apucarana	13149	Arapongas	15847	São José dos Pinhais	46747
Nova Esperança	11727	Rolândia	15291	Toledo	46602

Fonte: TRE-PR (material cedido pelo Processo Administrativo Digital – PAD 12.844/2018).

Por fim, destacamos as diversas fundamentações teórico-metodológicas que sustentam as análises apresentadas neste Atlas Eleitoral do Paraná, com maior ou menores destaque em diversos momentos das análises realizadas para cada uma das eleições, de 1947 a 1982:

- 1) O recorte analítico-territorial estabelecido pelas frentes pioneiros de ocupação do estado do Paraná: Paraná Tradicional, Paraná Nortista e Paraná Sulista, propostas por Machado (1951)⁵ e Balhana, Machado e Westphalen (1969).
- 2) O recorte analítico-territorial com fundamentação temporal, proposto por Serra (1992): Paraná Antigo e Paraná Moderno, “este surgindo a partir da desagregação da sociedade campeira do Paraná Tradicional, no final do século XIX” (Serra, 1992, 83).
- 3) O recorte analítico-territorial de origem dos municípios aos quais as frentes de ocupação vincular-se-iam, a partir de Ferreira (1996).
- 4) O recorte analítico-territorial com fundamentação na obra *Paraná Reinventado* (Ipardes, 1989), que propôs a divisão do estado em cinco grandes áreas: Oeste Paranaense, Paraná Tradicional, Região de Curitiba, Litoral e Norte Cafeeiro.
- 5) O recorte analítico-territorial com fundamentação nas divisões estabelecidas pelo Ipardes (1989, 2004, 2006), que contribuíram no entendimento das regionalizações do estado.
- 6) A espacialização do voto com utilização do *software Philcarto*, criado pelo geógrafo francês Philippe Waniez (1984). Este programa é de utilização livre e bastante utilizada na cartografia temática eleitoral.

Convidamos a todos, então, para lerem e observarem a geografia das eleições para governador do Paraná de 1947 a 1982. Uma volta ao tempo histórico para entender o presente e, debruçando-se em suas linhas e entrelinhas, pensar e construir o futuro.

-
5. Cabe ressaltar que essa regionalização diverge daquela encontrada na obra *Paraná Reinventado* (Ipardes, 1989), que propôs a divisão do estado em cinco grandes áreas: Oeste Paranaense, Paraná Tradicional, Região de Curitiba, Litoral e Norte Cafeeiro.

Referências

- BALHANA, A. et al. (1969). *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar.
- BATISTELLA, A. (2015). O sistema pluripartidário de 1945-1965 no Paraná: uma análise dos partidos políticos, governos e das eleições no estado. *Revista Tempos Históricos*, vol. 19, p. 111-150. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/viewFile/12724/9398>. Acesso em: 9 jul. 2020.
- _____. (2016). O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, n. 17 vol. 32, p. 257-286. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2016000100257&lng=en&nr-m=iso. Acesso em: 7 jul. 2020.
- BRAGA, H. S. (1990). *Sistemas eleitorais do Brasil: 1821-1988*. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL. (1945). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del7586.htm. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Rio de Janeiro: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. (1950). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950. Rio de Janeiro: 1950. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1164.htm. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. (1965). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Rio de Janeiro: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737.htm. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. (1980). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Emenda Constitucional nº 15, de 19 de novembro de 1980. Brasília: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc15-80.htm. Acesso em: 7 jul. 2020.
- CAMARGO, A. de P. R. (2008). Municipalismo e ruralismo: o IBGE e a “organização nacional” na Era Vargas. In: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE.
- CARVALHO, J. M. de. (2001). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CORDEIRO, V. M. (2005). *Paulo Pimentel: um político do século XX e XXI*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba.
- FARIA, E.; SEBASTIANI, S. (1997). *Governadores do Paraná: A história por quem construiu a história*. Curitiba: SPIGE.
- FAUSTO, B. (2015). *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: EDUSP.

- FERREIRA, J. C. V. (1996). *O Paraná e seus municípios*. Maringá: Memória Brasileira.
- FERREIRA, J. (2003). *A experiência democrática no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). (2003). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 3)
- ERNESTO GEISEL. (2009). In: FGV – Fundação Getúlio Vargas. CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>. Acesso 07 jul. 2020.
- GUEBERT, C. A. (2018). *Da intelectualidade princesinha, o coração do Brasil: trajetória, sociabilidades cívico-letradas e a plasticidade do sertão imaginado no Círculo Euclidiano (Paraná, meados do século XX)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1948). V – População estimada, do Brasil e das unidades da federação – 1940/47. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 9, p. 43. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1948.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.
- _____. (1952). VI – Resultados das eleições para vice-governadores. 3-X-1950. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, IBGE, vol. 13, p. 569. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1952.pdf. Acesso em: 11 jun. 2020.
- _____. (1955). I – População estimada em 1º de julho. 2. Discriminação, por unidades da federação – 1941/55. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, IBGE, ano 16, p. 28. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1955.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.
- _____. (1957a). VI – Resultados das eleições para vice-governadores. 1. Eleições de 3-X-1954. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, IBGE, ano 18, p. 535. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1957.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.
- _____. (1957b). VI – Resultados das eleições para vice-governadores. 2. Eleições de 3-X-1955. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, IBGE, ano 18, p. 535. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1957.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020..
- _____. (1959). V – Resultados das eleições para vice-governador. Eleições de 3-X-1955 e 3-X-1958. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, IBGE, ano 20, p. 474 Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1959.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.
- _____. (1966). I – População estimada. 1. Especificação, segundo as regiões fisiográficas e as unidades da federação – 1960/70. *Anuário Estatístico do Brasil*,

- Rio de Janeiro, IBGE, vol. 27, p. 35. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1966.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.
- _____. (1982). População residente projetada, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1981-85. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, IBGE, vol. 43, p. 77. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1982.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.
- _____. (1990). *Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. (1993). População residente, urbana e rural, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1940-1991. *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, IBGE, vol. 53, p. 2.9. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1993.pdf. Acesso 21 ago. 2020.
- _____. (2011). *Projeto Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010*. IBGE. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/metodos_e_outros_documentos_de_referencia/outros_documentos_tecnicos/municipios_1872_1991_documentacao/. Acesso 20 jan. 2020.
- _____. (2006). *Estatísticas do século XX*. IBGE. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>. Acesso 17 set. 2020.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (1982). *Renda interna do Paraná por microrregiões homogêneas e municípios selecionados*. Curitiba: Ipardes.
- _____. (1987). *Resultados eleitorais no Paraná 1945-82*. Curitiba: Ipardes.
- _____. (1989). *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba: Ipardes.
- _____. (2004). *Leituras regionais*. Mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba: Ipardes.
- _____. (2006). Os vários Paranás: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional. Curitiba: Ipardes.
- _____. (2019). *Relação dos municípios do estado, ano de criação e respectivas mesorregiões e microrregiões geográficas e regiões geográficas*. Paraná. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Rela%C3%A7%C3%A3o%20dos%20munic%C3%ADpios%20paranaenses%20em%20ordem%20alfab%C3%A9tica.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.
- JACOB, K. et al. (2010). Indicators and monitoring. *New York Academy of Sciences*, New York, n. 1196, p. 127-142.
- LEAL, V. N. (2012). *Coronelismo, enxada e voto*. O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.
- LIMA, E. M. (2004). *Sistemas Multipartidários e eleitoral brasileiros em perspectiva comparada (1945-1964)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FUMEC.
- MACHADO, B. P. (1951). Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba.

- MELLO, D. L. de. (1971). *O município na organização nacional: bases para uma reforma no regime municipal brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal.
- MELO, M. A. B. C. de. (2008). Municipalismo, nationbuilding e a modernização do Estado no Brasil. In: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE.
- NICOLAU, J. M. (2002). *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____. (2012). *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PARANÁ. (1947). *Constituição do Estado do Paraná*. Curitiba: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
- _____. (1947). Lei nº 2, de 11 de outubro de 1947. Dispõe sobre a divisão administrativa do Estado. *Diário Oficial do Estado*, Curitiba.
- _____. (1954). Lei nº 253-4, de 2 de dezembro de 1954. Dispõe sobre a divisão administrativa do Estado. *Diário Oficial do Estado*, Curitiba.
- _____. (2008). Lei nº 15.825 de 19 de maio de 2008. Inclui os Municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha na Região Sudoeste do Estado do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do Estado do Paraná. *Diário Oficial do Estado*, Curitiba.
- PORTO, W. C. (2002). *O voto no Brasil*. Petrópolis: Topbooks.
- PROJETO HISTÓRIA POLÍTICA DO PARANÁ. (1987). Resultados eleitorais no Paraná, 1945-1982. Curitiba: Ipardes. Mimeografado.
- SANTOS, M. (2006). *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A.
- SERRA, E. (1992). Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. *Boletim de Geografia*, Maringá, vol. 10, n. 1, p. 61-94.
- SOUZA, V.A.de. (2006). Direitos no Brasil: necessidade de um choque de cidadania. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 27, p. 211-4. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 ago. 2020.
- WANIEZ, P. (2002). *Comunicação cartográfica: o mapeamento dos resultados eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC –Rio; São Paulo: Loyola.
- TRE-PR – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. (1987). Resultados Eleitorais e Dados Estatísticos de Eleições. Curitiba: TRE.
- _____. (2018). Material de apoio cedido pelo Processo Administrativo Digital 12.844/2018. Curitiba: TRE.
- TSE – Tribunal Superior Eleitoral. (2019). *Banco de Dados*. Brasília, DF: TSE. Disponível em: <https://bit.ly/2FuwSze>. Acesso em: 3 set. 2020.

As eleições para governador do Paraná em 1947: uma análise do contexto e resultados

Gean de Sales Ferreira, Vitor Gustavo Cristofolini e Alides Baptista Chimin Junior

Resumo

Em janeiro de 1947, ocorreu a eleição para governo do estado do Paraná, em que o candidato pelo Partido Social Democrático Moysés Wille Lupion de Tróia disputou o cargo com o candidato pelo Partido Republicano Bento Munhoz da Rocha Netto. A candidatura de Moysés Lupion estava marcada por diversos elementos favoráveis a sua vitória. Ele contava com o apoio dos três principais partidos e dispunha de muitos recursos financeiros. Moysés Lupion também detinha meios de comunicação, como rádios e jornais, que facilitavam a propaganda de seu nome em todo o estado. Outro elemento observado foi a formação e conexão entre famílias de políticos tradicionais e de empresários, favoráveis a Moysés Lupion, mesmo que em seu discurso afirmasse que não era pertencente a famílias tradicionais. Somado a isso, Moysés Lupion elege-se governador do estado do Paraná, vencendo em todas as regiões do estado.

Palavras-chave: Estado Novo; redemocratização; eleição de 1947; governador; Paraná.

Abstract

In January 1947, the election for the government of the state of Paraná took place, where the candidate for Partido Social Democrático Moysés Wille Lupion de Tróia ran for the governor's office with the candidate for Partido Republicano Bento Munhoz da Rocha Netto. Lupion's candidacy was marked by several elements favorable to his victory. He had the support of the three main parties and had many financial resources. Moysés Lupion also owned some means of communication, such as radio and newspapers,

Sobre os autores

Gean de Sales Ferreira é graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Campus de Guarapuava/PR e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/Unicentro). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: geansales17@gmail.com

Vitor Gustavo Cristofolini é graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Campus de Guarapuava/PR. E-mail: vitorgustavocristofolini@hotmail.com

Alides Baptista Chimin Junior é professor doutor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: alides@unicentro.br

which facilitated the advertisement of his name throughout the state during the campaign. Another element observed was the formation and connection between families of traditional politicians and families of entrepreneurs favorable to Lupion, even though in his campaign speech he stated that he did not belong to traditional families. With that, Lupion is elected governor of the state of Paraná, winning in all regions of the state.

Keywords: New State; redemocratization; 1947 election; governor; Paraná.

Artigo recebido em 20 de abril de 2020 e aprovado pelo Conselho Editorial em 3 de agosto de 2020.

Introdução

Para alcançarmos nosso objetivo, acreditamos que seja necessário antes de iniciar a discussão sobre a eleição para governador do Estado do Paraná em 1947 traçarmos uma linha de raciocínio no que se refere ao período denominado Estado Novo, datado do ano de 1930 até 1945, ano que dá início a redemocratização no país.

De acordo com Codato (2013), no Brasil, em 1930, abre-se um período político contemporâneo de três processos sincrônicos, sendo eles a limitação das prerrogativas das oligarquias estaduais, a concentração da capacidade decisória no nível federal e a difusão de uma ideologia tipicamente nacional. A partir deste processo, Getúlio Vargas dá início ao seu governo, objetivando a centralização administrativa e financeira, bem como a unificação política e a uniformização ideológica, ou seja, aparou-se em alguns mecanismos institucionais que permitiram o enquadramento das situações políticas nos estados e a concentração do poder de decisão na Presidência da República. No decorrer deste processo, houve intranquilidade por parte da elite política tradicional, que culminou em persistência e um tom de luta por parte deste grupo.

A partir das medidas tomadas por Getúlio Vargas, de fechar os parlamentos, eliminar o sufrágio universal e os direitos políticos, a liberdade de imprensa, e posteriormente, tornar ilegais os partidos, o regime ditatorial perdeu apoio do governo e também dos canais de vocalização de interesses. Já não bastava mais apenas a manipulação, o carisma e o “populismo” para manter o regime autoritário. Para Getúlio Vargas, a solução foi a reinvenção do Sistema de Interventorias Federais em 1937, para assim minar os grupos políticos tradicionais e criar uma rede de alianças locais de orientação local (Skidmore, 1992 apud Codato, 2013).

Desta maneira, Getúlio Vargas conseguiu fazer indicações pessoais para a interventoria de cada estado, sendo que para o estado do Paraná, o chefe estadual indicado foi Manoel Ribas (Carone, 1976 apud Codato, 2013). O sistema de interventorias apresentou, de certa maneira, dificuldades como baixa capacidade de coordenação política, assim como unidade ideológica momentânea entre seus participantes, ocasionando também em uma alta sucessão de chefes estaduais (Codato, 2013).

Já com o fim do período Estado Novo (1930 – 1945), marcado por 15 anos governados por Getúlio Vargas, em 1945 foram realizadas eleições presidenciais. De acordo com Batistella (2015):

Em 1945, embora o governo Vargas contasse com o apoio de uma expressiva parcela da população brasileira, sobretudo os trabalhadores urbanos, no início de 1945 o fim do Estado Novo e a volta do país ao regime democrático mostravam-se inevitáveis. Sofrendo pressões internas e externas, o governo Vargas buscou planejar e conduzir o processo de transição pelo alto. Dessa forma, o governo, a 28 de maio de 1945, decretou a chamada Lei Agamenon (ministro da Justiça da época), no qual marcou as eleições para o dia 2 de dezembro e regulamentou o novo código eleitoral e os requisitos para a formação dos partidos políticos. (Batistella, 2015, 111-2)

O Partido Social Democrático (PSD) teve o apoio institucional das igrejas e dos trabalhadores do campo. Também o PSD, junto com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), aliou-se e fez parte das forças getulistas, que mantinham em suas estruturas e bases organizativas resquícios do Estado Novo (Delgado, 1989 apud Batistella, 2015).

o PSD aglutinou os interventores federais, os integrantes da máquina administrativa dos governos federal e estaduais, além de segmentos das oligarquias estaduais, da burguesia e das classes médias urbanas. Dessa forma, o PSD nasceu com uma sólida estrutura organizacional e uma rede clientelista em todos os estados da federação. (Delgado, 2003, 138-9 apud Batistella, 2015, 114)

De forma geral, este processo permitiu ao PSD lograr êxitos eleitorais. E seguindo esta lógica,

o PSD foi articulado pelo interventor Manoel Ribas e por integrantes dos altos escalões da máquina administrativa estadual, como o Major Fernando Flores, Roberto Glaser, Angelo Lopes, João Teófilo Gomy Júnior, Lauro Sodré Lopes, os irmãos Flávio Guimarães, Alô Guimarães e Acyr Guimarães – jornalista proprietário do jornal *Gazeta do Povo* –, entre outros. (Batistella, 2015, 114)

Sendo assim, para Batistella (2015):

Considerado um partido clientelista, com forte penetração no meio rural, e intimamente ligado à burocracia federal, o PSD, no que tange à sua orientação política, é classificado como um partido conservador que ‘representava os interesses das oligarquias agrícolas e do grande capital financeiro’. (Fleischer, 1981, 59 apud Batistella, 2015, 114)

Já a oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas, em fevereiro de 1945, começou a articular a “Frente Única do Paraná”, e que posteriormente lançam a candidatura para presidência do Brigadeiro Eduardo Gomes:

A UDN surgiu como uma grande frente liberal-democrática de oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. Inicialmente, aglutinava grupos políticos bastante heterogêneos – quando não antagônicos – unidos em torno da reconquista das liberdades democráticas, do combate a um inimigo comum – o ditador estadonovista – e do apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes na sucessão presidencial. (Batistella, 2015, 112)

Contudo, esta grande coalização oposicionista não demorou muito para dar início aos primeiros conflitos, em que mais tarde, a Esquerda Democrática deu início ao primeiro rompimento com a União Democrática Nacional (UDN), em agosto de 1945. Posteriormente, a Esquerda Democrática deu origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1946. Ainda em reflexo desta separação, udenistas também deram origem a outros pequenos partidos em 1946, como o Partido Libertador (PL), o Partido Republicano Progressista (PSP) e o Partido Republicano (PR); dentre eles, apenas o PR ganhou notoriedade política no Paraná, alcançando o quarto principal partido do estado do Paraná durante a década de 1950 (Batistella, 2015).

A eleição para o cargo de presidente ocorreu no dia 2 de dezembro de 1945, o qual, com voto popular, o general Eurico Gaspar Dutra, candidato pelo PSD, foi eleito. Todavia, Dutra não tinha popularidade, e este fato se converteu no momento em que Vargas manifesta apoio público, pedindo que o eleitorado brasileiro votasse no general Dutra, tendo forte resultado, até culminar vitorioso. No estado do Paraná, com o apoio do PSD e PTB, o general Dutra teve uma margem de 70,1% de votos, uma vez que o Brigadeiro Eduardo Gomes conquistou 26,1% dos votos (Ipardes, 1989 apud Batistella, 2015).

Com isso, durante o período pluripartidário de 1945-1965, os três principais partidos políticos brasileiros da época eram o PSD, a UDN e o PTB (Batistella, 2015).

Para Leal (1975) as eleições presidenciais de 1945 marcaram o país ao iniciar um sistema democrático. Este ano representa um divisor de águas, uma ruptura de um antigo modelo de governo centralizador para um período democrático, em que candidatos competem pelo cargo (executivo e legislativo) de forma mais justa.

A Constituição de 1946 garante que o voto seja secreto e institui a responsabilidade ao judiciário para fiscalizar e punir possíveis irregularidades durante as eleições, fator este que acaba por enfraquecer o sistema “coronelista”. Este sistema coronelista, que para Leal (1975) remete à figura dos chefes políticos municipais, tem como elemento primário desse tipo de liderança o coronel, que comanda um lote considerável de votos de cabrestos, ou seja, um meio de compra de votos, bem como o abuso de poder econômico. Sendo assim, o coronelismo se remete a um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra.

Leal (1975) alerta também que o sistema coronelista resulta em algumas características secundárias desse compromisso, sendo o mandonismo, filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos locais. Vitor Nunes Leal (1975) destaca, por fim, que o Coronelismo somente será expulso do Brasil com a realização de uma reforma agrária. Os conflitos agrários podem ser sentidos no interior do Paraná nas décadas de 1940 e 1950, impactando diretamente as eleições para governador, em 1947.

Fajardo (2007, 2008) analisa a ocupação do território paranaense, dividindo-o em sete ciclos. Nesse trabalho destacamos os ciclos da madeira e do café, que apresentam atores que compõem

o processo de ocupação das frentes norte, sudoeste e do Paraná tradicional. Esta subdivisão pode ser observada no Mapa 1.

Ainda segundo Fajardo (2007, 2008), este período foi marcado pela influência de capital estrangeiro na exploração da madeira, que acaba por abrir caminho para a ocupação de agricultores produtores de café. Kohlhepp (2014) explica que, após a exploração da madeira, a distribuição das terras é realizada por companhias que priorizam colonos que dominam técnicas agrícolas, oriundos de países europeus, assim como de outras regiões do Brasil. A venda destas terras, assim como o processo de industrialização do Paraná, segundo Oliveira (2001), é acompanhada do processo de crescimento populacional. Na Tabela 1 é feito um comparativo do crescimento populacional entre as décadas de 1940 e 1950.

Tabela I – Comparativo da população do Paraná entre os anos de 1940 e 1950

Ano	Total	Urbano	Rural
1940	1.236.276	302.272	934.004
1950	2.114.547	528.288	1.587.259

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1951).

Conforme observado, neste período houve um significativo crescimento populacional no estado, destacando a área rural, que teve proporcionalmente maior crescimento comparado à área urbana. Este crescimento compõe fator de análise da eleição, afinal os candidatos ao governo provêm de regiões distintas do estado.

Seguindo este período, janeiro de 1947 ficou marcado pela disputa política ao governo do estado do Paraná, em que Moysés Wille Lupion de Tróia, candidato pelo PSD, enfrentou o deputado federal Bento Munhoz da Rocha Netto, candidato pelo PR, e Moysés Lupion vence a eleição. Realizaremos uma breve descrição de quem são os candidatos e, na sequência, adentraremos na análise dos mapas da eleição para governador do estado do Paraná em 1947.

Bento Munhoz da Rocha Netto

Bento Munhoz da Rocha Netto, segundo Pantoja (2016), nasceu em Paranaguá no ano de 1905. Sua relação política já é observada em sua família, na qual seu pai, Caetano Munhoz da Rocha,

foi governador entre os anos de 1920 e 1928. Formado em engenharia, atuou como professor universitário, engenheiro da Caixa Econômica Federal e secretário do CREA. Sua atuação política teve início como deputado federal eleito em 1945 pelo partido UDN. Teve papel importante ao destituir o território do Iguaçu e anexá-lo ao estado do Paraná e de Santa Catarina em 1946. Segundo o Ipardes (1989), Bento Munhoz assumira forte oposição ao período pré-democrático que, com influência política da República Velha, compõe grupo de oposição ao então presidente Getúlio Vargas. Em 1947, candidatou-se pelo PR a governador do Paraná, concorrendo com Moisés Lupion.

Moysés Wille Lupion de Tróia

A família Lupion, de origem espanhola, chegou ao Paraná por volta de 1890, em uma migração gerada devido a uma crise na Europa em 1880. João Lupion e Tróia moraram inicialmente na cidade da Lapa, onde abriram um comércio, – que posteriormente foi destruído – mudando-se depois para Jaguariaíva. Na nova cidade, trabalhou na construção de uma parte da ferrovia São Paulo-Santa Catarina. Após o término da construção da estrada, retornou à condição de comerciante com a instalação de uma padaria. A família mudou-se para Piraí do Sul e parte dos seus filhos, dentre eles Moysés Lupion, casaram-se com membros de tradicionais famílias da região dos Campos Gerais. Moysés Lupion casou-se com Hermínia Borba Rolim, neta do Coronel Telêmaco Borba, político em Tibagi. Os demais casamentos foram os seguintes: Francisca com Joaquim Pereira (chefe da Estação de Trens de Castro), Maria com Sócrates Quadros (tio do presidente Jânio Quadros), Elza com João Miguel Queiroz, João Lupion Filho com Luzita Vargas (irmã de Rivadavia Borba Vargas e tia de Túlio Vargas, políticos em Piraí do Sul) (Maurício, 2011).

Moysés Lupion nasceu em Jaguariaíva (PR) em 1908 (Lemos, 2016). Já na sua infância mudou-se para Curitiba para estudar o secundário e o Ginásio. Mudou-se para São Paulo, onde se formou em Contabilidade, e depois foi residir em Piraí (PR), onde passa a atuar como empresário no ramo madeireiro e agrícola. A atuação empresarial (Magalhães, 2001) se faz devido sua proximidade com o interventor Manoel Ribas que, durante sua gestão de

1932 – 1945, atuou favorecendo o processo de interiorização do estado com uma política de apoio à agricultura familiar. Para isso, adotou medidas como a criação de escolas para capacitar colonos, muitos provindos de outros países, criação de estradas ligando regiões de produção para a capital e a região portuária do estado. A ligação de vias para escoar a produção do estado fortaleceu a arrecadação de impostos, antes centrada no estado de São Paulo, fato este que agradou os empresários do estado. Tais fatores acabam por privilegiar Moysés Lupion quando concorreu ao governo do estado em 1947 pelo PSD.

Outro fator ocorrido neste período foi o falecimento do ex-interventor e presidente do PSD do Paraná Manoel Ribas, que na época, era o mais cotado para vencer as eleições no estado paranaense em 1947. Moysés Lupion desejava governar o Paraná, desta forma, “utilizou-se da sua fortuna para promover a sua candidatura, comprando jornais – como *O Dia*, de Curitiba, e *Correio do Paraná*, de Londrina, além de 49% da *Gazeta do Povo*, de Curitiba – e emissoras de rádios, como a *Rádio Sociedade Guairacá*, de Curitiba” (Batistella, 2015, 117).

Cartografia das eleições para governador do Paraná em 1947

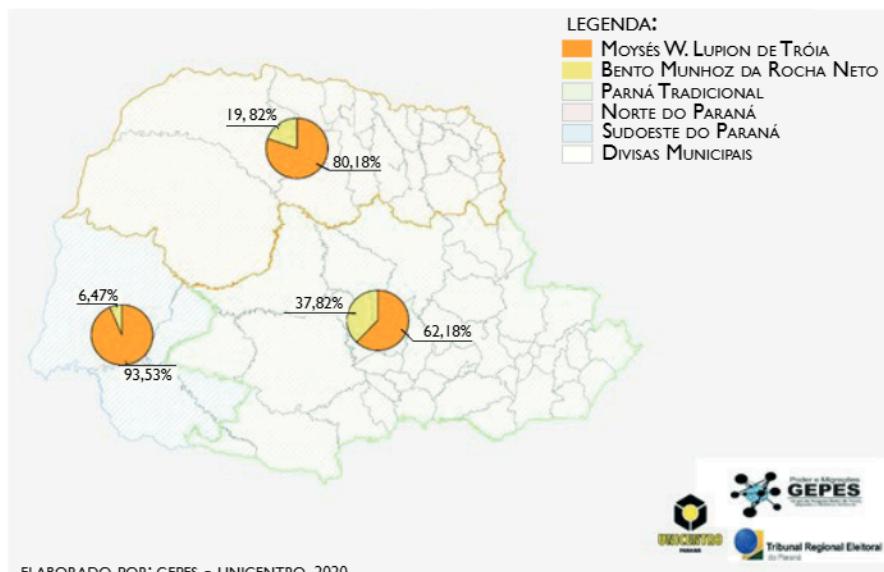
A fim de compreender a cartografia da eleição para governador do Estado do Paraná em 1947, dividimos o estado em duas regiões. A primeira engloba a área da ocupação do Paraná Tradicional, com polos centrados nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá. Nesta região, o candidato Bento Munhoz apresenta força eleitoral, conforme evidenciaremos à frente. Já as frentes de ocupação do norte e sudoeste do Paraná e a parte norte do Paraná Tradicional são favoráveis ao candidato Moysés Lupion. Esta influência se dá pelas relações das famílias Munhoz da Rocha na capital e no litoral e da família Lupion, que possui empresas e propriedades em todo o estado do Paraná.

Eleito, Moysés Lupion se destaca majoritariamente em praticamente todo o território paranaense. A organização do eleitorado de Foz do Iguaçu (único município da frente pioneira do sudoeste) ainda é inexpressiva, com apenas 601 votantes em um universo de 1.084 eleitores. Já a frente pioneira Paraná Cafeiro aparece como um importante colégio eleitoral, justificando as promessas

de campanha dos candidatos na continuada ênfase na política de povoamento. Moysés Lupion venceu em todos os municípios destas frentes de ocupação.

No Mapa 1, observamos o desempenho dos dois candidatos nas três regiões de ocupação:

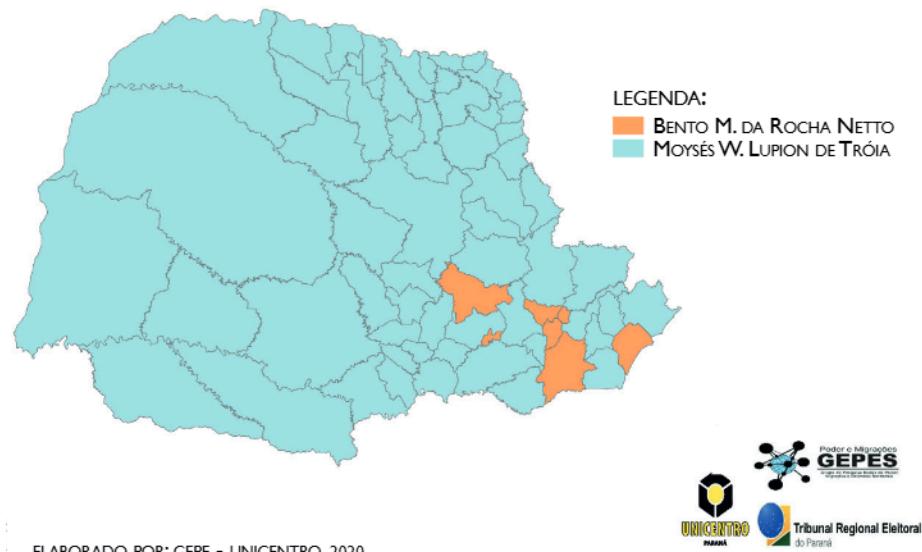
Mapa 1 – Eleições Gerais, 1947, Frente de Ocupação



Apesar do ótimo desempenho de Moysés Lupion em praticamente todas as áreas de ocupação, municípios como Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá e Colombo, Bento Munhoz conseguiu assumir a liderança (Mapa 2). Sua base política centrada nas proximidades da capital e no litoral lhe permitiram concorrer, mesmo sendo derrotado, ao governo do estado com significativo número de votos. Ainda que Bento Munhoz detenha uma força política concentrada nos grandes centros urbanos, o sucesso eleitoral obtido por Moysés Lupion se faz pela sua atuação nas três regiões/frentes de ocupação. Sua proximidade com Manoel Ribas o fez se aproximar de famílias de pequenos agricultores. A sua atuação profissional na indústria madeireira e no comércio configura elemento capacitador de popularizar sua figura política no oeste paranaense, norte cafeeiro e Paraná tradicional.

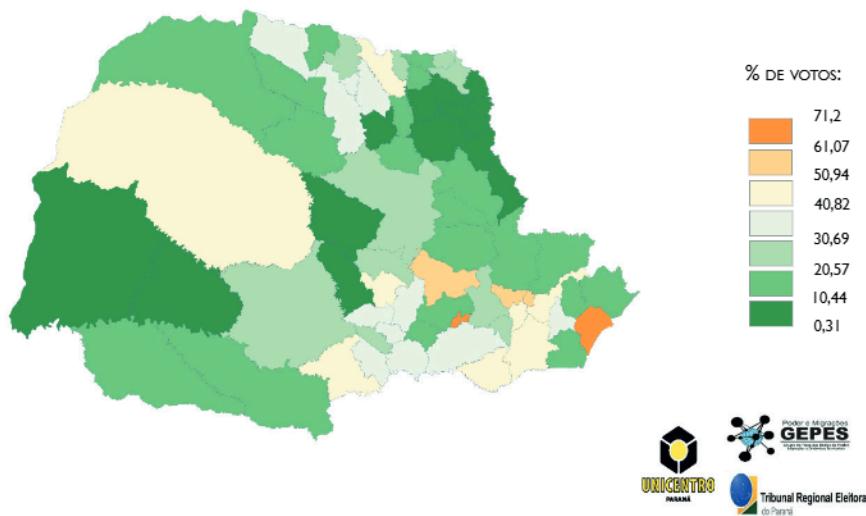
O Mapa 2 ilustra a distribuição do sucesso eleitoral de cada eleitoral por município:

Mapa 2 – Eleição para governador, 1947: candidato vencedor por município



O Mapa 2 mostra que, embora os municípios em laranja (municípios em que Bento Munhoz foi eleito) apresentem maior concentração eleitoral (44.657 eleitores, 31% do eleitorado do Paraná), a vitória de Bento Munhoz nestes municípios, com 53% dos votos, apresenta pouca representatividade perante os 47% de votos que Moysés Lupion recebe nestes mesmos municípios. Esclarecedores, os Mapas 1 e 2 são ponto de partida para análise mais profunda quando convertemos o desempenho dos candidatos apresentados nos Mapas 3 e 4.

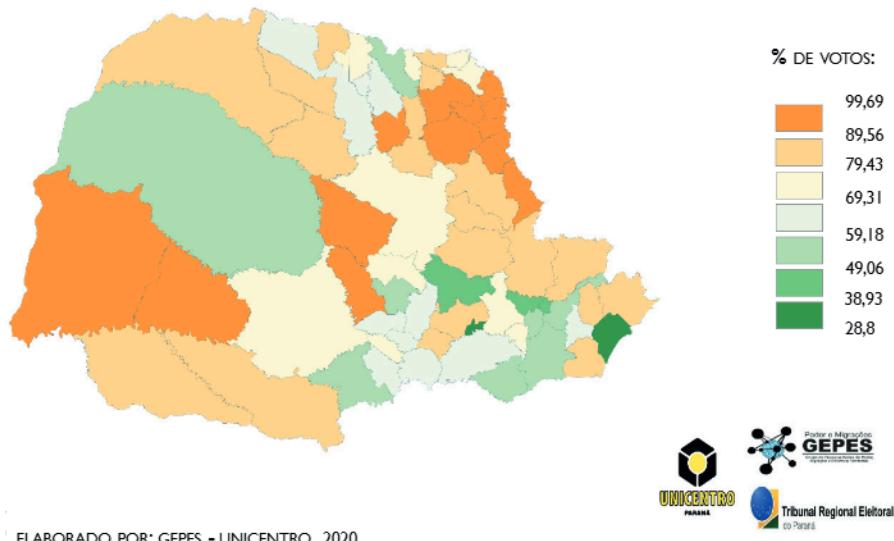
Mapa 3 – Eleições Gerais para Governador, 1947: porcentagem de votos do candidato Bento Munhoz da Rocha Netto por município



Fonte:TRE (2019).

O Mapa 3 apresenta o percentual de votos que o candidato teve no município. Fica nítida a performance mais expressiva na região do Paraná Tradicional, onde Bento Munhoz tem maior influência. Porto Amazonas e Paranaguá têm uma expressiva porcentagem dos votos, sendo 61% a 71%. Curitiba e alguns municípios na região tradicional mostram uma porcentagem significativa se comparada com o restante do estado, que tem uma porcentagem abaixo de 30%. Mas, mesmo que a maior parcela da população esteja nesta região, o candidato não consegue votos suficientes para se eleger como governador do estado. Cidades como Ponta Grossa e Curitiba apresentam por volta de 50% para ambos candidatos, o que não beneficia Bento Munhoz. Em geral, embora o candidato tenha grande influência no Paraná Tradicional, e conquistou uma porcentagem maior dos eleitores do que no restante do estado, a quantidade de votos não é grande suficiente comparada ao seu concorrente Moysés Lupion, vencedor das eleições no ano de 1947.

Mapa 4 – Eleições gerais para governador, 1947: porcentagem de votos do candidato Moysés Wille Lupion de Tróia por município



Fonte:TRE (2019).

O Mapa 4 apresenta o percentual de votos que Moysés Lupion teve nos municípios por todo o estado. Neste mapa, observamos que Moysés Lupion se destaca por todo o interior, tendo menor desempenho somente na região do Paraná Tradicional. Mas ainda assim, fica evidente a grande parcela de municípios com votos acima de 59% em todo o estado, e entre 38% a 59% na parcela tradicional do Paraná. Porto Amazonas e Paranaguá se destacam sendo as únicas cidades com até 28% a 38% dos votos. Já o município de Jaguariaíva e os municípios ao seu redor apresentam forte reduto eleitoral de Moysés Lupion. Isso se deve ao fato de o candidato ter nascido na região, assim como sua influência com o interventor Manoel Ribas. Embora uma grande parcela da população esteja na região de Curitiba e no Paraná Tradicional, os votos nesta região e no interior são muito expressivos para a eleição de Moysés Lupion. Em geral, o desempenho do candidato é nítido em todo o estado paranaense, se comparado com o Mapa 3, do concorrente Bento Munhoz.

Considerações finais

Evidencia-se que nas eleições para governador do estado do Paraná, em 1947, a vitória do candidato Moysés Lupion se efetiva em todas as regiões paranaenses. Nas regiões da Frente de ocupação Norte do Paraná, se deu com 80,18% dos votos, e na Frente de ocupação Sudoeste do Paraná, com 93,53% dos votos – o candidato obteve uma alta votação. Já na região Frente de ocupação Paraná Tradicional, mesmo perdendo, o candidato Bento Munhoz consegue uma votação expressiva, sendo de 37,82% dos votos. Essa porcentagem alta de votos a seu favor vem principalmente de Curitiba e também de Paranaguá, seu lugar de origem, que também são locais com uma alta densidade populacional. Apesar dos grandes centros urbanos, locais com um expressivo número de eleitores onde se destacou Bento Munhoz, as demais regiões foram decisivas para a vitória de Moysés Lupion.

De fato, a candidatura de Moysés Lupion era praticamente invencível. Além de contar com o apoio oficial dos três principais partidos e dispor de muitos recursos financeiros, Moysés Lupion detinha meios de comunicação, onde a propaganda de seu nome era feita por todo o estado, via rádios e jornais, a exemplo “O Dia e a Gazeta do Povo” (Costa, 1994 apud Batistella, 2015).

Moysés Wille Lupion de Tróia:

dizia-se representar a renovação – uma vez que não pertencia às famílias tradicionais, ao contrário de Bento Munhoz da Rocha Neto. Utilizando-se de um discurso popular (cujo slogan era ‘Paraná maior’), prometeu apoiar as cidades e os interesses do interior do Paraná. (Magalhães, 2001, 56 apud Batistella, 2015, 118)

Já Bento Munhoz da Rocha Netto: “era representado como um candidato das elites curitibanas. Assim, Lupion viu crescer a sua popularidade e venceu as eleições de 19 de janeiro de 1947” (Batistella, 2015, 118).

Por fim, fica evidente, de certa forma, que no Estado do Paraná, observou-se uma grande formação e também uma forte conexão entre famílias de políticos tradicionais e famílias de empresários dominantes no estado. Mesmo em seu discurso, Moysés Lupion, apresentando-se como não pertencente a famílias tradicionais, destacamos que ao casar com a Hermínia Borba Rolim, neta do

Coronel Telêmaco Borba, chefe político de Tibagi, ele mantém relações pessoais com famílias tradicionais. Esses fatores, junto à trajetória profissional de Moysés Lupion, foram fatores predominantes para levá-lo à carreira política, e mais ainda, para vencer as eleições para governador do Estado do Paraná em 1947. Destacamos também que estas famílias tradicionais da época eram formadas por grandes proprietários de terras, fazendeiros da indústria ervateira ou madeireira, e até mesmo famílias do ramo dos “barões do café” de São Paulo (Maurício, 2011). Em 1947, o Paraná elegeu Moysés Wille Lupion de Tróia como seu governador, cargo este ocupado até 1950, quando Bento Munhoz da Rocha Netto se torna seu sucessor.

Referências

- BATISTELLA, A. (2015). O sistema pluripartidário de 1945-1965 no Paraná: uma análise dos partidos políticos, governos e das eleições no estado. *Tempos Históricos*, vol. 19, p. 111-50.
- CODATO, A. (2013). Os mecanismos institucionais da ditadura de 1937: uma análise das contradições do regime de Interventorias Federais nos estados. *História*, vol. 32 n. 2, p. 189-208.
- FAJARDO, S. (2007). Aspectos da ocupação, da formação da estrutura produtiva e das transformações na paisagem rural no território paranaense. *Caminhos Geográficos*, vol. 7, n. 20, p. 89-101.
- _____. (2008). *Territorialidades corporativas no rural paranaense*. Guarapuava: Editora Unicentro.
- FERREIRA, J. C. V. (1999). *O Paraná e seus municípios*. Cuiabá: Memória do Brasil.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (1951). Censo Demográfico: população e habitação. Rio de Janeiro: IBGE.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (1989). *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba: IPDES.
- KOHLHEPP, G. (2014). *Colonização agrária no Norte do Paraná*: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Maringá: Eduem.
- LEAL, V. N. (1975). *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- LEMOS, R. (2016). *Biografia de Moises Lupion de Troya*. Disponível em: <https://bit.ly/35ruSmz>. Acesso em: 11 set. 2020.
- MAGALHÃES, M. B. (2001). *Paraná: política e governo*. Curitiba: Seed.

- MAURÍCIO, D. R. N. (2011). *Governos Lúpyon e Ney Braga: um estudo comparativo*. 2011. Monografia (Especialização em Sociologia Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- OLIVEIRA, D. (2001). *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED.
- PANTOJA, S. (2016). *Biografia de Bento Munhoz da Rocha Neto*. Disponível em: <https://bit.ly/2Fk2g3R>. Acesso em: 11 set. 2020.

Eleições para governador do Paraná em 1950

Washington Ramos dos Santos Junior, Márcia da Silva e Daniel Galuch Junior

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma abordagem analítica e histórico-geográfica das eleições para governador em 1950 no Paraná, bem como delinear o contexto político, econômico e social do período, no sentido de fundamentar as leituras cartográficas (mapas) em diferentes aspectos temáticos (votações por município, no conjunto do estado e regionalizadas). Naquele ano ocorreram as primeiras eleições sob influência da Guerra Fria e com modelos de desenvolvimento opostos no pleito nacional, com a tradicional oposição entre UDN e PTB. No Paraná, houve três candidatos a governador: Carlos Amoreti Osório (PSB), Ângelo Ferrario Lopes (PSD) e Bento Munhoz da Rocha Neto, pela coligação Frente Democrática (PL/PR/PST/PRP/UDN). De fato, essa eleição mostrou uma polarização entre estes dois últimos candidatos, sendo Bento Munhoz o vencedor em uma conjuntura singular – a UDN aliou-se informalmente ao PTB para elegê-lo.

Palavras-chave: eleições 1950; Paraná; governador.

Abstract

This article presents an analytical and historical-geographic approach to the elections for governor in 1950 Paraná, outlining the political, economic and social context of the period to ground cartographic readings (mappings) in different thematic aspects (votes by municipality, statewide and frontiers). That year, the first elections took place under the aegis of the Cold War and with opposite development models to that

Sobre os autores

Washington Ramos dos Santos Junior é professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: washingtonramos.geopsique@gmail.com

Márcia da Silva é professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É graduada e pós-graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e pós-doutora pela Universidade de Lisboa. E-mail: marcia.silvams@gmail.com

Daniel Galuch Junior é analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR). É graduado em Direito e Geografia, ambas pela universidade Estadual de Maringá (UEM). Possui pós-graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: degejota@gmail.com

of the national election, with the traditional opposition between UDN and PTB. In Paraná, there were three candidates for governor: Carlos Amoreti Osório (PSB), Ângelo Ferrario Lopes (PSD) and Bento Munhoz da Rocha Neto, for the coalition *Frente Democrática* [Democratic Front] (PL/PR/PST/PRP/UDN). In fact, this election showed a polarization between these last two candidates, with Bento Munhoz being the winner in a unique situation - the UDN informally allied with the PTB to elect him.

Keywords: elections 1950; Paraná; governor.

Artigo recebido em 20 de abril de 2020 e aprovado pelo Conselho Editorial em 3 de agosto de 2020.

Contextualização das eleições para governador do Paraná em 1950

As primeiras eleições no Brasil sob a égide da Guerra Fria ocorreram em 1950. A Conferência de Yalta, em 1945, confirmou a oposição entre os aliados ocidentais e a União Soviética, que definiram áreas de influência na Europa que seriam replicadas na política mundial (Santos Junior, 2016, 95). Nesse mesmo ano, os Estados Unidos confirmam sua supremacia militar em decorrência da bomba atômica. Com a assinatura do Tratado de Paz de Paris, em fevereiro de 1947, foi inaugurada a Política de Contenção, formulada por George Frost Kennan, da Doutrina Truman, que pregava que os norte-americanos deveriam conter os soviéticos em seu território. Assim, os Estados Unidos iniciaram uma política de criação de acordos militares regionais e de combate ao comunismo (loc. cit.).

As eleições brasileiras de 1945 tinham como *leitmotiv* a oposição a Getúlio Vargas, mas a contradição desta eleição foi a vitória do General Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD). Dutra tinha extenso histórico de atuação no Estado Novo, inclinações pró-fascistas e foi um dos articuladores e responsáveis pela deposição de Getúlio Vargas¹ em 29 de outubro de 1945.

1. Entre 29/10/1945 e 2/12/1945: a) 29/10/1945: deposição de Getúlio Vargas. Governo interino do presidente do STF, José Linhares; b) 31/10/1945: Getúlio chega à sua cidade natal, São Borja (RS); c) 04/11/1945: jornal *O Globo* noticia a manchete da desistência da candidatura de Dutra e dissolução do PSD; d) 16/11/1945: data limite para o registro de candidatura; e) 25/11/1945: registro da candidatura de Iedo Fiuza (PCB) forçou Getúlio Vargas aceitar uma aliança

A conjuntura nacional, a sobrevivência política e a manutenção da estrutura partidária fizeram que Getúlio Vargas declarasse voto em Dutra em 27 de novembro de 1945, sugerisse o mesmo aos seus simpatizantes e se tornasse condutor do processo eleitoral.

Mas o processo de redemocratização do Brasil e do Paraná não se caracteriza por mudanças profundas na Administração Pública. Getúlio Vargas, senador pelo Rio Grande do Sul na Assembleia Constituinte de 1946, tem grande influência nas eleições estaduais de 1947. O PSD venceu em 12 dos 21 estados, inclusive no Paraná. Em nível nacional, a UDN conquistou o executivo estadual em Minas Gerais e no Distrito Federal, e o Partido Social Progressista (PSP) venceu em São Paulo. Citamos considerável votação recebida pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) na disputa de cadeiras das Assembleias Legislativa e Câmaras Municipais.

No Paraná, o PSD foi formado por Manoel Ribas, governador e interventor entre 1932 a 1945, padrinho político do governador eleito em 1947, Moysés Lupion. A formação inicial deste partido a nível nacional ocorreu “sob a liderança dos interventores, reunindo prefeitos (todos nomeados pelos interventores), membros da administração estadual” e outros apoiadores de Getúlio Vargas, “como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos etc.” (FGV, 2009a). Lupion venceu com 59% dos votos, deixando em segundo lugar Bento Munhoz da Rocha Neto, com 29% dos votos (Magalhães, 2001). Ele era empresário do ramo madeireiro, apoiava a colonização do norte e do sudoeste paranaenses, era proprietário da Clevelândia Industrial e Territorial (CITLA), envolvida nos anos seguintes no episódio chamado de Revolta dos Posseiros (Priori *et al.*, 2012).

A política paranaense tem suas singularidades. Moysés Lupion em 1947 foi candidato representando coligação PSD/UDN/PTB, nunca visto a nível nacional, pois a conveniência e os acordos agruparam partidos divergentes. Foi a primeira e última vez que os partidos mais populares do período 1945-1964 se coligaram no Estado do Paraná. Entre o final de 1947 e início de 1948, houve uma ruptura entre o

entre PSD e PTB; f) 27/11/1945: Getúlio declara apoio à Dutra; g) 27/11 a 01/12: intensa campanha eleitoral em imprensa escrita e rádios do Brasil; h) 2/12/1945: Dutra vence a eleição presidencial (Neto Lira, 2014).

PSD e a UDN. Em setembro deste ano, foi a vez de o PTB romper com o PSD, o que acarretou a neutralidade petebista na eleição para governador de 1950. Outra explicação clássica presente na literatura (Ipardes, 1989; Magalhães, 2001) “é a transformação de Lupion em figura nacionalmente conhecida como político inescrupuloso e cercado de auxiliares diretos cuja honestidade foi colocada sob suspeita” (Magalhães, 2001, 5).

A nível nacional, Dutra se aliou à União Democrática Nacional (UDN), alinhou-se a Washington e executou política econômica focada no arrocho salarial e no gasto das reservas econômicas adquiridas durante a Segunda Guerra Mundial. Na política, durante 1949 e meados de 1950, setores da UDN e PSD tentaram, em vão, uma união nacional com a candidatura de Afonso Pena Junior. A UDN homologou pela segunda vez consecutiva a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes para presidente. Dutra negou-se a apoiar a candidatura Vargas, que não representaria uma continuidade de sua linha de governo. Manobrou o PSD na convenção nacional de 15 de maio de 1950, desagradaram as alas do partido mais ligadas a Getúlio propensas a apoiar o senador catarinense Nereu Ramos e lançou o deputado federal mineiro, o advogado Cristiano Machado. Getúlio Vargas, estimulado pelo governador de São Paulo, Adhemar de Barros, se candidatou a presidente pela coligação PTB e PSP.

A organização territorial e política do eleitorado paranaense correspondia a 81 municípios agrupados em 65 zonas eleitorais, que inscreveram como eleitores 372.796 pessoas, perfazendo apenas 17,7% da população de 2.106.425 habitantes. A presença foi de 274.474 eleitores, ou 73,63% de comparecimento à votação. A maior parte dos paranaenses residia no campo, um percentual de 75,06%, ou 1.581.181 pessoas (IBGE, 1950, 1951; TRE/PR PAD 12.844/2018). Isso reforça o papel que as frentes de expansão exerceriam no estado nas décadas seguintes.

Apresentaremos os três candidatos a governador do pleito de 1950: Carlos Amoreti Osório, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB); Ângelo Ferrario Lopes, pelo Partido Social Democrático (PSD); e Bento Munhoz da Rocha Neto, pela coligação Frente Democrática: Partido Libertador (PL), Partido Republicano (PR), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Representação Popular (PRP) e União Democrática Nacional (UDN).

Carlos Amoreti Osório, em março de 1935, participou da formalização da Aliança Nacional Libertadora (ANL), ocupando a vice-presidência do grupo, que defendia “um programa nacionalista e antifascista” e contava “com a participação de membros do então Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e dos diversos partidos social-democráticos estaduais, além de sindicatos de trabalhadores” (Abreu, 2015). Dias depois de seu lançamento, a ANL se tornou alvo do governo Vargas devido à edição de uma Lei de Segurança Nacional, a de nº 38, de 4 de abril daquele ano, que permitia intervenções policiais em manifestações e prisões de opositores.

A perseguição à ANL se acentuou conforme aumentava a participação do PCB na organização política, e em razão dos constantes conflitos de rua com a Ação Integralista Brasileira, versão brasileira do fascismo italiano, fundada em 1932. Em julho de 1935, a ANL é fechada e Carlos Amoreti Osório é preso, cumprindo pena até depois do fim do Estado Novo. Não retorna ao Exército, e se candidata a governador pelo PSB em 1950, com resultado insignificante, e na eleição seguinte em 1955 (FGV, 2009b).

Ângelo Ferrario Lopes era engenheiro e pecuarista em Palmeira e foi Secretário de Obras Públicas, Viação e Agricultura, em 1936, e Secretário da Fazenda do Paraná durante o primeiro mandato de Moysés Lupion (Guebert, 2018, 108; O Globo, 1950). Também foi prefeito nomeado de Curitiba em duas ocasiões: em 1940 e 1947, cargo que ocupou antes de se tornar secretário de Lupion em 1948 (Barreiros, 2016).

Bento Munhoz da Rocha Neto é filho de um ex-governador do Paraná durante a República Velha. Foi professor e engenheiro, e iniciou sua carreira política como filiado à UDN, e eleito deputado constituinte em 1945. Um feito de seu mandato é a extinção do Território do Iguaçu e sua reintegração ao Paraná em 1946 – lembrando que esse território coincide com o Paraná Sulista ou Sudoeste Paranaense. Contribuiu para a federalização da Universidade do Paraná, apoiou o ingresso de imigrantes no Brasil, “a autonomia do Distrito Federal e a participação dos operários nos lucros das empresas” e se opôs “à implantação do divórcio no país” (FGV, 2009c).

Mais singularidades da política paranaense: desta vez Bento Munhoz da Rocha Neto criou ampla coligação, formada por cinco partidos, mais uma aliança informal com o PTB, “inimigo mortal”

da UDN. A outra singularidade é a UDN paranaense, que apoiou Lupion em 1947, e pactuou com o PTB para eleger Bento Munhoz da Rocha Neto. A votação do Brigadeiro Eduardo Gomes ajuda a entender a influência e a força da UDN no Paraná. A última singularidade: a única eleição estadual que PTB e PSD apoiaram o mesmo candidato a governador foi em 1947, sem repetir a coligação em nível nacional em 1950, 1955, 1960 e 1965.

A polarização afetou a imprensa também, havia periódicos controlados pelos dois grupos políticos, já que não encontramos registros de apoio a Osório na imprensa. Na análise dos jornais disponibilizados pela hemeroteca da Biblioteca Nacional (bn.gov.br), o periódico *O Dia* fez campanha eleitoral explícita para Cristiano Machado para presidente e Ângelo Lopes para governador. O cabo eleitoral Lupion era presença constante nos comícios em municípios do interior. O editorial do jornal vespertino *Diário da Tarde* desenvolveu campanha contra o lupionismo, e por consequência, para Bento Munhoz da Rocha Neto e Brigadeiro Eduardo Gomes. Há ênfase da caravana de Bento nos municípios do interior, com a imagem de comícios lotados.

Os jornais deram ênfase aos comícios de encerramento da campanha dos candidatos em Curitiba. Na interpretação de ambos os jornais, toda Curitiba prestigiou os candidatos. Entretanto, os comícios mais comentados, prestigiados e históricos foram os de 16 a 18 de setembro, quando Getúlio Vargas discursou para os eleitores londrinenses, ponta-grossenses e curitibanos. Café Filho participou de todos os comícios em terras paranaenses, visto o desprezo de Vargas por ele. *O Dia* e *Diário da Tarde* acompanharam o comício de Curitiba com proximidade e em seus editoriais, tentaram vincular a candidatura Vargas/Café Filho a Ângelo Lopes ou Munhoz da Rocha.

Café Filho tinha afinidade pessoal com Bento devido aos trabalhos em parceria na Câmara Federal e no comício de Curitiba, e rendeu elogios ao colega. Vale lembrar que em 1955, Munhoz da Rocha renuncia ao governo para ser ministro da agricultura de Café Filho, fato que influencia na eleição de 1955. Já o astuto e dúbio Getúlio, disse: “entre os candidatos ao alto cargo de governador do estado, estão Ângelo Ferrario Lopes, que foi secretário eficiente do meu interventor Manoel Ribas, e outro, um filho

ilustre de tradicional família paranaense. Os eleitores inteligentes saberão escolher o seu candidato". Na prática, o acordo PTB/ Bento Munhoz da Rocha Neto garantiu a neutralidade de Getúlio Vargas no Paraná e desencadeou no jornal *O Dia* o apoio mais enfático na candidatura de Cristiano Machado na semana final de campanha eleitoral.

A eleição geral de 1950 foi a única eleição simultânea do regime democrático onde o eleitor no mesmo dia votou em presidente da República, vice-presidente da República, governador, senadores, deputados federais e estaduais. Eleição com tantos cargos na urna voltaria apenas em 1994. Para cada cargo disputado, uma interpretação diferente do comportamento eleitoral. A disputa presidencial foi marcada pela oposição entre capitalismo e comunismo; isso, no Brasil, implicava ou desenvolvimento subordinado ao capital estrangeiro ou desenvolvimento autônomo, e foi personificado nos dois principais concorrentes – o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato pela UDN, e Getúlio Vargas, vitorioso, candidato pelo PTB. No Paraná, Vargas obteve 169.036 votos, enquanto Eduardo Gomes obteve 41.353 votos; Cristiano Machado, candidato pelo Partido Social Democrático (PSD), obteve 54.635 votos e João Mangabeira, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), apenas 182 votos (TRE/PR, Processo Administrativo Digital – PAD 12.844/2018).

Nas eleições legislativas, o comportamento eleitoral e os votos depositados elegeram Othon Mader senador pela coligação formada por UDN, Partido Republicano (PR), Partido Social Trabalhista (PST), Partido de Representação Popular (PRP) e Partido Libertador (PL); os deputados federais foram eleitos de forma equilibrada, com três representantes de cada partido ou coligação (PTB; PSD; UDN/PL/PR/PRP/PST); no legislativo estadual, foram 16 deputados eleitos pelo PSD, 12 pelo PTB; oito pela UDN; seis pela coligação PL-PR-PST; dois pelo PSP e um pelo PRP.

Nas eleições para o executivo estadual, consolida de vez a rígida polarização entre os grupos oponentes até as eleições de 1960. Os votos depositados elegeram Bento Munhoz da Rocha Neto governador pela coligação formada por UDN, Partido Republicano (PR), Partido Social Trabalhista (PST), Partido de Representação Popular (PRP) e Partido Libertador (PL) com 172.638 votos, seguido de Ângelo Ferrario Lopes do Partido Social Democrático (PSD), com 84.413

votos, Carlos Amoreti Osório, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), com 210 votos, 11.897 votos nulos e 5.402 votos em branco.

Cartografia das eleições para governador do Paraná em 1950

A cartografia das eleições para governador do Paraná em 1950 contribui para o entendimento da espacialização do voto. Nesse ano, os dez maiores eleitorados paranaenses eram Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Guarapuava, Apucarana, Mandaguari, Lapa, Cornélio Procópio, União da Vitória e São José dos Pinhais, com um total de 148.211 eleitores ou 20,78% da população desses municípios e 39,75% do eleitorado paranaense (TRE, PAD 12.844/2018; IBGE, 1951, 2011).

Cabe ressaltar que os relatórios estatísticos produzidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1950 contemplaram o resultado geral da eleição, sem a contemplação dos resultados por município e/ou zona eleitoral. Após procura no Arquivo Público do Paraná, encontramos o material primário, os mapas de apuração e as atas da Junta eleitoral de cada zona eleitoral.

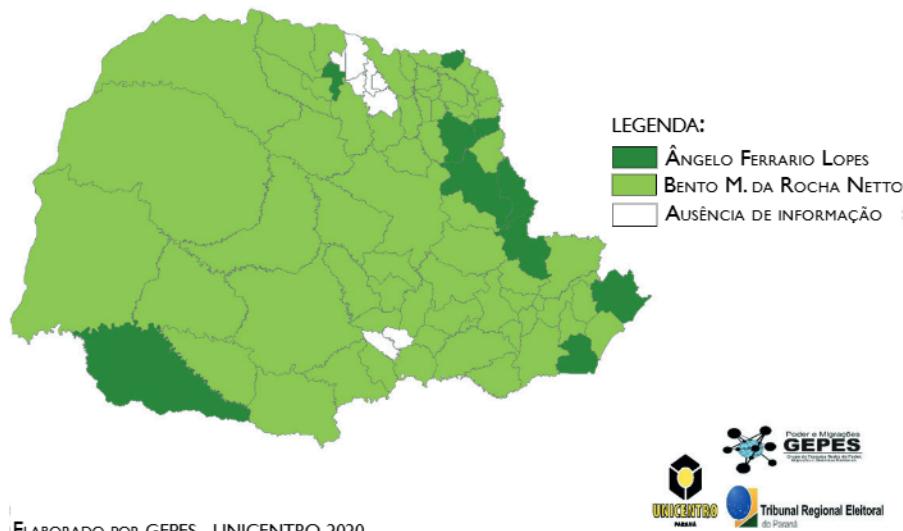
Descobrimos algumas peculiaridades: a) ata de apuração da 62^a ZE/PR – Rebouças contemplou o resultado geral da zona eleitoral, não houve a divisão dos votos entre Rebouças e Rio Azul; b) ata de apuração da 35^a ZE/PR – Assaí está incompleta, identificam-se os votantes de Jataizinho, porém a falta das atas de algumas seções inviabiliza a soma dos votos conferidos aos candidatos em Assaí e Uraí. A análise das atas de apuração da 40^a ZE/PR – Sertanópolis contempla apenas o resultado geral da zona eleitoral, mas a identificação dos votos de Bela Vista do Paraíso, Ibirapuã e Sertanópolis ficou prejudicada em virtude da pandemia ocasionada pelo vírus Sars-CoV-2. O eleitorado de Rebouças, Rio Azul, Sertanópolis, Ibirapuã, Bela Vista do Paraíso, Assaí, Uraí e Jataizinho, 6,22% dos votantes paranaenses, não serão representados nos mapas.

Disputa entre os candidatos a governador, segundo o município

O Mapa 1 apresenta os candidatos a governador vitoriosos nos municípios paranaenses nas eleições de 1950. Bento Munhoz da

Rocha ganhou em 62 municípios e totalizou 172.638 votos nominais ou 62,87% (TSE, 1950). Rio de Janeiro, Tribunal Superior Eleitoral, Departamento de Imprensa Nacional. de todos os votos a governador. No mapa estadual, a dobradinha Bento Munhoz/Getúlio Vargas sintetiza o resultado desta eleição, o apoio informal do PTB, mesmo com candidaturas independentes a nível estadual e antagônicas em nível nacional.

Mapa I – Candidatos vencedores, por município, nas eleições para governador do Paraná, 1950



Fonte: IBGE (2010) e TRE/PR (2019).

Ângelo Ferrario Lopes recebeu 79.687 votos nominais, ou 29,02% (TSE, 1950). Rio de Janeiro, Tribunal Superior Eleitoral, Departamento de Imprensa Nacional e foi vitorioso em apenas dez municípios: Cambará, Cambé, Cerro Azul, Clevelândia, Guaraqueçaba, Guaratuba, Jaguariaíva, Sengés, Siqueira Campos e Tomazina. Percebe-se em Jaguariaíva e Sengés, o vencedor foi Getúlio Vargas e em Siqueira Campos e Tomazina o vencedor foi Cristiano Machado.

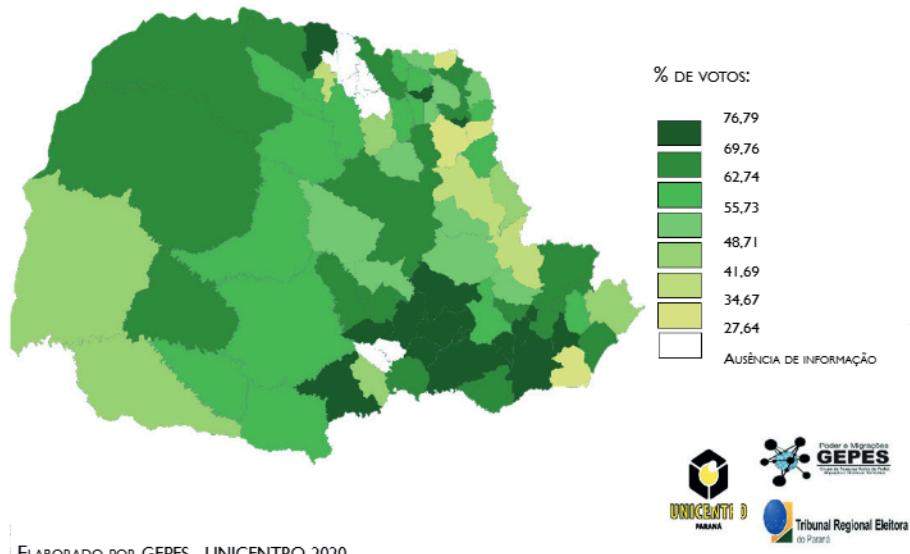
O terceiro candidato, Carlos Amoreti Osório, teve um desempenho pífio, com apenas 210 votos (Tribunal Superior Eleitoral;

Departamento de Imprensa Nacional) em todo o estado, ou 0,08% do total e menos que votos nulos e brancos, que somaram respectivamente 4.932 ou 1,91%; e 10.503 votos, ou 4,07% do total.

Votação de Bento Munhoz da Rocha, por município

O Mapa 2 apresenta os percentuais de votação de Bento Munhoz da Rocha Neto em cada município paranaense em 1950. Os maiores percentuais de votação dados a Bento Munhoz, todos acima de 75% da votação no município, foram encontrados nos municípios de Ponta Grossa, União da Vitória, Irati e Teixeira Soares. Proporcionalmente, a região do estado com votação mais elevada para esse candidato é o alto curso do rio Iguaçu, no Paraná Tradicional.

Mapa 2 – Porcentagem de votos obtida por Bento Munhoz da Rocha Neto, na eleição para governador, em cada município do Paraná, 1950



Fonte: IBGE (2010) e TRE/PR (2019).

Em 1947, Bento Munhoz perdeu a eleição para governador no norte cafeeiro, região com mesmo grau de importância que Curitiba. Nesta eleição, há inversão da posição: Munhoz da Rocha disputa acirradamente pelos votos da região e fica em primeiro lugar. Para ilustrarmos, citamos a vitória significativa de Bento em Porecatu,

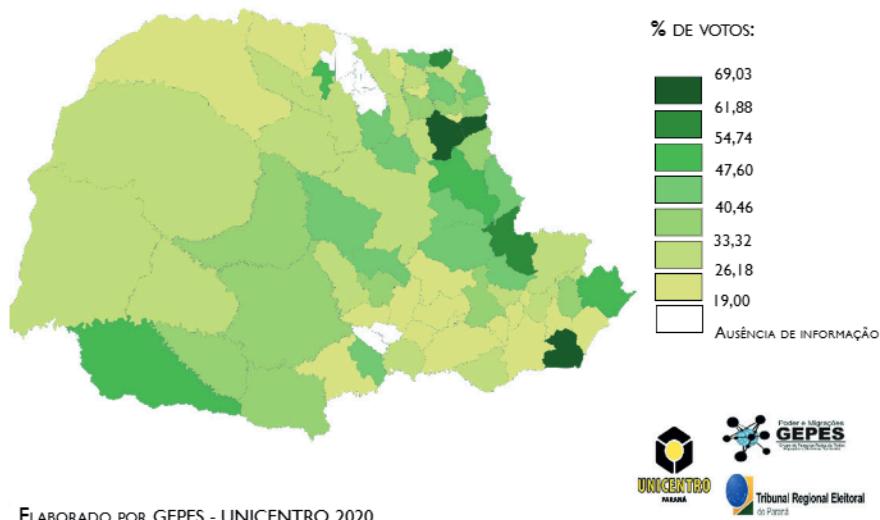
Jaguapitã, Londrina e Quatiguá, e a derrota no nordeste paranaense (norte pioneiro) Jaguariaíva, Cambará, Tomazina e Siqueira Campos.

Por outro lado, os percentuais mais baixos estão no litoral (Guaratuba e Guaraqueçaba). Bento Munhoz ganhou em quase todos os 20 maiores eleitorados paranaenses, com exceção de Clevelândia. Curitiba se manteve fiel ao candidato, ele se saiu vitorioso também em 1950. A capital representava 16,04% de todo o eleitorado do estado, apesar de ser 8,14% da população (IBGE, 2011; TRE, 1950).

Votação de Ângelo Ferrario Lopes, por município

O Mapa 3 mostra a votação de Ângelo Lopes em cada município. O candidato pessedista saiu-se vitorioso, com percentuais de 60% ou mais em Guaratuba, Cerro Azul, Siqueira Campos, Tomazina e Cambará. Regionalmente, os piores desempenhos foram o Alto Rio Iguaçu e o noroeste paranaense, como Mandaguari, Londrina e Campo Mourão. Ipardes (1989) retrata que nesta eleição o PSD foi derrotado em todas as regiões, mas proporcionalmente, a votação no norte cafeeiro foi muito boa devido à popularidade do governador Lupion. Assim, o mapa representa a votação significativa de Lopes na região.

Mapa 3 – Porcentagem de votos obtida por Ângelo Ferrario Lopes, na eleição para governador, em cada município do Paraná, 1950



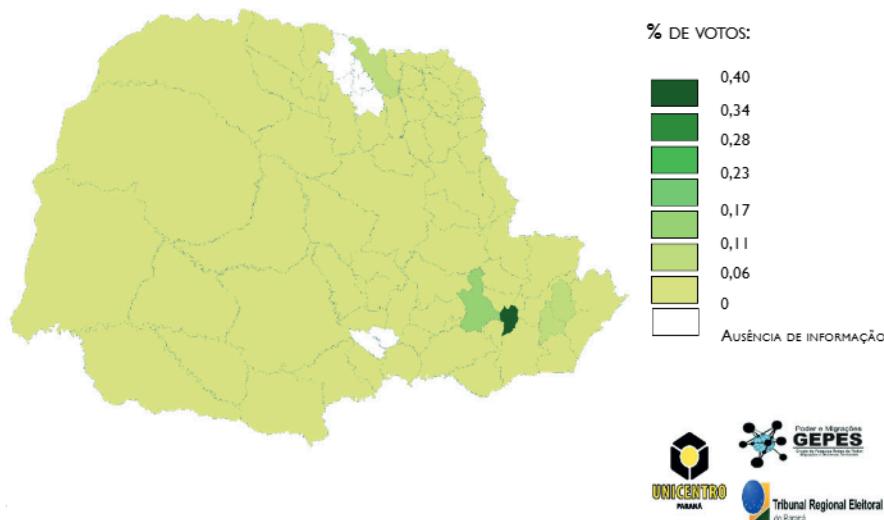
Fonte: IBGE (2010) e TSE/PB (2019)

Fonte: IBGE (2010) e TRE/PR (2019).

Votação de Carlos Amoreti Osório, por município

O Mapa 4 traz o desempenho do candidato pessebista. Houve votos em apenas oito municípios: Curitiba, com 186; Ponta Grossa e Campo Largo, seis votos cada; Cornélio Procópio, quatro; Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, dois em cada; e Paranaguá, apenas um. Esse quantitativo foi inferior à votação em branco e à nula.

Mapa 4 – Porcentagem de votos obtida por Carlos Amoreti Osório, na eleição para governador, em cada município do Paraná, 1950



ELABORADO POR GEPES - UNICENTRO, 2020



Fonte: IBGE (2010) e TRE/PR (2019).

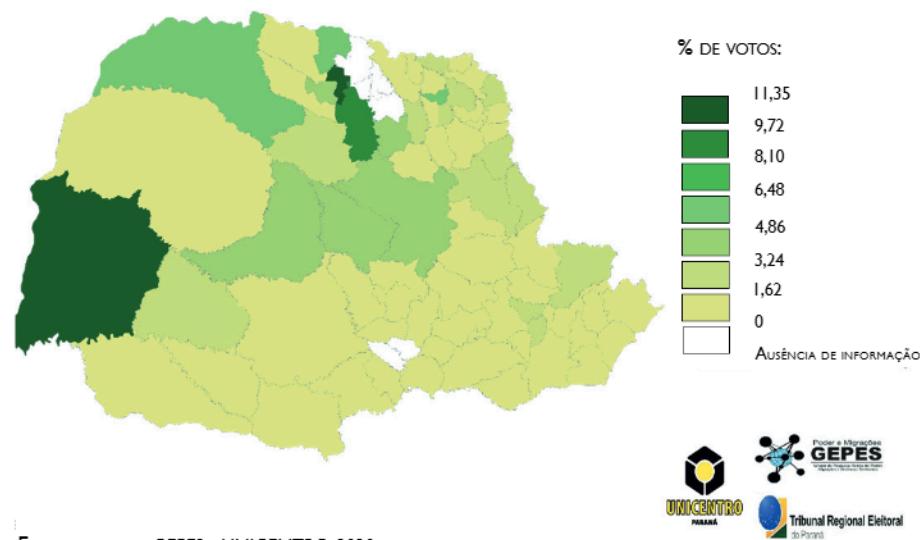
Votação em branco, por município

O Mapa 5 traz os percentuais de votos em branco em cada município paranaense. É interessante perceber que os maiores percentuais estão concentrados no norte do estado e, em menor proporção, em Foz do Iguaçu. Os municípios com maiores percentuais, acima de 6%, são Santa Mariana, com 14,42%, o primeiro colocado; Arapongas (14%), Bandeirantes, Foz do Iguaçu, Apucarana, Cornélio Procópio, Paranaguá, Andirá, Mandaguari e Jacarezinho.

Nulidade do voto, por município

O Mapa 6 traz os percentuais de votos nulos em cada município paranaense. Os municípios com maiores percentuais de votos nulos, acima de 4%, são Foz do Iguaçu, com 11,34%; Cambé, 11,19%; Londrina, Mandaguari, Porecatu, Abatiá, Rolândia e Reserva. Geograficamente, os maiores percentuais encontram-se no centro-norte do estado.

Mapa 6 – Porcentagem de votos nulos, na eleição para governador, em cada município do Paraná, 1950



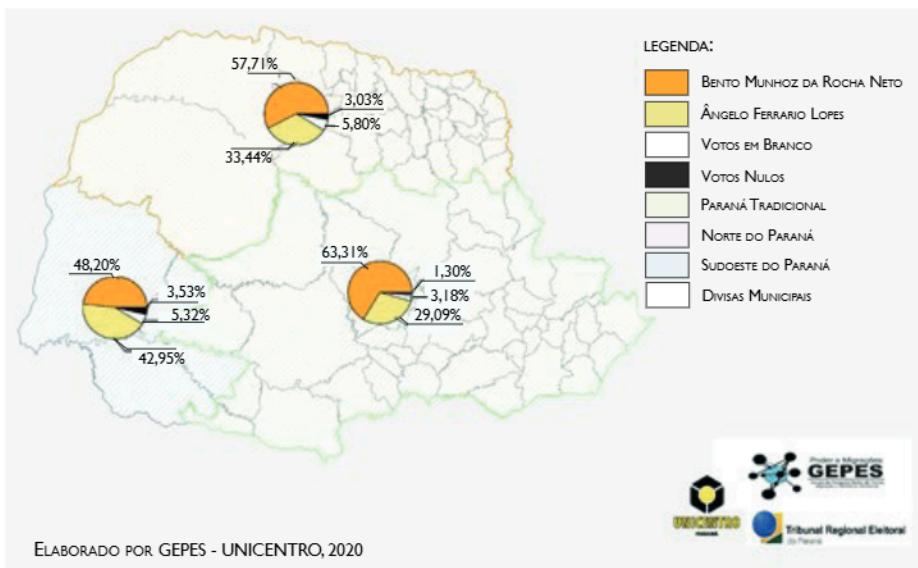
Fonte: IBGE (2010) e TRE/PR (2019).

Desempenho eleitoral segundo regionalização estadual: Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste

O Mapa 7 apresenta os resultados eleitorais do pleito para governador do estado do Paraná, segundo as frentes de ocupação. Em todas as três frentes, o candidato eleito Bento Munhoz da Rocha Neto saiu-se vitorioso, destacando-se com o melhor desempenho no Paraná Tradicional, com mais de 60% dos votos. Ângelo Lopes, embora derrotado em todas as frentes, teve

melhor desempenho no Sudoeste, formado pelos municípios de Foz do Iguaçu e Clevelândia. No Sudoeste, também foram verificados os maiores percentuais de votos brancos e nulos. Devemos destacar que Carlos Osório não recebeu votos suficientes para que constasse com percentagem relevante no cartograma das frentes de ocupação.

Mapa 7 – Porcentagem de votos de cada região nas eleições para governador de 1950



Fonte: IBGE (2010) e TRE/PR (2019).

Concluímos que a política estadual paranaense gravitará em torno de Lupion da eleição de 1947 à eleição de 1960, e terá rígida polarização com o grupo de Bento Munhoz da Rocha Neto e Ney Braga, com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) orbitando entre os grupos, se tornando protagonista a partir de 1960. Portanto, a eleição para governador de 3 de outubro de 1950 consolidou a polarização entre dois grupos, mas na prática havia campanha parecida na imprensa escrita, esforço de se fazer campanha em todos os municípios, em todas as frentes pioneiras de colonização, na ação coordenada de unidade e identidade do Paraná e na forma de governar, com ênfase na modernização.

A corrida presidencial não interferiu na disputa doméstica, talvez porque o estado ainda não tivesse em 1950 peso significativo no cenário nacional. Independentemente das paixões políticas, preferências partidárias, Bento Munhoz da Rocha Neto, Moysés Lupion, Ângelo Lopes, Carlos Amoreti Osório respeitaram o resultado das urnas, a vontade do eleitor e os princípios democráticos.

Referências

- ABREU, A. A. (coord.). (2015). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930*. Rio de Janeiro: FGV.
- BARREIROS, T. E. (2016). *Vozes do Paraná* 7. Disponível em: <https://bit.ly/3k65uH1>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- BATISTELA, A. (2015). O sistema pluripartidário de 1945-1965 no Paraná: uma análise dos partidos políticos, governos e das eleições no estado. *Tempos Históricos*, vol. 19, p. 111-50. Disponível em: <https://bit.ly/3mcmxsl>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. (2016). O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). *Revista Topoi*, vol. 17 n. 32, p. 257-86. Disponível em: <https://bit.ly/2GT3vYh>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- DELGADO, L. A. N. (1989). *PTB: do getulismo ao reformismo [1945-1964]*. São Paulo: Marco Zero.
- DIÁRIO DA TARDE. (1950). Edição 17.126, de 21 de setembro de 1950. Disponível em: www.bn.gov.br. Acesso em: 28 jul. 2020.
- _____. (1950). Edição 17.128, de 25 de setembro de 1950. Disponível em: www.bn.gov.br. Acesso em: 28 jul. 2020.
- _____. (1950). Edição 17.134, de 2 de outubro de 1950. Disponível em: www.bn.gov.br. Acesso em: 28 jul. 2020.
- FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). (2003). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 3.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. (2009a). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Partido Social Democrático (PSD-1945-1965)*. Disponível em: <https://bit.ly/32o87hs>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. (2009b). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Carlos Amoreti Osório*. Disponível em: <https://bit.ly/3kdurAr>. Acesso em: 7 jul. 2020.

- _____. (2009c). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Bento Munhoz da Rocha Neto*. Disponível em: <https://bit.ly/32nwYSp>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. (2009d). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Partido Libertador (PL – 1945-1965)*. Disponível em: <https://bit.ly/2RiBpaJ>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. (2009e). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Partido Comunista Brasileiro*. Disponível em: <https://bit.ly/2DSrvcX>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. (2009f). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Partidos políticos nacionais*. Disponível em: <https://bit.ly/32kpH5K>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. (2009g). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Partido de Representação Popular (PRP)*. Disponível em: <https://bit.ly/3bXdKX2>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. (2009h). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Partido Social Democrático (PSD – 1945-1965)*. Disponível em: <https://bit.ly/32o87hs>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. (2009i). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Moises Lupion de Troya*. Disponível em: <https://bit.ly/2ZwLC89>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. (2009j). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Cristiano Machado*. Disponível em: <https://bit.ly/2DPTc5Y>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. (2009k). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Partido Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <https://bit.ly/3hjpBzL>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- GUEBERT, C. A. (2018). *Da intelectualidade princesinha, o coração do Brasil: trajetória, sociabilidades cívico-letradas e a plasticidade do sertão imaginado no Círculo Euclidianos (Paraná, meados do século XX)*. 2018. Tese (Dissertação de Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (1950). V Constituição do Congresso Nacional: 1950. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://bit.ly/3iorgVQ>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. (1951). *Anuário Estatístico do Brasil: Ano XI: 1950*. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. (1952). *Anuário Estatístico do Brasil: Ano XII: 1951*. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. (1987). *Resultados eleitorais no Paraná 1945-82*. Curitiba: Ipardes.
- _____. (1989). *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba: Ipardes.

- _____. (2011). *Projeto Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://bit.ly/2ZqjLq0>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- MAGALHÃES, M. B. (2001). *Paraná: política e governo*. Curitiba: Seed.
- NETO, L. (2014). *Getúlio: da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- O DIA. (1950a). Edição 8.470, de 30 de julho de 1950. Disponível em: www.bn.gov.br. Acesso em: 28 jul. 2020.
- _____. (1950b). Edição B 8.511, de 17 de setembro de 1950. Disponível em: www.bn.gov.br. Acesso em: 28 jul. 2020.
- _____. (1950c). Edição B 8.512, de 18 de setembro de 1950. Disponível em: www.bn.gov.br. Acesso em: 28 jul. 2020.
- _____. (1950d). Edição B 8.513, de 20 de setembro de 1950. Disponível em: www.bn.gov.br. Acesso em: 28 jul. 2020.
- _____. (1950e). Edição B 8.523, de 1730 de setembro de 1950. Disponível em: www.bn.gov.br. Acesso em: 28 jul. 2020.
- O GLOBO. (1950). Candidato ao governo do Paraná. *O Globo*, Rio de Janeiro, Matutina, Geral, 29 jun. 1950.
- PRIORI, A. et al. (2012). *A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná*. Maringá: EdUEM. (História do Paraná: séculos XIX e XX).
- SANTOS JÚNIOR, W. R. (2016). *Geografia II: geografia econômica*. Rio de Janeiro: Saraiva JUR.
- SOARES, G. A. D. (2001). *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SOUZA, J. I. M. (2006). E as famílias na sala de jantar: aprendendo a ver televisão na década de 1950. *Revista USP*, São Paulo, n. 69, p. 159-80. Disponível em: <https://bit.ly/3hp6fJr>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Departamento de Imprensa Nacional. (1950). *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais e municipais*. Rio de Janeiro: TSE. vol. 2.

Eleição para governador do Paraná em 1955: contextos, resultados e apontamentos

Cleiton Costa Denez, Francisco Lima Mota e Larissa Aparecida Dionizio

Resumo

O presente texto tem como finalidade contextualizar a disputa eleitoral para governador do território paranaense no ano de 1955. A seguinte análise está pautada numa breve revisão bibliográfica para identificar atores e grupos de poder, juntamente com as relações que precederam e culminaram na eleição desse ano, bem como os seus desdobramentos. Para tanto, utilizaram-se resultados eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e análise da distribuição de votos no território paranaense a partir dos mapas produzidos pelo Grupo de pesquisa Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (Gepes). O pleito de 1955 consagrou a vitória de Moysés Wille Lupion de Tróia para um segundo mandato como governador do estado do Paraná, após o mandato de Bento Munhoz da Rocha Neto.

Palavras-chave: eleição; Lupion; Paraná; partidos; governador.

Abstract

This paper contextualizes the electoral dispute for governor of Paraná in 1955. The following analysis is based on a brief bibliographic review to identify actors and groups of power, as well as the relations that preceded and culminated in the election of that year, as well as its developments. To do so, we use the electoral results of the Tribunal Regional Eleitoral (TRE) and an analysis of the distribution of votes in Paraná following maps produced by Grupo de pesquisa Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (Gepes). The 1955 election resulted in the victory of Moysés

Sobre os autores

Cleiton Costa Denez é doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: cleiton.denez@hotmail.com

Francisco Lima Mota é doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGG-Unicentro). E-mail: franciscocesiuema@gmail.com

Larissa Aparecida Dionizio é graduanda em Geografia pela Unicentro. E-mail: laradionizio05@gmail.com

Wille Lupion de Tróia for a second term as governor of the state of Paraná, after the mandate of Bento Munhoz da Rocha Neto.

Keywords: election; Lupion; Paraná; parties; governor.

Artigo recebido em 20 de abril de 2020 e aprovado pelo Conselho Editorial em 3 de agosto de 2020.

Contextos: ascensão e consolidação do lupionismo

O território paranaense se consolida a partir das atividades extrativistas, como da erva mate, sendo esta base econômica das oligarquias tradicionais do litoral e do planalto de Curitiba, que disputavam a hegemonia sobre a estrutura político-estatal com os proprietários de terra dos campos gerais e velhas frações dominantes – a primeira representada por Caetano Munhoz da Rocha e a segunda por Afonso Alves Camargo, que se revezavam na governadoria desde 1916 até revolução de 1930, que destituiu Camargo¹.

Com a ruptura institucional de 1930, o governo provisório de Getúlio Vargas indicou para a maior parte do tempo entre os governos provisórios, constitucional e no Estado Novo, Manoel Ribas², que permaneceu por mais de treze anos no cargo. A revolução, como destaca Batistella (2016), não alterou radicalmente a estrutura familiar das elites paranaenses de base extrativista, ervaiteira e campeira.

A expansão do capital mundial no século XX, de acordo com Oliveira (2004), iria transformar radicalmente as bases sociais e territoriais, com a organização e tecnificação do território com o petróleo, produção do aço, indústrias e com a ampliação do setor de serviços, acelerando as relações e a fluidez do espaço. A expansão do capital monopolista se estendeu para as regiões e economias periféricas de produtos exportáveis, como o charque, a erva-mate,

1. Bento Munhoz da Rocha Neto, filho de Caetano Munhoz da Rocha, se casa com a filha de Afonso Alves Camargo, consolidando os laços das tradicionais frações oligárcas antecedentes à Revolução de 1930, das interventorias e nos pleitos eleitorais pós-1945.
2. Nascido em Ponta Grossa, de família tradicional, mudou-se para Santa Maria (RS), onde se tornou prefeito estreitando laços com Getúlio Vargas.

madeira, cacau etc. Vale lembrar que nessas áreas a produção articulada pelas elites regionais e o aparato estatal das unidades federativas passam a se associar com o capital externo.

Nesse sentido, a expansão do capital internacional se dá neste período, com a ocupação e povoamento do território a partir da construção de ferrovias e estradas, como a Curitiba-Paranaguá, e das companhias colonizadoras de capital privado, como a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), Companhia Pinho e Terra, Clevelândia Comercial Ltda (CITTLA), entre outras.

Diferentes fatores como os citados propiciaram a ocupação e posterior tecnificação do território, bem como a ascensão de outras atividades extrativistas. A madeireira, por exemplo, possibilitou a ascensão do grupo empresarial Lupion, que durante a interventoria de Manoel Ribas, estabeleceu laços estreitos – inclusive para dentro da estrutura estatal – e se constituiu como império econômico, liderado por Moysés Wille Lupion de Tróia.

Com a derrocada do Estado Novo e deposição de Vargas, o aparato institucional voltou à ordem democrática e passou novamente a ser articulado pelos partidos políticos, que passaram a ter caráter nacional após 1945. As principais agremiações do período foram o Partido Social Democrático (PSD)³; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁴; União Democrática Nacional (UDN)⁵, principais siglas, seguidas de outras como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido de Representação Popular (PRP).

Codato (2002) diz que depois de 1945, o jogo de poder estadual no Paraná configura-se a partir de questões que envolvem a nacionalização dos partidos políticos, tendo como tônica

3. Partido criado por Getúlio Vargas ligado com a burocracia federal, com forte penetração no meio rural, conservador e não reformista, representado os interesses das oligarquias. Ver Batistella (2016, 37).
4. Invenção da burocracia ministerial e sindical vinculada ao Estado Novo, representando o sindicalismo e os trabalhadores, e como uma solução pragmática para esvaziar as bases do PCB, cimentado na figura carismática do Presidente Vargas, posteriormente hasteando as bandeiras do nacionalismo e reformismo. Ver Batistella (2016, 37).
5. A gênese da UDN, criada na década de 1940, oficialmente fundada em 7 de abril de 1945, se deu como uma grande frente liberal-democrática de oposição ao Estado Novo e a governo de Getúlio Vargas. Sua formação inicial fez se pela aglutinação de grupos políticos heterogêneos, unidos em prol da reconquista das liberdades democráticas e antigelulistas.

a personificação do poder. Nesse contexto, há a organização dos partidos políticos, mas ao mesmo tempo, a figura de lideranças carismáticas, e em alguns casos, populistas.

Para Magalhães Filho (1995), cada partido representava um grupo de poder e seus respectivos jogos de interesses. No Paraná, as tendências mais conservadoras que apoiavam o Estado Novo e que participavam dos governos dos inteventores passaram a compor o PSD, composto por uma burguesia originada da propriedade da terra nos Campos Gerais, que passou a incorporar diversos segmentos da burguesia industrial beneficiada pelas políticas governamentais, principalmente ao setor madeireiro, e pelas inteventorias.

A pequena burguesia, segmentos da classe média ligada ao setor público e à política sindical de Vargas, na sua maioria trabalhadores urbanos e camponeses, foram organizados pela estrutura sindical que compunha o PTB.

A burguesia comercial e financeira, juntamente com algumas frações da burguesia industrial, classe média tradicional, grandes proprietários de terra, opostos a Vargas, constituíram a UDN.

Os períodos eleitorais de 1947, 1955 e 1960 possuem o protagonismo de Lupion⁶, que articula os principais atores e grupos de poder, tanto para o alinhamento e aglutinamento de forças em seu favor, como na organização de grupos adversários, que se pautaram no *antilupionismo* para aglutinação de partidos, apoios e base social. Na eleição de 1947, o grupo Lupion, se articula de tal forma que adquire os jornais e emissoras de rádio como *O Dia Curitiba*, *Correio do Paraná*, *Gazeta do Povo* e a Rádio Guairacá. Lupion era próximo do intendor Manoel Ribas que se articula no PDS, vencendo a disputa interna do partido depois do acirramento dos quadros internos, indicado assim, candidato a governador.

A ascensão do grupo econômico de Lupion, somado à diversificação de ramos e atividades para além do setor madeireiro, como o de comunicação, já mencionado, garante a construção de imagem de modernidade e de *business man* com o projeto para o governo do estado, intitulado de “Paraná Maior”. A consolidação do nome

6. O pioneirismo com a colonização e ocupação do território coincidiu com o personalismo, clientelismo político institucionalizado, o que foi conhecido como ademarismo em São Paulo, ou malufismo, no Paraná se deu o nome de lupionismo (Oliveira, 2004).

de Lupion no PSD chegou às demais legendas no estado; o PTB, a UDN e o PRP formaram uma grande coalizão, isolando o opositor Bento Munhoz da Rocha (PR), representante das antigas oligarquias do Paraná. Lupion abre 59,1% dos votos sobre os 29,3% de Munhoz da Rocha em 1947.

O primeiro governo Lupion e o seu sucessor Bento Munhoz da Rocha priorizaram as políticas de colonização nas regiões norte, oeste e sudoeste, investindo em infraestrutura, como novas estradas, hidroelétrica, abastecimento, saúde, segurança e educação pública, com a presença e ação administrativa do estado na capital e no interior. A colonização e o povoamento demandavam as ações administrativas citadas, articuladas com a iniciativa privada das empresas colonizadoras.

Surgiam as mobilizações de forças políticas e sociais para a mudança na condução do estado, que para Magalhães Filho (1995), é resultado da expansão econômica paranaense com a ocupação do território, surgimento contínuo de novas cidades e, consequentemente, a diversificação de classes sociais, tornando a sociedade paranaense complexa e com diferentes interesses econômicos e sociais.

No livro do Instituto Paranaense de Desenvolvimento e Econômico e Social (Ipardes), Paraná Reinventado (2006), os períodos Lupion/Munhoz/Lupion, são denominados como a “arte de povoar um território” expressando o povoamento e a estruturação do espaço, que exigiram ações do governo do estado para o ordenamento do território, expandindo a ação administrativa para as regiões norte, oeste e sudoeste, surgindo a partir de então a necessidade de integração do território, tanto de forma estrutural como cultural. No governo de Bento Munhoz, as ações para a integração a partir de uma cultura *paranista*⁷ ufanista, partindo de Curitiba para o interior, acaba por caracterizar o seu governo como elitista, com a retomada de

7. Movimento regionalista iniciado após a emancipação política do estado, em 1853. A identidade paranaense ocupou espaço importante na gestão Munhoz da Rocha. Segundo Batistella (2016) as ações do governador não o investiram de popularidade no interior, considerado pela opinião pública como excessivamente elitista, se detendo principalmente à Curitiba. Sobre o paranismo, ver Geraldo Camargo (2007).

signos e elementos como a araucária e o pinhão para representar a identidade paranaense como um todo.

Apesar da fragmentação da coalizão que apoiava Lupion, e com a eleição de Munhoz da Rocha em 1950, este se mantém como a principal liderança política do estado, porém contando com o desgaste do primeiro governo e com o fortalecimento das bancadas do PTB e da UDN na Assembleia Legislativa, além da eleição de Othon Mader⁸ (UDN) e Souza Naves⁹ (PTB) para o Senado, antigos aliados de Lupion na eleição de 1947, que agora se consolidavam como forças políticas atuantes e ativas que se desdobrariam na disputa eleitoral de 1955 e dos arranjos e coalizões de forças do novo governo.

Resultados: a segunda vitória de Lupion ao governo do Paraná

A eleição de 1955 é disputada por cinco candidatos: Lupion disputa pela coalizão PSD-PDC-PTN; Mario Batista de Barros¹⁰ pela coligação PTB-PR; Othon Mader (UDN); Luiz Carlos Tourinho¹¹ (PSP) e Carlos Amoreti Osório (PSB), conforme Tabela 1:

8. Engenheiro, industrial e comerciante de erva mate, delegado de terras da região oeste (1920-1924), deputado estadual ainda na república velha, nomeado prefeito de Foz do Iguaçu em 1931 e de Ponta Grossa em 1932, secretário de agricultura (1934-36). Em Batistella (2016) “um camarguista que rompeu com Ribas em 1937”. Aliado de Lupion em 1947 liderando a UDN rompe com o governo em menos de um ano, constituindo umas das primeiras forças antilupionistas, em 1950 foi eleito senador derrotando o candidato lupionista Raul Vaz (PSD)
9. Diretor da Creai do Banco do Brasil. Financiou a juros baixos e prazos longos a recuperação das lavouras atingidas por duas geadas consecutivas, em 1953 e 1955. Disseminou empréstimos para a diversificação da cultura agrícola e concedeu financiamentos à construção de moinhos de trigo. Líder do PTB no Paraná. Eleito senador em 1958 e pré-candidato ao governo do estado em 1960. Faleceu de ataque fulminante em dezembro de 1959.
10. O PTB juntamente com o Partido da República (PR), formaram a base de apoio ao então candidato Mário Batista de Barros (médico e deputado estadual), aqui considerado o principal adversário de Lupion ao governo do estado. Barros teve também grande apoio do clero local.
11. Engenheiro civil, militar e professor da UFPR no curso de engenharia, diretor do DER, na administração do governador Bento Munhoz da Rocha, deputado Federal mais votado em 1954 pelo PSP e liderança do partido no Paraná.

Tabela I – Resultado da eleição para governador em 1955

Candidato	Partido/Coligação	Nº de Votos	%
Moysés W. Lupion de Tróia	PSD/PDC/PTN	184.384	40,8%
Mario Batista de Barros	PTB/PR	130.388	28,9%
Othon Mader	UDN	65.886	14,6%
Luiz Carlos Pereira Tourinho	PSP	45.525	10,1%
Carlos Amoreti Osório	PSB	407	0,1%
Branços		18.295	4%
Nulos		6.665	1,5%
Total		451.550	100%

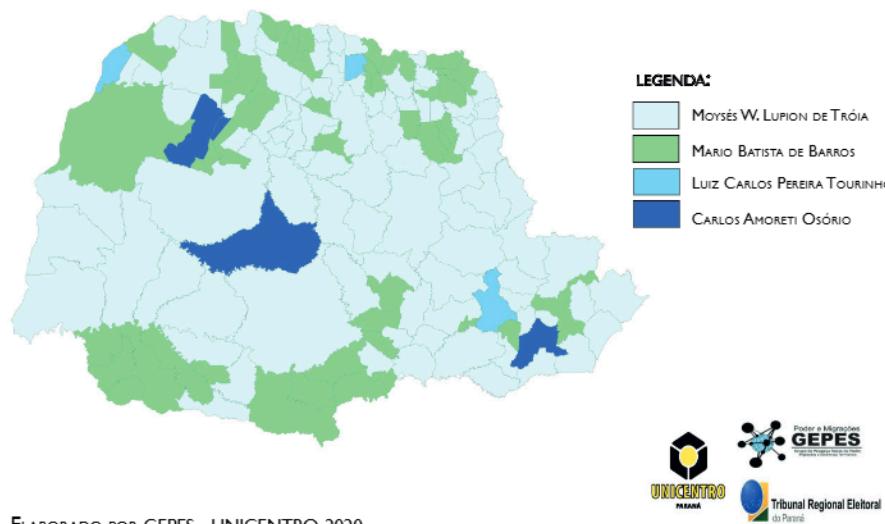
Fonte: Ipardes (2006).

Espacializando o resultado do pleito de 1955 (Figura 1), Lupion obteve vitória na maioria dos municípios paranaenses, totalizando 40,8% dos votos. Como fator de importância para essa vitória, destacamos a dispersão da oposição, favorecendo a sua vitória, considerando que havia apenas um turno nas eleições, não sendo necessária a maioria além dos 50% dos votos.

O candidato petebista Mário Batista de Barros obtém vitória em alguns municípios do norte do Paraná e do sudoeste, onde havia a construção e consolidação de bases do PTB. No norte do estado pode ser considerada a base econômica da cafeicultura, onde o senador Souza Naves, Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Creai) e presidente estadual petebista, contava com influência entre os cafeicultores. Já no sudoeste, havia a liderança de Antônio Anibelli de Clevelândia, deputado estadual e federal e membro da executiva do partido.

Luiz Carlos Pereira Tourinho (PSP) obteve a maioria dos votos na região de Curitiba e em mais dois municípios pequenos. Porém, o destaque está na vitória eleitoral na região da capital, sendo o candidato que expressava o tradicionalismo curitibano, destoando do restante do Paraná. Carlos Amoreti Osório, do PSB obteve uma pequena votação, 0,1% dos votos, com vitória em apenas três municípios.

Figura 1 – Candidato vencedor por município



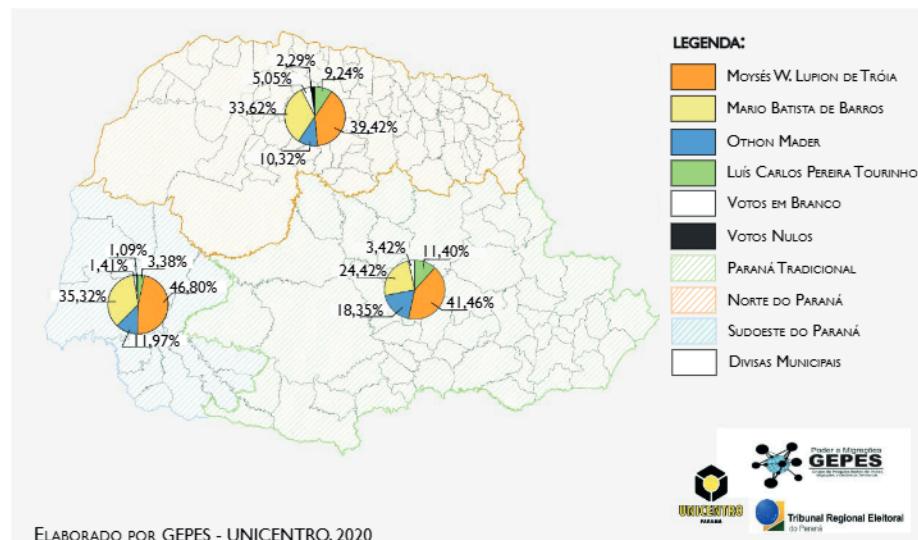
Fonte: IBGE (2010) e TRE (2019).

Analisando os resultados a partir das frentes de ocupação do Paraná tradicional, norte e sudoeste (Figura 2), Lupion obtém maioria dos votos em toda região, totalizando os números dos municípios. Mário Batista de Barros alcança resultados relevantes, respectivamente no sudoeste e norte, porém sem ultrapassar Lupion em nenhuma região deste recorte geográfico. Já Othon Mader e Luiz Carlos Tourinho, alcançam bons resultados no Paraná Tradicional, porém sem ultrapassar os dois primeiros colocados.

Com as forças oposicionistas em desarmonia, a vitória de Lupion era tida como certa, uma vez que ele ainda gozava de esmerado prestígio junto ao eleitorado paranaense, e também pelo controle da imprensa e do poder econômico em sua campanha. No tocante aos resultados por municípios (Figura 3), o grupo liderado por Lupion teve maciça e expressiva votação em quase a totalidade dos municípios paranaenses, com as exceções já destacadas. Embora a porcentagem de votos de Lupion tenha sido um pouco menor na capital, a tendência não alcança a maioria dos municípios, que conseguem votação homogênea na maioria dos municípios e regiões destacadas aqui neste trabalho. Porém, é necessário destacar que o candidato vitorioso não consegue a mesma votação expressiva que

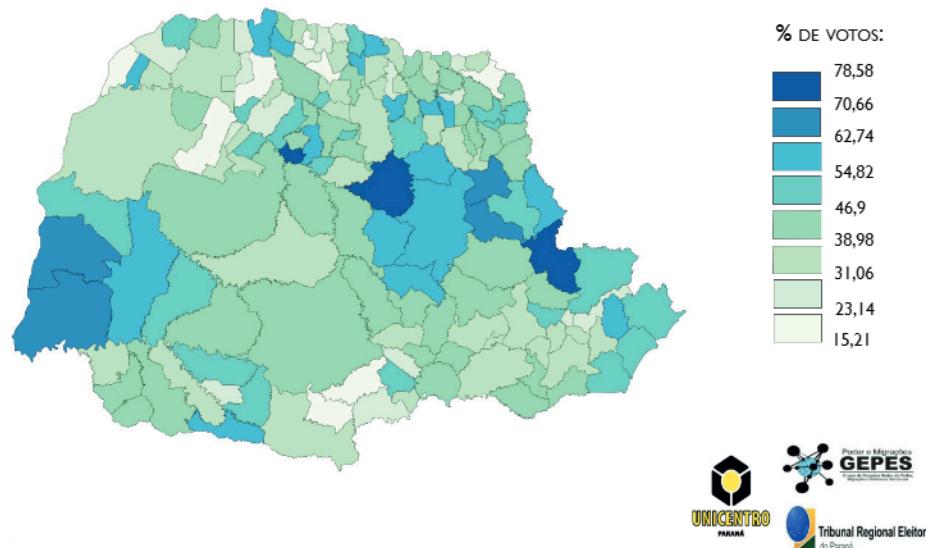
obteve em 1945 que chegou a 59,1 % dos votos, com uma ampla coalizão partidária (PSD/PTB/UDN/PRP).

Figura 2 – Resultado por frente de ocupação



Fonte: IBGE (2010) e TRE (2019).

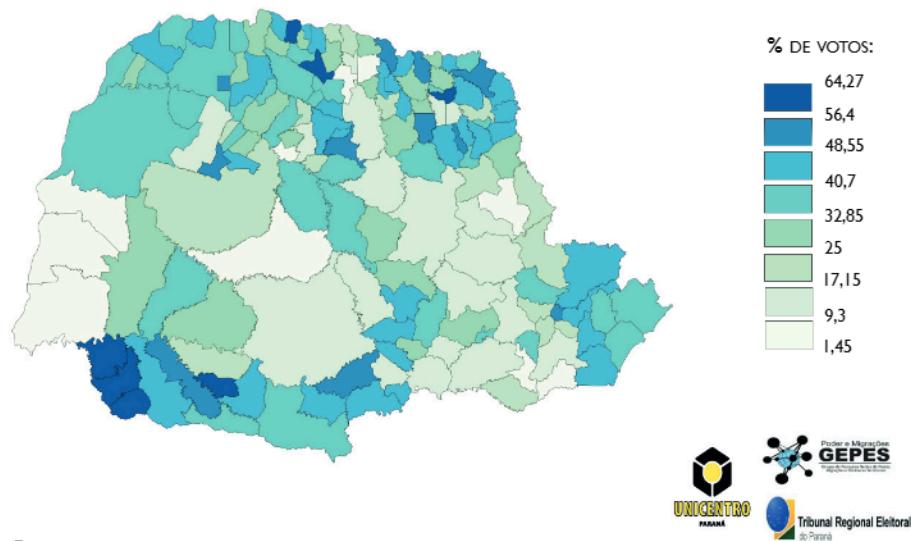
Figura 3 – Desempenho eleitoral do candidato Moysés Wille Lupion de Tróia



Fonte: IBGE (2010), TRE (2019).

As informações contidas na Figura 4 demonstram que o resultado quantitativo obtido por Mário Batista de Barros se deu de forma bastante fragmentada nas respectivas regiões do estado. É possível observar maior densidade eleitoral no sudoeste e norte do estado. Porém, mesmo sustentado pela segunda maior força política partidária do estado, o candidato enfrentou dificuldades de ampliar votação na maioria dos municípios, sem se consolidar neles. Todavia, o fator que dificultou derrotar o ex-governador e as forças lupionistas foi a desagregação das oposições e de outras forças, sendo necessário levar em consideração divergências nacionais e locais entre elas, como entre a UDN e o PTB.

Figura 4 – Desempenho Eleitoral candidato Mario Batista de Barros

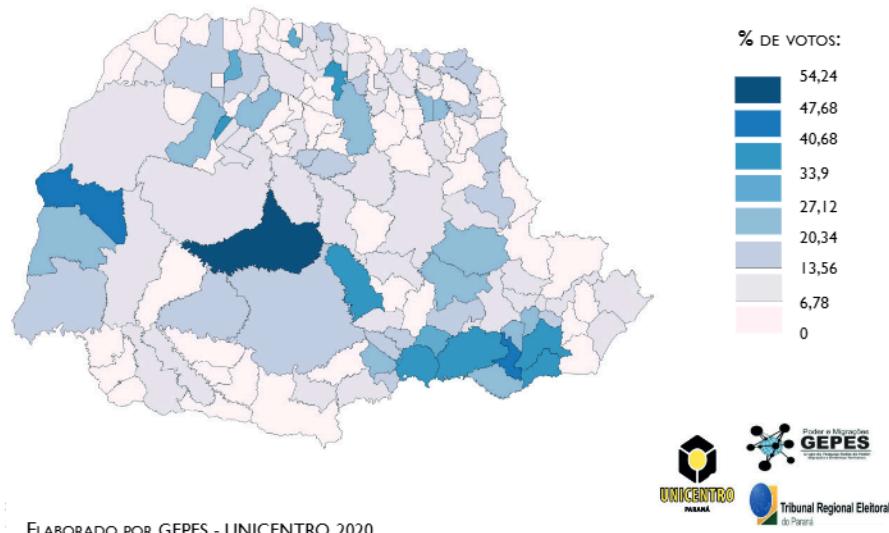


Fonte: IBGE (2010), TRE (2019).

No Paraná, o engenheiro Othon Mader (UDN) entra na disputa ao governo do estado, representando a ala que se configura na escala nacional, e no estado denominou-se Frente Única do Paraná. Mader sai das eleições estaduais de 1955 com 14,6% dos votos válidos a governador do estado (Figura 5). É possível verificar maior densidade eleitoral do candidato na região próxima a Curitiba ou no Paraná Tradicional, e uma votação dispersa no restante do estado.

É necessário considerar, porém, que a disputa eleitoral consolida o nome de Mader como liderança da UDN, sendo eleito senador pela legenda em 1958.

Figura 5 – Desempenho eleitoral do candidato Othon Mader

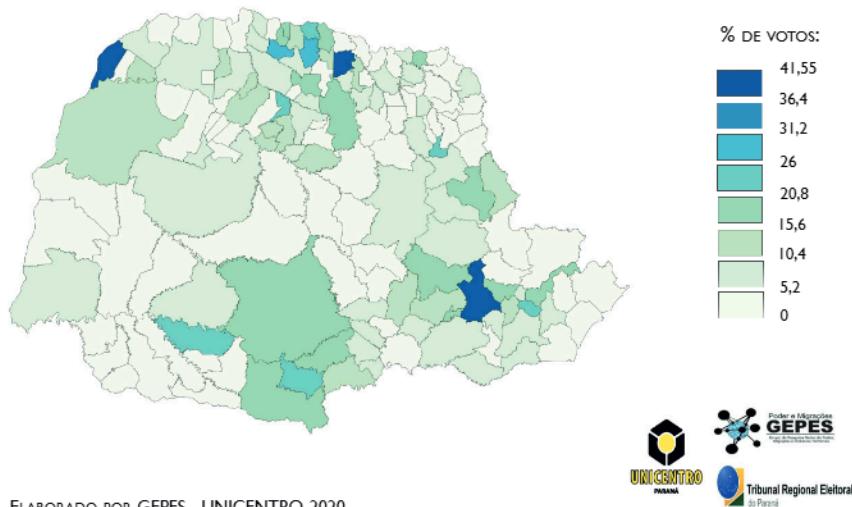


Fonte: IBGE (2010) e TRE (2019).

Depois de ter sido o candidato mais votado ao cargo de Deputado Federal das eleições de 1954, Luiz Carlos Pereira Tourinho, do Partido Social Progressista (PSP), aparece no cenário eleitoral das eleições a governador do Paraná no ano de 1955 (Figura 6), obtendo 10,01% dos votos. Apesar de alcançar 10% dos votos, a densidade eleitoral se apresenta em poucos municípios e de maneira dispersa no estado.

Para Batistella (2016), o que resolvia o problema fundiário dos posseiros era fornecer escrituras nas regiões oeste, sudoeste e norte, acusando o governo Bento de não querer resolver o problema, somado à promessa de mais estradas, o controle da grande imprensa e o alto investimento financeiro na campanha, o que deu o segundo mandato a Lupion. Outro fator importante foi a fragmentação dos grupos de oposição e a adesão de todas as alas do PTB à candidatura de Mario de Barros, que contou com poucos recursos e empenho do partido, exceto na região sudoeste, onde venceu.

Figura 6 – Desempenho eleitoral por município candidato Luiz Carlos P.Tourinho



Fonte: IBGE (2010) e TRE (2019).

Apontamentos: desdobramentos da segunda eleição de Lupion e declínio do lupionismo

No segundo mandato, a expansão das companhias colonizadoras rendeu conflitos e desgaste político a Lupion, em que o governador procurou favorecer a Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (CITLA). Como destacado anteriormente, embora tenha garantido em campanha a regularização fundiária a posseiros de diferentes regiões, o governo deu livre caminho à CITLA, de quem era “sócio oculto”, de acordo com Batistella (2016, 177).

A CITLA se utilizava de capangas e de métodos violentos que culminaram na Revolta dos Posseiros em 1957, em que aliados aos comerciantes de Pato Branco e Francisco Beltrão expulsaram todas as autoridades do governo do estado, tamanha a barbárie e a revolta com os atos da CITLA, impondo o ultimato das forças federais para que o governo estadual acalmasse os ânimos e fechasse as companhias.

Além dos conflitos fundiários, explodiu o escândalo da Companhia Paranaense de Eletricidade (Copel), envolvendo compra de terras e a família do governador. (ver Batistella, 2016, 176).

Líder empresarial e com novo estilo administrativo, Lupion comandou um império econômico, instituiu técnicas de planejamento, desenvolveu profunda política municipalista de ocupação, colonização, planejamento e estruturação do território paranaense, com uma política duvidosa de titulação de terras e escândalos de corrupção ao final do segundo governo (Oliveira *et al.*, 2004, 35).

Em editorial do Jornal do Brasil, utilizam o termo “lupionagem”, citando que Lupion, em seus tempos de governador, chegou a lotear uma praça pública em proveito próprio (Jornal do Brasil, 16 jul. 1996, 10).

Ao final do segundo mandato do governador, as forças oposicionistas crescem no PTB, UDN. No PDC, as figuram de Souza Naves, senador do PTB e de Ney Braga¹², prefeito de Curitiba pelo PDC, se destacam para sucessão governamental. Souza Naves falece acometido de enfarte fulminante no final de 1959, abrindo caminho para Ney Braga, que se consolida como antilupionista e se elege governador em 1960. Lupion, acuado por acusações de corrupção, se exila na Argentina para evitar a prisão.

Referências

- BATISTELLA, A. (2016). *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*. Curitiba: Editora da UFPR.
- CAMARGO, G. L. V. (2007). *Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná (1853-1953)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- CODATO, E. (2002). Personalismo político nos anos cinquenta. *Revista de História Regional*, vol. 7, n. 1, p. 9-45.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (2006). *Paraná reiventado: política e governo*. 2. ed. Curitiba: Ipardes.
- MAGALHÃES FILHO, F. (1995). Agentes sociais no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 86, p. 3-33.
- OLIVEIRA, R. (2004). *A construção do Paraná Moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI.

12. Ney Braga concorre pelo PDC, que de 1954 a 1958 ocupou a prefeitura de Curitiba, ligado anteriormente, ao grupo de Bento Munhoz (PRP). Assim, ao se desprender do antigo grupo com sua entrada no PDC, cria uma nova vertente política no Paraná, ligada à imagem de modernização do estado.

As eleições para governador do Paraná em 1960: resultados, contextos e apontamentos

Márcia da Silva, Washington Ramos dos Santos Junior, Tatiellen Cristina Prudentes e Gabriel Plaviak da Silva

Resumo

O objetivo desse artigo é apresentar uma abordagem analítica e histórico-geográfica das eleições para governador em 1960, no Paraná, bem como delinear o contexto político, econômico e social do período, no sentido de fundamentar as leituras cartográficas (mapas) em diferentes aspectos temáticos (votações por município, no conjunto do estado e regionalizadas). Nesse ano, as eleições para presidente do Brasil foram acompanhadas de eleições para onze governadores estaduais, dentre eles, para o Paraná. Na escala nacional o pleito teve como vencedor Jânio Quadros, pela coligação PTN/UDN/PR/PL/PDC, cuja candidatura teve forte influência na política paranaense. Nesse estado, então, a disputa se deu a partir de três candidatos: Ney Aminthas de Barros Braga (PDC), Nélson Maculan (PTB) e Plínio Franco Ferreira da Costa (PSD). Ney Braga foi o vencedor, numa eleição marcada por dois fatores principais: o antilupionismo e o papel de Jânio Quadros que, mesmo sem apoio oficial, foi tomado como aliado na campanha de Ney Braga.

Palavras-chave: Paraná; eleições 1960; governador.

Sobre os autores

Márcia da Silva é professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É graduada e pós-graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e pós-doutora pela Universidade de Lisboa. E-mail: marcia.silvams@gmail.com

Washington Ramos dos Santos Junior é professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: washingtonramos.geopsique@gmail.com

Tatiellen Cristina Prudentes é graduada e doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Bolsista Capes. E-mail: tatiellencristina@hotmail.com

Gabriel Plaviak da Silva é graduado e mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: plaviakdasilva@hotmail.com

Abstract

This article present an analytical and historical-geographical approach to the elections for governor in 1960 in Paraná, outlining the political, economic and social context of the period to ground cartographic readings (mappings) in different thematic aspects (votes by municipality, statewide and frontiers). That year, elections for the president of Brazil were accompanied by elections for eleven state governors, including Paraná. On the national scale, the election was won by Jânio Quadros, from the PTN/UDN/PR/PL/PDC coalition, whose candidacy had a strong influence on Paraná's politics. In the state, then, the dispute involved three candidates: Ney Aminthas de Barros Braga (PDC), Nélson Maculan (PTB) and Plínio Franco Ferreira da Costa (PSD). Ney Braga won in an election marked by two main factors: antilupionism and the role of Jânio Quadros, who, even without official support, was considered an ally in Ney Braga's campaign.

Keywords: Paraná; elections 1960; governor.

Artigo recebido em 20 de abril de 2020 e aprovado pelo Conselho Editorial em 3 de agosto de 2020.

O contexto histórico-geográfico e político do Paraná em 1960

Em 1960, ocorreu a última eleição presidencial direta antes do final do regime militar, sendo que a próxima ocorreria somente 29 anos depois, em 1989. O clima era de instabilidade e mudanças no início dessa década, como já reportado. Os partidos protagonistas ainda eram praticamente os mesmos desde o fim do Estado Novo e se manteriam nos dois decênios seguintes: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Alguns outros partidos foram criados nesse período, inclusive com abrangência nacional, entre eles o Partido Democrata Cristão (PDC) que no Paraná elegeu o governador Ney Braga no pleito ocorrido em 3 de outubro de 1960, derrotando o candidato do PTB, Nelson Maculan e o candidato do PSD, Plínio da Costa.

O PDC ainda não tinha expressividade política em escala regional, portanto, a base político-partidária de Ney Braga foi seu histórico como prefeito de Curitiba, eleito em 1954 pelo Partido Social Progressista (PSP) nas primeiras eleições diretas para prefeito. Além disso, Ney Braga era bastante conhecido nos municípios do entorno da capital, cujos deslocamentos populacionais para trabalho e uso

de serviços nesta eram constantes, fazendo com que a população da região o reconhecesse politicamente. Idem para sua cidade de nascimento, a Lapa, também localizada nas proximidades da capital do estado (Monteiro, 2013).

Nesse ano, 1960, o Paraná foi um dos 11 estados que compunham as eleições gerais para presidente da República, pelas quais, juntamente com os governadores, exerciam um mandato de cinco anos. Os demais estados tinham mandatos de quatro anos e, por isso, as eleições para governador coincidiam com as das Assembleias Legislativas (Nicolau, 2012).

Em 1960 o vice-presidente era eleito separadamente do presidente. Esse sistema fez com que fossem eleitos presidente de uma chapa e vice-presidente de outra. Em 1960, o vice-presidente eleito foi João Goulart, que concorria pela chapa de Henrique Teixeira Lott. Com isso, o presidente Jânio Quadros era simpático à UDN, e o vice João Goulart era do PTB (Nicolau, 2012). Ainda neste ano surgiu a primeira propaganda eleitoral da TV, com duração de 24 segundos. Na sequência, a Figura 1 apresenta o santinho da campanha de Jânio Quadros. Nela, o então candidato prometia limpar a corrupção no Brasil, sendo o símbolo de sua campanha uma vassourinha.

Figura 1 – Foto e *jingle* de Jânio Quadros e sua vassourinha para varrer a corrupção no Brasil



Varre, varre, vassourinha...
Jingles

- ✚ Varre, varre, varre, varre vassourinha!
- ✚ Varre, varre a bandalheira!
- ✚ Que o povo já 'tá cansado
- ✚ De sofrer dessa maneira
- ✚ Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado!
- ✚ Jânio Quadros é a certeza de um Brasil, moralizado!
- ✚ Alerta, meu irmão!
- ✚ Vassoura, conterrâneo!
- ✚ Vamos vencer com Jânio!

Fonte: *Atlas Histórico do Brasil* (FGV, 2016).

As eleições paranaenses para governador de 1960 celebraram a coligação do PDC com o Partido Libertador (PL), sendo este

originário da política gaúcha, mas com bases de filiados em outros estados do país, como o Paraná. Em seus parâmetros, defendia o parlamentarismo, a não concorrência do Estado com a iniciativa privada, a indiferenciação entre o capital estrangeiro e o nacional e era antagetulista. Nas eleições presidenciais de 1955, por exemplo, o partido foi contra a candidatura de Juscelino Kubitschek e, no pleito de 1960, a favor de Jânio Quadros.

Em relação a Jânio, cabe lembrar que este teve papel importante na vida político-partidária paranaense, com apoiadores e correligionários de renome (além de laços familiares). A maior representação desse fato foi sua eleição para deputado federal pelo estado em 1958, cargo que deixou para concorrer à presidência da República.

Para as eleições a governador do ano de 1960, no estado, apoiava a indicação de Abilon de Souza Naves, primeiro senador eleito pelo PTB no Paraná, em 1958. Souza Naves esteve à

frente do Partido Trabalhista Brasileiro paranaense por mais de dez anos [...] conseguiu reestruturar e fortalecer o partido, consolidando-se como a principal liderança trabalhista no Paraná [...]. Considerado o virtual governador eleito em 1960, Souza Naves faleceu repentinamente em dezembro de 1959, vitimado por um ataque cardíaco fulminante, em jantar oferecido por amigos e correligionários em sua homenagem. (Batistella, 2015, 317)

Com a morte de Souza Naves, PTB e PSD passam a disputar o apoio formal de Jânio Quadros em coligação, fato que não se concretizou, levando ambos os partidos a optarem por candidaturas próprias. Os nomes escolhidos, então, foram de Nelson Maculan, substituindo Souza Naves, no PTB, e de Plínio Franco Ferreira da Costa, no PSD. O PSD, por vez, estava politicamente desgastado com acusações de corrupção durante os mandatos de Moysés Lupion, de 1947 a 1951 e de 1956 a 1961. Em 1957, foi criada em Curitiba uma Frente Antilupionista, formada por “elementos da UDN, PR e da ala do PSP que ali obedece à orientação do deputado Luiz Tourinho” (Correio da Manhã, 1957).

Quanto à candidatura do PTB, a campanha de Maculan foi acusada de elitismo (em razão do apoio de cafeicultores do norte do estado e outros) e de vínculos comunistas, em razão do apoio às

reformas de base, quando o contexto da política nacional era de crescente polarização (Batistella, 2016). Assim, ainda de acordo com Batistella (2016, 276-7), a candidatura “não emplacou em diversas regiões do Paraná, sobretudo em Curitiba, onde o candidato petebista ainda era um ‘ilustre desconhecido’”.

Ney Braga consolidou no Paraná o PDC, partido pelo qual foi eleito deputado federal em 1958, depois de se afastar politicamente do ex-governador do Partido Republicano – PR, Bento Munhoz da Rocha Neto, seu ex-cunhado, cujo mandato foi exercido entre os anos de 1951 e 1955. A UDN optou por não ter candidatura própria em razão do mau desempenho nas eleições legislativas de 1955 e 1958 (Ipardes, 1989, 138), mas, conforme Batistella (2016), a candidatura democrata-cristã, com a plataforma de melhorar o abastecimento de energia elétrica, “contou com o apoio da maior parte da UDN, de parte do PR [Partido Republicano], de setores da Igreja Católica e de grupos empresariais e ruralistas de diversas regiões do estado”. Por outro lado, apoiaram a candidatura petebista “o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto [...], [os] udenistas do norte [...], parte do Partido Social Progressista (PSP) [...], [a] dissidência do PSD e [...] [o] Partido Comunista do Paraná” (Batistella, 2016, 276-7).

Em uma eleição bastante acirrada, polarizada entre PDC e PTB, sem um provável vencedor ao longo do pleito, Ney Braga foi eleito governador do Paraná com 37,69% dos votos, diferença pequena em relação ao segundo colocado, Nelson Maculan, que obteve 33,53%. Plínio Costa conseguiu 28,78% do total, ficando em último lugar (TSE, 1960).

Quanto às eleições presidenciais, o vencedor no Paraná foi Jânio Quadros, da coligação entre UDN, PDC, PR, PL e o Partido Trabalhista Nacional (PTN), ao qual o futuro presidente estava filiado, e contabilizou 51,2% dos votos (Benevides, 1999). Adhemar de Barros, do PSP, obteve 22,6% dos votos e o marechal Henrique Lott, da coligação entre PSD, PTB, Partido Social Trabalhista (PST), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Republicano Trabalhista (PRT) teve 16,9%. Quando verificamos a votação para presidente, Jânio Quadros perdeu para Adhemar de Barros em apenas oito municípios: Antonina, Joaquim Távora, Palmas, Porecatu, Santa Amélia, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina e Siqueira Campos (TRE, 1960).

É importante lembrar que Jânio Quadros não formalizou apoio a nenhum candidato no Paraná, mas a campanha vitoriosa de Ney Braga associou a imagem de ambos os candidatos por meio do *jingle* “Quem é Ney é Jânio, quem é Jânio é Ney” (Batistella, 2018, 18), resultante da utilização do marketing político por meio de material impresso, programas de rádio e as ainda escassas comunicações via transmissões pela TV, presentes apenas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza e Curitiba (Federico, 1982, 85).

As eleições de 1960, em âmbito geral e no Paraná, foram representativas daquilo que Ferreira (2003) nominou de “experiência democrática” como resultante de diversas conquistas sociais, a exemplo da redução do número de analfabetos – eram 54% em 1945 e passaram para 36% em 1960 (Soares, 2001, 313) – via ampliação dos investimentos em educação. O ano de 1960, ainda, foi o último em que o censo demográfico aponta predomínio de população rural. A partir daí o Brasil passaria por um momento de transição campo *versus* cidade no sentido do morar e trabalhar. Politicamente, a principal consequência dessas mudanças é a ampliação do número de eleitores observados diretamente também no número de votantes naquele ano.

Ainda nessa lógica, Soares (2001) afirma que houve gradual ampliação da cidadania vinculada ao “valor do voto, divulgando a ideia de que votar era um direito ao qual os mais diversos setores da população também deveriam ter acesso” (Soares, 2001, 318). Ferreira (2003, 12), por sua vez, afirma que a Constituição de 1946 possibilitou que os brasileiros tivessem acesso a direitos políticos até então não estabelecidos legalmente. Muñoz (1983, 54-5) apresenta dados que demonstram essa variação: em 1945, havia 7.459.849 eleitores no Brasil; em 1960 esse número aumentou para 15.543.332, um ganho de 108%. No Paraná, o eleitorado saltou de 229.672, em 1945, para 885.418, em 1960, um aumento de 385%.

Vejamos, a seguir, como se comportou o fenômeno eleitoral a partir da espacialidade do voto, para o ano de 1960, no estado do Paraná.

Em 19 de setembro de 1960, segundo o Censo Demográfico do IBGE, o Paraná contava com 11 zonas fisiográficas, 162 municípios, 403 distritos, 162 cidades e 226 vilas, que abrigavam

4.277.763 habitantes (população residente). A população urbana chegava a 1.327.982 habitantes e no campo o contingente somava 2.949.781 pessoas, o que tornava o estado predominantemente rural.

Nesse período, viver no campo significava ter acesso dificultado à educação formal, que por sua vez implicava restrições de diversos tipos, como o direito de votar – analfabetos eram legalmente proibidos de exercer sua cidadania política. Em razão dessa e de outras limitações ao voto, o eleitorado paranaense contabilizava apenas 20,7% da população em 1960 ou 885.418 inscritos a votar (IBGE, 1960, 418).

Os 15 municípios paranaenses com as maiores populações eram Curitiba, Campo Mourão, Cruzeiro do Oeste, Londrina, Maringá, Guarapuava, Ponta Grossa, Apucarana, Paranavaí, Pitanga, Francisco Beltrão, Manoel Ribas, Cianorte, Pato Branco e Cornélio Procópio, todos com mais de 45 mil habitantes.

Os 15 municípios paranaenses com maior número de eleitores inscritos eram Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Campo Mourão, Cruzeiro do Oeste, Paranavaí, Guarapuava, Apucarana, Nova Esperança, Arapongas, Francisco Beltrão, Cornélio Procópio, Marialva e Paranaguá.

Em geral, os municípios com maiores contingentes demográficos eram também aqueles que apresentavam maior número de eleitores inscritos, exceto Pitanga, Manoel Ribas, Cianorte e Pato Branco, que não ficavam entre os 15 municípios com maior eleitorado. Por outro lado, os municípios de Nova Esperança, Arapongas, Marialva e Paranaguá, apesar de não figurarem entre os 15 maiores no *ranking* de população total (IBGE, 2011), constavam no *ranking* dos 15 municípios com maior número de votantes.

Se considerarmos os percentuais, Porto Amazonas possuía impressionantes 54,36% da população apta a votar, seguido por Curitiba, Bela Vista do Paraíso, Luponópolis, Contenda, Colombo, Morretes, Cambará, Arapongas, Marialva e Munhoz de Melo, todos com 30% ou mais de eleitores aptos. A justificativa pode estar no fato de alguns municípios com população reduzida e concentração de determinada atividade econômica têm percentuais elevados de população apta a votar por concentrarem trabalhadores urbanos qualificados, diferenciando-se de municípios como Pitanga, Manoel Ribas e Cianorte, predominantemente rurais. No Paraná, o analfabetismo perfazia

43,1% dos moradores do campo, enquanto atingia 20,4% da população urbana (IBGE, 1965, 58).

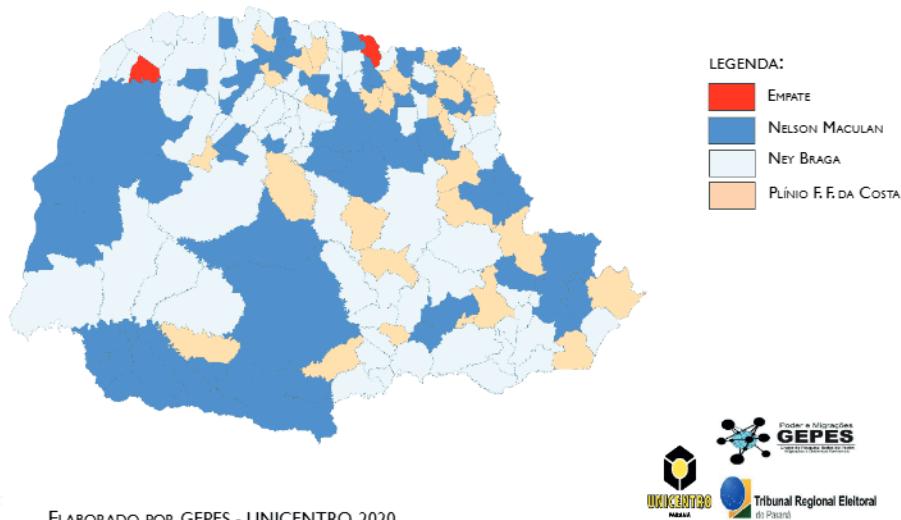
Nesse sentido, é importante informar que, neste ano, apenas Curitiba (97,22%), Londrina (57,40%) e Ponta Grossa (86,43%) possuíam população predominantemente urbana, com mais de 50% morando na cidade. Além desses, os municípios de Paranaguá, Antonina, Porto Amazonas, Arapongas e União da Vitória também atingiam esse percentual, porém os totais populacionais eram inferiores a 45 mil habitantes (IBGE, 2011).

Cartografia das eleições para governador do Paraná, 1960

Aspectos da realidade comentada podem ser observados a partir da leitura dos mapas a seguir, com propósito temático específico, mas que na associação com as demais informações aqui apresentadas permite-nos um olhar único para o Paraná do final da década de 1950 e início da década de 1960. Os *dez maiores colégios eleitorais* – depois da capital, seguem-na Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Campo Mourão, Cruzeiro do Oeste, Paranavaí, Guarapuava, Apucarana e Nova Esperança – perfaziam quase um terço do total de eleitores paranaenses.

Disputa entre os candidatos a governador, segundo o município

O Mapa 1 apresenta os candidatos a governador vitoriosos nos municípios paranaenses nas eleições de 1960. Ney Braga ganhou em 71 municípios e totalizou 253.552 votos nominais ou pouco mais de 35,05%. Nelson Maculan foi vitorioso em 59 municípios e recebeu 225.589 votos, ou pouco mais de 31%, o que demonstra a disputa acirrada entre ambos. Plínio Costa venceu em 30 municípios, recebendo 193.513 votos ou quase 27% do total. Votos nulos somaram quase 32 mil votos ou 4,4%; e votos em branco atingiram quase 19 mil votos, ou 2,62% do total. Houve ainda dois empates, nos municípios de Santa Isabel do Ivaí e Sertaneja. Neste primeiro município, o empate foi entre Ney Braga e Nelson Maculan; no segundo, ocorreu entre Ney Braga e Plínio Costa.

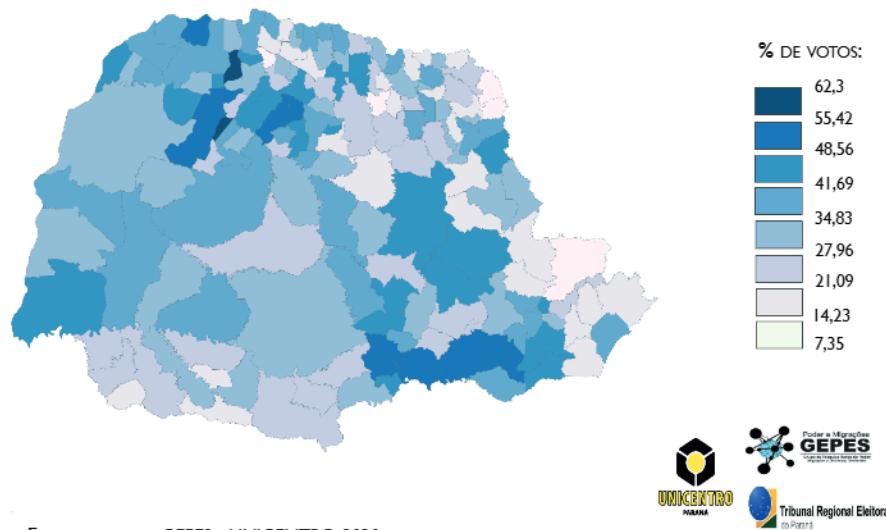
Mapa 1 – Candidatos vencedores, por município, nas eleições para governador do Paraná, 1960

Fonte: IBGE (2010) e TRE (1960).

Votação de Ney Braga, por município

O Mapa 2 apresenta os percentuais de votação de Ney Braga em cada município paranaense em 1960. Os maiores percentuais de votação dados a Ney Braga (todos acima de 50% da votação no município) foram encontrados em municípios do alto curso do rio Iguaçu, como Mallet, Lapa e São Mateus do Sul; e no noroeste do estado, como Alto Paranaí – a mais alta votação, 62,29% –, Jussara, Marialva, São Carlos do Ivaí, Terra Rica, Mandaguari, Cianorte e Contenda.

Mapa 2 – Porcentagem de votos obtida por Ney Braga, na eleição para governador, em cada município do Paraná, 1960



Fonte: IBGE (2010) e TRE (1960).

Em relação às cidades com expressivos eleitorados, municípios capazes de sacramentar uma vitória ou derrota, Ney Braga venceu em Curitiba, Ponta Grossa, Maringá, Campo Mourão, Paranavaí e Apucarana. Por exemplo, Curitiba, que totalizava 124.818 eleitores, deu vitória a Ney Braga, com 41,17% dos votos e participação de 110.713 votantes.

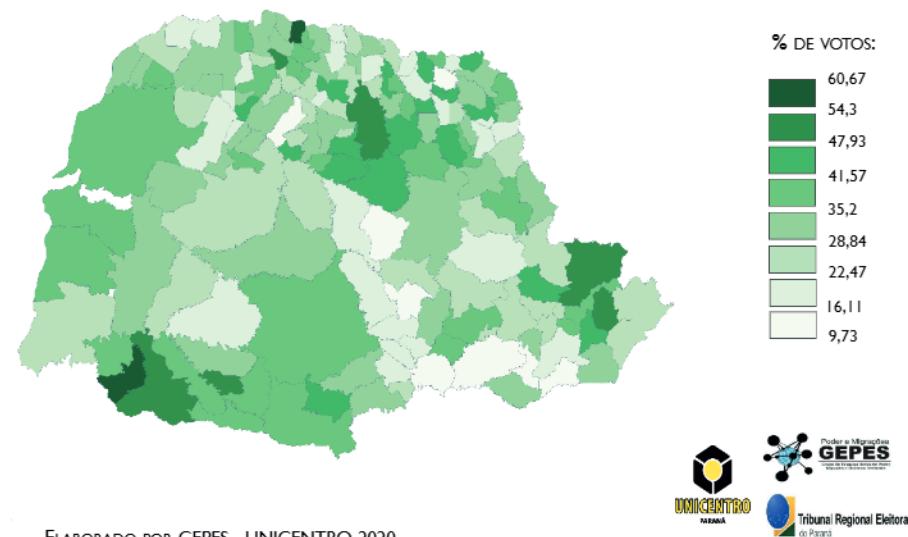
Um fato curioso é que todos os três candidatos tiveram suas maiores votações na capital paranaense, que, sozinha, representava 14,1% de todo o eleitorado do estado, apesar de ser 8,45% da população (IBGE, 2011; TRE, 1960).

Por outro lado, as mais baixas votações, inferiores a 17%, foram verificadas no litoral, no nordeste e no extremo sudoeste, nos seguintes municípios: Abatiá, Morretes, Coronel Vivida, Itambaracá, Ortigueira, Guaraqueçaba, Santa Mariana, Guaratuba, Joaquim Távora, Arapoti, Jaboti, São Sebastião da Amoreira, Araruva, Cambará, Clevelândia, Assaí, Carlópolis, Lobato, Ribeirão Claro e Bocaiúva do Sul, no qual teve o pior desempenho – 7,36%. Em vários dos municípios onde perdeu, houve considerável disputa de votos entre os dois outros candidatos.

Votação de Nelson Maculan, por município

O Mapa 3 mostra a votação de Nelson Maculan em cada município. O candidato petebista saiu-se vitorioso, com percentuais acima de 50%, em Santo Inácio, sua maior votação – 60,66% –, Santo Antônio do Sudoeste, Coronel Vivida, Lobato, Francisco Beltrão, Londrina, Bocaiúva do Sul e Barracão.

Mapa 3 – Porcentagem de votos obtida por Nelson Maculan, na eleição para governador, em cada município do Paraná, 1960



Fonte: IBGE (2010) e TRE (1960).

Três regiões se destacam nos mais altos percentuais dados ao candidato petebista: o Sudoeste, o entorno de Londrina e o vale do Ribeira. Em relação às cidades com expressivos eleitorados, municípios capazes de sacramentar uma vitória ou derrota, Nelson Maculan venceu em Londrina, com 52,82% dos votos válidos, seguidos de Cruzeiro do Oeste, Guarapuava, Nova Esperança e Francisco Beltrão.

Os municípios em que teve pior desempenho foram Tomazina, Alto Paraná, Bandeirantes, São Mateus do Sul, Imbituva, Reserva, Marialva, Tijucas do Sul, Lapa e Contenda, onde teve apenas 9,74%. Em geral, os piores resultados de Maculan ocorreram em locais que

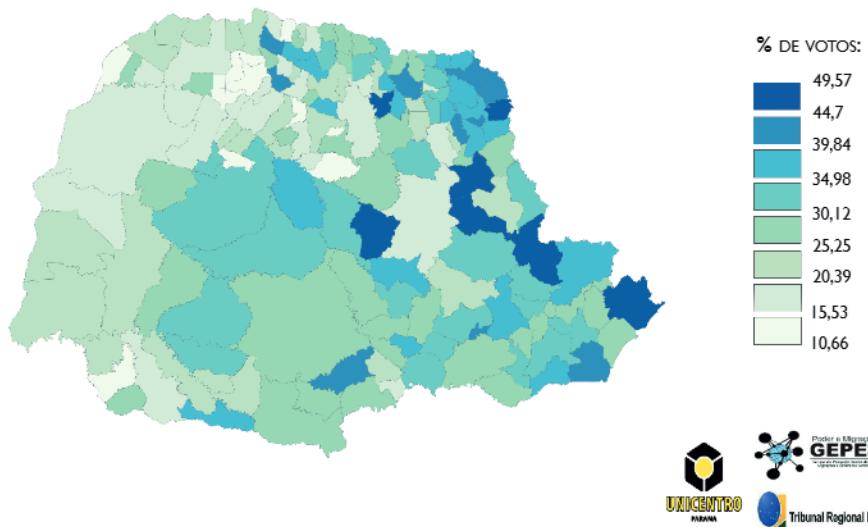
Ney Braga foi o vencedor. Regionalmente, o Alto Iguaçu não foi favorável à sua candidatura.

Votação de Plínio Costa, por município

O Mapa 4 traz o desempenho do candidato pessedista. Em nenhum dos municípios Plínio Costa sagrou-se na liderança com mais de 50% dos votos totais. Em sete municípios teve percentuais acima de 45%: Arapoti, Cerro Azul, Carlópolis, Assaí, Reserva, Piraí do Sul e Guaraqueçaba, maior votação – 49,57%. Na maior parte dos municípios em que foi o primeiro colocado, percebeu-se que o segundo lugar foi de Nelson Maculan. Em relação às cidades com expressivos eleitorados, municípios capazes de sacramentar uma vitória ou derrota, Plínio Costa venceu apenas em Arapongas.

Espacialmente, suas votações mais expressivas situaram-se no centro-leste do estado, com pouca penetração no noroeste e no oeste. Nesse sentido, os piores percentuais foram verificados em Tamboara, Mandaguari, Nova Esperança, Faxinal, Alto Paraná, Peabiru, Califórnia, Santo Antônio, Floraí, Santo Inácio e Querência do Norte, onde teve o pior desempenho – 10,67%.

Mapa 4 – Porcentagem de votos obtida por Plínio Costa, na eleição para governador, em cada município do Paraná, 1960

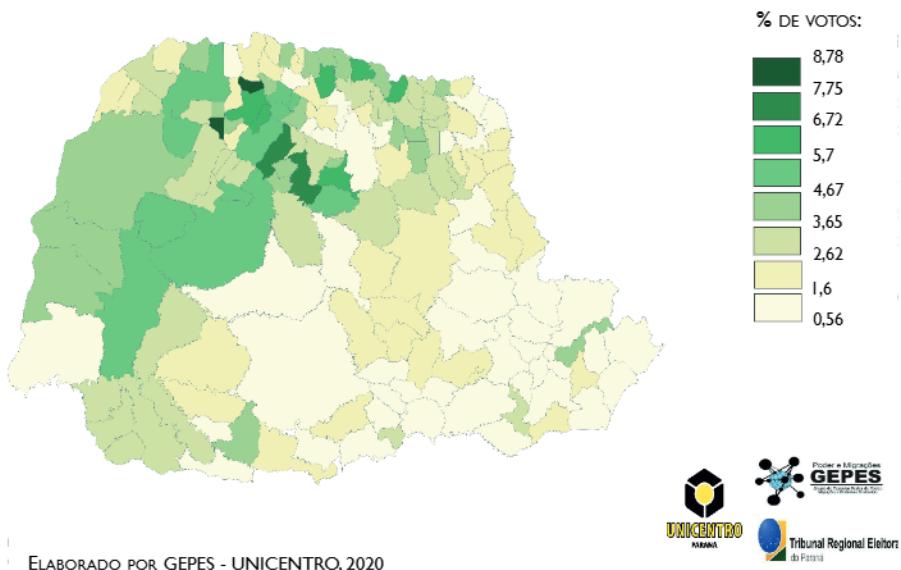


Fonte: IBGE (2010) e TRE (1960).

Votação em branco, por município

O Mapa 5 traz os percentuais de votos em branco em cada município paranaense. É interessante perceber que os maiores percentuais estão concentrados no norte do estado e, em menor proporção, no sudoeste. Os municípios com maiores percentuais, acima de 5,7%, são: Leópolis, Araruva, Mandaguaçu, Florestópolis, Nova Esperança, Primeiro de Maio, Jandaia do Sul, Borrazópolis, Marialva, Cruzeiro do Sul e São Carlos do Ivaí, onde atingiu 8,77%.

Mapa 5 – Porcentagem de votos em branco, na eleição para governador, em cada município do Paraná, 1960



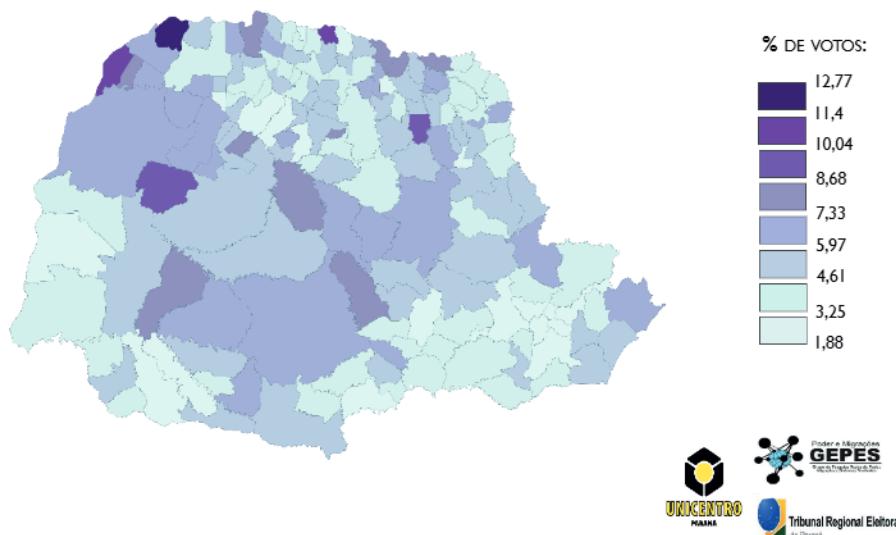
Fonte: IBGE (2010) e TRE (1960).

Nulidade do voto, por município

O Mapa 6 traz os percentuais de votos nulos em cada município paranaense. Ao contrário dos votos em branco, não é possível afirmar que há o predomínio de uma região quanto à nulidade do voto. Os municípios com maiores percentuais de votos nulos, acima de 8,78%, são Goioerê, Congoinhas, Porecatu, Querência do Norte e

Nova Londrina, onde foi registrada a maior ocorrência desse tipo de voto – 12,77%.

Mapa 6 – Porcentagem de votos nulos, na eleição para governador, em cada município do Paraná, 1960



Fonte: IBGE (2010) e TRE (1960).

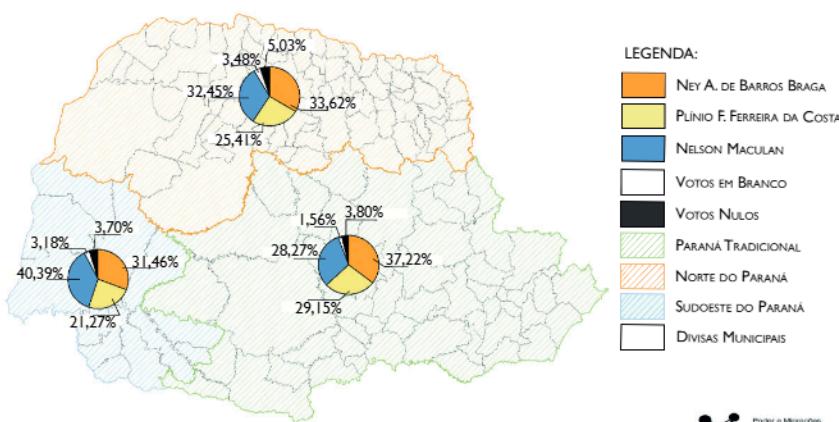
Desempenho eleitoral segundo regionalização estadual: Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste

O Mapa 7 apresenta os resultados eleitorais do pleito para governador do estado do Paraná em 1960 por meio da aglutinação dos votos a partir das frentes pioneiras. Nesse sentido, algumas ressalvas devem ser postas para que não se descaracterizarem as primorosas e históricas regionalizações do estado realizadas até meados do século XX.

A primeira delas é que as frentes não têm limites definidos, nem fronteiras físicas, nem barreiras limitantes. As frentes pioneiras são compreendidas como um fenômeno, uma mancha, uma nuvem de fumaça que não se sabe ao certo o fim, espraiando-se no território, sem fim, somente começo. A segunda delas é que elas foram revisadas por seu principal estudioso e criador, acompanhado de outros pesquisadores. A terceira é que outros autores, na

contemporaneidade, fizeram sua releitura, nem melhor nem pior, somente com outros olhos.

Mapa 7 – Porcentagem de votos de cada região nas eleições para governador de 1960



ELABORADO POR GEPES - UNICENTRO, 2020



Fonte: IBGE (2010) e TRE (1960).

Assim, originalmente criadas por Brasil Pinheiro Machado (1951), as frentes pioneiras foram responsáveis, segundo seu criador, pelo processo de ocupação completa do território paranaense, ou seja, pela história das migrações e dos povos que ocuparam o território paranaense: o *Paraná Tradicional* (Litoral, Curitiba e Campos Gerais), com povos oriundos das primeiras ocupações de São Paulo e Minas Gerais; a *Ocupação Nortista*, resultante das migrações do interior paulista e mineiro para o nordeste, o norte e o noroeste do estado e; as migrações gaúcha e catarinense para o sudoeste e o oeste.

Sob a ótica temporal, os processos de ocupação vão constituir o que se poderia chamar de “Paraná antigo” e de “Paraná moderno”, “este surgindo a partir da desagregação da sociedade campeira do Paraná Tradicional, no final do século XIX” (Serra, 1992). Apesar de diferenciadas e com singularidades, estas configuraram, também, a estrutura socioeconômica do estado. Elas também foram denominadas por Altiva Pilat Balhana, Cecília Westphalen e

Brasil Pinheiro Machado (1969) de “Comunidades Autônomas Paranaenses”, e também por Brasil Pinheiro Machado (1981) de “Comunidades Históricas”.

No Paraná Tradicional, Ney Braga ganhou em 24 municípios, Maculan em 17 e Plínio Costa em 12. Nessa região, encontram-se 309.084 eleitores, que em sua maioria, ou 37,22%, optaram pelo candidato Ney Braga; também aqui houve uma disputa difícil pelo segundo lugar entre Nelson Maculan e Plínio Costa. Este terminou em segundo lugar, com 29,15% e Maculan, em último, com 28,27%.

No norte Paranaense, em 1960, havia mais eleitores que no Paraná Tradicional, totalizando 362.230 eleitores. A disputa na principal área de produção cafeeira não foi para saber quem seria o segundo lugar, mas sim para definir o primeiro colocado nas pesquisas. Plínio Costa recebeu pouco mais de 25% dos votos, enquanto Ney Braga recebeu 33,62% e Nelson Maculan 32,45%. Ney Braga ganhou em 44 municípios, Maculan em 34 e Plínio Costa em 17. Foi também nesta região que ocorreram os dois empates já mencionados.

O Sudoeste Paranaense possui apenas doze municípios. Destes, em oito Maculan foi vitorioso, havendo uma vitória para Plínio Costa em Chopinzinho, e os três restantes com liderança de Ney Braga (Cascavel, Foz do Iguaçu e Guaraniaçu). Maculan obteve 40,39% dos votos, seguido por Ney Braga, com 31,46%, e Plínio Costa com 21,27% de um eleitorado que contabilizava apenas 51.216 habitantes aptos a votar.

Considerações finais

Nas eleições a governador do estado do Paraná em 1960 houve três candidatos: Ney Braga, da coligação PDC-PL, que se saiu vitorioso; Nelson Maculan, do PTB, que ficou em segundo lugar; e Plínio Costa, do PSD, que ficou em terceiro e último lugar. Os dois principais fatores dessas eleições foram o antilupionismo e o papel de Jânio Quadros, que optou por não indicar candidato. Contudo, Ney Braga adotou o *slogan* “Quem é Ney é Jânio, quem é Jânio é Ney”, o que certamente contribuiu para a sua vitória. Ademais, Plínio Costa era percebido como continuidade de Moysés Lupion, um fator que prejudicou sua candidatura. Cabe lembrar que a UDN não lançou candidato e não fez parte oficialmente da coligação vitoriosa.

Enquanto que para a votação de Ney Braga, foram necessários 29 municípios para contabilizar 56% dos seus votos; para atingir percentual semelhante Nelson Maculan precisou de 34 municípios, e Plínio Costa, de 37. A votação de Maculan predominou na região sudoeste, a de Plínio Costa nos municípios do centro-leste paranaense, e Ney Braga venceu de modo geral nas regiões Paraná Tradicional e norte. Esta região possuía o maior eleitorado em 1960, o que confirma a importância do café desde as décadas anteriores, não apenas como atividade econômica, mas também como vetor de ocupação territorial do Paraná e força política estadual.

Nessas eleições para governador, os votantes rejeitaram o continuísmo do governo Lupion e apostaram “no novo” representado duplamente por Jânio Quadros e Ney Braga, sob a retórica da moralidade pública e do combate a corrupção. Ney Braga representava também a ruptura com o governador anterior. Contudo, devemos lembrar que obtinha a chancela e o apoio de famílias tradicionais do estado, e sua eleição marcava um retorno dessas famílias ao controle do Executivo estadual em uma disputa iniciada com Vargas – quando “as afastou, produziu seus opositores locais que passariam a enxergar Manuel Ribas e o PSD como adversários” (Ipardes, 1989, 134). Essa oposição esteve presente em todas as eleições entre 1945 e 1965. Maculan, por sua vez, era o candidato do norte envolvido diretamente com as questões ligadas ao café, e percebido como candidato ideal na mais nova área de expansão agrícola do estado – a região sudoeste.

Referências

- AVELAR, L. (1992). As eleições na era da televisão. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 32, n. 4, p. 42-57.
- BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. (1969). *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar.
- BATISTELLA, A. (2015a). A trajetória de Abilon de Souza Naves no PTB paranaense (1945-1959). *História: Questões & Debates*, vol. 63, n. 2, p. 317-61.
- _____. (2015b). O sistema pluripartidário de 1945-1965 no Paraná: uma análise dos partidos políticos, governos e das eleições no estado. *Revista Tempos Históricos*, vol. 19, p. 111-50. Disponível em: <https://bit.ly/33jGHtq>. Acesso em: 27 jan. 2020.

- _____. (2016). O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). *Revista Topoi*, vol. 17, n. 32, p. 257-86. Disponível em: <https://bit.ly/3bUfakP57>. Acesso em: 1º set. 2020.
- _____. 2018. A participação e a influência de Jânio Quadros na política paranaense (1958-1961). *Antíteses*, vol. 11, n. 22, p. 741-67.
- BENEVIDES, M. V. (1999). *O Governo Jânio Quadros*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- BRAGA, C. M. (2009). *O caráter nacional dos partidos políticos na federação brasileira*. 2009. Tese (Dissertação de Mestrado em Direito de Estado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. (2020a). *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <https://bit.ly/2Fq8jUz>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- _____. (2020b). *Moisés Lupion de Troya*. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <https://bit.ly/35ruSmz>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- _____. (2020c). *Nelson Maculan*. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <https://bit.ly/3iljRWv>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- _____. (2020d). *Ney Amintas de Barros Braga*. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <https://bit.ly/32qqUZm>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- _____. (2020e). *Partido Libertador (PL – 1945-1965)*. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <https://bit.ly/33mF8d7>. Acesso em: 1º set. 2020.
- _____. (2020f). *Plínio Franco Ferreira da Costa*. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <https://bit.ly/3hnXJKR>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- CORREIO DA MANHÃ. (1957). *Frente Antilupionista*. Caderno 1. Edição 19.828. p. 5.
- DELGADO, L. A. (1989). *PTB: do getulismo ao reformismo [1945-1964]*. São Paulo: Marco Zero.
- FEDERICO, M. E. B. (1982). *História da Comunicação: rádio e Tv no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- FERREIRA, J. (2003). *A experiência democrática no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. (orgs.). (2003). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. vol. 3.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. (2016). *Atlas histórico do Brasil*. São Paulo: FGV. Disponível em: <https://bit.ly/3hqGDfa>. Acesso em 13 set. 2020.
- GRANATO, N. C. (2016). *O campo político paranaense no contexto do golpe de 1964 e suas lutas políticas*. 2016. Tese (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Curitiba: UFPR.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (1960). *Anuário Estatístico do Brasil – 1960*. Rio de Janeiro: IBGE.

- _____. (1965). *Censo Demográfico de 1960. Paraná*. Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. (2011). *Projeto Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://bit.ly/2DUtmOe>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- MACHADO, B. P. (1951). O estudo da história regional. *Revista História*, n. 3, p. 177-205.
- _____. (1981). Comunidades históricas paranaenses. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, p. 22-8.
- MONTEIRO, L. M. (2013). O Partido Democrata Cristão no Brasil (1945-1963): (re)considerações sobre sua breve existência. *História: Debates e Tendências*, vol. 13, n. 2, p. 266-81.
- MONTEIRO, R. R.; NAGY, A. (2016). A cartografia do fenômeno urbano e econômico no Paraná: uma leitura com auxílio da semiótica. *Revista Confins*, n. 27. Disponível em: <https://bit.ly/3k812ax>. Acesso em: 1º set. 2020.
- MUÑOZ, P. S. (1983). Código eleitoral e Justiça Eleitoral. *Revista de Direito Administrativo*, n. 154, p. 29-80.
- NICOLAU, J. (2004). Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, vol. 47, n. 1, p. 85-129.
- SOARES, G. A. D. (2001). *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- STELMACHUK, R. T. L. (2003). *O Paraná nos anos 1960*. 2003. Monografia (Especialização em Economia do Trabalho) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. (2014). *Eleições no Brasil: uma história de 500 anos*. Brasília, DF: TSE.
- _____. (2019). *Banco de Dados*. Brasília, DF: TSE Disponível em: <https://bit.ly/2FuwSze>. Acesso em: 3 set. 2020.

Eleições para governador no estado do Paraná – 1965: a força de um discurso

Karla Rosário Brumes, Idair Augusto Zinke e Mateus dos Santos Moura

Resumo

As eleições estaduais de 1965 no estado do Paraná ocorreram em 3 de outubro, e tiveram como candidatos ao cargo de governador Paulo Cruz Pimentel (Partido Trabalhista Nacional – PTN; Partido Democrata Cristão – PDC; Partido Libertador – PL), com o vice Plínio Franco Ferreira da Costa (Partido Social Democrático – PSD), representantes da situação, e Bento Munhoz da Rocha Netto (Partido da República – PR; Partido Social Trabalhista – PST; Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; Partido de Representação Popular – PRP; Partido Social Progressista – PSP), com o vice Raphael Rezende (PSD), como candidatos da oposição. Os candidatos defendiam dois discursos distintos: Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP) com o discurso de “povoar” o território paranaense por meio de um conjunto de práticas voltadas à disciplinarização/higienização de uma nova população – que não logrou êxito, uma vez que perdeu as eleições com 45,1% dos votos –, e Paulo Cruz Pimentel (PTN/PDC/PL) com o discurso de “industrializar” o território paranaense visando impulsionar o desenvolvimento por meio da execução de obras básicas – que o levou à vitória nas eleições com 51,1% dos votos. O presente trabalho visa discutir o modo como os discursos proferidos durante a campanha eleitoral, a partir das origens dos candidatos, e as coligações estabelecidas em torno de seus nomes caracterizaram a cena política paranaense de 1965.

Palavras-chave: eleições de 1965; Paraná; municípios; frentes de ocupação; discursos.

Sobre os autores

Karla Rosário Brumes é professora doutora do Departamento de Geografia da UNICENTRO, *Campus* de Irati, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG da UNICENTRO. E-mail: kbrumes@hotmail.com

Idair Augusto Zinke é Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), *Campus* de Guarapuava, especialista em História pela UEM, *Campus* de Ivaiporã, e doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista CAPES. E-mail: idair_augusto.zinke@hotmail.com

Mateus dos Santos Moura é Graduado e mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), *Campus* de Guarapuava. Bolsista CAPES. E-mail: mateus_hank@hotmail.com

Abstract

The 1965 state elections in the state of Paraná occurred on October 3, with governor candidates such as Paulo Cruz Pimentel (PTN/PDC/PL) together with vice governor Plínio Franco Ferreira da Costa (PSD), representatives of the occasion, and Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP) together with vice governor Raphael Rezende (PSD), as opposition candidates. The candidates defended two different speeches, Bento Munhoz with the speech of populating the territory of Paraná through a set of practices aimed at disciplining/cleaning a new population, losing for rendering 45.1% of votes, and Paulo Cruz Pimentel with the speech of industrializing the territory of Paraná, seeking to boost development through the execution of basic constructions, which led him to victory in the elections with 51.1% of votes. This paper analyzes how their speeches and the context surrounding them characterized the political scene of 1965 in Paraná.

Keywords: 1965 elections; Paraná; counties; occupation fronts; speeches.

Artigo recebido em 20 de abril de 2020 e aprovado pelo Conselho Editorial em 3 de agosto de 2020.

Introdução

O campo político paranaense para as eleições de 1965 deve ser pensado, também, a partir do golpe de 1964¹ no Brasil e da publicação do Ato Institucional nº 2 (AI-2)², que instituiu o bipartidarismo. A política paranaense antes de 1964 se dividia entre o Partido Democrata Cristão (PDC), de Ney Braga³; a UDN; o

1. A condição faz referência ao conjunto de eventos ocorridos em 31/03/1964 no Brasil, que culminaram, no dia 1 de abril de 1964, na deposição do governo do presidente João Goulart, também conhecido como Jango (Schwarz, 2001).
2. O pretexto para o novo ato foi a derrota dos candidatos da ditadura em 5 dos 11 Estados que haviam realizado eleições para governador em 03/10: Minas Gerais, a antiga Guanabara, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Norte. Os reveses mais importantes ocorreram na Guanabara e em Minas, onde foram eleitos, respectivamente, Negrão de Lima e Israel Pinheiro, ambos do Partido Social Democrático (PSD) e amigos pessoais do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Eles venceram candidatos apoiados pelos governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, ambos da União Democrática Nacional (UDN), que se proclamavam “líderes civis” do golpe de 1964 (Memorial da Democracia, 2015).
3. Além disso, destaca-se a Frente Rural Cristã Trabalhista, conhecida como “frentinha” (coalizão partidária entre Partido Republicano – PR; Partido de

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), identificado com o projeto reformista de João Goulart; o PSD, herdeiro político do ex-governador Moysés Lupion; e o PR, do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Netto⁴.

No que tange aos aspectos territoriais, o Paraná da década de 1960 era marcado por pouca fragmentação. Assim, eram 275 municípios com uma população equivalente a 4.268.239 habitantes. O crescimento populacional era significativo, alcançando 102%, como resultado dos fluxos migratórios para o Norte Cafaeiro e o Sudoeste. A taxa de urbanização era de 31%, ou seja, predominantemente rural. No entanto, cidades como Curitiba e Ponta Grossa tinham densidade demográfica de 62,3% e 36,3%, respectivamente. Dados do Censo de 1960 relativos à alfabetização apontam que 1.541.375 habitantes do Paraná com cinco ou mais anos de idade não sabiam ler e escrever, demonstrando a emergência de ações e políticas no campo educacional (Moura, 2004; IBGE, 1960).

Os candidatos presentes no “espaço político” de 1965 mobiliaram seus respectivos capitais sociais e políticos. Tais condições reforçam o que afirmava Bonnewitz (2003, 77), que dizia que “as disposições, atitudes, inclinações para sentir, pensar, fazer” são adquiridas pelo indivíduo através da socialização, e são interiorizadas a partir de suas condições objetivas de existência como “princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão”. Tal interiorização torna os “comportamentos e valores apreendidos considerados como óbvios”. Tal condição também corrobora com o que

Representação Popular – PRP; Partido Trabalhista Nacional – PTN; Partido Social Trabalhista – PST; e Movimento Trabalhista Reformador – MTR), que obteve destaque na política paranaense ao eleger seis deputados para a Câmara Federal, em 1962. Esta coalizão permitiu a Ney Braga ambiente favorável nas forças políticas do estado, ao promover pouca dependência dos petebistas, que neste ano elegeram doze cadeiras (Batistella, 2015).

4. Bento Munhoz da Rocha Netto (PR) foi deputado federal constituinte de 1946 a 1950, quando foi eleito governador do Estado do Paraná. Em 1955, assumiu o Ministério da Agricultura, e de 1958 a 1962 foi deputado federal. Como deputado constituinte, foi primeiro secretário da Câmara Federal, sendo um dos líderes do movimento que extinguiu o Território do Iguaçu, criado pelo Estado Novo (Schwarz, 2001).

Bourdieu (2004) escrevera sobre a condição de agentes envolvidos em eleições,

[...] pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sobre a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil (Bourdieu, 2004, 24).

As eleições estaduais no Paraná em 1965⁵ ocorreram em 03/10 e tiveram como candidatos os situacionistas Paulo Cruz Pimentel⁶ (PTN)⁷ com o vice Plínio Franco Ferreira da Costa (PSD), e os oposicionistas Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/Partido Social Progressista – PSP) com o vice Rafael Rezende (PSD). Destaca-se o fato de ser ela uma eleição marcada pela divisão do apoio do PSD, pois os dois vices candidatos pertenciam ao partido.

Nesse pleito, Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP) defende o discurso de “povoar” o território por meio de um conjunto de práticas voltadas à disciplinarização/higienização de uma nova população, o que não lhe garantiu êxito nas eleições – visto que obteve 45,1% dos votos. Já Paulo Cruz Pimentel (PTN) defende o discurso de “industrializar” o território, visando impulsionar o

-
5. As candidaturas para governador e vice-governador seguiram o que institui o Art. 91 do Código Eleitoral brasileiro, ou seja, em chapa única, apesar da aliança de partidos. As eleições de 3 de outubro de 1965, nas quais seriam eleitos os novos governadores de 11 estados, foram as últimas eleições diretas aos governos estaduais, uma vez que o Ato Institucional nº 3 (AI-3), de 05/02/1966, estabeleceu que as seguintes seriam indiretas. As eleições diretas para os governos estaduais só retornaram em 1982 (Batistella, 2015).
 6. Paulo Cruz Pimentel foi introduzido na política paranaense a partir da competência apresentada na administração pública como ex-secretário de agricultura do Estado, durante o governo de Ney Braga. Na Convenção do PDC, realizada no início de maio de 1965, Ney Braga utilizou todo o seu prestígio político em favor da candidatura de Paulo Pimentel, que venceu a disputa com Afonso Camargo Netto (Kunhavalik, 2004, 329-330).
 7. Paulo Cruz Pimentel (PTN) contou com o apoio oficial do PDC e do Partido Libertador – PL (Batistella, 2015).

desenvolvimento por meio da execução de obras básicas – o que lhe conferiu a vitória no pleito com 51,1% dos votos.

Eleições de 1965 nas frentes de ocupação

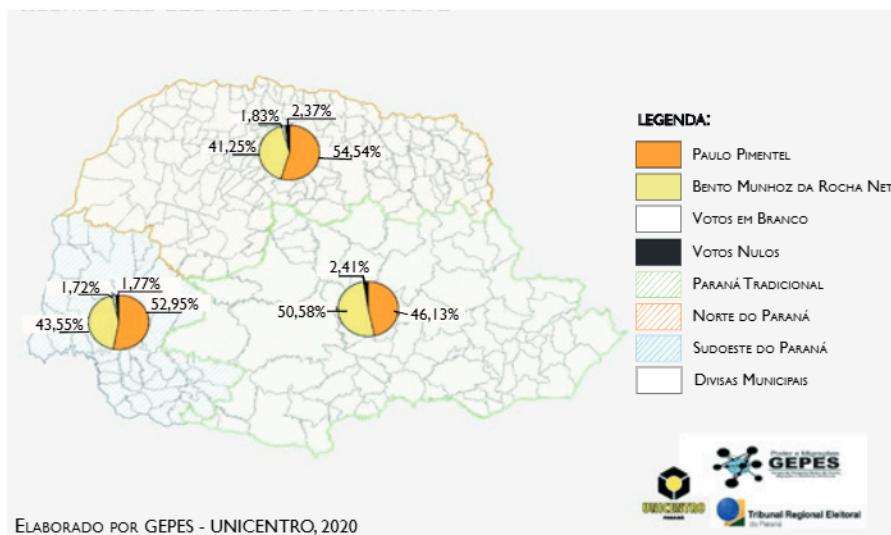
O território do Paraná no ano de 1965 era formado por 275 municípios, distribuídos em três frentes de ocupação: Paraná Tradicional, Frente Sudoeste e Frente Norte. De acordo com Almeida (2016), a colonização do espaço paranaense foi resultado da atuação dessas três frentes. A Frente Paraná Tradicional foi a primeira a ser ocupada, durante o século XVII, e foi formada pelas regiões litorâneas, Curitiba e Campos Gerais. Tinha como principal característica a conformação do latifúndio campeiro na extração de erva-mate e madeira. A Frente Norte foi formada pelos municípios da região Norte do Paraná, no século XIX, e foi fomentada pela produção de café de fazendeiros paulistas e pela Companhia de Terras Norte do Paraná. A Frente Sudoeste, por fim, se dá na década de 1940 a partir do incentivo do governo para povoar o sudeste do estado e promover a proliferação dos minifúndios do Rio Grande do Sul. Dessa forma, a região é caracterizada pela grande quantidade de imigrantes advindos deste estado e também de Santa Catarina.

A análise dos resultados das eleições, levadas em conta as frentes de ocupação, demonstra uma disputa eleitoral acirrada. Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP) obteve no Paraná Tradicional 50,58% dos votos, resultado de sua atuação e influência política mais antiga no estado. Já Paulo Cruz Pimentel (PTN/PDC/PL) obteve nessa frente 46,13% dos votos, assim como mostra o Mapa 1. Caracterizado como um território em que sua população tinha fortes vínculos identitários e grande afeição aos políticos “tradicionalis”, é compreensível a vitória Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP).

Com um discurso pautado na “modernização do estado”, Paulo Cruz Pimentel (PTN/PDC/PL), mesmo desvinculado de partidos solidificados no cenário estadual e nacional, obteve nas frentes Sudoeste e Norte – de crescentes dinâmicas eleitorais e econômicas – um percentual de 52,95% e 54,54%, respectivamente. Já Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP), obteve 43,55% e

41,25% dos votos nas mesmas frentes – também respectivamente. Tudo isso fica evidente no Mapa 1.

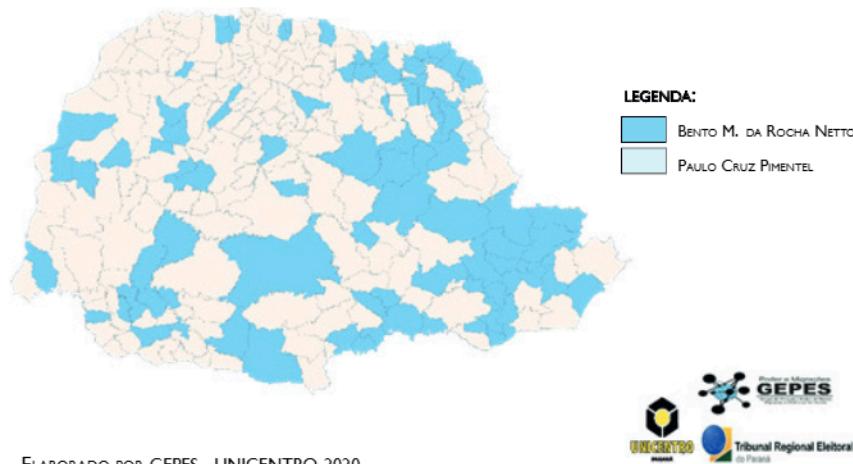
Mapa I – Paraná: Eleições gerais para governador, 1965. Resultados por frente de ocupação.



Fonte: IBGE, 2010.TER-PR, 2019.

O discurso de Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP) pautado na ocupação territorial venceu as eleições nos municípios localizados na frente Paraná Tradicional, pois ali estavam as famílias mais antigas e tradicionais. Em contrapartida, Paulo Cruz Pimentel (PTN) venceu as eleições na maior parte dos municípios localizados nas frentes Norte e Sudoeste – de fortes interesses da população moradora na legalização das terras e na modernização agrícola –, conforme mostra o Mapa 2.

Mapa 2 – Paraná: Eleições gerais para governador, 1965. Candidato vencedor por município.



Fonte: IBGE, 2020. TRE-PR, 2019.

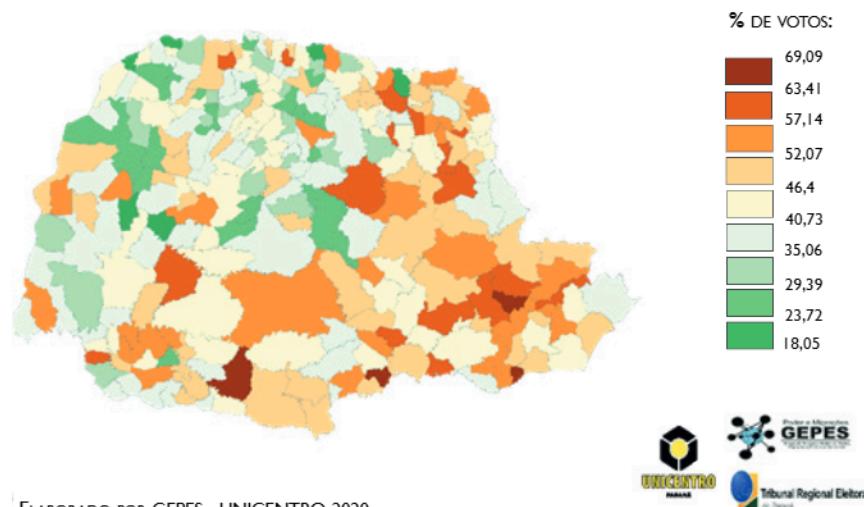
Eleições de 1965: a candidatura de Bento Munhoz da Rocha Netto (PR)

Conforme já apresentado, nas eleições de 1965 o candidato Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP) obteve 50,58% do total de votos na frente Paraná Tradicional. O resultado veio das altas votações, que variaram entre 62,46% e 70,95%, nos municípios próximos à capital Curitiba, tais como Agudos do Sul, Mandirituba, Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Rio Branco do Sul e Campo Largo⁸, e das altas votações obtidas nos municípios localizados no interior dessa frente, que variaram entre 64,37% e 66,39%, com destaque para Paulo Frontin e Rebouças⁹. No que tange aos quatro maiores colégios eleitorais da

8. As prefeituras dos municípios citados eram administradas por prefeitos e vice-prefeitos que pertenciam aos seguintes partidos: Agudos do Sul (PSD e PR), Mandirituba (PSD), Almirante Tamandaré (PDC/UDN), Campina Grande do Sul (PR), Rio Branco do Sul (UDN/PTB), Campo Largo (PDC) (TRE-PR, 2012).
9. As prefeituras dos municípios citados eram administradas por prefeitos e vice-prefeitos que pertenciam aos seguintes partidos: Paulo Frontin (PTB) e Rebouças (PTB) (TRE-PR, 2012).

frente, o candidato Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP) obteve votações que variam entre 49,63% e 56,56% em Curitiba, Guarapuava, Paranaguá e Ponta Grossa¹⁰ – fato atestado no Mapa 3.

Mapa 3 – Paraná: Eleições gerais para governador, 1965. Desempenho eleitoral por município. Candidato: Bento Munhoz da Rocha Netto (PR).



Fonte: IBGE, 2020.TER-PR, 2019.

O simbolismo das vitórias nos maiores colégios eleitorais da região não reverberou, afetando de maneira insuficiente os próprios municípios dessa frente. Ou seja, mesmo o candidato Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP) tendo excelente êxito na frente, vencendo as eleições nos maiores colégios eleitorais, nos municípios do entorno de Curitiba e em outros do interior, os votos não foram suficientes para que saísse vitorioso no pleito geral, já que perdeu as eleições nas frentes Norte e Sudoeste.

Na Frente Norte, Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP) obteve 41,25% do total de votos. Nos maiores colégios eleitorais dessa frente – municípios como Apucarana, Arapongas,

10. As prefeituras dos municípios citados eram administradas por prefeitos e vice-prefeitos que pertenciam aos seguintes partidos: Curitiba (PDC), Guarapuava (PTB/PRB), Paranaguá (PTB) e Ponta Grossa (PTN) (TRE-PR, 2012).

Londrina, Maringá e Paranavaí¹¹ – sua votação variou entre 28,40 e 58,32%. Nos municípios que “gravitam” em torno dos maiores colégios eleitorais da frente, bem como nos menores colégios, sua votação variou entre 18,05% e 45%, de forma geral. Nessa região, no que tange aos pequenos municípios, destacamos o fato do candidato ter obtido péssimas votações – como no caso de Umuarama, onde obteve 28,78% dos votos – e ótimas votações – como no caso de Pinhalão, onde obteve 63,11% dos votos¹², vide o Mapa 3.

Na Frente Sudoeste, o candidato Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP) obteve 43,55% do total de votos. Em municípios como Pato Branco, Guaíra e Guaraniaçu¹³, sua votação variou entre 48,17% e 59,81%. Todavia, tais resultados não foram suficientes para levá-lo à vitória nas eleições, uma vez que na maior parte dos municípios da região, em especial naqueles de grande expressão populacional, como Capanema, Toledo e Foz do Iguaçu, sua votação variou entre 39,36% e 41,33%¹⁴ (Mapa 3).

As votações mais significativas do candidato Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP) se deram nos municípios do Paraná Tradicional. Se na década de 1950 o eleitorado dessa frente correspondia a 70,5% do eleitorado total, em 1965 este significava apenas 38,3% do eleitorado total do estado. A população já não mais se concentrava na Frente Tradicional, pois com a abertura das ocupações de terras, houve uma consequente onda de migrações de eleitores para outras frentes – como a Norte. Nas eleições de 1965, essa passa a concentrar 50,2% do eleitorado, um aumento significativo se comparado com a década de 1950, quando representava apenas 24,7% dos votantes.

11. As prefeituras dos municípios citados eram administradas por prefeitos e vice-prefeitos que pertenciam aos seguintes partidos: Arapongas (PTN), Apucarana (PDC/PTB/UDN), Londrina (UDN/PL/PRP), Maringá (PDC/PSD/PTB/PR/PSP/PRP) e Paranavaí (PDC/PSD/PR/UDN) (TRE-PR, 2012).
12. As prefeituras dos municípios citados eram administradas por prefeitos e vice-prefeitos que pertenciam aos seguintes partidos: Pinhalão (PSD/PTB/PTN) e Umuarama (PTN/PDC/PSD/PRP/UDN) (TRE-PR, 2012).
13. As prefeituras dos municípios citados eram administradas por prefeitos e vice-prefeitos que pertenciam aos seguintes partidos: Guaraniaçu (PSD), Pato Branco (PTB/PSD/PDC), Guaíra (PSP/PSD).
14. As prefeituras dos municípios citados eram administradas por prefeitos e vice-prefeitos que pertenciam aos seguintes, partidos: Capanema (PDC/UDN), Toledo (UDN/PSD) e Foz do Iguaçu (UDN/PSD) (TRE-PR, 2012).

A desconcentração populacional contribuiu para a derrota de Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP) nas eleições de 1965 (Granato, 2016). A derrota também se deveu à forma como usara os tributos advindos da grande produção de café durante o período em que fora governador (1951-1955). Assim, era apontado por seus opositores e críticos como um governador que gastava as riquezas produzidas pelo Norte na capital do Paraná, fazendo um governo que priorizava a frente Paraná Tradicional (Granato, 2016).

Enquanto governador, Bento Munhoz da Rocha Netto construiu na capital o Centro Cívico, agregando ao mesmo as instalações dos poderes e instâncias governamentais. Também, em virtude da comemoração do centenário da emancipação política, foi o responsável pela construção do Teatro Guaíra e da Biblioteca Pública do Paraná, além de promover a federalização da Universidade do Paraná. Com a consolidação de tais obras e ações no Paraná Tradicional, o então governador fez com que projetos em prol da ideia da mudança da capital para o Norte fossem abandonados (Granato, 2016).

Nesse sentido, o resultado da eleição demonstra a importância dos municípios criados majoritariamente no século XX no que diz respeito ao peso e relevância de seus votos, pois ao longo do tempo esses municípios receberam população devido às políticas de povoamento dos governos anteriores. Nesses municípios, a população em geral reivindicava serviços de saúde, educação e regularização das terras, o que um candidato da “velha política” já não mais poderia garantir.

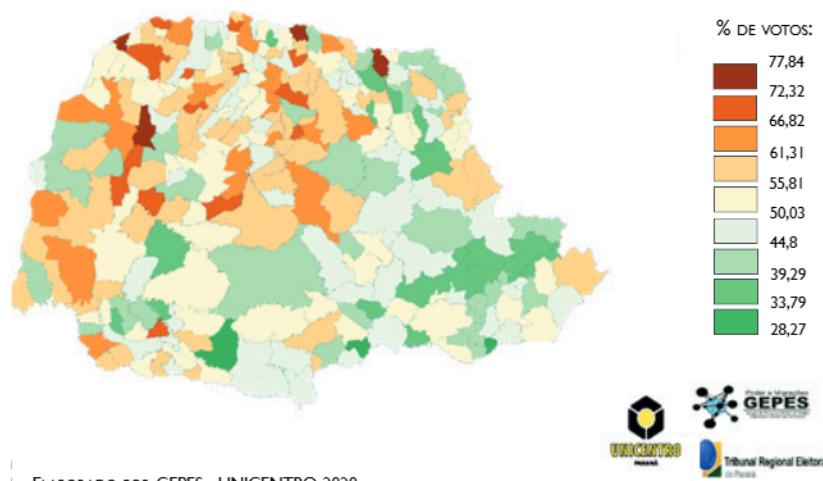
Assim, os eleitores que viviam em maior quantidade nas frentes Norte e Sudoeste preferiram votar no “novo personagem político”, no caso Paulo Cruz Pimentel (PTN/PDC/PL), que trazia o discurso do desenvolvimento da indústria, da ampliação e manutenção dos serviços básicos para a população e da regularização da terra, o que poderia significar também a inserção dos produtores rurais dessas regiões à rede de produção agroindustrial do estado.

Eleições de 1965: a candidatura de Paulo Cruz Pimentel (PTN/PDC/PL)

No pleito eleitoral de 1965, Paulo Cruz Pimentel (PTN/PDC/PL) obteve seus melhores desempenhos nas frentes Norte

(54,54%) e Sudoeste (52,95%) – conforme mostra o mapa 1. Na Frente Norte, o candidato obteve expressivos índices de votação – variando entre 51,4% e 81,05% – em grande parte dos municípios, como Planaltina do Paraná, Porto Rico, Diamante do Norte, Loanda, Itaguajé, Marialva, Paranapoema e Porecatu¹⁵ – considerados municípios pouco populosos. No que tange aos maiores colégios eleitorais (Londrina, Maringá, Paranavaí, Arapongas e Rolândia), os índices variaram entre 52% e 72% – índices que contribuíram significativamente para a sua vitória na Frente Norte, como mostra o mapa 4.

Mapa 4 – Paraná: eleições gerais para governador, 1965. Desempenho eleitoral por município. Candidato: Paulo Cruz Pimentel (PTN).



Fonte: IBGE, 2010. TRE-PR, 2019.

Na Frente Sudoeste, a votação do candidato variou entre 60,64% e 75,80% em municípios como Foz do Iguaçu, Toledo, Formosa

15. As prefeituras dos municípios citados eram administradas por prefeitos e vice-prefeitos que pertenciam aos seguintes partidos: Planaltina do Paraná (PDC); Porto Rico (PDC/PTB/PR); Diamante do Norte (PDC), Loanda (UDN/PTN), Itaguajé (PTB/PSP); Marialva (PTB/PSP); Paranapoema (PTB/UDN) e Porecatu (PTN) (TRE-PR, 2012).

do Oeste e Cruzeiro do Oeste¹⁶ (Mapa 4). A justificativa para tão expressiva votação residiu em algumas questões: a) uma região que passava por processos de conflitos de terras; b) ocupação não legalizada de muitas pequenas propriedades por sulistas imigrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Para resolver essas questões, o candidato Paulo Cruz Pimentel (PTN/PDC/PL) apresentou como promessa de campanha a legalização de terras e a modernização da produção no campo como forma de promover o desenvolvimento, propostas de extremo interesse da população da Frente Sudoeste¹⁷.

Paulo Cruz Pimentel (PTN/PDC/PL) venceu as eleições de 1965 na Frente Norte com 54,54% e na Frente Sudoeste com 52,95%, vide o mapa 1. Sua eleição se deu tanto em municípios de grande eleitorado como naqueles com menores colégios eleitorais. Esses resultados podem ser atribuídos ao discurso de modernização e industrialização do Paraná apresentado pelo candidato, bem como pelas propostas feitas para a ampliação os serviços em educação nos municípios. As propostas apresentadas eram de interesse de grande parte da população que residia nos municípios dessas frentes, uma vez que passavam por processos de modernização de suas produções.

Concluindo, no cenário político do estado do Paraná de 1965 o discurso em torno da modernização e industrialização do estado promovido pelo candidato eleito Paulo Cruz Pimentel (PTN/PDC/PL) se apresentou bem mais decisivo do que o discurso de povoamento de Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP), pois em municípios que passavam por crescimento demográfico eram claros os desejos dos eleitores por atenção à modernização em suas áreas de inserção. Assim, os municípios do Paraná Tradicional, área de influência de Bento Munhoz da Rocha Netto (PR), por terem recebido muitos imigrantes sulistas, tenderam a votar com Paulo Cruz Pimentel (PTN), assim como os municípios

16. As prefeituras dos municípios citados eram administradas por prefeitos e vice-prefeitos que pertenciam aos seguintes partidos: Foz do Iguaçu (UDN), Toledo (UDN), Formosa do Oeste (PTN/PTB/PSD) e Cruzeiro do Oeste (PDC) (TRE-PR, 2012).
17. Nos anos subsequentes ao mandato de Paulo Cruz Pimentel (PTN/PDC/PL) a questão da terra continuou como um dos maiores desafios sociais a serem resolvidos no estado, pois foi justamente a partir dos anos 1960 que houve o esgotamento das frentes de ocupação e de todo o estoque de terras devolutas disponibilizadas para os colonizadores (Serra, 2010).

de Pitanga (59,92%), Manoel Ribas (68,62%) e Cândido de Abreu (69,36%)¹⁸ (Mapa 4).

Considerações finais

Os resultados da eleição para governador do Paraná em 1965 demonstram que as condições iniciais do candidato Bento Munhoz da Rocha Netto (PR/PST/PTB/PRP/PSP), político conhecido e influente no estado, com amplas relações de poder com grupos políticos consolidados, não foram capazes de levá-lo à vitória. Seus discursos durante as eleições não foram de encontro às reais necessidades da população da época, em especial aquela que vivia nas Frentes Norte e Sudoeste. Falar em povoar o território paranaense para quem vivia em frentes carentes de serviços básicos de saúde e educação, bem como das escrituras das terras em que viviam, não fazia mais sentido.

Em contrapartida, o discurso de Paulo Cruz Pimentel (PTN) se sobressaiu em relação ao do seu adversário, porque trazia a resolução de problemas enfrentados pela população das frentes Norte e Sudoeste. Além disso, o candidato apresentava a possibilidade de levar a industrialização ao estado. Tais questões fizeram com que os eleitores das regiões Sudoeste e Norte do Paraná se vissem representados.

Nessas eleições, o papel de “cabo eleitoral” que prefeitos procuraram exercer para a busca de votos para o candidato da coligação da qual faziam parte não foi suficiente para convencer a população de seus municípios, pois, para o eleitorado, suas demandas só poderiam ser atendidas pelo outro candidato.

Paulo Cruz Pimentel (PTN) ganhou votos em muitos pequenos municípios do interior do estado, muito em virtude da necessidade que estes tinham de verbas advindas diretamente do governo do Estado e que supostamente lhe seriam “continuadas” caso vencesse as eleições. A divulgação das propostas de Paulo Cruz Pimentel (PTN) por meio de jornais e emissoras de TV as quais era proprietário fizeram com que chegassem a todas as regiões de forma eficiente.

18. As prefeituras dos municípios citados eram administradas por prefeitos e vice-prefeitos que pertenciam aos seguintes partidos: Pitanga (PDC), Manoel Ribas (PDC) e Cândido de Abreu (PDS/UDN) (TRE-PR, 2012).

Referências

- ALMEIDA, A. C. S. (2016). A colonização do território paranaense e o dinamismo dos municípios da frente norte. *Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino*, vol. 7, n. 1, p. 9-20. Disponível em: <https://bit.ly/3btItLb>. Acesso em: 2 nov. 2019.
- BATISTELLA, A. (2015). Os reflexos políticos do golpe de 1964 no Paraná e as eleições de 1965. *História*, vol. 34, n. 1, p. 274-302. Disponível em: <https://bit.ly/2YVxdSA>. Acesso em: 3 nov. 2019.
- BONNEWITZ, P. (2003). *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Petrópolis: Vozes.
- BOURDIEU, P. (2011). O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 193-216. Disponível em: <https://bit.ly/2YVxeWE>. Acesso em: 3 nov. 2019.
- GRANATO, N. C. (2016). *O campo político paranaense no contexto do golpe de 1964 e suas lutas políticas*. Dissertação Mestrado em Sociologia – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <https://bit.ly/3bjUBhn>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (1960). *Censo Demográfico de 1960: Paraná*. Rio de Janeiro: IBGE.
- KUNHAVALIK, J. P. (2004). Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, R. C. (org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: Editora Sesquicentenário, p. 231-411.
- MEMORIAL DA DEMOCRACIA (2015). Ato 2 fecha partidos e veta eleição direta. Disponível em: <https://bit.ly/32Pd5mf>. Acesso em: 6 fev. 2020.
- MOURA, R. (2004). Paraná: meio século de urbanização. *Revista RA'EGA*, vol. 8, p. 33-44. Disponível em: <https://bit.ly/2QKIxfO>. Acesso em: 6 fev. 2020.
- SERRA, E. (2010). Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou. *Boletim de Geografia*, vol. 28, n. 1, p. 75-89. Disponível em: <https://bit.ly/2DkZp9M>. Acesso em: 6 fev. 2020.
- SCHWARZ, R. (2001). *Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (2012). Resultados de eleições municipais TRE-PR. Disponível em: <https://bit.ly/3hNJKPk>. Acesso em: 6 fev. 2020.

As eleições para governador no Paraná em 1982: resultados, contextos e apontamentos

Roberto Mauro da Silva Fernandes, Rafael Freire de Paula, Matheus Mazurechen Barros e Bruno Henrique Costa Toledo

Resumo

As eleições de 1982 para governador no Brasil foram disputadas por mais de dois partidos políticos, algo que não ocorria desde 1966 com a promulgação do Ato Institucional 2, que organizou as disputas eleitorais no Brasil em um modelo bipartidário. Foram cinco os candidatos, de legendas distintas, que disputaram o pleito de 1982, vencido por José Richa (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) com 53,5% dos votos no estado do Paraná. Dessa maneira, nosso objetivo é apresentar os resultados eleitorais das candidaturas para o cargo de governador do Paraná no ano de 1982 e discuti-los a partir do contexto histórico e político do início da década de 1980, com base nos dados e na bibliografia a respeito da temática.

Palavras-chave: atlas eleitoral; eleições de 1982/Brasil, Paraná/PR; democracia.

Abstract

The 1982 elections for governor in Brazil were disputed by more than two political parties, something that had not happened since 1966 with the promulgation of Institutional Act No. 2 that organized the electoral disputes in Brazil in a bipartisan model.

Sobre os autores

Roberto Mauro da Silva Fernandes é pós-doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD). Membro do Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (Gepes). E-mail: robertomauro.fernandes@hotmail.com

Rafael Freire de Paula é doutorando em Geografia pela Unicentro. Professor cursado de Geografia nos municípios de Tarabai (SP) e Narandiba (SP). Membro do Gepes. E-mail: freire_depaula@yahoo.com

Matheus Mazurechen Barros é graduando em História (Licenciatura) pela Unicentro. Bolsista da Fundação Araucária de Iniciação Científica. Membro do Gepes. E-mail: matheusmazu@gmail.com

Bruno Henrique Costa Toledo é doutorando em Geografia pela Unicentro. Mestre em Geografia pela Unicentro e Professor colaborador do curso de Geografia da Unicentro, Campus Guarapuava. E-mail: brunhct@hotmail.com

There were five candidates, with different legends, who competed in the 1982 election, won by José Richa (Party of the Brazilian Democratic Movement – PMDB) with 53,5% of the votes in the state of Paraná. Therefore, our objective is to present the electoral results of the candidacies for the position of governor of Paraná in the year of 1982 and to discuss them from the historical and political context of the beginning of the decade of 1980, based on the data and the bibliography about it thematic.

Keywords: electoral atlas; 1982 Elections/Brazil; Paraná/PR; democracy.

Artigo recebido em 20 de abril de 2020 e aprovado pelo Conselho Editorial em 3 de agosto de 2020.

Introdução

O golpe civil-militar de 1964, que depôs o Presidente João Goulart em 02/04/1964, e que permitiu a ascensão do General Humberto Alencar Castelo Branco em 11/04/1964, trouxe novos elementos para as disputas políticas e partidárias efervescentes no Brasil da década de 1960. Magalhães (2001) aponta que a Aliança Renovadora Nacional (Arena), enquanto partido situacionista, ganhou força política nacional e atraiu a maioria dos políticos paranaenses ao regime militar e, aliado ao binômio industrialização/aumento do bem-estar da população, conduziu uma tendência e/ou padronização do comportamento político paranaense favorável ao regime e ao partido que o representava na cena política entre 1966 e 1970.

O fim do chamado “Milagre Econômico” (1969-73) promoveu a inversão desta situação. Nas eleições de 1974, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar, venceu para o Senado e Câmara Federal em quase todos os estados. Era o momento de avanço do MDB em escala nacional, bem como no estado do Paraná, cujos senadores mais bem votados foram do MDB, inclusive em Curitiba (Magalhães, 2001; Carvalho Junior, 2006).

A partir de 1974, uma série de medidas passaram a ser promovidas por parte do governo militar para barrar a ascensão do MDB. No ano de 1976 foi promulgada a Lei 6.339/1976 (A Lei Falcão), que proibiu a propaganda eleitoral nos meios de comunicação em massa (no ano em questão, o MDB venceu as eleições municipais em grandes cidades do país). Em 1977, ocorreu

a promulgação do Ato Complementar 01/1977 (conhecido como “Pacote de Abril”) que, entre outras medidas, fechou o Congresso Nacional e elevou a representação dos estados do Nordeste, Centro-Oeste e do Norte, mudança que favoreceu o partido situacionista. O “Pacote de Abril” também instituiu a figura do Senador Biônico, indicado pelo Presidente da República e eleitos pelo voto indireto (Magalhães, 2001; Braga, 1990).

No ano de 1979, foi decretado um novo conjunto de reformas que, entre outras, pôs fim ao bipartidarismo e permitiu as eleições diretas para governador, processo que originou ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – com quadros políticos oriundos do MDB – e ao Partido Democrático Social (PDS) – proveniente da ARENA. Magalhães (2001), explica que a instalação do pluripartidarismo tinha explícita intenção de dividir o MDB. Esse processo termina em 1981, com a publicação de outro apanhado de normas que ficou conhecido como “Pacote de Novembro”. Assim, ficou proibida a coligação partidária, foi estabelecida a obrigatoriedade de os partidos políticos lançarem chapa completa e o voto passou a ser vinculado.

Desta maneira, as eleições majoritárias de 1982 foram disputadas por mais de dois partidos políticos, algo que não ocorria desde 1966 com a promulgação do Ato Institucional 2, – no governo de Castelo Branco – que colocou fim ao pluripartidarismo e, junto a outros atos complementares, organizou as disputas eleitorais no Brasil em um modelo bipartidário, sendo institucionalizados, na época, um partido oficial de situação e oposição.

Ademais, o ambiente político nacional no início da década de 1980 detinha algumas particularidades que devem ser mencionadas. De um lado, questões econômicas como a desigualdade social, a necessidade de aumentar a renda média dos trabalhadores, o combate à inflação, enfim, os desafios postos a partir do fracasso do chamado “milagre econômico”, período marcado por níveis de crescimento elevados, porém, ao custo de endividamento nacional crescente, que contraiu o crescimento econômico a níveis bem inferiores do que daqueles da década de 1970. Do outro lado, estavam as demandas políticas da sociedade brasileira, cujas reivindicações foram potencializadas a partir do chamado “Pacote de Abril”, bem como do “Pacote de Novembro”.

Assim, nas eleições para governador do Paraná de 1982, já com os reflexos das mudanças no âmbito nacional, tivemos os seguintes candidatos: José Richa (do PMDB), Saul Raiz (do PDS), Hamilton Vilela de Magalhães (Partido Trabalhista Brasileiros – PTB), Edésio Passos (Partido dos Trabalhadores – PT) e Edson Sá (Partido Democrático Trabalhista – PDT). Apesar da existência de cinco candidaturas, José Richa e Saul Raiz concentraram a disputa em torno de seus projetos e daquilo que representavam, sendo o vencedor José Richa, com 53,5% dos votos no estado do Paraná.

Dito isso, nosso objetivo é apresentar os resultados eleitorais de cada uma das candidaturas mencionadas para o cargo de governador do Paraná no ano de 1982. Ademais, realizamos a discussão base em alguns contextos político, econômico e social do período, em busca de apontarmos alguns dos fatores que contribuíram para o sucesso eleitoral de José Richa (PMDB) e, consequentemente, o insucesso das demais candidaturas.

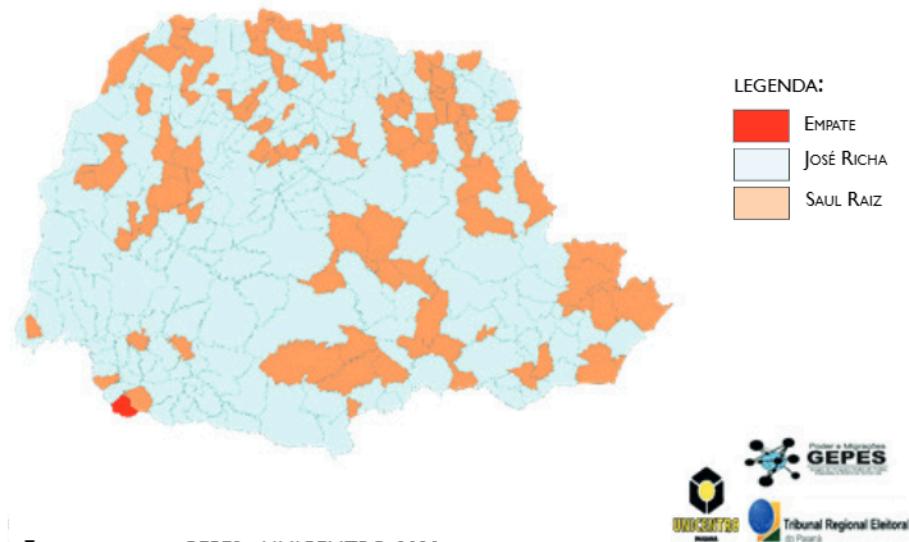
A eleição para governador (1982): mapas, contextos e apontamentos

José Richa versus Saul Raiz: 1º e 2º colocados no pleito

As eleições para governador de 1982 tiveram como foco nor-teador o embate de projetos dos dois partidos hegemônicos na época, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que se apresentava naquele contexto como o partido que buscava a redemocratização e a recuperação econômica do país, e o Partido Democrático Social (PDS), cuja maioria dos membros compactuava com as premissas políticas dos governos militares, e que estava sendo apoiado pela então ditadura.

Saul Raiz (PDS) e José Richa (PMDB) foram os protagonistas destes embates entre o partido aliado ao sistema e a frente democrática no estado do Paraná. É preciso destacar que ambos eram velhos conhecidos no eleitorado paranaense, e participaram da administração de municípios com grande contingente populacional. Richa foi prefeito da cidade de Londrina entre os anos de 1973 e 1977 – cargo este fundamental para a sua vitória no pleito à governador do estado – enquanto Raiz comandou o poder executivo da cidade de Curitiba (1975-1979).

Figura 1 – Candidato vencedor por município nas eleições gerais para governador no Paraná, 1982



Além disso, a posição do PMDB enquanto principal opositor dos poderes que governavam o Brasil durante o período de militar foi fator importante para que no contexto paranaense José Richa se consagrasse vencedor. A diferença de votos entre os dois demonstra que o eleitorado no Paraná estava inclinado e atento ao retorno da democracia e ansioso para vivenciar novos tempos, sobretudo no que dizia respeito às questões econômicas.

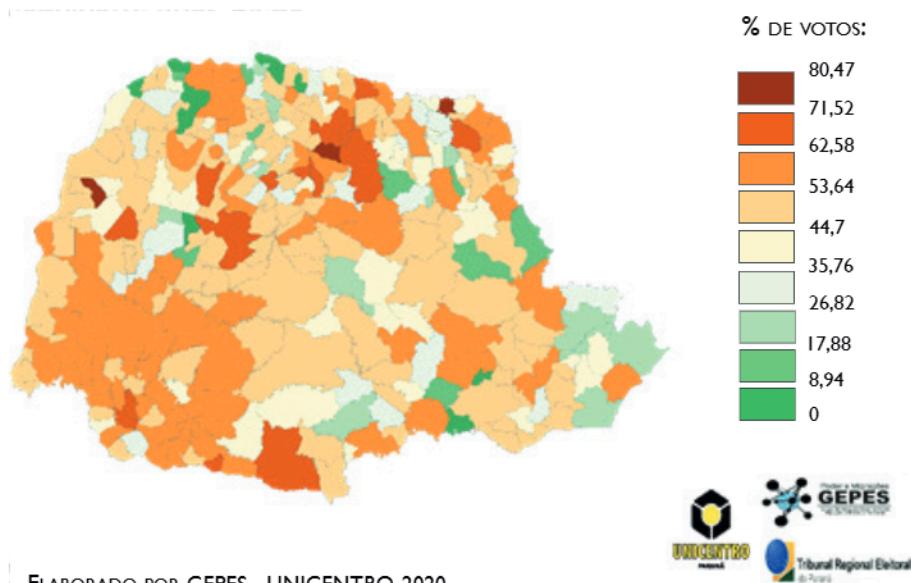
É preciso lembrar que por conta do fracasso da política econômica dos militares, denominada de “Milagre Econômico”, tanto o Brasil quanto o estado do Paraná sofreram com os fortes efeitos da recessão econômica. Imperava no país desde o final de 1979 um cenário de desaceleração econômica, descontrole inflacionário e desarranjo nas contas públicas que durou até o segundo semestre de 1982.

Diante de tal quadro, o pacto de classes que possibilitou o golpe de 1964 e que sustentou o regime militar (a quem o PDS naquela eleição ainda representava) foi colocado em questão, abrindo caminho para os discursos de renovação do PMDB, que no estado Paraná foram proferidos por José Richa que, apoiado por lideranças como a de Jaime Canet Júnior, venceu as eleições para governador.

José Richa: o vencedor

O ano de 1982 é emblemático. O brasileiro voltava a exercer seu direito de voto para escolher representantes para cargos do executivo depois de 17 anos, afinal, desde o golpe civil-militar de 1964, apenas se votava para cargo no legislativo. A eleição de 1982 é um dos episódios importantes do processo de redemocratização do país, e foram fundamentais para fortalecer o movimento “Diretas Já”. Naquela ocasião, o governador eleito para o estado do Paraná foi o candidato José Richa, ex-prefeito de Londrina (entre os anos de 1973 e 1977) e senador da república desde o ano de 1978.

Figura 2 – Desempenho do candidato José Richa por município nas eleições gerais para governador no Paraná, 1982



Fonte: IBGE (2010) e TRE (2019).

Richa concorreu ao cargo pelo PMDB (oriundo do MDB). O resultado nas urnas revelava o descontentamento da população paranaense com a ditadura militar, tanto do ponto de vista político quanto econômico. O fracasso e o desmantelamento da política econômica dos militares, baseada no chamado “Milagre Econômico”, e o regime de repressão militar que “roubava” a

cidadania e impedia a participação popular no governo abriam caminhos para que o PMDB realizasse o enfrentamento e conquistasse o eleitor do Paraná com seu ideário reformista.

Desta maneira, apoiando-se nos grandes temas nacionais – como o restabelecimento do estado de direito, o combate a concentração de renda e arrocho salarial, a necessidade de romper com a centralização política e no restabelecimento de canais de participação para a sociedade –, apresentava suas propostas e vencia as eleições com 53,5% dos votos, deixando em segundo lugar o candidato Saul Raiz do PDS (oriundo Arena e partido apoiado pelos militares). Essa vitória impediu que outro representante dos militares assumisse o governo do Paraná, haja visto que o antecessor foi Ney Braga, militar de origem e do PDS.

É importante ressaltar que, à exceção de Haroldo Leon Péres, em 1970, todos os governadores depois de Ney Braga – incluindo Paulo Pimentel, foram por Ney indicados e pela ditadura referendados. Em 1978, ele escolheu a si próprio, foi referendado pela Assembleia Legislativa e abençoado pelos militares. Ficou até o começo de 1982, já no PDS, quando entregou o cargo ao vice-governador, o advogado José Hosken de Novaes e partiu para a eleição direta. Concorreu ao Senado, foi derrotado pelo jovem peemedebista Álvaro Dias e viu seu candidato ao governo do Estado – o ex-prefeito da capital Saul Raiz – perder nas urnas por seu ex-chefe de gabinete José Richa. (Mosquera, 2005, 104)

É preciso também destacar que este é um contexto histórico de rompimentos de alianças políticas entre os grupos de poder no estado do Paraná. Esse processo tem origem quando o presidente (ditador) João Batista Figueiredo extinguiu o sistema bipartidário no país e impôs, em novembro de 1979, a reformulação partidária. Nesse contexto, Jaime Canet Júnior, ex-governador do estado (entre 1975 e 1979) pela ARENA, decidiu trilhar um caminho político distinto quando não permaneceu no PDS e ajudou a fundar o Partido Popular (PP) no Paraná, cuja grande liderança em âmbito nacional era Tancredo Neves. Esta dissidência tornou-se de suma importância para vitória de José Richa, pois indicava uma ruptura com Ney Braga e dividia os redutos eleitorais do partido do governo.

Em fevereiro de 1982, o PP incorpora-se às fileiras do PMDB, Jaime Canet Júnior desiste de concorrer ao cargo de governador e passa a apoiar José Richa. Esta aliança fez-se sentir nos municípios que possuem expressivos contingentes populacionais e com maiores níveis de urbanização, com destaque para Curitiba, Londrina, Ponta Grossa e Cascavel, cujos votos para o PMDB tiveram alta porcentagem – em alguns centros os números ficaram acima de 60%. De igual modo, a preferência do eleitor pela mencionada legenda ocorreu em importantes municípios como Maringá, Foz do Iguaçu e Guarapuava, nas quais José Richa obteve resultados próximos a 50% dos votos (para mais ou para menos).

Desta maneira, os índices de preferência partidária nos municípios paranaenses para José Richa são em decorrência da conjuntura nacional que promoveu a criação de mais partidos, e ao mesmo tempo a fragmentação de grupos políticos e coligações distintas em torno do PMDB, cujos reflexos diretos na escala estadual foram a divisão do eleitorado e a quebra de hegemonia de grupos vinculados ao ARENA, depois ao PDS.

Esse é um momento da história em que o PMDB deixava como secundárias as questões doutrinárias do partido e fomentava uma política de atração, com um caráter policlassista, de atração de diferentes segmentos da sociedade. Assim, José Richa apresentava uma agenda de governo que prometia novos tempos, de combate à recessão e ao desemprego que batiam à porta do Brasil e do estado do Paraná.

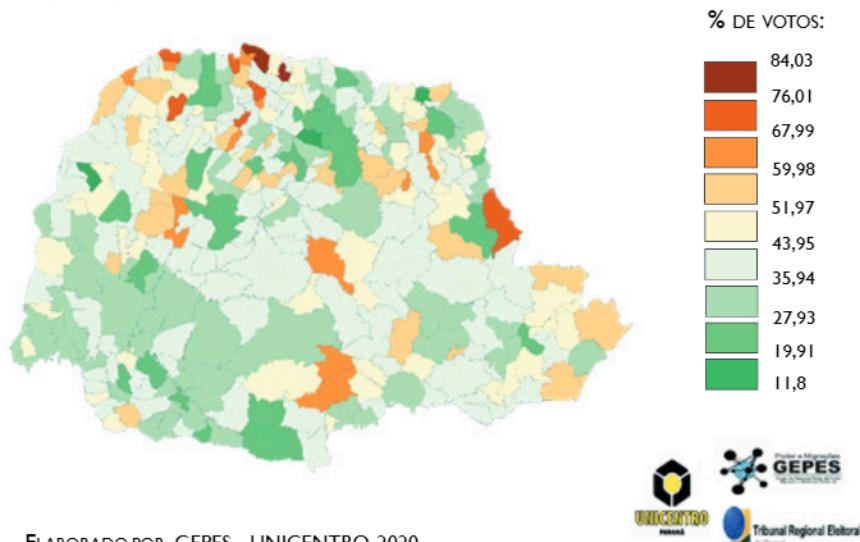
Saul Raiz: 2º colocado

A distribuição dos votos do candidato Saul Raiz por município traduz o momento conjuntural do Brasil no início da década de 1980: descrédito e antagonismo com o partido da situação, o PDS, e a crescente pressão popular, especialmente nas áreas mais urbanizadas, por mudanças e/ou reformas que atendessem aos anseios do país frente a crise da década de 1980 e o esgotamento das políticas conduzidas pela ditadura militar.

Nota-se que em municípios que possuem expressivos contingentes populacionais e são mais urbanizados, com destaque a Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Guarapuava e Cascavel, o candidato Saul Raiz não alcançou resultados que poderiam

fazer frente ao seu principal adversário, José Richa, obtendo percentagens baixas, inviabilizando a vitória em eleições majoritárias no Paraná.

Figura 3 – Desempenho do candidato Saul Raiz por município nas eleições gerais para governador no Paraná, 1982



ELABORADO POR GEPES - UNICENTRO, 2020

Fonte: IBGE (2010) e TRE (2019).

Os índices de preferência partidária indicavam o PMDB como o principal partido para o eleitorado brasileiro no início da década de 1980, porém, esses dados caminhavam para uma maior fragmentação da preferência, concomitante ao crescimento no número de legendas partidárias (Carreirão e Kinzo, 2004). No entanto, mesmo com a preferência partidária mais direcionada ao PMDB, a rejeição partidária ao PDS (originado na ARENA), espalhada por várias regiões do Brasil, foi decisiva para os resultados eleitorais no ano de 1982.

A preferência partidária nesse período esteve associada a imagens partidárias difusas, como o fato de o PMDB ser percebido como o partido dos pobres e trabalhadores, enquanto a ARENA seria o partido dos ricos e da elite (Carreirão e Kinzo, 2004). É importante ressaltar que nas eleições de 1982 figurava como partido da situação o PDS, nomenclatura que substituiu a malquista ARENA.

Neste contexto está inserida a candidatura ao governo do estado de Saul Raiz, ex-prefeito de Curitiba (1975-1979) e membro do PDS, partido que representava a situação e encontrava no início da década de 1980 forte rejeição do eleitorado. Saul Raiz, em entrevista para a série *Memória Paranaense*, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), afirmou que representava a “revolução” (conceito utilizado pelos defensores da ditadura para justificar o golpe civil-militar de 1964) naquele pleito eleitoral e que a mesma foi derrotada em praticamente todo o país, dada a mudança conjuntural nas intenções de voto nos anos finais da ditadura militar.

Para exemplificar a conjuntura daquela eleição e seu resultado, o então candidato cita no decorrer da supracitada entrevista o resultado eleitoral do bairro Boqueirão, em Curitiba. Segundo Raiz, sua figura era conhecida e respeitada no bairro devido às obras que havia feito durante sua gestão à frente da prefeitura (1975-1979); mesmo assim, foi derrotado pelo candidato José Richa, segundo ele, um desconhecido para as pessoas que ali viviam, afirmando que “[...] se o Richa saísse a pé, sozinho, ninguém sabia que esse era o Richa”. Tal afirmação denota o caráter conjuntural de mudança político partidária no Brasil que culminaria no processo de redemocratização do país a partir de 1985.

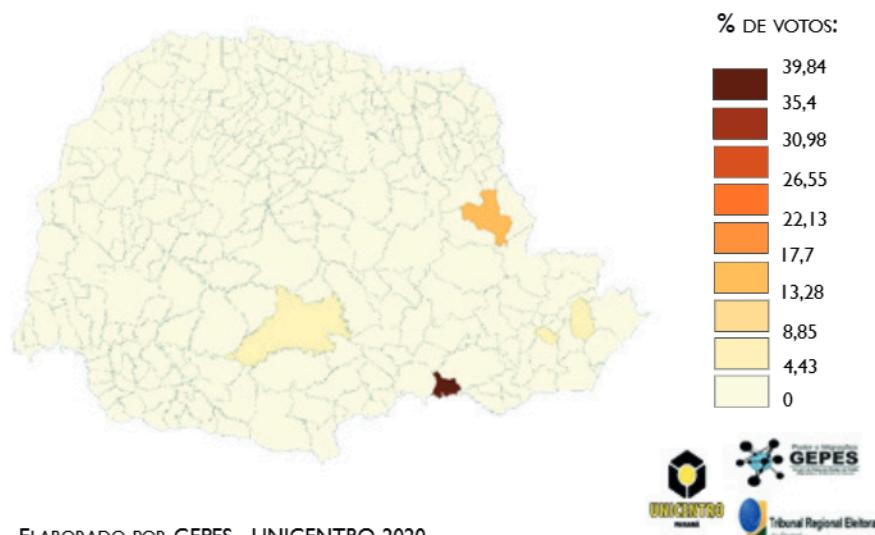
Hamilton Vilela de Magalhães: 3º colocado

Nas eleições de 1982, Hamilton Vilela de Magalhães foi candidato a governador do estado do Paraná pelo PTB, mas anteriormente esteve ligado ao PP e à Arena. Ficou na terceira posição no pleito de 1982, formado por cinco candidatos, com 1,04% dos votos (o que em números absolutos representava 30.202 eleitores).

Seus melhores índices de preferências foram em localidades em que suas ligações políticas eram consolidadas, como é o caso da cidade de Guarapuava, onde ele obteve expressiva votação devido à sua ligação política com aqueles que controlavam a política partidária do município. A baixa votação que obteve na região norte e oeste do estado tem relação direta com seus vínculos com as políticas do então presidente Ernesto Geisel, em especial, sendo uma reação do eleitorado ao “Pacote de Abril”. Este pacote de medidas ficou conhecido como “Constituinte da Alvorada”, fazendo alusão à forma como as medidas foram impostas exclusivamente via poder executivo.

Assim, o PTB e seu candidato foram derrotados pelo PMDB e seu discurso de campanha, no qual apresentava-se como partido que novamente aproximaria o povo paranaense das instituições democráticas e resolveria os problemas econômicos que atingiam o estado.

Figura 4 – Desempenho do candidato Hamilton Vilela Magalhães por município nas eleições gerais para governador no Paraná, 1982



Fonte: IBGE (2010) e TRE (2019).

Hamilton Vilela, teve uma votação inexpressiva no âmbito municipal, assim como no Estado do Paraná. Embora o PTB tenha se mostrado relativamente forte no resto do país, teve sua performance prejudicada pela grande polarização entre PMDB e PDS. Estes dois partidos protagonizavam os debates em âmbito nacional em torno do processo de redemocratização e de questões econômicas e sociais, e, consequentemente, esse embate produziu reflexos no estado do Paraná.

Além do cenário nacional, sua história pública no estado do Paraná foi fundamental para concentração de votos em determinados municípios. Hamilton Vilela foi diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná de 1974 até maio de 1978, e provavelmente teve apoio de uma fração determinante de grupos políticos ligados ao meio. De igual modo, a baixa votação guarda

relação com seu vínculo partidário com a Arena (partido de apoio da ditadura militar no Brasil), apesar de mostrar-se defensor da ampla frente democrática que se posicionou perante o sistema político para a defesa da vontade popular.

Assim, o momento de fervor nacional em busca da redemocratização, encabeçado pelo PMDB (o único partido de oposição naquele pleito que podia fazer frente ao partido do governo, o PDS), sua história pública, sua filiação ao partido da ditadura e o apoio de segmentos locais na região centro-oeste e sudeste podem explicar a concentração de votos nos municípios de Antônio Olinto, Jaguariaíva e Guarapuava, e ao baixo desempenho deste candidato nos demais localidades do Paraná.

Edésio Passos: 4º colocado

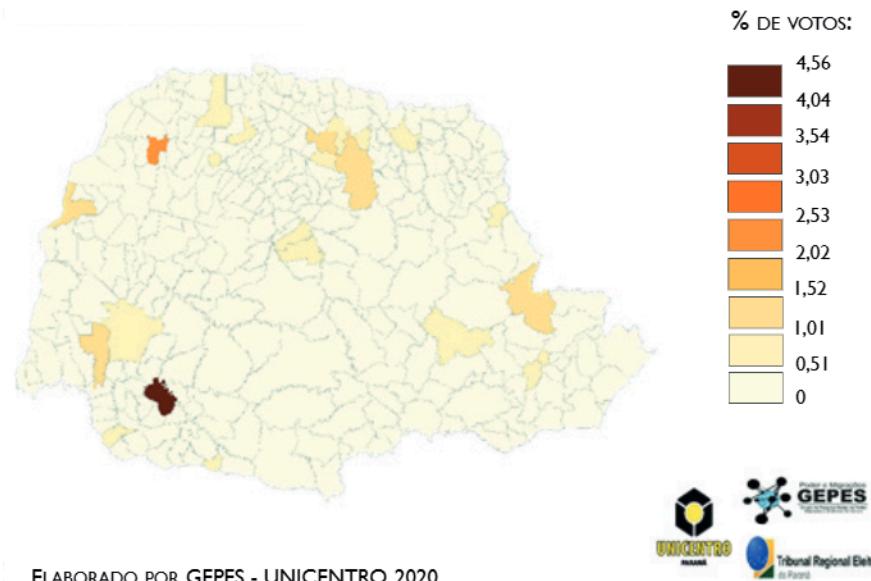
Nas eleições de 1982, Edésio Passos foi candidato a governador do estado do Paraná pelo PT, um ex-integrante do Partido Socialista Brasileiro (1961-1964) e da Ação Popular (1967-1971), preso político na época da ditadura militar e anistiado no ano de 1979. Foi o quarto colocado na eleição, entre os cinco candidatos que disputavam, com 0,2% dos votos (o que em números absolutos representava 12.025 eleitores), e com uma média de preferência no contexto geral que ficou entre 0,0% a 0,3% do eleitorado paranaense.

A classificação do candidato está relacionada a um cenário não muito favorável. As eleições de 1982 aconteceram em meio a estratégias do último governo do período militar, que visavam dificultar o crescimento da oposição. Primeiro, as eleições municipais de 1980 foram transferidas para coincidir com o pleito para governador, e assim se municipalizou os debates; depois, no ano de 1981 foi estabelecido o voto vinculado, obrigando o eleitor a votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos, proibindo coligações e permitindo sublegendas no âmbito da disputa municipal (mecanismo criados pelo “Pacote de Novembro”); e, por último, havia restrição à propaganda eleitoral eletrônica. A reação dos partidos foi realizar fusões, entre as quais a do PMDB e a do PP. Logo, a disputa voltou a ter uma dinâmica bipartidária. De um lado o PMDB, e do outro, o PDS.

O PMDB, desta maneira, foi o mais beneficiado, pois a estrutura das eleições daquele ano favoreceria o partido de oposição que melhor fizesse frente ao PDS; no caso o PMDB, fortalecido tanto nacionalmente quanto no estado do Paraná após ter se fundido com o PP. Logo, legendas partidárias e forças emergentes como o PT de Edésio Passos não tiveram a menor chance de disputar. Além do mais, naquele contexto histórico, o PMDB tinha apoio de forças hegemônicas consolidadas no estado do Paraná. Os números demonstram o fracasso eleitoral.

A votação inexpressiva do PT no estado pode ser mais bem observada ao analisarmos os resultados eleitorais nos municípios paranaenses. A título de comparação, com base no voto vinculado, nas eleições para prefeito de 1982, o PT concorreu em 57 municípios e não elegeu nenhum candidato, enquanto o PMDB concorreu em 290 municípios e elegeu 169 prefeitos contra 129 do PDS, antigo ARENA, que disputou em 298 localidades. A escolha dos prefeitos demonstra o fracasso na disputa do executivo estadual e baixa porcentagem de votos para Edésio Passos.

Figura 5 – Desempenho do candidato Edésio Passos por município nas eleições gerais para governador no Paraná, 1982



Fonte: IBGE (2010) e TRE (2019).

O PT, na maioria dos municípios que disputou para prefeito, fez menos votos que o número de membros do respectivo diretório, com reflexos diretos na eleição para governador, com 12.025 votos, número inferior aos filiados à época no Paraná. Quadro que consequentemente coincidiu com o desempenho em nível nacional, afinal, o partido não conseguiu conquistar os 5% de votos almejados no contexto geral e os 3% da preferência do eleitorado nos nove estados que disputou para governador, como estabelecia a lei eleitoral.

O baixo índice de votos para Edésio Passos nos municípios confirma a polarização das eleições de 1982 em torno dos dois partidos mais fortes e adaptados a um contexto eleitoral de pluripartidarismo, mas com estrutura de disputa bipartidária: o PDS e o PMDB, este que disputou amalgamado com o PP, constituído de dissidentes do ARENA – PDS. Em outras palavras, o candidato do PT disputou com grupos de poder já consolidados no estado do Paraná, com bases eleitorais bem estabelecidas e que estavam aparentemente inclinados a prestar atenção nas propostas de resolução dos problemas existentes (recessão, desemprego e falta de liberdade política).

Edson Sá: 5º colocado

Edson Sá foi o candidato com menor número de votos nas eleições para governador em 1982. Candidato pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), que emerge após o fim do bipartidarismo em 1979, figurava como oposição ao PDS e, consequentemente, buscava preencher o espaço eleitoral oriundo da rejeição ao partido de sustentação dos militares, que enfrentavam forte desgaste político e de popularidade no início da década de 1980.

A distribuição dos votos para o candidato Edson Sá nas eleições majoritárias de 1982 foi atrelada, de um lado, à distribuição da população no estado do Paraná, pois figuram entre os núcleos onde o candidato obteve a maioria de seus votos municípios com expressivos contingentes populacionais, como Curitiba, Cascavel e Foz do Iguaçu, enquanto, por outro lado, destacam-se Pato Branco, Dois Vizinhos e São Miguel do Iguaçu, municípios do sudoeste paranaense.

O insucesso da candidatura de Edson Sá deve-se, entre outros motivos, ao fato do candidato José Richa ter capturado o sentimento de rejeição ao PDS, originado na Arena e, consequentemente, transformado tal antagonismo em um movimento aglutinador

de votos para si mesmo e seu partido, o PMDB, já consolidado no cenário nacional e principal opositor do PDS. Por outro lado, o PDT detinha diretórios estaduais mais articulados do que outros, sendo sua presença política, de articulação e militância no Paraná mais frágil que a de outros segmentos oposicionistas, entre eles o PMDB e o PT.

Outro elemento importante a ser considerado é o comportamento do eleitor segundo suas bases ideológicas, ou seja, cidadãos descontentes com os candidatos que representavam ou defendiam a continuidade da ditadura votariam, logicamente, naqueles que se colocavam contrários à sua permanência. Todavia, com a captura desse movimento de oposição por uma candidatura – a de José Richa –, os demais postulantes ao cargo de governador e pertencentes ao campo oposicionista perderam fôlego e chances de sucesso eleitoral, bem como a frágil inserção da candidatura de Edson Sá em importantes núcleos urbanos do Paraná, nos quais recebeu votação irrisória. Desse modo, as chances de sucesso eleitoral de um candidato de mesmo ou semelhante campo ideológico é outro ponto importante e aglutinador de votos (Carreirão e Kinzo, 2004).

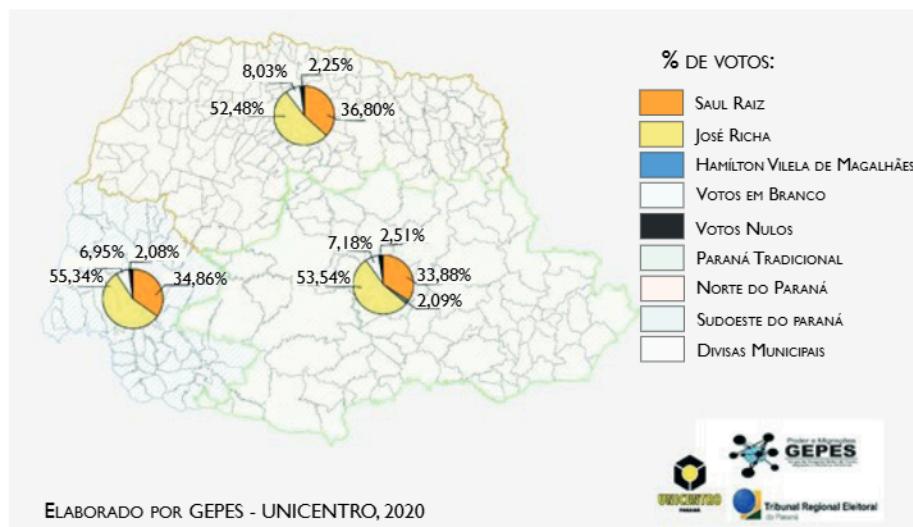
Informações complementares: brancos, nulos e frentes de ocupação paranaense

Levando em consideração a porcentagem de votos dos três primeiros colocados no pleito de 1982, observa-se que de fato a conjuntura nacional foi fator preponderante para a vitória de José Richa, cujos votos ultrapassaram os 50% em todo o espaço paranaense, independente da frente de ocupação. Richa sagrou-se vitorioso no Paraná Tradicional, no Sudoeste do Paraná e Norte do Paraná.

É importante tal constatação, pois cada uma dessas frentes, além de ocorrerem de maneiras distintas, estabeleceram vínculos históricos e, consequentemente, políticos, nos diferentes lugares do Paraná¹. Este fato é elemento influenciador nos processos eleitorais, em especial no âmbito do município.

1. Para maiores detalhes sobre o processo de ocupação do estado do Paraná, ver: Almeida (2016).

Figura 6 – Resultados por frente de ocupação nas eleições gerais para governador, 1982

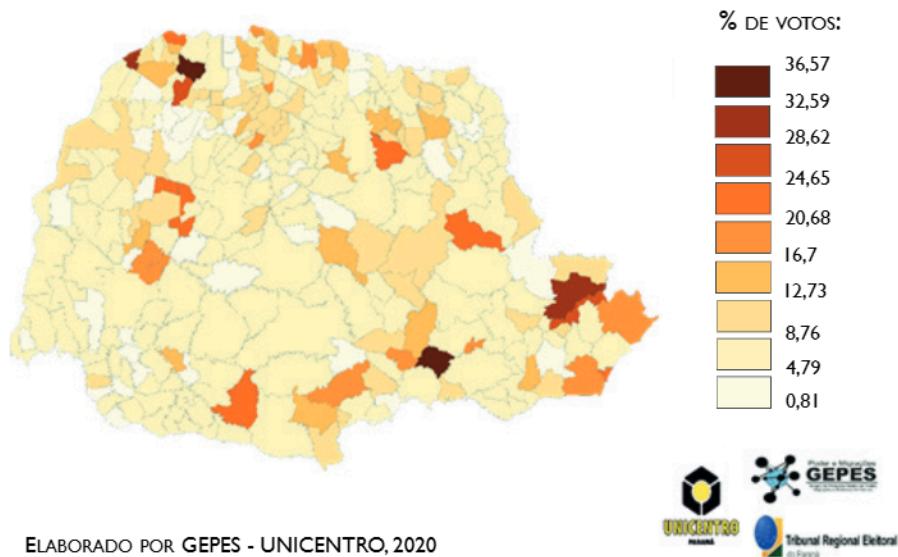


Fonte: IBGE (2010) e TRE (2019).

No entanto, ao observarmos os números, José Richa teve 55,34% no Sudoeste do Paraná, região geográfica que historicamente não possui nicho eleitoral. O candidato, por exemplo, foi Prefeito de Londrina, que se localiza no Norte Paranaense; bem como venceu com uma margem de quase 20% de diferença no Paraná Tradicional, sobretudo em Curitiba, região eleitoral importante e *território eleitoral* de Saul Raiz.

As eleições de 1982, como já relatamos ao longo deste debate, a singularidade desse processo eleitoral está no clima de renovação política que se estabeleceu nacionalmente, e que o PMDB passou a ser porta voz. Assim, os laços históricos da ocupação e as relações criadas ficaram, aparentemente, em segundo plano.

Outra questão importante está relacionada aos votos brancos e nulos dispostos na eleição para governador do estado Paraná no ano de 1982. Os números relacionados aos votos brancos e nulos ano de 1982 no pleito paranaense são baixos e demonstram que a participação das urnas foi expressiva, como mostram as Figuras 7 e 8.

Figura 7 – Votos brancos nas eleições gerais para governador no Paraná, 1982

Fonte: IBGE (2010) e TRE (2019).

Na maior parte das regiões geográficas do Paraná, o voto branco foi a opção de poucos eleitores: os números computados ficam em torno de 4,79% a 8,76% dos votos. Ao observarmos os números com base nas frentes de ocupação, os valores se confirmam. Os índices dos votos nulos são ainda menores, a ordem é de menos de 2% por município.

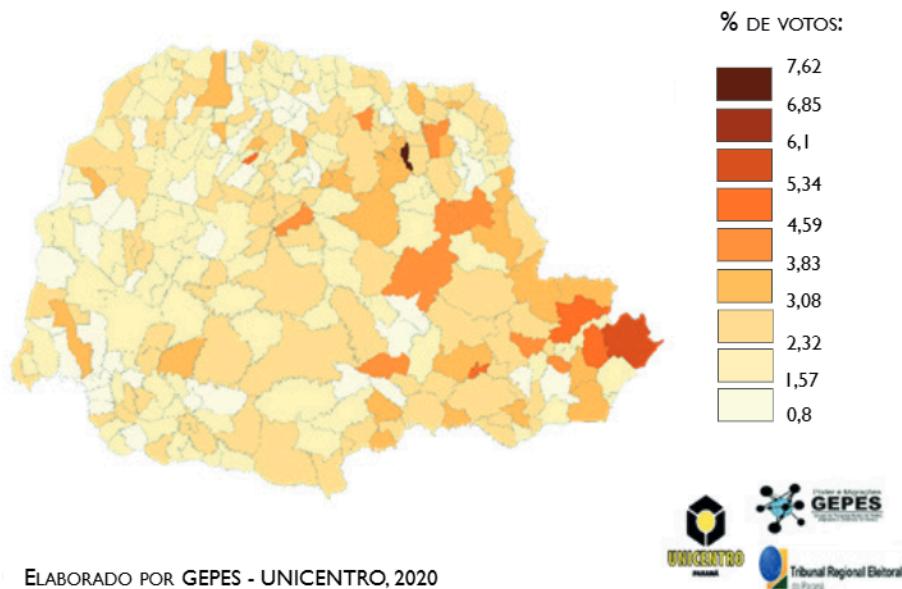
Segundo Silva *et al.* (2014), os votos brancos e nulos podem ser medidos pelo viés do protesto e/ou insatisfação do eleitor pelo nível de escolaridade, isto é, pela baixa sofisticação do eleitorado, e/ou podem ser consequência do momento econômico.

Os autores chegam à conclusão de que a partir de 1988, os votos brancos e nulos no Brasil são resultantes do descontentamento das pessoas com as instituições, e em contexto geral, os votos nulos são aqueles que mais representam tal inclinação. Seriam um protesto em relação ao sistema.

No caso das eleições de 1982 no Paraná – e no Brasil –, os números inexpressivos de votos brancos e nulos confirmam o momento de crescente sentido partidário da política brasileira devido o processo de desenvolvimento e da abertura política do país desde 1974 (Souza,

Lima Junior, Figueiredo, 1982). Assim, o paranaense foi às urnas e apresentou sua insatisfação elegendo o representante do PMDB.

Figura 8 – Votos nulos nas eleições gerais para governador no Paraná, 1982



Considerações finais

A posição do PMDB enquanto principal partido da oposição aos poderes que governavam o Brasil durante a ditadura civil-militar foi fundamental para que no contexto paranaense José Richa saísse vencedor, afinal, foi capaz de capturar o sentimento de rejeição ao partido que representava a continuidade, e unir diferentes segmentos da oposição. A diferença de votos entre as duas principais candidaturas – as de José Richa (PMDB) e Saul Raiz (PDS) – demonstram que o eleitorado paranaense estava inclinado às demandas democráticas que culminaram no processo de redemocratização do país.

A candidatura de José Richa, eleito com 53,5% dos votos, debruçou seus esforços em temas nacionais relevantes aos eleitores, como o restabelecimento do estado de direito, da democracia, o combate à concentração de renda e arrocho salarial, bem como a

necessidade de rompimento com a centralização do poder na esfera federal e na construção de canais de participação social.

Os níveis de preferência e rejeição partidária se mostraram relevantes para análise do pleito eleitoral de 1982. A candidatura de Saul Raiz, assim como outras ligadas ao PDS nos diferentes estados brasileiros, encontravam, no início da década de 1980, forte rejeição do eleitorado nacional, dado o desgaste dos governos militares, motivado por diferentes fatores, como debatido ao longo do artigo. A fala de Saul Raiz, afirmando ser representante da “revolução de 1964” (golpe civil-militar) naquele pleito eleitoral, ao passo que reconhece a derrotada da mesma em praticamente todo o país, demonstra o papel dessa conjuntura nas intenções de voto nos anos finais da ditadura civil-militar.

O insucesso das candidaturas de Edson Sá (PDT) e Edésio Passos (PT) pode ser explicado a partir de dois elementos principais: (i) a captura, por parte do PMDB, da rejeição ao PDS e dos diferentes segmentos da oposição nesse processo eleitoral e (ii) a ainda frágil estrutura partidária de PT e PDT no estado do Paraná. Hamilton Vilela teve votação considerável apenas no município de Guarapuava, e como teve ligação política com a ARENA, sua candidatura, além de desafios comuns aos outros partidos, enfrentou o cenário de rejeição àqueles que, de alguma forma, representavam a continuidade.

Por fim, concluímos que os resultados das eleições majoritárias no Brasil em 1982 foram essenciais para o aprofundamento das pautas democráticas e, consequentemente, para o enfraquecimento da ditadura militar, e nesse quadro, o estado do Paraná não destoou do cenário nacional.

Referências

- ALCÂNTARA, J. C. (2004). *O dualismo partidário no período de 1966 a 1982 e sua representação local*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis.
- ALMEIDA, A. C. S. (2016). A colonização do território paranaense e o dinamismo dos municípios da frente norte. *Revista Geomae*, vol. 7, n. 1, p. 9-20.
- ANGELO, V. A. (2014). Bipartidarismo: sistema vigorou durante a ditadura militar. Disponível em: <https://bit.ly/36ouZzK>. Acesso em: 26 out. 2019.
- BEGA, M. T. (1990). *Participação comunitária: dimensões da institucionalização*. 1990. Tese (Dissertação de Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

- BRAGA, H. S. (1990). *Sistemas eleitorais do Brasil (1821-1988)*. Brasília, DF: Senado Federal.
- CARREIRÃO, Y. S.; KINZO, M. D. (2004). *Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002)*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- CARVALHO JUNIOR, M. R. (2005). A votação do MDB no Paraná: uma análise histórica (1966 e 1978). In: CODATO, A. N.; SANTOS, F. J. (orgs.). *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba: TRE.
- CASTRO, D. (2005). *Mudança, permanência e crise no setor público paranaense: um balanço da trajetória estadual na segunda metade do século XX*. 2005. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. (2020). *Canet Junior, Jaime*. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <https://bit.ly/2Zr1R6n>. Acesso em: 20 out. 2019.
- DENEZ, C. C. (2016). *O território em disputa: territorialidades, redes sociais e grupos políticos de Ivaiporã/PR (2000-2012)*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- FERREIRA, D. P., BATISTA, C. M., STABILE, M. (2008). A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. *Opinião Pública*, vol. 14, n. 2, p. 432-53.
- HELLER, M. I. (1988). *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Paraná: Paz e Terra.
- KECK, M. (1991). *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática.
- MAGALHÃES, M. B. (2001). *Paraná, política e governo*. Curitiba: SEED.
- MARANGONI, G. (2012). Anos 1980, década perdida ou ganha? *Desafios do Desenvolvimento*, n. 72. Disponível em: <https://bit.ly/35wtRJO>. Acesso em: 13 set. 2020.
- MOSQUERA, J. E. F. (2005). A votação da ARENA no Paraná: uma análise histórica (1966 e 1978). In: CODATO, A. N.; SANTOS, F. J. (orgs.). *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba: TRE.
- RAIZ, S. (2007). *Memória paranaense, entrevista com Saul Raiz, ex-Prefeito de Curitiba*. Disponível em: <https://bit.ly/3ipcIoT>. Acesso em: 26 out. 2019.
- RESENDE, D. C. (2007). *Elementos decisivos na construção da posição e prática política de Roberto Requião de Mello e Silva*. 2007. Tese (Dissertação de Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- SADDI, F. C. (2003). Política e economia no federalismo do governo Geisel. *Revista de Economia Política*, vol. 2, n. 23, p. 28-46.
- SALOMÃO, R. E. (2010). *Os anos heroicos: o Partido dos Trabalhadores no Paraná, do nascimento até 1990*. Curitiba: PT.

- SILVA, R. et al. (2014). Votos brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. *Teoria & Pesquisa*, vol. 23, n. 2, p. 64-81.
- SOUZA, A. et al. (1982). A política do carioca. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno Especial.
- WILLE, J. Entrevista. (2016). *A carreira política do ex-governador José Richa*. Disponível em: <https://bit.ly/3inZzN2>. Acesso 20 out. 2019.

Análise comparativa da filiação partidária nos municípios do estado do Paraná nos períodos entre 1947-1963 e 1996-2016

Sérgio Luis Versolato de Abreu

Resumo

O artigo condensa uma dissertação de Mestrado que traz um dos estudos mais completos sobre as eleições municipais do Estado do Paraná, abrangendo o estudo de 11 eleições em 80 municípios dividido em dois períodos históricos, de 1947-1963 e 1996-2016, analisando separadamente os dois períodos históricos e comparando ao final o índice de retorno e permanência, assim como o comportamento dos Partidos e o reflexo do momento da modernidade, comparando os índices dos dois períodos eleitorais.

Palavras-chave: democracia; eleições municipais; partidos políticos; filiação partidária.

Abstract

This article summarizes a master's thesis on one of the most complete studies on the Municipal Elections of the state of Paraná, covering the study of 11 elections in 80 municipalities divided into two historical periods: 1947-1963 and 1996-2016. Both historical periods are analyzed separately and the rate of return and permanence in each one is compared, as well as the behavior of the parties and the reflection of the moment of modernity comparing the rates of the two electoral periods.

Keywords: democracy; municipal elections; political parties; party affiliation.

Artigo recebido em 20 de abril de 2020 e aprovado pelo Conselho Editorial em 3 de agosto de 2020.

Sobre os autores

Sérgio Luis Versolato de Abreu é mestre em Direito pelo UniBrasil. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (atual UniCuritiba). Especialista em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral. Mestre em Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil). Atualmente chefe de Cartório Eleitoral da 155ª Zona Eleitoral de Piraquara-PR e servidor do TER-PR há 24 anos. E-mail: versolat@tre-pr.jus.br

Introdução

A pesquisa empírica foi desenvolvida com base em dados disponíveis no site do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), referentes às eleições municipais durante dois períodos históricos, um período abrangendo cinco eleições municipais entre 1947 a 1963 e outro abrangendo seis eleições municipais de 1996 a 2016. Estes momentos históricos são importantes, pois refletem momentos de plena liberdade democrática, momentos em que a escolha para participar de uma eleição e concorrer por um partido são mais livres. Os partidos estão se organizando e a relação entre filiado e partido pode ter sofrido ou não a influência das mudanças da própria sociedade. Optou-se por não realizar a pesquisa no período de quebra democrática e no da longa transição para uma democracia efetiva com base nos partidos políticos, concretizada com a Lei 9.096/1995 (Brasil, 1995).

Os dados foram coletados nos 80 municípios existentes e que realizaram eleições municipais em 1947, o que corresponde a 100% dos municípios que realizaram eleições naquele ano. Estes 80 municípios serão acompanhados até a última eleição realizada em 2016. Como os dados estão em formatos diferentes, buscou-se procurar pontos em comum que possibilitassem uma análise comparativa entre os dois períodos, como eleições regulares a cada quatro anos, partidos, candidatos, cargos.

Com estes dados foram construídos vários índices para embasar as análises, como o índice de retorno, o qual considera os candidatos que concorreram em uma eleição municipal e retornaram a participar novamente de outras eleições posteriores, independente do cargo ser a prefeito ou a vereador, ou do fato de ter sido eleito ou não. Este índice vai medir o percentual de candidatos que retornaram a concorrer em cada um dos períodos, em cada um dos municípios estudados, por região geográfica e, por fim, a média do estado do Paraná. Optou-se por não considerar neste trabalho a criação de novos municípios ou desmembramentos ocorridos no Paraná, pois tornaria a comparação entre os dois períodos inviável, o que impossibilitaria a análise comparativa.

Outro índice construído é o chamado de índice de permanência, no qual se considera quantos dos candidatos que retornaram a participar das eleições municipais mudaram de partido

ou permaneceram no mesmo partido. Este índice medirá em cada período o percentual de candidatos que permaneceram no mesmo partido, isto possibilitará identificar possíveis influências sofridas ou não pelo momento histórico. Uma outra forma de medir a coesão partidária, também com base nos resultados eleitorais, foi desenvolvida por meio de outro índice, chamado de índice de fragmentação, utilizado para medir a evolução da fragmentação das Câmaras Municipais. Este possibilitará avaliar a evolução dos partidos no decorrer do tempo, o próprio desenvolvimento, o enfraquecimento ou o fortalecimento dos partidos nas esferas municipais.

Por fim, será analisada a robustez dos partidos a partir do resultado efetivo de sua força eleitoral, com base na quantidade de eleitos em cada pleito eleitoral. A comparação do desempenho nos dois períodos será importante para verificar se houve efeitos ou não por conta do contexto da modernidade líquida sobre os partidos.

Análise da filiação partidária no período de 1947-1963

No período de 1947 a 1963, o número de organizações partidárias variou muito. O TSE chegou a conceder o registro provisório a 32 organizações partidárias. Destas organizações, metade teve seus registros cancelados devido ao não cumprimento dos requisitos organizacionais para a obtenção do registro. Alguns partidos se fundiram, sendo que no momento do Golpe Militar de 1964 havia 13 partidos políticos em funcionamento legal no Brasil (Schmitt, 2000).

No Paraná, em 1947, nove partidos estavam organizados e participaram das eleições, no mínimo em dos municípios estudados. Eram os seguintes partidos: Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido da República (PR), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Social Progressista (PSP), Partido Liberal (PL) e Partido Trabalhista Nacional (PTN). Até o fim deste primeiro período democrático, mais quatro partidos participam das Eleições no Paraná: Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e Movimento Revolucionário de Trabalhadores (MTR).

Nossa sociedade, saindo de um regime autoritário, entrava com décadas de atraso em um período de expansão da consciência e

participação política, característica da sociedade moderna e do desenvolvimento das instituições.

E aqui se torna importante ressaltar o aspecto mais implicante da modernização política, ou seja, a participação política que se dá nas sociedades modernas fundamentalmente através dos partidos políticos. É, pois, característica da sociedade tradicional o baixo nível de participação política da sociedade, diferentemente da sociedade moderna onde o que se vê é a expansão da consciência e da participação política acompanhadas pelo desenvolvimento das suas instituições. (Leitão, 1989, 76)

O índice de permanência no partido será um pouco diferente do analisado por Emerson Urizzi Cervi e Adriano Nervo Codato (2006), pois não levará em conta a permanência média ao longo do mandato parlamentar, mas a mudança ocorrida ou não do retorno do candidato a concorrer a novas eleições municipais.

O recorte eleitoral será a cada quatro anos, como indicador sensível da estabilidade do partido, desta forma será possível medir a institucionalização dos partidos no sentido colocado por Cervi e Codato (2006, 263): “como se trata de medir fidelidade ao partido, o índice de permanência foi criado para apresentar, com a maior precisão possível, não apenas as pontas de início ou fim de mandato, mas para indicar alterações durante a legislatura”.

Neste artigo os índices foram usados não para medir as mudanças durante o mandato, mas para medir a institucionalização, quanto maior permanência média e institucionalização do partido a cada eleição. As duas variáveis a serem usadas são “tamanho da bancada” e “índice de permanência”. Esses índices ajudaram a medir e estudar um dos motivos colocados: “porque os políticos migram? Parlamentares trocam de partidos em função de estratégias eleitorais futuras de curtíssimo prazo, principalmente para garantir maior possibilidade de reeleição” (Cervi e Codato, 2006, 269).

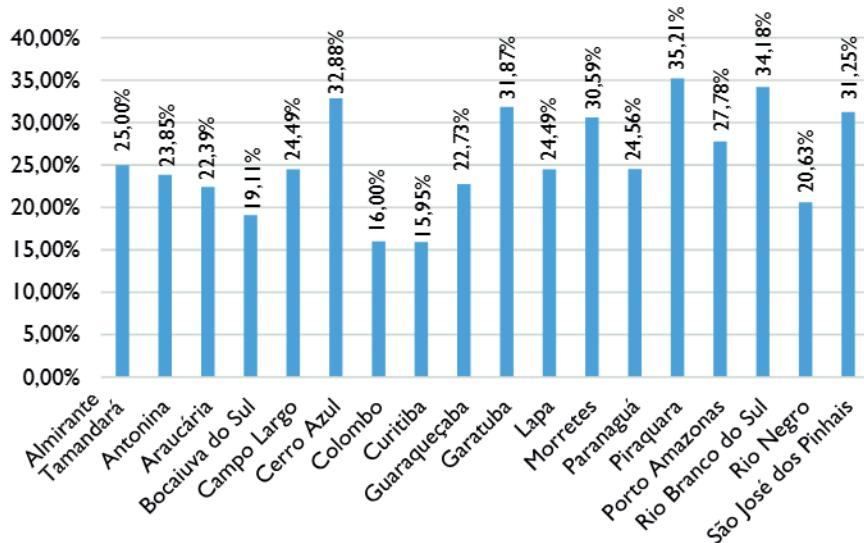
A divisão dos municípios, por região geográfica do Paraná, elaborada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento

Econômico e Social (Ipardes), foi tomada para facilitar a apresentação da pesquisa. A divisão gerou nove regiões geográficas, em que se percebe a divisão do estado e seu desenvolvimento no decorrer dos anos.

Os municípios destacados nos gráficos expostos neste estudo não tiveram registros das eleições municipais de 1955. São eles os municípios de Irati, Jacarezinho, Jaguapitã e Jaguariaiva, o que pode gerar alguma diferença em relação aos demais, tendo em vista que realizaram apenas quatro eleições municipais ao invés de cinco.

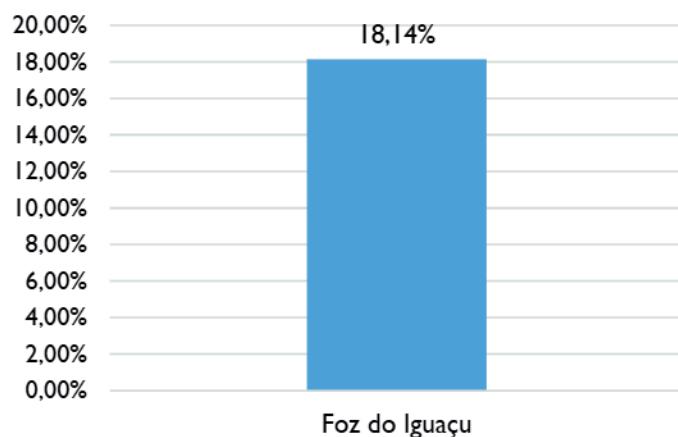
Este percentual de retorno é de todos os candidatos que concorreram para as eleições municipais nos municípios, seja para prefeito ou vereador, que foram eleitos, suplentes ou não eleitos. Cabe ressaltar que nos dados constantes nas eleições de 1947 e 1951 só constam os eleitos, não há referências a suplentes ou não eleitos. Estas referências começam a aparecer nos resultados arquivados a partir de 1955.

Gráfico I – Região geográfica metropolitana de Curitiba, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



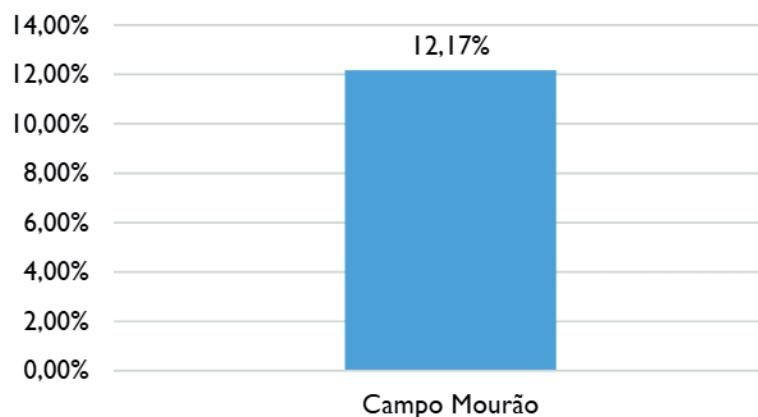
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>).

Gráfico 2 – Região geográfica oeste paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



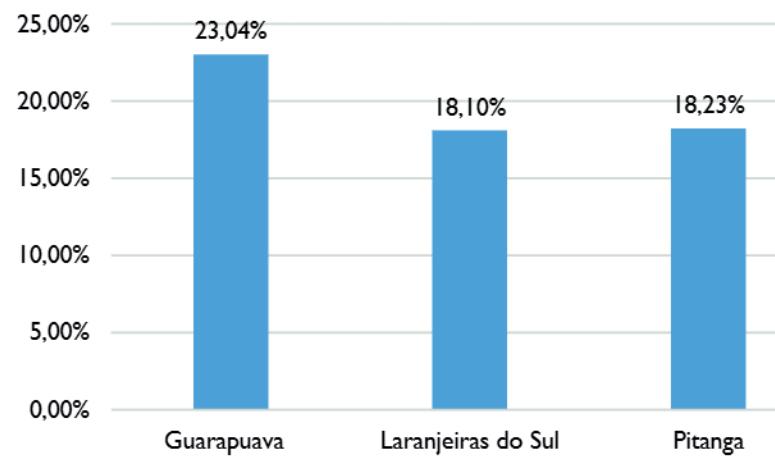
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 3 – Região geográfica centro ocidental, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



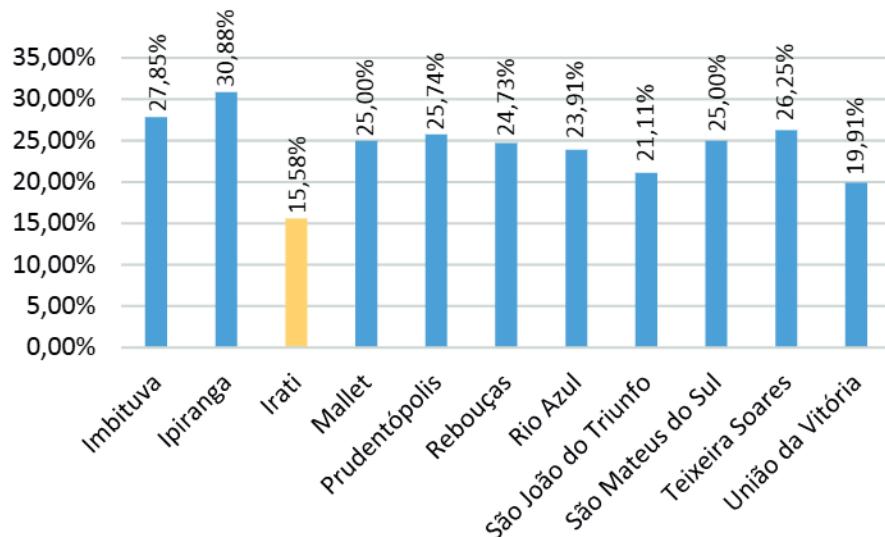
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 4 – Região geográfica centro sul paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



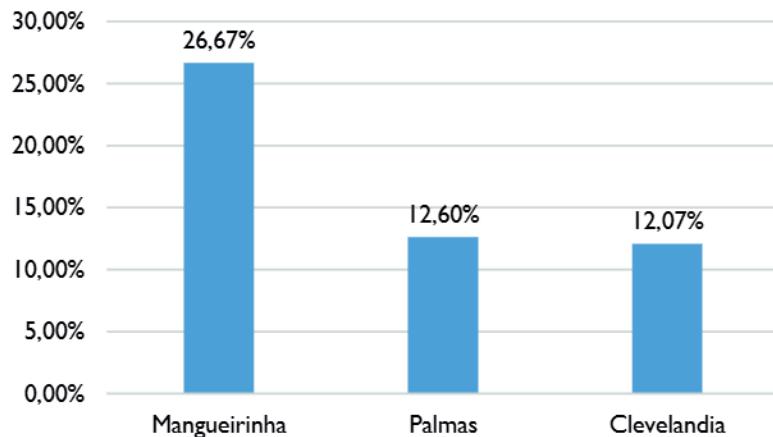
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 5 – Região geográfica sudeste paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



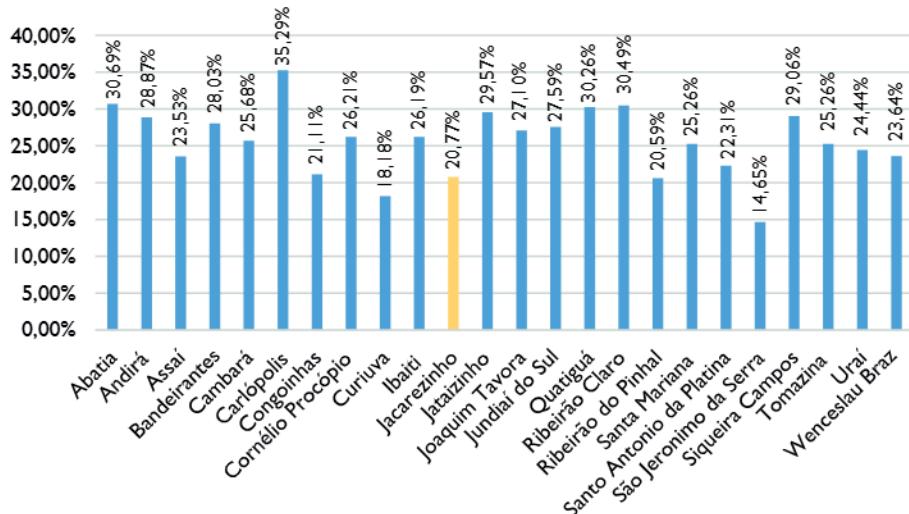
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 6 – Região geográfica sudoeste paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



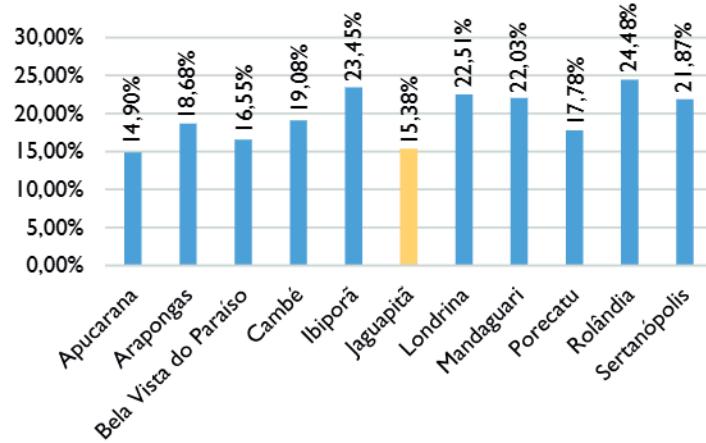
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TRE-PR.

Gráfico 7 – Região geográfica norte pioneiro, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



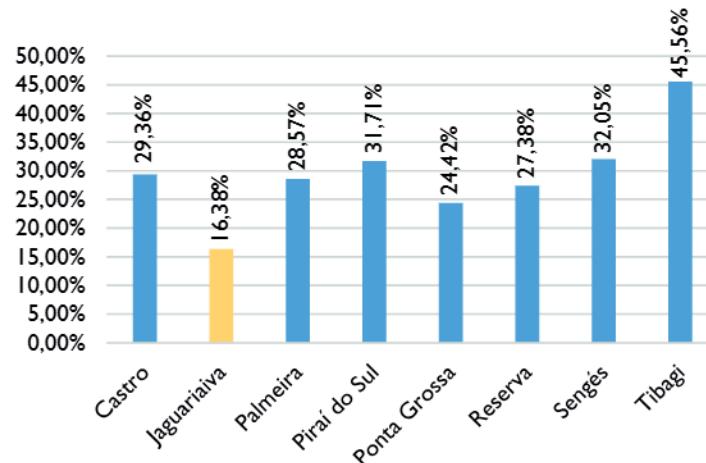
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 8 – Região geográfica norte central, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 9 – Região geográfica centro oriental, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição

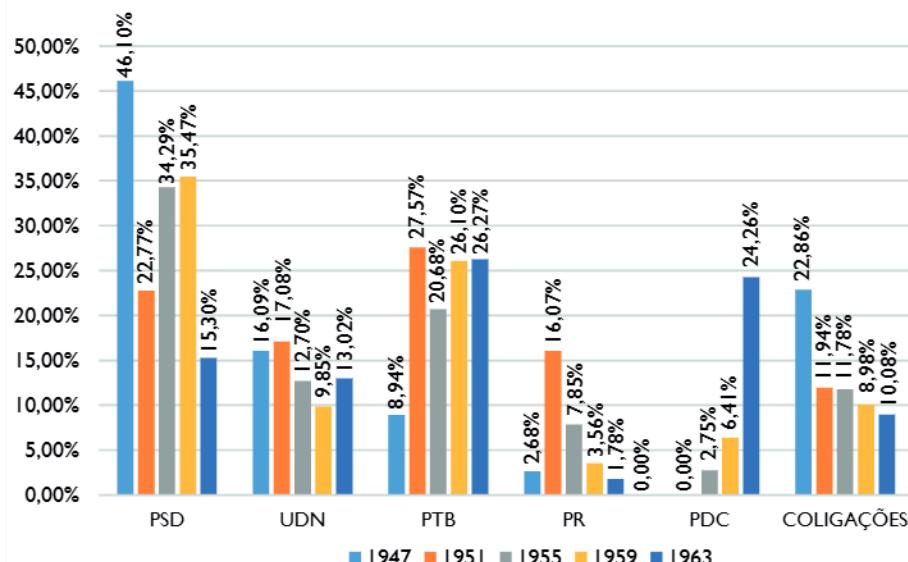


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Os Gráficos 1 a 9 foram importantes, pois demonstraram o interesse de retorno dos candidatos. A partir deste momento a pergunta que se faz é: estes candidatos que retornaram, permaneceram no mesmo partido ou migraram para outros partidos? Qual o grau de constância partidária?

O que se quer saber agora é o grau de coesão partidária destes partidos, tiveram forças para segurar seus candidatos ou não? Antes de partir para os gráficos resultantes da pesquisa, deixar-se-á clara uma opção realizada ao tratar estes dados. Em algumas eleições municipais os partidos concorreram coligados, nas mais diversas coligações, que eram chamadas de alianças pela legislação da época, não havendo como saber de qual partido dentro da coligação o candidato fazia parte. Desse modo, optou-se por considerar como fazendo parte de ambos. O Gráfico 10 vai demonstrar os vereadores eleitos por partido e por coligações separados.

Gráfico 10 – Desempenho dos principais partidos nas eleições municipais

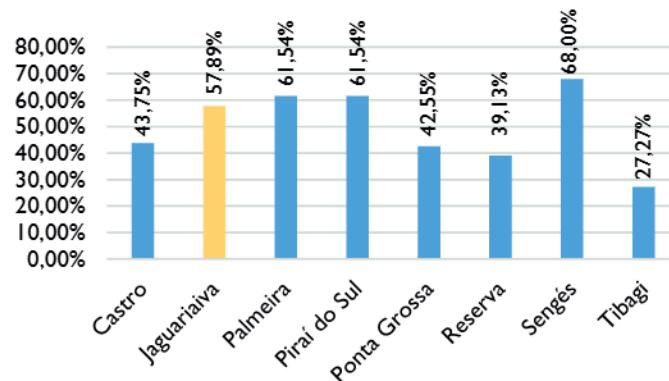


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

As coligações são menos frequentes neste período, até pelo reduzido número de partidos, mas ainda ocorreram da mesma forma que hoje, sem preocupação com a coerência programática dos partidos.

Os Gráficos 11 a 19 trazem percentual de permanência constante dos 80 municípios distribuídos entre as nove regiões geográficas estudadas.

Gráfico 11 – Região geográfica centro oriental, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



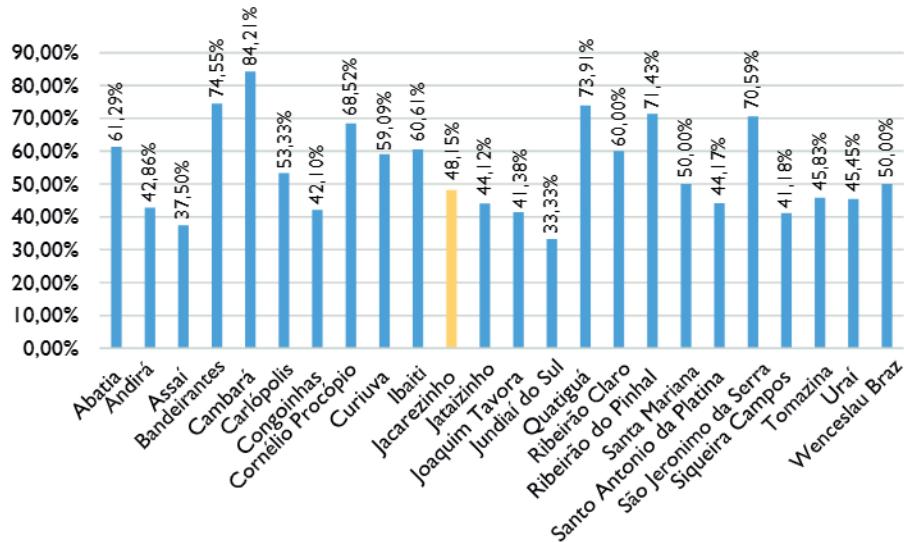
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes no site do TSE.

Gráfico 12 – Região geográfica oeste paranaense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



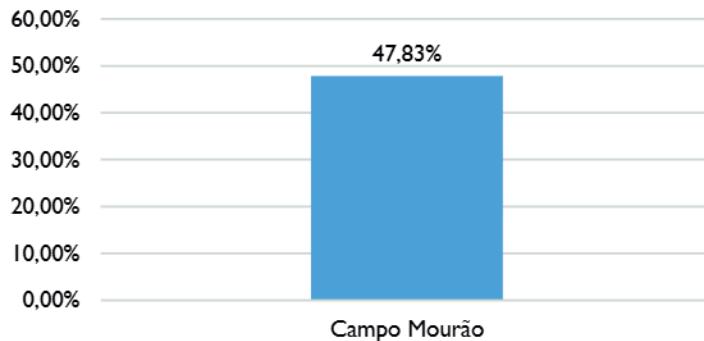
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes no site do TSE.

Gráfico 13 – Região geográfica norte pioneiro, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



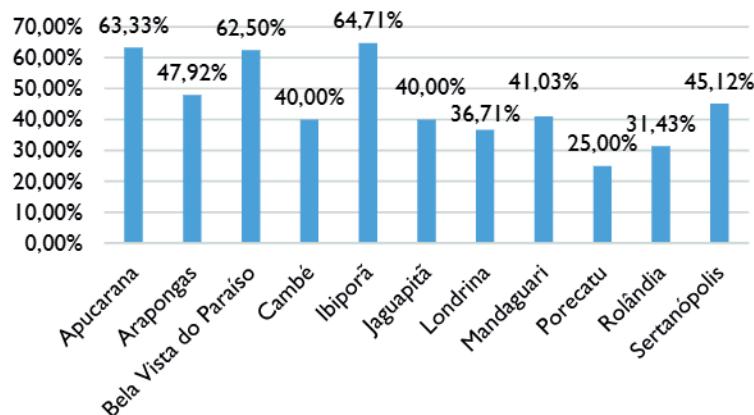
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 14 – Região geográfica centro ocidental, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



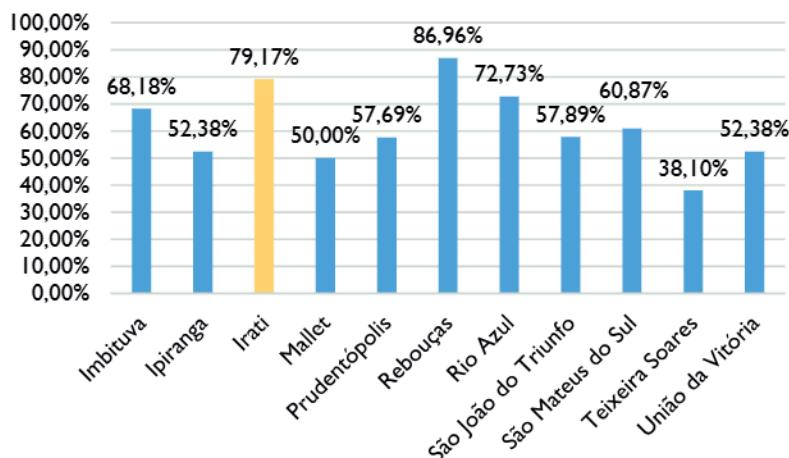
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 15 – Região geográfica norte central, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



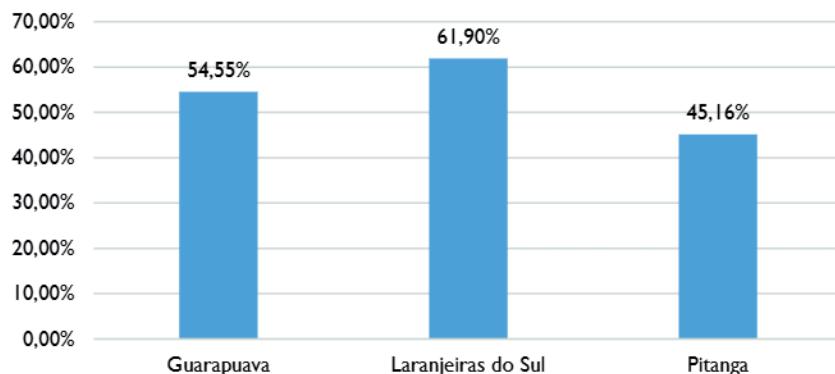
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TRE-PR.

Gráfico 16 – Região geográfica sudeste paranaense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



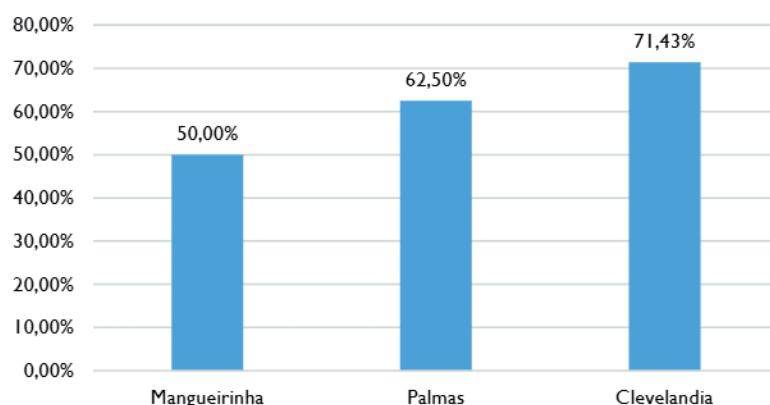
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 17 – Região geográfica centro sul paranaense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



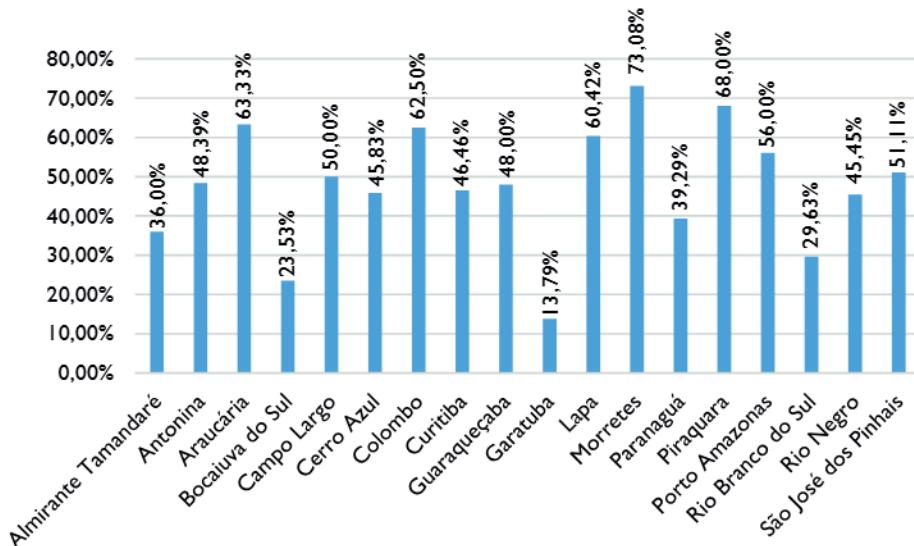
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 18 – Região geográfica sudoeste paranaense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 19 – Região geográfica metropolitana de Curitiba, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

A Tabela 1 e o Gráfico 20, que virão a seguir, tendem a descrever a evolução de cada partido, durante o período de 1947 a 1963, e o quanto cada partido elegeu percentualmente para a Câmara de vereadores em cada uma das cinco eleições realizadas no decorrer deste período. Em 1947 percebe-se a ocorrência de uma grande concentração do percentual de cadeiras nos principais partidos PSD, PTB e UDN. À medida que a democracia vai amadurecendo no Estado, há uma maior distribuição das vagas nas Câmaras Municipais.

Por mais que houvesse divisões a nível nacional entre PSD, PTB e UDN, não se confirmava a mesma tendência nas eleições municipais. Pode-se perceber que não existia, neste período, um sentimento de antipartidarismo (Sousa, 1976, 30).

Contando que as brigas locais possam ter influenciado as infidelidades ocorridas, a força de cada partido pode ser vista pela quantidade de cadeiras conquistadas.

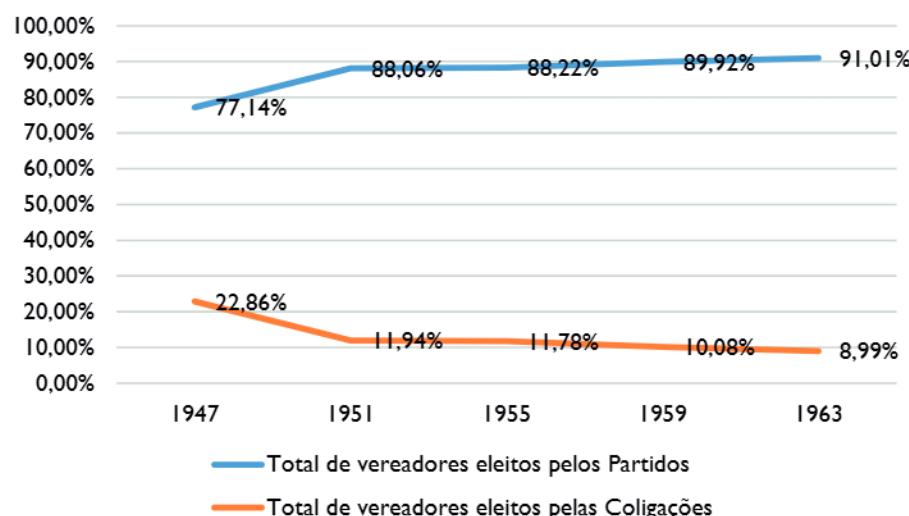
À medida que os partidos foram se organizando, a quantidade de candidatos eleitos pelas coligações tendeu a diminuir.

Tabela I – Percentual de cadeiras conquistadas pelos partidos nas Eleições de 1947 a 1963

Partidos	1947	1951	1955	1959	1963
PSD	46,10%	22,77%	34,29%	35,47%	15,30%
UDN	16,09%	17,08%	12,70%	9,85%	13,02%
PTB	8,94%	27,57%	20,68%	26,10%	26,27%
PRP	1,40%	1,12%	0,79%	0,83%	0,83%
PR	2,68%	16,07%	7,85%	3,56%	1,78%
PSP	0,39%	2,34%	7,72%	3,91%	3,55%
PST	0,39%	0,89%	0,00%	0,00%	0,47%
MTR	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,59%
PTN	0,00%	0,00%	0,79%	2,73%	4,14%
PDC	0,00%	0,00%	2,75%	6,41%	24,26%
PRT	0,00%	0,00%	0,26%	0,59%	0,12%
PSB	0,00%	0,00%	0,13%	0,00%	0,00%
PL	1,15%	0,22%	0,26%	0,47%	0,71%
Coligações	22,86%	11,94%	11,78%	10,08%	8,98%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 20 – Percentual de vereadores eleitos por Coligação e por partido



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Percebe-se que, neste período, o crescimento natural dos partidos se dá com a tomada de espaço dos principais partidos que tinham melhor organização em 1947 (PTB, UDN e PSD). A fragmentação foi resultado de uma disputa por alternativa, não foi uma grande fragmentação, mas moderada. Desta forma, a primeira experiência democrática, com partidos de formato nacional, foi efetivamente positiva no fortalecimento da democracia partidária.

Como colocou Rogério Schmitt (2000, 11), “basta mencionar que em nenhum momento anterior de nossa trajetória política e institucional combinaram-se de modo duradouro sufrágio universal e eleições competitivas, isto é, com efetiva alternância no poder”. O sistema funcionava, verificou-se uma alternância de poder nos municípios, em poucos casos houve uma preponderância de um partido, com a formação de uma maioria absoluta na última eleição democrática que se realizou em 1963. Em 1947, em apenas cinco municípios não ocorreu uma maioria absoluta na Câmara Municipal, estes foram Antonina, Apucarana, Curitiba, Londrina e Rebouças.

A evolução da democracia fica clara, uma vez que, nos demais 75 municípios, a Câmara Municipal foi dominada por uma maioria absoluta, por um único partido ou uma única coligação.

A Tabela 2 demonstra como os três principais partidos, em 1947, dominavam a quase totalidade das Câmaras Municipais. Cabe fazer uma ressalva, como colocado no início deste capítulo, que não havendo como determinar a qual partido pertence o candidato, optou-se por considerar como se a maioria pertencesse a todos os partidos coligados. Disto resultou que a soma do número de municípios foi maior devido às coligações, uma vez que a preponderância ficou para os partidos que compõem a coligação.

Tabela 2 – Domínio absoluto das Câmaras Municipais nas eleições de 1947

Eleições municipais de 1947	
Câmara de vereadores/maioria	
PSD	48 municípios
UDN	22 municípios
PTB	16 municípios
PR	6 municípios
PRP	3 municípios
PSP	1 município

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Em 1963, a preponderância ocorreu em apenas 19 municípios dos 80 acompanhados, sendo que o partido com o maior número Câmaras Municipais com maioria absoluta era o PDC, com 10 Câmaras Municipais.

O grau de fragmentação partidária no período foi avaliado, dividindo a quantidade de partidos que conquistaram cadeiras pelo número de vagas em disputa para a Câmara de vereadores. Este índice de fragmentação permitiu o cálculo mais preciso e independente do número de cadeiras das Câmaras de Vereadores e da quantidade de cadeiras conquistadas por cada partido. Quanto mais próximo de 1, maior a fragmentação partidária na Câmara de vereadores. Durante este período adotou-se a opção de contar os eleitos por coligações separados.

Tabela 3 – Índice de fragmentação partidária nas Câmaras Municipais no período de cinco eleições municipais ocorridas no período de 1947 a 1963

Município	1947	1951	1955	1959	1963
Abatiá	0,11	0,33	0,44	0,33	0,33
Almirante Tamandaré	0,22	0,44	0,33	0,33	0,44
Andirá	0,44	0,33	0,33	0,33	0,33
Antonina	0,33	0,25	0,55	0,33	0,44
Apucarana	0,33	0,2	0,33	0,33	0,46
Arapongas	0,33	0,25	0,35	0,25	0,25
Araucária	0,33	0,44	0,33	0,33	0,55
Assaí	0,22	0,36	0,7	0,4	0,4
Bandeirantes	0,25	0,32	0,41	0,41	0,5
Bela Vista do Paraíso	0,33	0,33	0,2	0,6	0,3
Bocaiuva do Sul	0,22	0,33	0,33	0,33	0,33
Cambará	0,25	0,33	0,33	0,25	0,33
Cambé	0,44	0,5	0,55	0,44	0,44
Campo Largo	0,25	0,33	0,25	0,25	0,41
Campo Mourão	0,12	0,27	0,4	0,4	0,4
Carlopólis	0,22	0,33	0,33	0,33	0,33
Castro	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
Cerro Azul	0,33	0,33	0,22	0,33	0,22
Clevelândia	0,22	0,33	0,22	0,33	0,33

[continua na próxima página]

Tabela 3 – Continuação

Município	1947	1951	1955	1959	1963
Colombo	0,16	0,33	0,55	0,55	0,44
Congoinhas	0,22	0,33	0,22	0,33	0,33
Cornélio Procópio	0,33	0,21	0,27	0,22	0,22
Curitiba	0,35	0,35	0,46	0,4	0,45
Curiuva	0,12	0,44	0,44	0,44	0,44
Foz do Iguaçu	0,33	0,33	0,55	0,22	0,77
Guarapuava	0,33	0,25	0,25	0,22	0,27
Guaraqueçaba	0,33	0,44	0,44	0,22	0,44
Guaratuba	0,22	0,33	0,44	0,33	0,44
Ibaiti	0,33	0,44	0,44	0,44	0,33
Ibiporã	0,44	0,66	0,33	0,44	0,44
Imbituva	0,33	0,44	0,44	0,22	0,33
Ipiranga	0,33	0,55	0,22	0,22	0,44
Irati	0,54	0,41	-	0,66	0,5
Jacarezinho	0,33	0,41	-	0,41	0,5
Jaguapitã	0,22	0,3	-	0,5	0,4
Jaguaraiava	0,25	0,33	-	0,4	0,4
Jataizinho	0,11	0,33	0,33	0,44	0,33
Joaquim Távora	0,33	0,44	0,55	0,44	0,44
Jundiaí do Sul	0,11	0,44	0,22	0,44	0,44
Lapa	0,41	0,31	0,4	0,26	0,26
Laranjeiras do Sul	0,22	0,3	0,3	0,6	0,4
Londrina	0,46	0,25	0,35	0,45	0,3
Mallet	0,22	0,55	0,55	0,44	0,33
Mandaguari	0,22	0,25	0,2	0,5	0,4
Mangueirinha	0,22	0,33	0,22	0,33	0,33
Morretes	0,44	0,33	0,44	0,33	0,44
Palmas	0,22	0,44	0,44	0,44	0,55
Palmeira	0,33	0,55	0,44	0,33	0,55
Paranaguá	0,2	0,33	0,26	0,4	0,33
Piraí do Sul	0,44	0,33	0,33	0,33	0,33
Piraquara	0,33	0,55	0,55	0,33	0,33
Pitanga	0,22	0,16	0,2	0,22	0,27
Ponta Grossa	0,46	0,25	0,3	0,3	0,38
Porecatu	0,33	0,55	0,44	0,33	0,33

[continua na próxima página]

Tabela 3 – Continuação

Município	1947	1951	1955	1959	1963
Porto Amazonas	0,33	0,55	0,44	0,33	0,22
Prudentópolis	0,33	0,33	0,55	0,4	0,3
Quatiguá	0,22	0,44	0,44	0,33	0,33
Rebouças	0,33	0,44	0,33	0,44	0,44
Reserva	0,25	0,33	0,4	0,2	0,3
Ribeirão Claro	0,22	0,55	0,33	0,22	0,33
Ribeirão do Pinhal	0,11	0,33	0,33	0,44	0,33
Rio Azul	0,22	0,44	0,44	0,55	0,44
Rio Branco do Sul	0,33	0,44	0,33	0,22	0,33
Rio Negro	0,33	0,33	0,41	0,41	0,33
Rolândia	0,22	0,41	0,33	0,33	0,41
Santa Mariana	0,22	0,33	0,22	0,33	0,44
Santo Antônio da Platina	0,36	0,33	0,41	0,16	0,33
São Jerônimo da Serra	0,11	0,44	0,44	0,44	0,22
São João do Triunfo	0,22	0,33	0,44	0,33	0,44
São José dos Pinhais	0,33	0,25	0,33	0,33	0,33
São Mateus do Sul	0,44	0,44	0,44	0,44	0,44
Sengés	0,22	0,33	0,33	0,33	0,33
Sertanópolis	0,25	0,33	0,4	0,7	0,5
Siqueira Campos	0,33	0,33	0,44	0,44	0,44
Teixeira Soares	0,22	0,44	0,33	0,33	0,22
Tibagi	0,16	0,2	0,33	0,55	0,33
Tomazina	0,44	0,44	0,33	0,33	0,55
União da Vitória	0,33	0,41	0,41	0,41	0,58
Uraí	0,33	0,33	0,55	0,55	0,44
Wenceslau Braz	0,33	0,33	0,33	0,44	0,44

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

O índice de fragmentação partidária nas Câmaras Municipais em 1947 variou de no mínimo 0,11 nos municípios de Abatiá, São Jerônimo da Serra, Jataizinho, Jundiaí do Sul e Ribeirão do Pinhal, e no máximo de 0,54 no município de Irati.

Na eleição de 1951, apenas o município de Pitanga atingiu o menor índice 0,16 e o maior índice foi de 0,55 atingido pelos municípios de Ribeirão do Pinhal, Porto Amazonas, Porecatu, Piraquara, Palmeira, Mallet e Ipiranga.

Em 1955, o menor índice de fragmentação partidária foi atingido pelos municípios de Pitanga, Bela Vista do Paraíso e Mandaguari de 0,2 e, por sua vez, nesta eleição o maior índice foi atingido no município de Assaí, sendo de 0,7.

Nas eleições de 1959, o mínimo do índice de fragmentação ocorreu no município de Santo Antônio da Platina, com 0,16, e o máximo ocorreu no município de Sertanópolis, com 0,7.

Na última eleição ocorrida em um regime democrático, no sentido colocado por Robert Dahl (2015, 27), o menor índice de fragmentação foi de 0,22 nos municípios de Teixeira Soares, São Jerônimo da Serra, Porto Amazonas, Cornélio Procópio e Cerro Azul. O maior índice ocorreu no município de Foz do Iguaçu, com 0,77.

Neste tópico tratou-se do índice de retorno, coesão e força dos partidos no período de 1947 a 1963. Estes partidos são muito necessários para manter a democracia, pois é importante “para o Brasil, cultivar e robustecer a instituição dos partidos, que tão difficilmente se afirmou e progrediu” (Franco, 1980, 121).

A ruptura ocorrida em 1964 quebrou a estrutura partidária que, mesmo com a redemocratização, demorou para se firmar e ainda sofre os efeitos perversos da confusão entre eleição e democracia. A maioria dos países possui eleições, mesmo países autoritários e com ditaduras, isto acontece ainda que não exista as condições necessárias ou mesmo as garantias que caracterizam uma democracia. No Brasil, eleições municipais ocorreram continuamente, por mais que a liberdade de se manifestar, escolher candidatos ou até mesmo escolher outros partidos fosse limitada. Mas democracia com cidadãos politicamente iguais envolve muito mais do que ter eleição, envolve o direito:

1. de formular suas preferências;
2. de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva;
3. de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência. (Dahl, 2015, 26)

As eleições ocorridas durante o período da ditadura não poderiam ser caracterizadas como democráticas de acordo com os critérios citados por Robert Dahl como essenciais para a democracia.

No Brasil as eleições foram fortemente tuteladas pelo estado, e apenas a partir da Lei 9.096/1995 os partidos tiveram um pouco mais de liberdade para se organizar.

Análise da filiação partidária no período de 1996 a 2016

Após o fim de tempos sombrios para a democracia, veio um novo período de redemocratização. Renasceu um entusiasmo ao fim da Ditadura Militar, a demora para a estabilização se deveu ao formato superficial e conciliador, utilizando-se de arranjos institucionais para concretizar a passagem para a democracia. Por este motivo, só em 1995 surge a Lei 9.096/1995, dos partidos, tornando-se um marco para a democratização e estabilização partidária, dando início a este segundo período da pesquisa, que abrangerá as eleições municipais de 1996 a 2016.

Neste segundo período democrático, duas preocupações sempre assombraram os democratas: a primeira preocupação diz respeito ao “ideal do máximo de participação do povo, precisam de uma revisão drástica, quando não uma rejeição pura e simples” (Pateman, 1992, 10). Deste entendimento fica clara a opção pela democracia pelos partidos políticos, conforme está claro na própria Constituição Federal em seu artigo 14, parágrafo 3º, inciso V, que coloca os partidos como essenciais para o exercício da democracia (Brasil, 1988).

A segunda preocupação colocada por Carole Pateman (1992, 10) é sobre o respeito à estabilidade “do sistema político e com as condições ou pré-requisitos necessários para assegurar tal estabilidade”, colocando uma comparação entre democracia e totalitarismo enquanto as duas únicas alternativas políticas possíveis no mundo moderno. Estabilizar o instável é uma tarefa árdua e contraditória para o próprio sistema democrático, uma vez que democracia é instabilidade, é debate, e conforme diria Norberto Bobbio (1992, 9), “para um regime democrático, o estar em transformação é seu estado natural: a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo”.

Neste contexto, os partidos se reconstroem e ajudam a construir durante este processo a própria democracia. Os partidos foram entendidos como fundamentais para a preservação do Estado Democrático de Direito, pois, segundo Alexandre de Moraes (2016),

os partidos têm autonomia para definir estrutura interna, organização, funcionamento, estabelecimento de normas de fidelidade e disciplina partidária, mas Alexandre de Moraes (2016) não faz referência em relação à democracia interna dos partidos.

O país passou por uma crescente urbanização durante o período anterior. No Paraná, o número de municípios se multiplicou quase cinco vezes, já o jornal impresso começou a entrar em declínio, pois a revolução da internet, a popularização do telefone celular e mídias sociais começaram a crescer na sociedade.

A Guerra Fria, que marcou o fim do período democrático anterior, esfriou definitivamente. Os conceitos sólidos, as verdades universais, começaram a ser questionados em um novo momento da modernidade. Isto afetou os partidos políticos, há uma nova dimensão a ser levada em conta, a visão binária da política, a divisão entre bem e mal, amigo e inimigo, esquerda e direita começa a perder relevância na política, mesmo que, segundo Peter Mair (2017, 69, tradução nossa), ainda são levados em consideração: “mesmo nas novas circunstâncias da política do final do século XX, as diferenças entre os partidos e as oposições de esquerda e direita continuaram a desempenhar um papel proeminente no processo político”.

Os resultados deste segundo bloco da pesquisa podem trazer algumas respostas. Neste novo período, o jornal impresso vem sendo substituído pela internet, a rapidez com que as notícias e a informação circulam é espantosa. O desenvolvimento tecnológico atropelou o antigo partido fundado no período da modernidade sólida, isto força os partidos a uma adaptação aos instrumentos tecnológicos colocados à disposição.

Em 1996, houve a primeira eleição em que a liberdade partidária efetivamente ganhou mais destaque, assim como a liberdade do filiado de se afastar cada vez com mais facilidade das amarras partidárias. Os partidos deveriam assumir a posição de representantes e canais de manifestação da sociedade, pelo menos esse era o caminho que deveriam ter adotado, caso a sociedade não tivesse passado por mudanças.

Entretanto, o mundo mudou e novas perspectivas surgiram com o fim da Guerra Fria, as certezas de um lado e de outro se diluíram. Neste contexto, outras organizações passaram a representar a sociedade, a apresentar reivindicações e influir nas próprias políticas públicas do estado.

Os partidos políticos tendem a não desaparecer, pois, segundo Alessandra Mara Cornazzani Sales (2016), seria inconcebível uma democracia sem partidos, mas pode ser que uma forma de sistema de partidos entre em crise e seja substituída por uma outra forma de sistemas.

Uma democracia de partidos, como disse André Norberto Carbone de Carvalho (2012), necessita de fidelidade partidária, e mais do que isso, necessita de normas, de regulamentação para estabilizar e apontar um rumo para o próprio desenvolvimento da democracia.

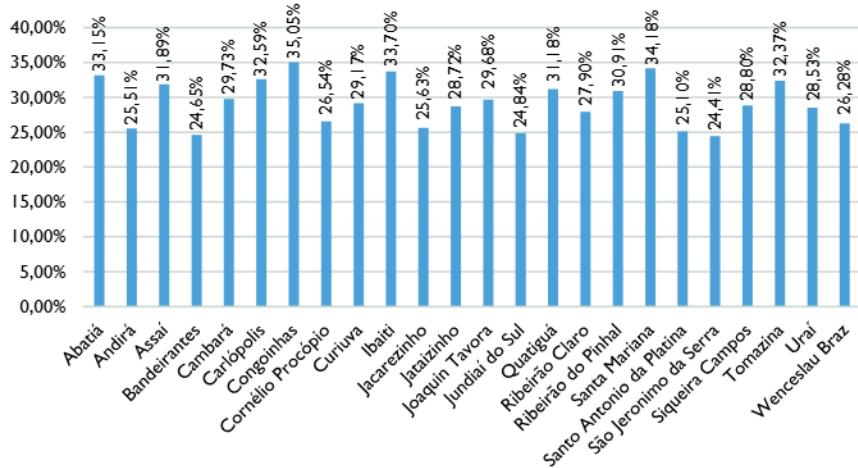
A regulamentação foi relevante principalmente porque conferiu às organizações partidárias o respaldo de que precisavam para se firmarem como verdadeiras protagonistas do processo eleitoral. Com efeito, ainda que tardiamente, percebeu-se a importância de uma das premissas básicas e necessárias para a efetivação da democracia pelos partidos: a de que o vínculo de um representante ao partido é tão forte quanto aquele que o mesmo possui com o eleitor. (Carvalho, 2012, 95)

Percebe-se esta situação tanto na legislação quanto nas resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que tratam da organização partidária. A realidade atropelou esta construção, a imprensa partidária, que era fundamental para a circulação de informações e outras versões sobre um fato, não resistiu à dinâmica das redes sociais, na qual a informação é difusa e fragmentada.

Os Gráficos 21 a 29 tratarão do índice de retorno, isto é, dos candidatos que retornam para participar em mais de uma eleição. Neste período, de 1996 a 2016, realizaram-se seis eleições municipais. Os municípios serão os mesmos analisados no tópico anterior, o que possibilitará um trabalho comparativo a ser desenvolvido no último capítulo.

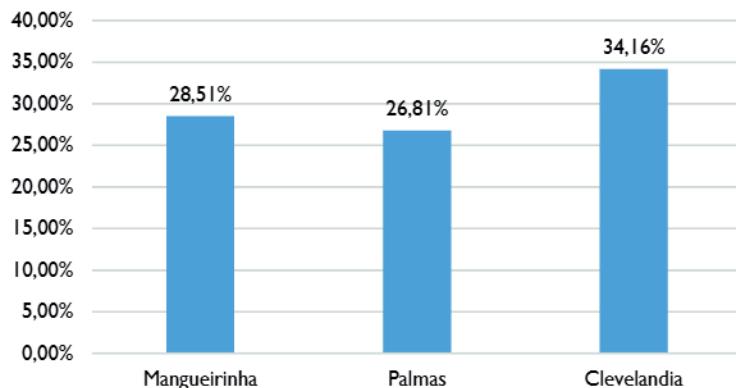
Os gráficos trazem os percentuais de todos os 80 municípios estudados e fazem referência ao percentual de retorno nas nove regiões.

Gráfico 21 – Região geográfica norte pioneiro, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



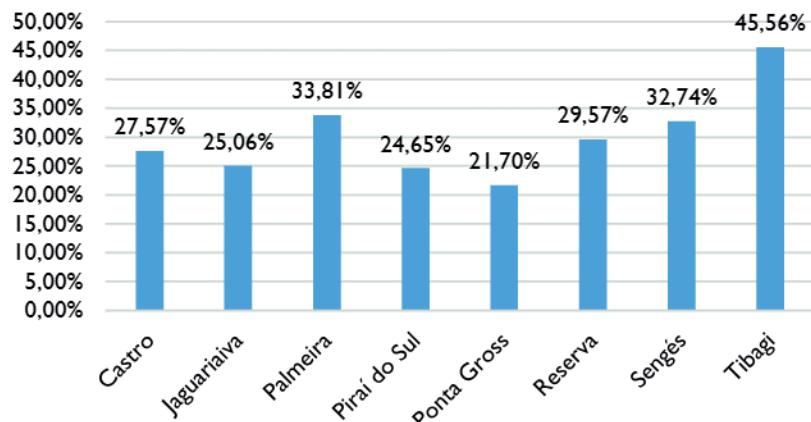
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 22 – Região geográfica sudoeste paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



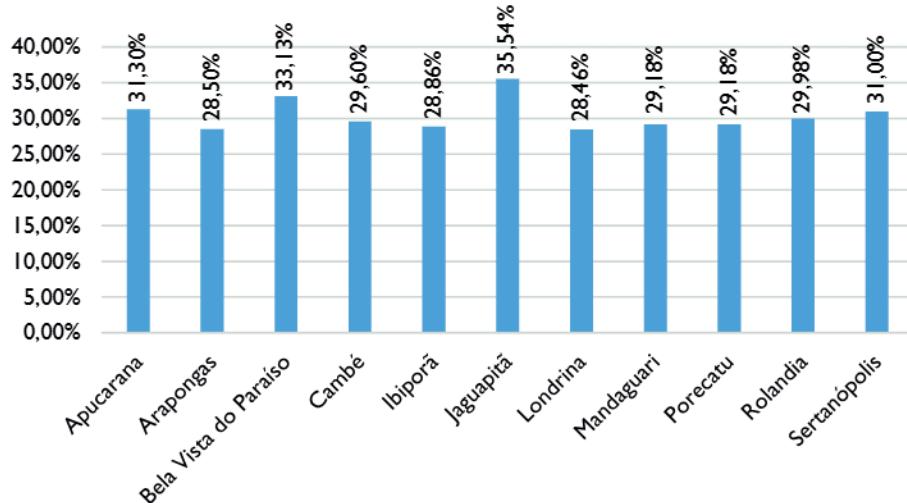
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 23 – Região geográfica centro oriental, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



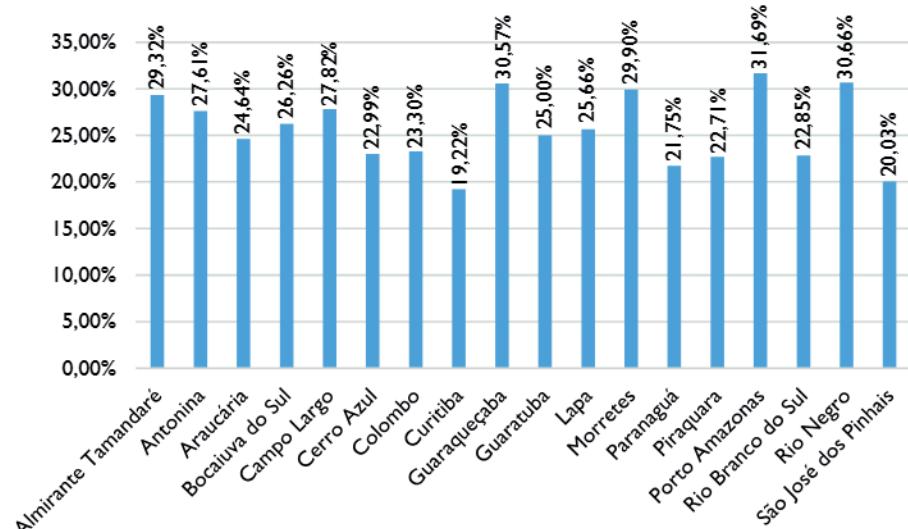
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 24 – Região geográfica norte central, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



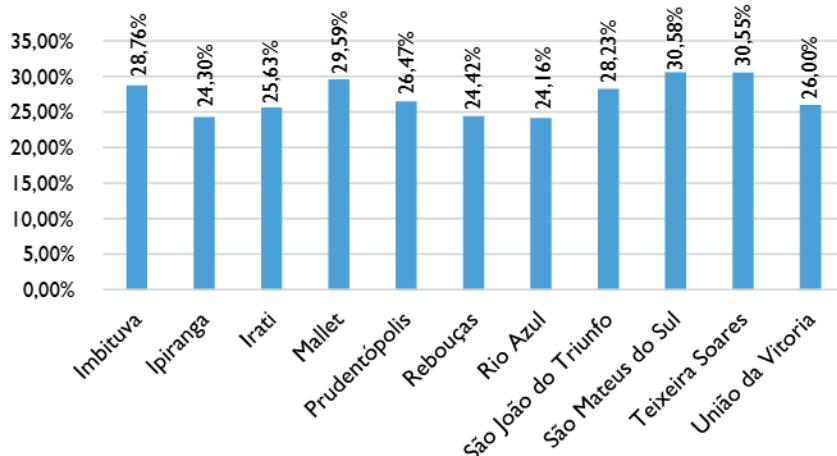
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 25 – Região geográfica metropolitana de Curitiba, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



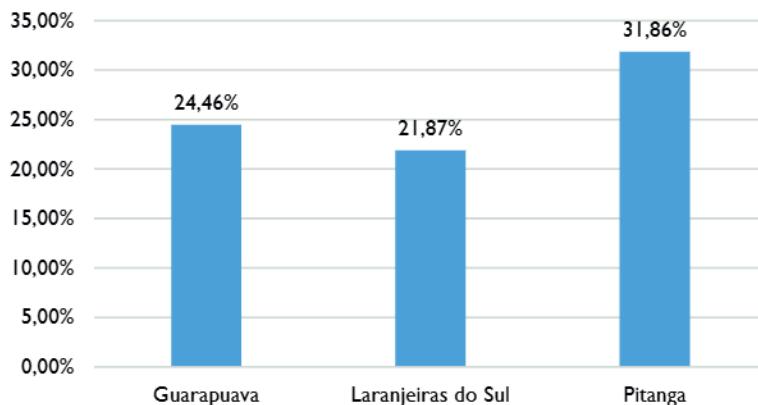
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 26 – Região geográfica sudeste paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



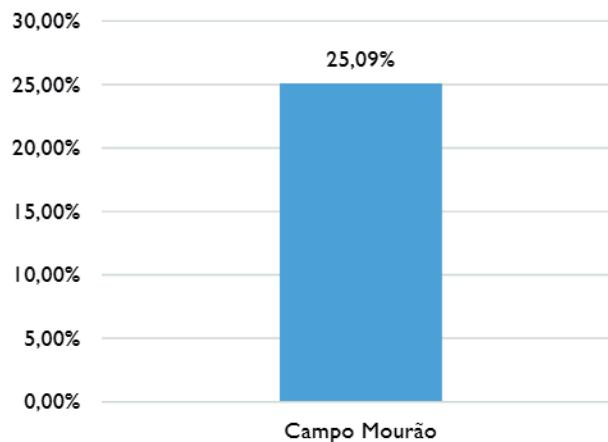
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 27 – Região geográfica sul paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

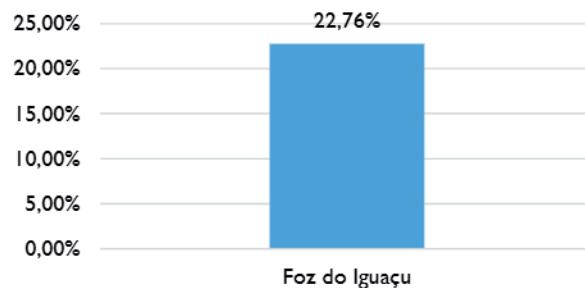
Gráfico 28 – Região geográfica centro ocidental, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Até o momento, verificamos o índice de retorno dos candidatos e a coesão partidária, ou melhor, o grau de constância das filiações partidárias. Os partidos políticos estão em número maior no período de 1996 a 2016, há uma fragmentação dos partidos, o que é considerado normal em uma democracia.

Gráfico 29 – Região geográfica oeste paranaense, percentual de candidatos que participaram de mais de uma eleição



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

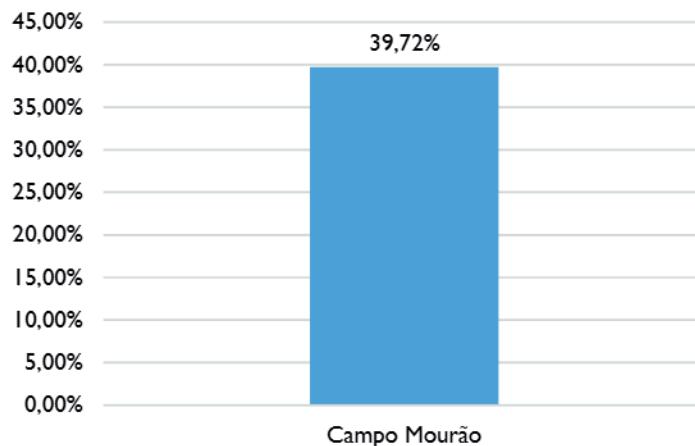
O grau de coesão, índice de permanência no partido adotado, ajudará a medir a constância partidária, ou seja, o quanto os partidos conseguiram manter os candidatos em seus quadros para concorrer pelo partido. Em 1996 existia cerca de 23 partidos aptos a concorrer às eleições, e este número aumentou gradualmente para 35 até as eleições de 2016 (Sales, 2016). A constância do filiado que se propõe a concorrer pelo mesmo partido é o índice que se busca medir nos gráficos a seguir.

Gráfico 30 – Região geográfica oeste paranaense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



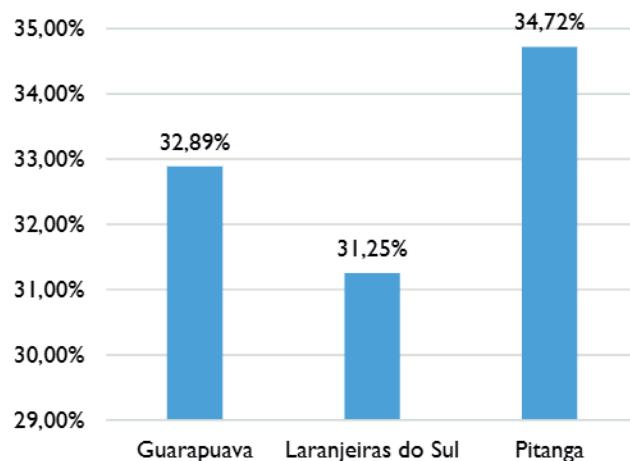
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 31 – Região geográfica centro ocidental, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



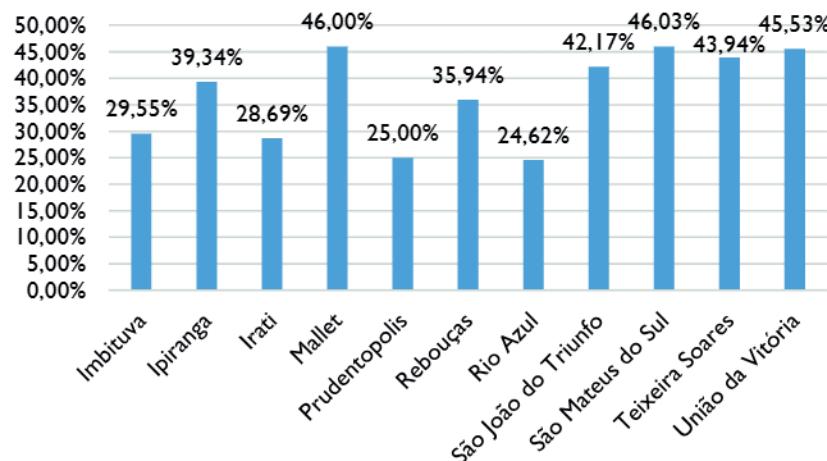
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 32 – Região geográfica sul paranaense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



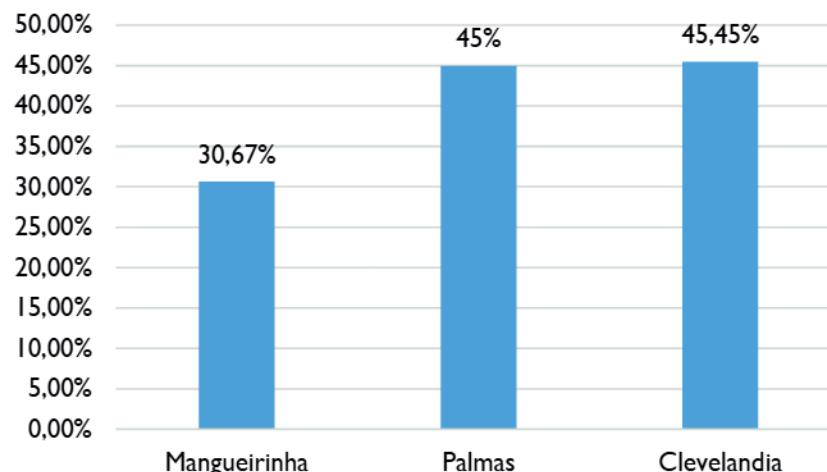
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 33 – Região geográfica sudeste paranaense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



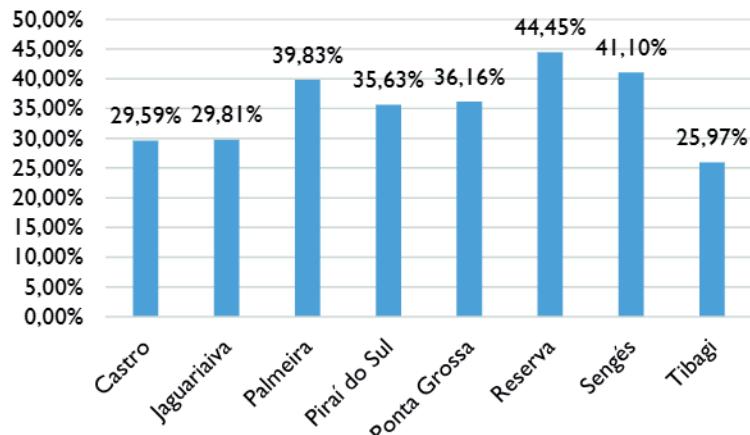
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 34 – Região geográfica sudoeste paranaense, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido.



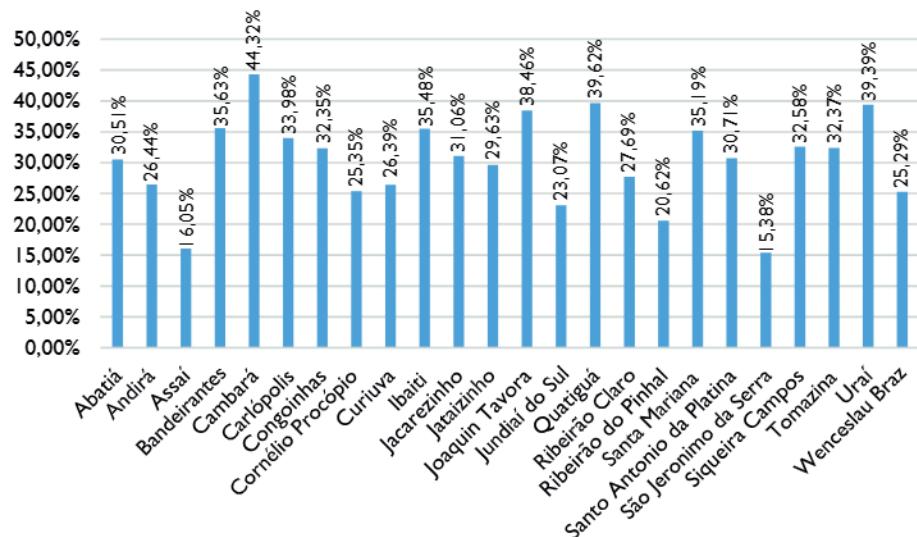
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 35 – Região geográfica centro oriental, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



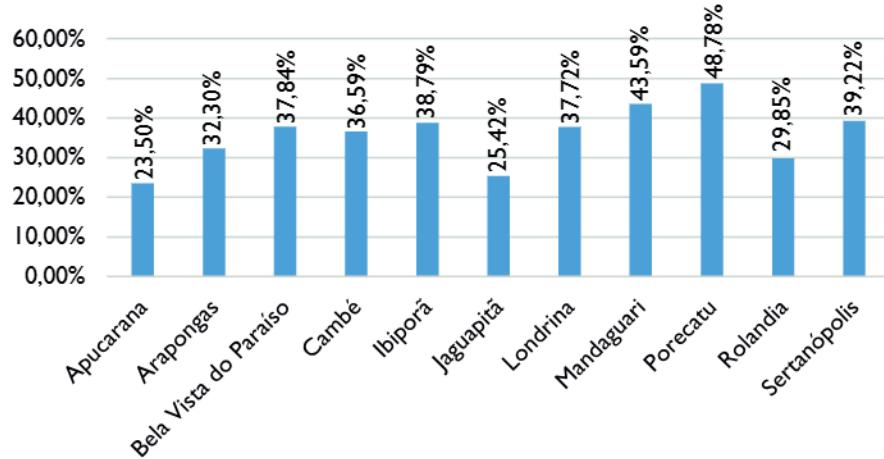
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 36 – Região geográfica norte pioneiro, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



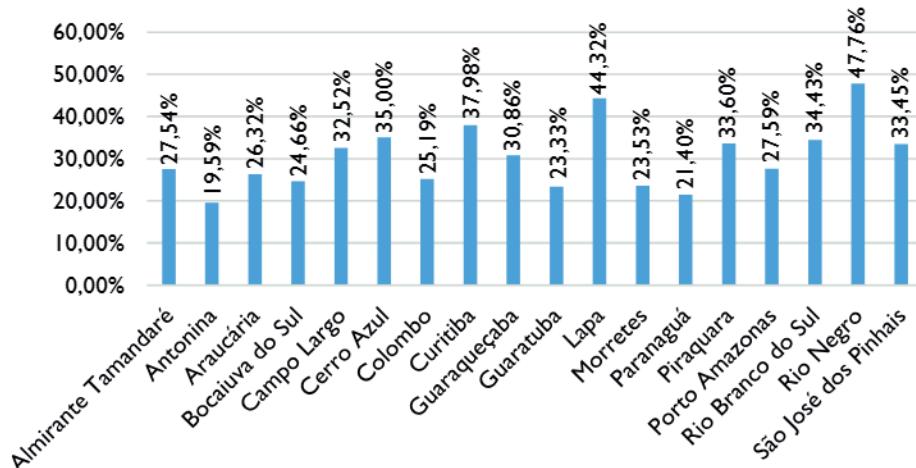
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 37 – Região geográfica norte central, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

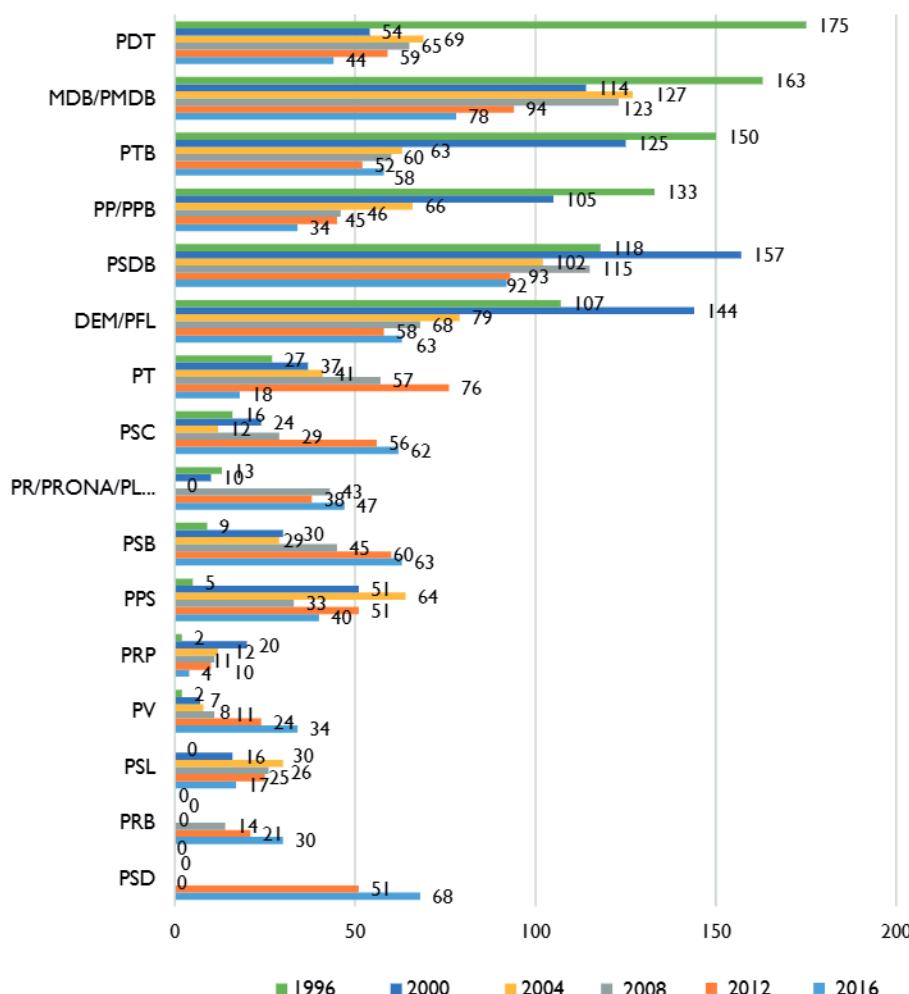
Gráfico 38 – Região geográfica metropolitana de Curitiba, percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

O Gráfico 39 mostra qual a força de cada partido, isto com base na quantidade de vereadores eleitos nos 80 municípios analisados e em como foi o desempenho durante o período de 1996 a 2016 dos partidos. A impressão exposta no Gráfico 39 é que os grandes partidos são fortes e estáveis, entretanto o desempenho individual dos partidos que existiam em 1996 no Paraná será acompanhado nos Gráficos 40 a 56, que evidencia o desgaste dos partidos.

Gráfico 39 – Desempenho dos partidos nas eleições municipais de 1996 a 2016



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

A Tabela 4 traz informações sobre a evolução dos partidos nos 80 municípios. O percentual faz referência ao total de vereadores eleitos por eleição.

Tabela 4 – Vereadores eleitos pelos partidos no período de 1996 a 2016, nos 80 municípios estudados

Eleições Municipais	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	18,89%	5,83%	9,39%	8,34%	6,65%	4,71%
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)/Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	17,39%	12,31%	17,05%	15,67%	10,60%	8,11%
PTB	16,43%	13,82%	8,46%	7,58%	5,86%	7,13%
Partido Progressista (PP)/Partido Progressista Brasileiro (PPB)	14,19%	11,12%	8,86%	5,81%	5,07%	4,06%
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	12,80%	16,95%	13,96%	14,54%	10,60%	9,54%
Democratas (DEM)/Partido da Frente Liberal (PFL)	11,74%	15,55%	10,60%	8,85%	6,76%	7,67%
Partido dos Trabalhadores (PT)	2,88%	3,99%	5,50%	7,33%	8,57%	1,97%
Partido Social Cristão (PSC)/PR/Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona)/PL/PST	1,71%	2,59%	1,61%	3,66%	6,43%	7,24%
PSB	0,96%	3,35%	3,89%	5,79%	6,76%	7,24%
Partido Popular Socialista (PPS)/Cidadania	0,53%	5,51%	8,86%	4,17%	5,75%	4,38%
Partido Trabalhista Cristão (PTC)/Partido de Reconstrução Nacional (PRN)	0,32%	0,54%	0,40%	1,01%	0,45%	0,97%
PRP	0,21%	2,27%	1,74%	1,39%	1,13%	0,44%
Partido Verde (PV)	0,21%	0,75%	1,07%	1,39%	2,70%	3,73%
Partido da Mobilização Nacional (PMN)	0,21%	0,54%	1,07%	0,76%	1,13%	1,21%
Partido Comunista do Brasil (PC do B)	0,10%	0,11%	0,67%	0,63%	0,90%	0,44%

[continua na próxima página]

Tabela 4 – Continuação

Eleições Municipais	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Partido Social Liberal (PSL)	0,00%	1,94%	4,02%	3,29%	2,82%	2,30%
Democracia Cristã (DC)/ Partido Social Democrata Cristão (PSDC)	0,00%	0,97%	0,54%	0,50%	1,13%	0,98%
Partido Humanista da Solidariedade (PHS)	0,00%	0,21%	0,80%	0,38%	1,46%	2,74%
Podemos (Pode)/ PTN	0,00%	0,11%	1,21%	1,01%	1,01%	1,31%
Avante/Partido Trabalhista do Brasil (PT do B)	0,00%	0,11%	0,13%	0,38%	0,34%	0,22%
Partido Republicano Brasileiro (PRB)/ Republicanos	0,00%	0,00%	0,00%	1,77%	2,48%	3,29%
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)	0,00%	0,00%	0,00%	0,13%	0,11%	0,33%
PSD	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,09%	7,23%
Partido Pátria Livre (PPL)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,68%	0,22%
Partido Republicano da Ordem Social (Pros)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,41%
Partido da Solidariedade (SD)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,41%
Patriota (Patri)/Partido Ecológico Nacional (PEN)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,98%
Partido da Mulher Brasileira (PMB)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,98%
Rede Sustentabilidade (Rede)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,77%
Novo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Partido Comunista Brasileiro (PCB)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Partido da Causa Operária (PCO)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Partido Socialismo e Liberdade (Psol)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

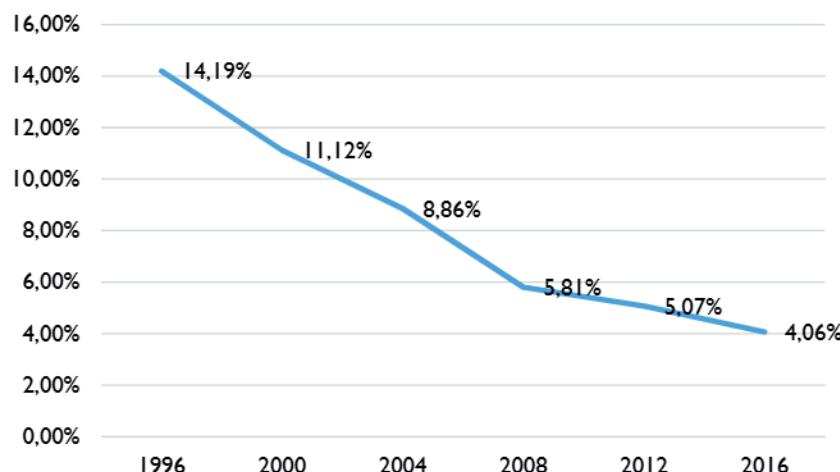
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Percebe-se pelos Gráficos 40 a 56 que os partidos que, em 1996 demonstraram certa força elegendo mais de 100 vereadores, perderam força ao longo do tempo.

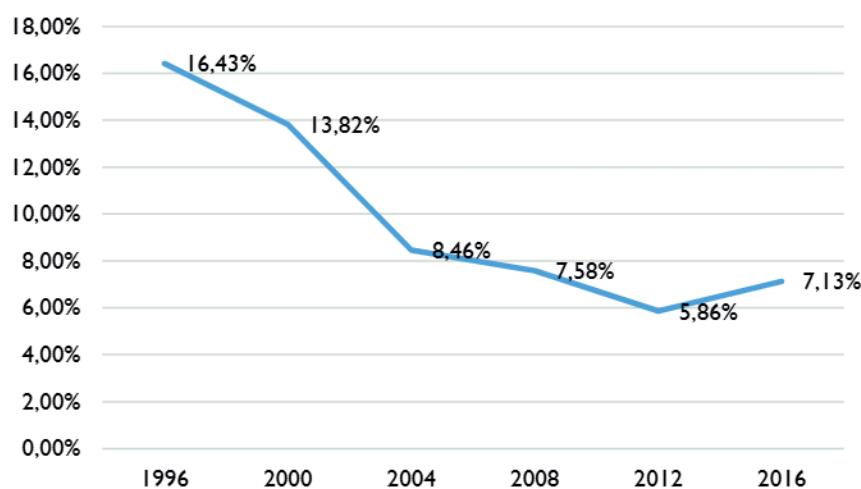
Os Gráficos 40, 41 e 42 vão demonstrar como foi o desempenho dos partidos PP, PTB e MDB nos 80 municípios acompanhados durante as eleições municipais de 1996 a 2016. Estes partidos conquistaram 133, 154 e 163 cadeiras, respectivamente, e entraram em um viés de descenso. O PP foi o partido que teve a queda mais acentuada, saindo de 133 vereadores em 1996 para 37 nas eleições de 2016. O MDB chegou a 74 e o PTB conquistou 65 cadeiras em 2016.

No Gráfico 43 pode ser verificado o desempenho do PSDB nas eleições municipais de 1996 a 2016, e, principalmente, o fato de que o partido tenha elegido presidente em 1998 e o governo do estado em 2010, com reeleição em 2014. O seu desempenho difere dos partidos anteriores, e foi constatado um crescimento significativo nas eleições municipais de 2000, quando atingiu seu maior patamar com 157 cadeiras. Após esta eleição, perdeu cadeiras significativamente, e mesmo mantendo uma certa estabilidade, entrou em viés de descenso nas duas últimas eleições, chegando a 87 cadeiras conquistadas nas eleições de 2016.

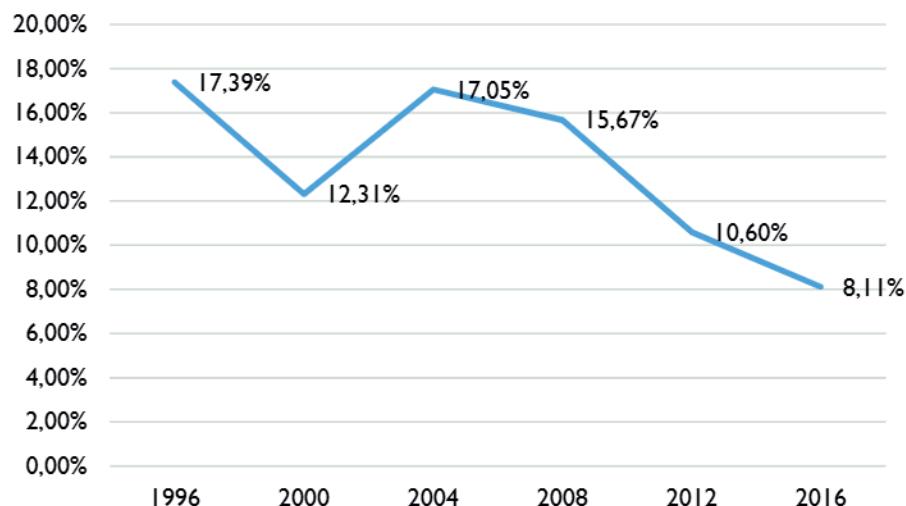
Gráfico 40 – Desempenho do PP nas eleições municipais de 1996 a 2016



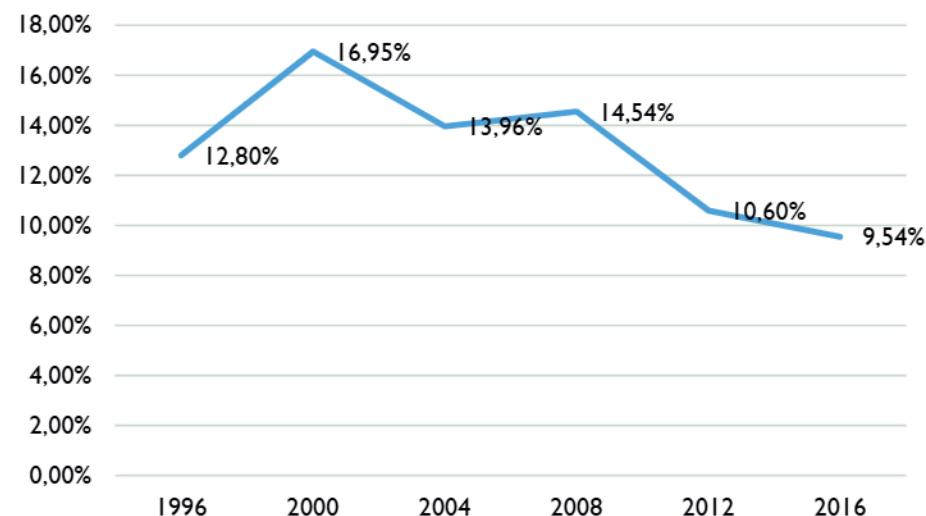
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 41 – Desempenho do PTB nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 42 – Desempenho do MDB nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 43 – Desempenho do PSDB nas eleições municipais de 1996 a 2016

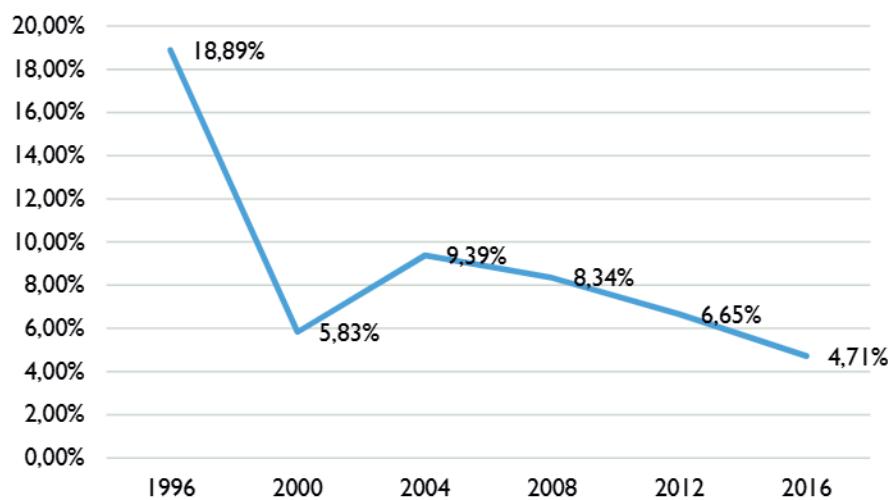
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Os Gráficos 44 e 45 apresentam dois casos curiosos pela dependência dos partidos de figuras pessoais, que repercutiram no desempenho do partido. O caso do PDT e do DEM, que demonstraram ter forte influência nas eleições, e o desempenho pessoal do governador Jaime Lerner, assunto bem explorado por Cervi e Codato (2006) na análise sobre as eleições para deputado estadual. Os anos em que houve aumento no número de vereadores nestes partidos correspondem aos anos em que Jaime Lerner estava no partido e era governador do estado.

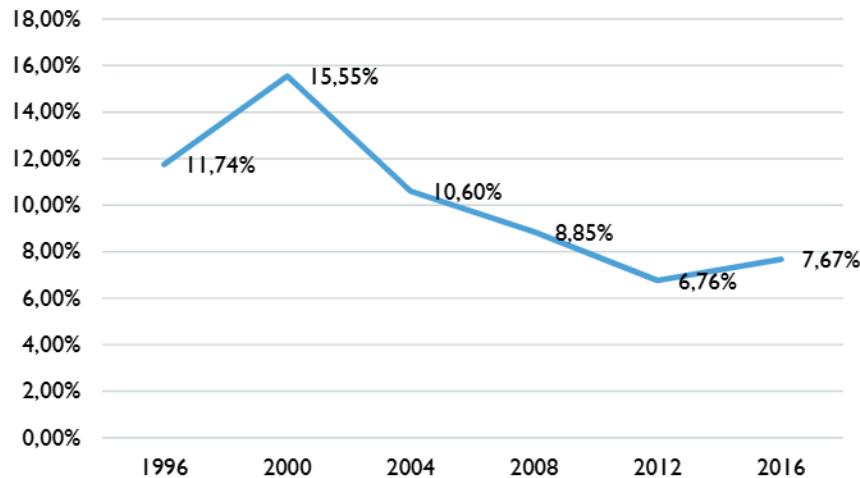
Ambos os partidos tiveram seus maiores índices quando o governador Jaime Lerner foi eleito, o PDT nas eleições municipais de 1996 atingiu 175 cadeiras e o PFL/DEM teve seu melhor desempenho nas eleições municipais de 2000, quando o partido elegeu 144 vereadores. Este fenômeno não se repetiu quando o MDB ou o PSDB estiveram na direção do governo do estado.

Todos estes partidos entraram em declínio, ora mais acentuado ora menos, abaixo partidos que apontaram tendência de ascensão.

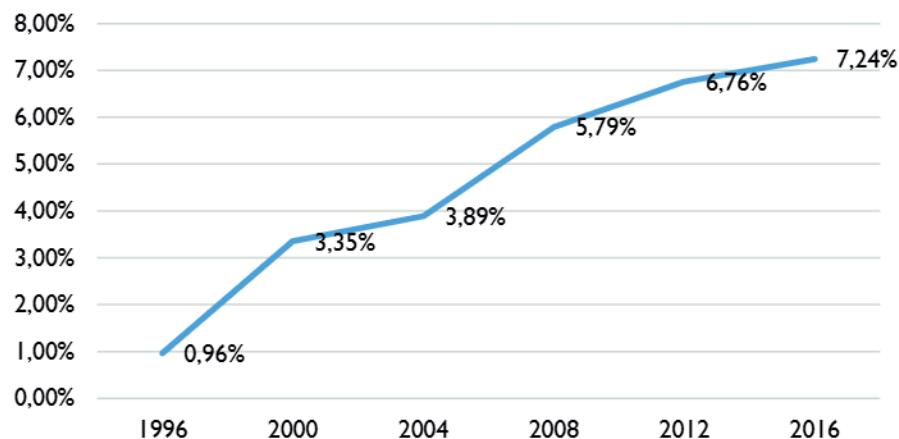
Os gráficos 64, 65, 66 e 67 demonstram o desempenho do PSB, PV, PSC e PR, todos demonstraram um crescimento nos municípios estudados durante o período das Eleições Municipais de 1996 a 2016.

Gráfico 44 – Desempenho do PDT nas eleições municipais de 1996 a 2016

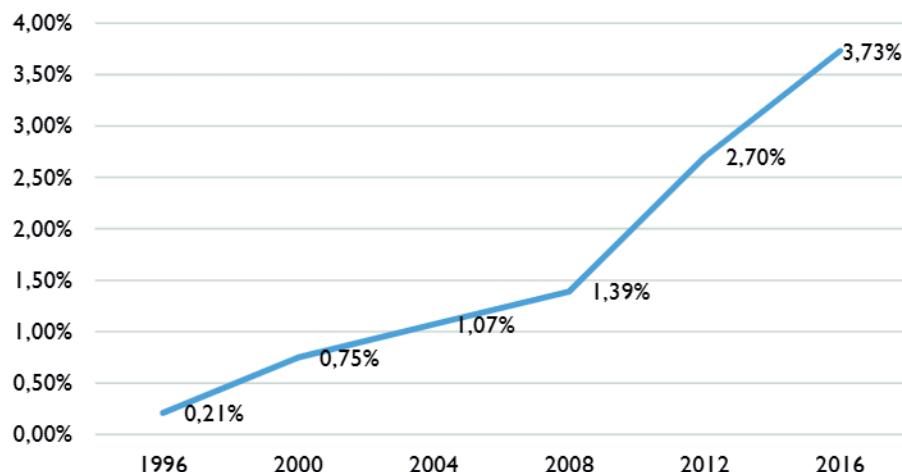
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 45 – Desempenho do DEM nas eleições municipais de 1996 a 2016

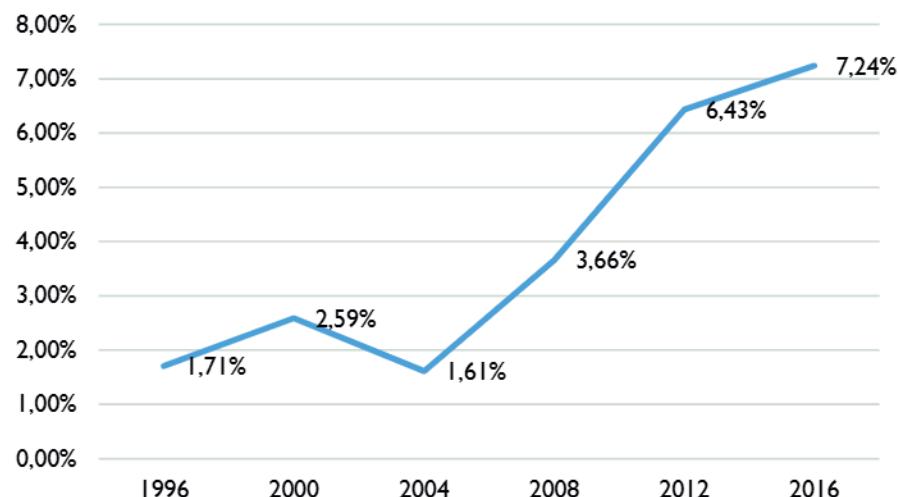
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 46 – Desempenho do PSB nas eleições municipais de 1996 a 2016

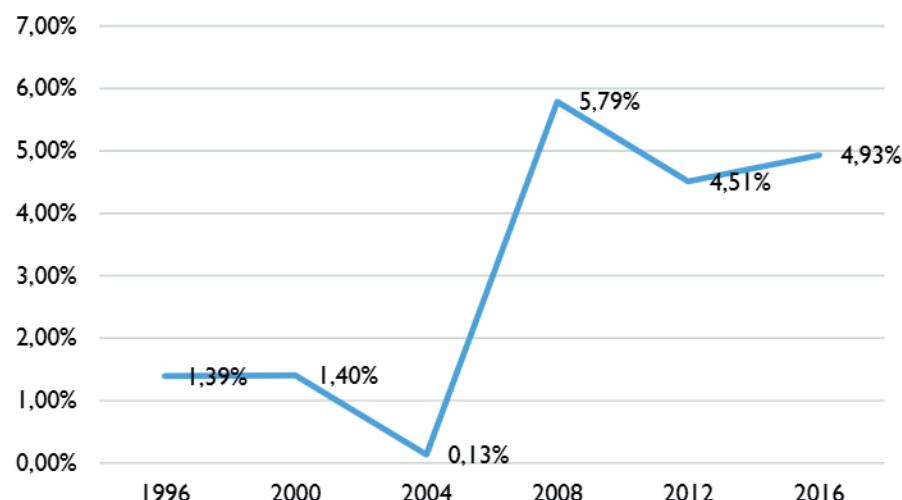
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 47 – Desempenho do PV nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 48 – Desempenho do PSC nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 49 – Desempenho do PR nas eleições municipais de 1996-2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

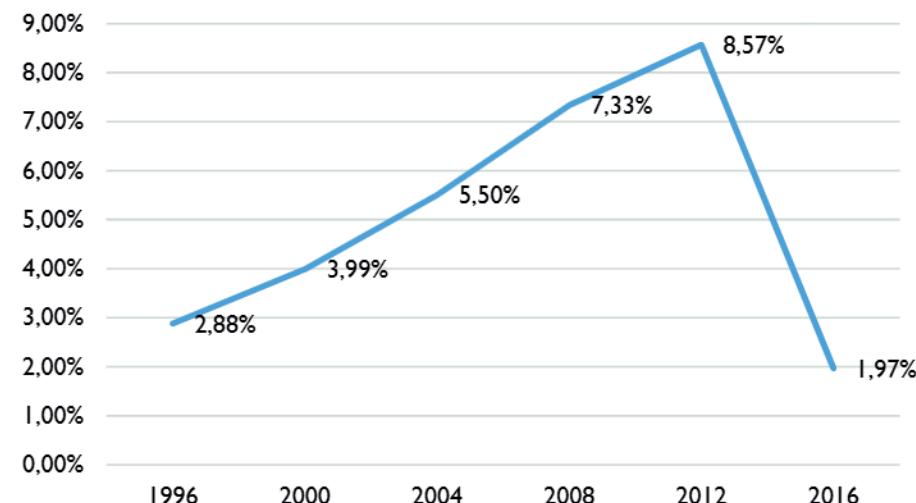
O PT, conforme Gráfico 50, que sofreu forte influência dos anos em que o partido esteve em evidência no governo federal, estava em ascendência, foi de 27 vereadores eleitos em 1996 a 76 nas eleições municipais de 2012. Nas eleições municipais de 2016, fica claro o impacto direto nos municípios do processo de impeachment sofrido pela presidente eleita pelo PT e das recorrentes denúncias de corrupção.

O Gráfico 51 demonstra o desempenho do PRP vindo desde as eleições municipais de 1996 até as de 2016. O partido chegou eleger 20 vereadores em seu melhor período, nas eleições de 2000, e em 2016 conquistou apenas quatro cadeiras nos municípios estudados. Atingido pela última minirreforma eleitoral, nas eleições de 2020 teve sua fusão com o Patriotas homologada pelo TSE.

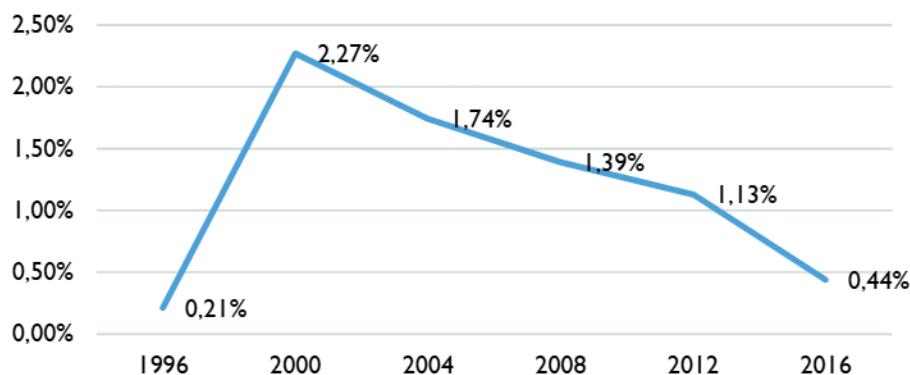
O Gráfico 52 mostra que o PSL teve seu melhor desempenho em 2004, com 30 cadeiras conquistadas, mas depois entrou em descenso, até a eleição do presidente da república em 2018, que modificou este quadro.

O desempenho do PPS/Cidadania nas eleições municipais de 1996 a 2016, conforme se verifica no Gráfico 53, foi um partido que começou em 1996 elegendo apenas cinco vereadores, dando um salto para 51 nas eleições seguintes e entre altos e baixos manteve certa estabilidade.

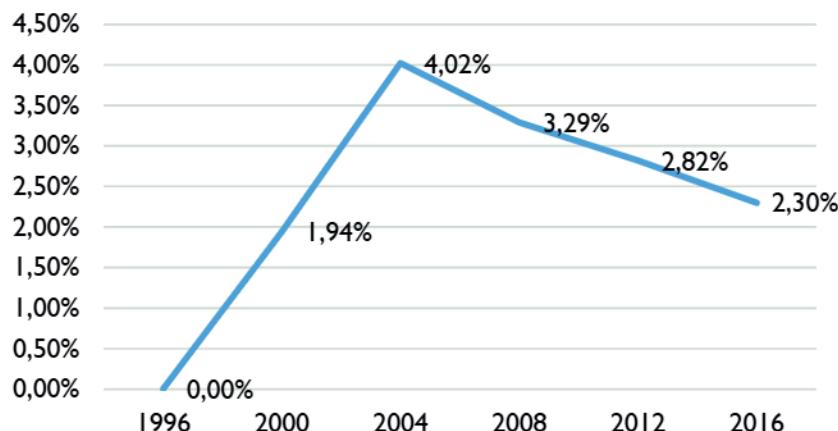
Gráfico 50 – Desempenho do PT nas eleições municipais de 1996 a 2016



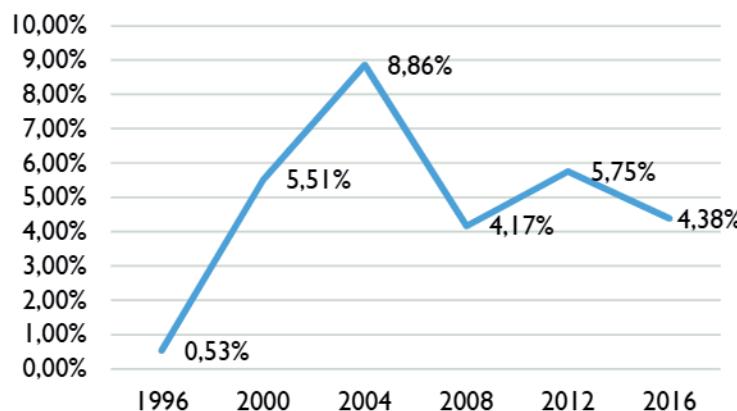
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 51 – Desempenho do PRP nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

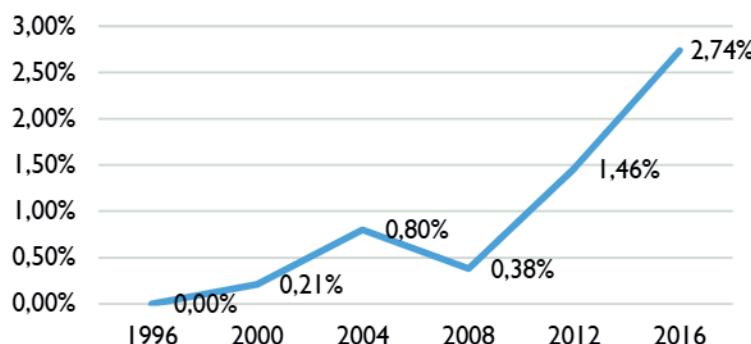
Gráfico 52 – Desempenho do PSL nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 53 – Desempenho do Cidadania nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

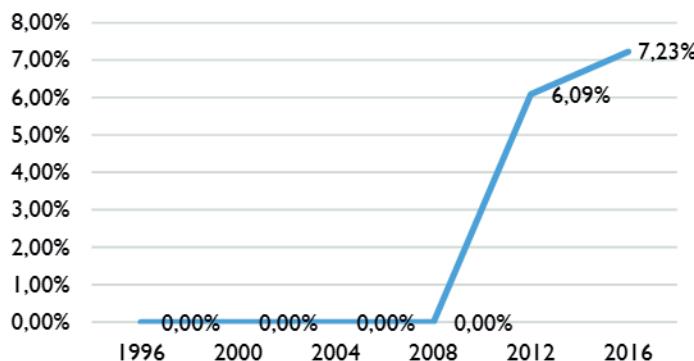
O Gráfico 54 irá demonstrar o desempenho do PHS nas eleições municipais de 1996 a 2016, que sempre obteve um desempenho baixo, mas a partir das eleições de 2012 mostrou um crescimento que se sustentou e se ampliou nas eleições de 2016, até que foi afetado pela última minirreforma eleitoral, e por isso está em processo de discussão com outros partidos sua incorporação ou fusão.

Gráfico 54 – Desempenho do PHS nas eleições municipais de 1996 a 2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

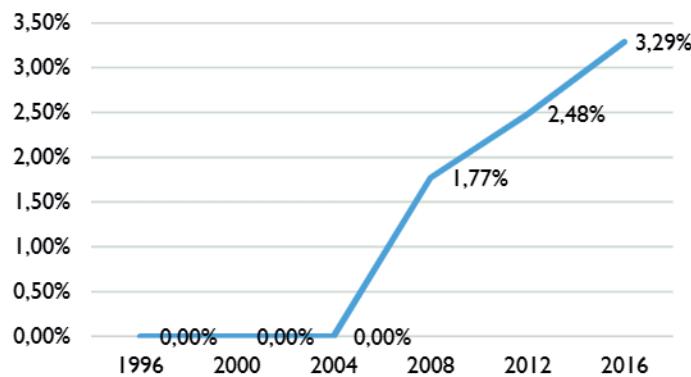
O caso dos partidos PSD e PRB/Republicanos, que apareceram na metade do período estudado, conforme Gráficos 55 e 56, respectivamente. Estes partidos demonstraram um crescimento até o momento consistente, merecendo destaque pelo desempenho demonstrado nas poucas eleições que concorreram.

Gráfico 55 – Desempenho do PSD nas eleições municipais de 1996 a 2016



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 56 – Desempenho do Republicanos nas eleições municipais de 1996 a 2016



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

A mudança legislativa da minirreforma eleitoral, que introduziu a cláusula de barreira, irá levar para as próximas eleições uma pequena redução no número de partidos em disputa. A interrupção forçada da democracia produzida pelo Golpe Militar prejudicou

seu desenvolvimento, influenciando indiretamente até a própria fragmentação partidária.

O índice de fragmentação exposto no período anterior será repetido na Tabela 5, que demonstrará a fragmentação partidária nas Câmaras Municipais no período de 1996 a 2016.

Quanto mais próximo do número 1, maior a fragmentação da Câmara Municipal, e quanto mais próximo de zero, menor o índice de fragmentação na Câmara Municipal.

Tabela 5 – Índice de fragmentação partidária nas Câmaras Municipais, período de 1996 a 2016.

Município/Eleições	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Abatiá	0,33	0,44	0,77	0,77	0,88	0,88
Almirante Tamandaré	0,45	0,61	0,81	0,81	0,8	0,86
Andirá	0,55	0,54	0,55	0,55	0,66	0,66
Antonina	0,36	0,45	0,66	0,77	0,45	0,66
Apucarana	0,52	0,52	0,63	0,75	0,72	0,63
Arapongas	0,4	0,53	0,6	0,63	0,53	0,6
Araucária	0,46	0,52	0,72	0,81	0,72	0,9
Assaí	0,36	0,63	0,66	0,55	0,66	0,55
Bandeirantes	0,3	0,61	0,66	0,55	0,76	0,61
Bela Vista do Paraíso	0,45	0,72	0,66	0,77	0,77	0,88
Bocaiuva do Sul	0,33	0,66	0,77	0,55	0,66	0,77
Cambará	0,36	0,54	0,55	0,55	0,77	0,77
Cambé	0,27	0,46	0,6	0,6	0,7	0,6
Campo Largo	0,69	0,6	0,81	0,63	0,81	0,72
Campo Mourão	0,26	0,52	0,6	0,6	0,53	0,72
Carlópolis	0,44	0,44	0,44	0,44	0,66	0,77
Castro	0,46	0,66	0,88	0,5	0,9	0,69
Cerro Azul	0,33	0,55	0,44	0,66	0,66	0,77
Clevelândia	0,66	0,66	0,55	0,6	0,55	0,88
Colombo	0,53	0,52	0,92	0,84	0,52	0,64
Congoinhas	0,33	0,55	0,77	0,55	0,77	0,66
Cornélio Procópio	0,4	0,46	0,55	0,55	0,9	0,69
Curitiba	0,2	0,28	0,31	0,34	0,42	0,5
Curiúva	0,44	0,44	0,66	0,33	0,44	0,55
Foz do Iguaçu	0,38	0,42	0,71	0,6	0,73	0,66

[continua na próxima página]

Tabela 5 – Continuação

Município/Eleições	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Guarapuava	0,38	0,52	0,5	0,66	0,61	0,57
Guaraqueçaba	0,55	0,77	0,55	0,55	0,77	0,77
Guaratuba	0,45	0,46	0,66	0,77	0,69	0,61
Ibaiti	0,36	0,54	0,77	0,66	0,77	0,66
Ibiporã	0,45	0,54	0,55	0,77	0,77	0,54
Imbituva	0,45	0,54	0,66	0,55	0,65	0,65
Ipiranga	0,44	0,55	0,77	0,66	0,77	1
Irati	0,38	0,46	0,6	0,7	0,6	0,7
Jacarezinho	0,38	0,46	0,33	0,44	0,66	0,66
Jaguapitã	0,55	0,44	0,55	0,55	0,44	0,55
Jaguaraiava	0,45	0,45	0,66	0,55	0,76	0,92
Jataizinho	0,33	0,66	0,55	0,55	0,77	1
Joaquim Távora	0,33	0,55	0,55	0,55	0,88	0,66
Jundiaí do Sul	0,55	0,44	0,77	0,66	0,66	0,77
Lapa	0,46	0,53	0,77	0,88	0,88	0,55
Laranjeiras do Sul	0,46	0,61	0,77	0,55	0,61	0,84
Londrina	0,52	0,57	0,5	0,57	0,84	0,73
Mallet	0,33	0,55	0,66	0,77	0,66	0,77
Mandaguari	0,45	0,72	0,77	0,55	0,77	0,77
Mangueirinha	0,45	0,54	0,55	0,61	0,63	0,72
Morretes	0,22	0,5	1	0,77	0,72	0,72
Palmas	0,36	0,54	0,44	0,66	0,53	0,69
Palmeira	0,54	0,63	0,77	0,77	0,88	0,77
Paranaguá	0,52	0,57	0,63	0,63	0,64	0,78
Piraí do Sul	0,45	0,54	0,66	0,77	0,77	0,88
Piraquara	0,46	0,38	0,7	0,7	0,72	0,69
Pitanga	0,4	0,53	0,66	0,55	0,53	0,69
Ponta Grossa	0,42	0,57	0,66	0,6	0,66	0,71
Porecatu	0,44	0,55	0,66	0,66	0,66	0,66
Porto Amazonas	0,55	0,66	0,66	0,88	0,88	0,66
Prudentópolis	0,61	0,61	0,77	0,77	0,69	0,53
Quatiguá	0,22	0,44	0,77	0,77	0,66	0,77
Rebouças	0,55	0,77	0,66	0,55	0,66	0,88
Reserva	0,45	0,45	0,66	0,88	0,9	0,63
Ribeirão Claro	0,44	0,66	0,66	0,88	0,77	0,77

[continua na próxima página]

Tabela 5 – Continuação

Município/Eleições	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Ribeirão do Pinhal	0,55	0,66	0,88	0,66	0,88	0,77
Rio Azul	0,55	0,55	0,66	0,77	0,88	I
Rio Branco do Sul	0,66	0,55	0,77	0,88	0,81	0,81
Rio Negro	0,3	0,46	0,33	0,55	0,44	0,77
Rolândia	0,38	0,46	0,5	0,6	0,7	0,5
Santa Mariana	0,44	0,55	0,55	0,55	0,77	0,66
Santo Antônio da Platina	0,46	0,3	0,55	0,55	0,77	0,66
São Jerônimo da Serra	0,55	0,55	0,55	0,66	0,88	0,66
São João do Triunfo	0,44	0,66	0,44	0,66	0,77	0,88
São José dos Pinhais	0,33	0,33	0,46	0,44	0,52	0,52
São Mateus do Sul	0,5	0,5	0,66	0,77	0,77	0,66
Sengés	0,55	0,54	0,77	0,55	0,54	0,81
Sertanópolis	0,44	0,66	0,66	0,88	0,55	0,77
Siqueira Campos	0,44	0,6	0,77	0,66	0,66	0,77
Teixeira Soares	0,66	0,66	0,77	0,88	0,88	0,77
Tibagi	0,44	0,55	0,77	0,55	0,77	0,66
Tomazina	0,6	0,5	0,77	0,66	0,77	0,55
União da Vitória	0,53	0,53	0,7	0,6	0,69	0,53
Uraí	0,44	0,66	0,77	I	0,77	0,77
Wenceslau Braz	0,63	0,54	0,77	0,77	0,88	0,77

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

A evolução desta fragmentação é visível neste segundo período estudado, sua comparação com o período anterior será analisada no próximo capítulo.

Comparativo dos 80 municípios nos dois períodos

Os partidos sentiram este impacto mesmo nos países em que eram mais fortes e organizados. Sentiram o surgimento de movimentos, organizações não governamentais que começaram a apontar outras soluções e caminhos para pressionar o estado, como o movimento ambientalista. Caminhos que não fossem exclusivamente

pelos partidos. Os partidos perderam a condição de condutores exclusivos da sociedade, este movimento contou com apoio de setores que queriam mais liberdade para agir e menos influência dos partidos. Percebe-se este movimento no mercado de trabalho. A flexibilização dos direitos trabalhistas foi um dos primeiros efeitos deste novo momento (Bauman, 1999). Alguns movimentos se institucionalizam, nem sempre na forma de partidos políticos, podendo constar como organizações não governamentais, associações ou movimentos que com o uso da internet ganham maior liberdade para pressionar governos e os próprios partidos políticos.

Esta tendência da modernidade reflete na política no próprio enfraquecimento do Estado:

Em vez de cerrar fileiras na guerra contra a incerteza, praticamente todos os agentes institucionalizados eficientes de ação coletiva juntam-se ao coro neoliberal para louvar como “estado natural da humanidade” as “forças livres do mercado” e o livre comércio, fontes primordiais da incerteza existencial, e insistem na mensagem de que deixar livres as finanças e o capital, abandonando todas as tentativas de frear ou regular os seus movimentos, não é uma opção política dentre outras, mas um ditame da razão e uma necessidade. (Bauman, 2000, 36)

Estes fatores somados com as características da modernidade, refletiram também na política e tornaram os partidos mais frágeis, fato que ficará mais evidente ao comparar os resultados dos dois períodos históricos. O índice de fragmentação partidária nos períodos históricos demonstra como os partidos foram perdendo a exclusividade da representação da sociedade na relação com o governo, além de demonstrar um aumento da diversidade partidária. A multiplicação de partidos enfraqueceu a relação de preponderância do partido sobre o filiado.

A opção em observar esta fragmentação partidária pelo âmbito da estrutura organizacional do município foi, no sentido descrito por Bauman, de que:

A política, por outro lado, continua sendo, como antes, um assunto essencialmente local – e uma vez que a linguagem da política é a única em que podemos falar de curas e remédios para as misérias e

preocupações comuns, a tendência natural da classe política é buscar explicações e tratamento numa área próxima ao território doméstico da experiência cotidiana. (Bauman, 2000, 57)

No município em que a política começa e os partidos possuem sua base de organização, a experiência democrática não começa no parlamento, mas próxima do cidadão:

Em primeiro lugar, somente se o indivíduo tiver a oportunidade de participar de modo direto no processo de decisão e na escolha de representantes nas áreas alternativas é que, nas modernas circunstâncias, ele pode esperar ter qualquer controle real sobre o curso de sua vida ou sobre o desenvolvimento do ambiente em que ele vive. (Pateman, 1992, 145-6)

A participação da política começa no município, no desenvolvimento da democracia local. Por meio do processo de aumento da fragmentação nas Câmaras Municipais, fica evidente a perda da hegemonia das organizações partidárias e o aumento da força de candidatos individuais ou grupos políticos que se sobrepõem aos próprios partidos.

As eleições municipais de 1968, 1972 e 1976 correspondem às eleições do período autoritário, e nestas prevaleceu o bipartidarismo forçado. De acordo com os requisitos de uma democracia para um grande número de pessoas, não tínhamos garantias institucionais para formular preferências, exprimir preferências ou ainda para ter preferências igualmente consideradas na conduta do governo (Dahl, 2015).

Também tendo como referência os estudos de modelos de democracia de Arend Lijphart, entre os quais há um estudo sobre 36 democracias até meados de 1996 que o Brasil não era considerado um país democrático, pois não havia plena liberdade de aderir a uma sigla, ter direito de fazer oposição, havia uma interferência do estado na organização, na vida partidária e principalmente nas campanhas partidária para as eleições (Lijphart, 2003).

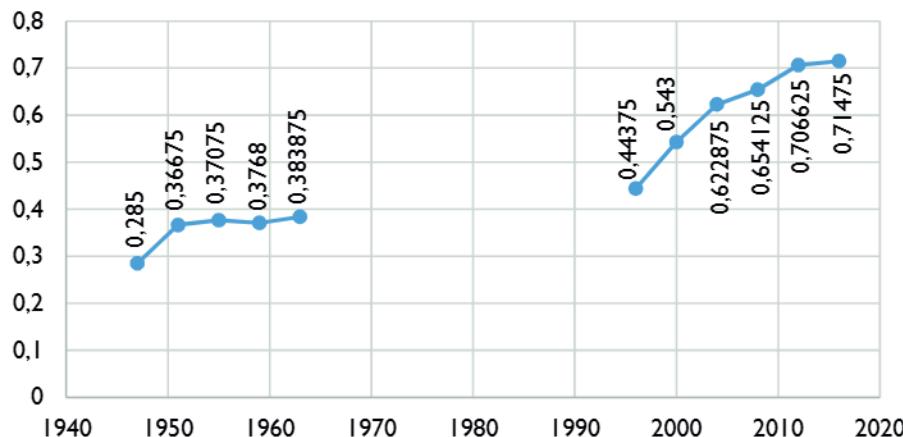
Tampouco havia democracia, de acordo com a definição mínima de democracia de Norberto Bobbio (1992) – decisões tomadas com base em regras pela maioria, com o respeito aos direitos da minoria, das garantias individuais e respeito as regras do jogo. Tendo estes parâmetros descritos, é possível afirmar que existia eleições municipais, mas não havia democracia. Com relação às eleições de 1982,

1988 e 1992, pode-se considerar que constam em um período de transição lenta e gradual para a democracia.

No final de 1988, a Constituição democrática foi aprovada e uma nova lei dos Partidos Políticos surgiu somente em 1995, aprovada em plena vigência de um regime democrático, e por este motivo foi feita a comparação dos dois períodos estudados de 1947 a 1963 e de 1996 a 2016, refletindo a fragmentação nos 80 municípios do Paraná nos dois momentos históricos.

O fator agravante na aceleração da fragmentação pode estar ligado à interrupção do curso do desenvolvimento dos partidos políticos, ocorrida em 1964, que desestabilizou e extinguiu os partidos políticos. Os partidos não conseguiram se organizar na clandestinidade durante este longo período com uma interferência forte do poder central na liberdade de organização dos partidos mesmo durante o período de transição.

Gráfico 57 – Fragmentação partidária nas Câmaras Municipais



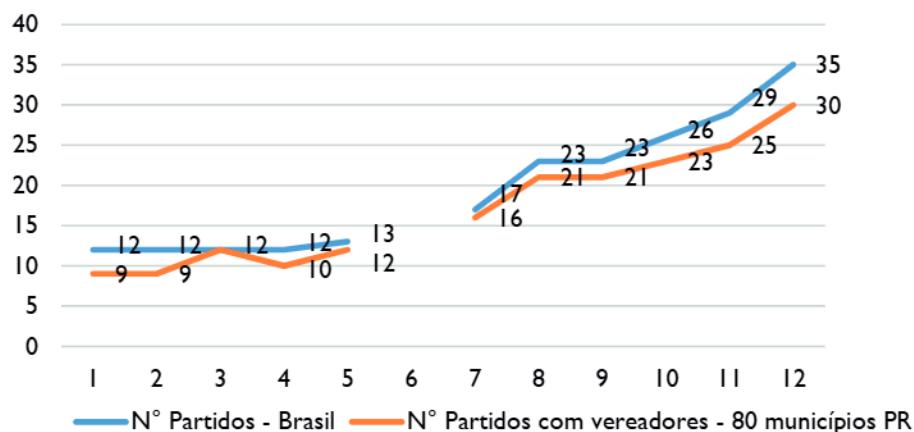
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Pode-se afirmar, pelo resultado da pesquisa nos municípios paranaenses, que os partidos sofreram influência e perderam um momento histórico de se construírem e se fortalecerem, antes do aprofundamento dos efeitos da modernidade líquida. Durante o regime militar, outras organizações sociais tomaram a frente para expor reivindicações e abrir um canal para pressionar os governos nas esferas municipais e estaduais.

Estes outros movimentos e organizações foram os sindicatos, comunidades eclesiais de base, associações de moradores, centros acadêmicos, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), organizações de defesa do meio ambiente, outros grupos e organizações da sociedade civil. Todos foram palcos para os cidadãos, para as pessoas comuns, começarem a se considerar como sujeitos de direitos e deveres diante da Administração Pública (Leal e Castro, 2013).

O Gráfico 58 mostra a relação do total de partidos em cada eleição com os partidos que conquistaram vagas nos 80 municípios estudados.

Gráfico 58 – Relação dos partidos registrados por partidos com cadeiras



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Os partidos políticos neste novo momento perderam a exclusividade como canal de comunicação com a sociedade. A redemocratização chegou tarde aos partidos que demoraram a se organizar. Após o rompimento da estrutura jurídica autoritária (Schier, 2002) e o surgimento de novos valores como parte do ordenamento jurídico, os partidos já não eram mais os únicos canais de expressão de reivindicações.

O reflexo deste enfraquecimento dos partidos pode ser percebido já que, dos 35 partidos registrados no TSE, 30 partidos elegeram vereadores nos 80 municípios paranaenses pesquisados nas eleições municipais de 2016.

Já no período de 1945 a 1959, 12 partidos sempre estiveram presentes no Brasil, mas apenas em 1963 o país passou a ter 13 partidos regulares, dos quais 12 partidos elegeram vereadores.

A redemocratização com os primeiros governos civis, após a queda dos governos militares, trouxe juntamente com a abertura política, a abertura econômica, e, por fim, a globalização influenciou a sociedade e os partidos que começaram a se organizar foram abalados pela própria velocidade das mudanças. Estes fatores afetaram a própria sociedade democrática:

A luta pelo poder nas sociedades democráticas atuais passa pela política midiática, pela política do escândalo e pela autonomia comunicativa dos cidadãos. Por um lado, a digitalização de toda a informação e a interconexão modal das mensagens criaram um universo midiático no qual estamos permanentemente imersos. (Castells, 2017, 26)

Esta aceleração trazida pela tecnologia fez com que a comunicação e as informações fossem afetadas e se expandissem em uma velocidade inimaginável no período de 1945 a 1963.

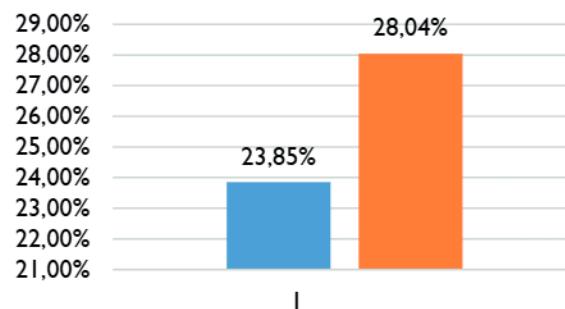
Durante o período autoritário, até o surgimento da Lei 9.096/1995, os partidos foram fortemente tutelados pelo estado, e do período de transição até hoje, foram tutelados pela Justiça Eleitoral: “As normas oficiais constituem um limite que permite o cotejamento entre o funcionamento partidário formalmente previsto e a dinâmica real da organização, avaliável por meio de outros métodos” (Ribeiro, 2013, 229). Esta tutela excessiva impediu uma adaptação ao momento da modernidade. Além da dificuldade da própria realidade dos efeitos da modernidade, a forte regulamentação formal prejudicou os partidos, uma regulamentação sem critérios que garantissem e valorizassem princípios para uma democracia interna dos partidos, mas que regulamentassem fortemente uma estrutura formal.

O partido moderno acabaria tornando-se, em consequência, um fim em si mesmo, organizando-se ao redor de propósitos e interesses próprios, o que resultaria na separação entre elite dirigente e classe que o representa. (Braga, 2012, 86)

Esta situação do partido se tornar um fim em si mesmo não o protegeu dos efeitos da modernidade, o que acarretou em seu enfraquecimento e em sua acentuada fragmentação.

Um outro índice estudado é o índice de retorno, que mediou nos municípios o percentual de candidatos que após participar de uma eleição retornava nas eleições seguintes. No item anterior vimos isoladamente em cada região, nos períodos de 1947 a 1963 e de 1996 a 2016, e concluímos que este índice de retorno é, nos dois períodos estudados, muito próximo.

Gráfico 59 – Média do índice de retorno nas eleições municipais

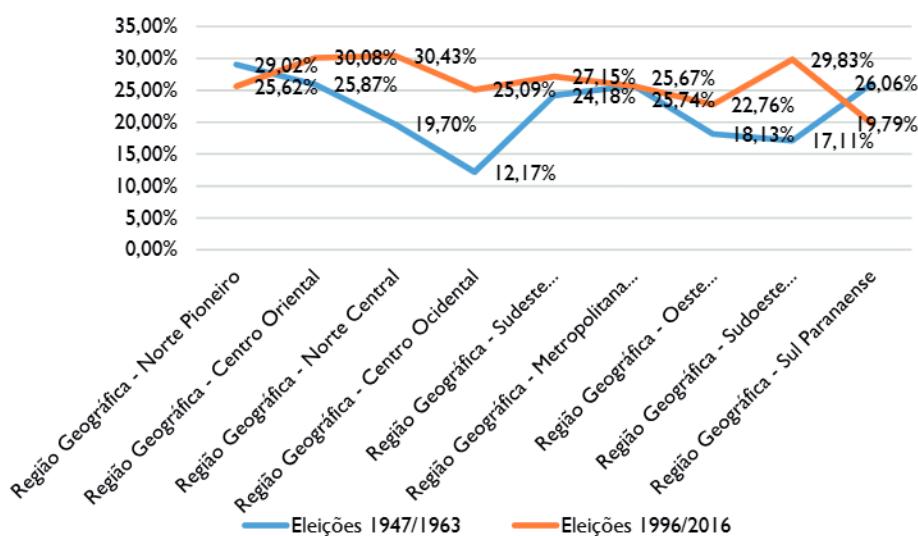


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Com base nestes resultados, desmistifica-se a ideia de que não haja interesse pela política, o interesse das pessoas pela política não diminuiu, os candidatos continuam a concorrer em um patamar semelhante nos dois períodos eleitorais. As pessoas acreditam ainda na democracia, de tal forma que “as eleições regulares são um desses arranjos e continuam a ser o grande alicerce da política democrática” (Runciman, 2018, 10).

Comparando o desempenho por região geográfica, demonstrada no Gráfico 60 a seguir, pode-se notar que as pessoas continuam a ter interesse e retornam a colocar seus nomes à disposição dos partidos em percentual semelhante, tanto no período de 1996 a 2016, como no primeiro período de 1947 a 1963. O interesse por participar da política aumentou em seis das nove regiões geográficas do Paraná.

As Tabelas de 6 a 14 vão trazer a comparação em cada uma das nove regiões geográficas do Paraná.

Gráfico 60 – Índice de retorno, média por região geográfica do Paraná

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 6 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica centro oriental

Região geográfica centro oriental	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Castro	29,36%	27,57%
Jaguariaiva	16,38%	25,06%
Palmeira	28,57%	33,81%
Piraí do Sul	31,71%	24,65%
Ponta Grossa	24,42%	21,70%
Reserva	27,38%	29,57%
Sengés	32,05%	32,74%
Tibagi	45,56%	45,56%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 7 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica oeste paranaense

Região geográfica oeste paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Foz do Iguaçu	18,13%	22,76%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 8 – Índice de Retorno dos candidatos da região geográfica centro ocidental

Região geográfica centro ocidental	Eleições: 1947/1963	Eleições: 1996/2016
Campo Mourão	12,17%	25,09%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 9 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica norte pioneiro

Região geográfica norte pioneiro	Eleições: 1996-2016	Eleições: 1947-1963
Abatiá	33,15%	30,69%
Andirá	25,51%	28,87%
Assaí	31,89%	23,53%
Bandeirantes	20,37%	28,06%
Cambará	29,73%	25,68%
Carlópolis	32,59%	35,29%
Congoinhas	35,05%	21,11%
Cornélio Procópio	26,54%	26,21%
Curiúva	29,17%	18,18%
Ibaiti	33,70%	26,19%
Jacarezinho	25,63%	20,77%
Jataizinho	28,72%	29,57%
Joaquim Távora	29,68%	27,10%
Jundiaí do Sul	24,84%	27,59%
Quatiguá	31,18%	30,26%
Ribeirão Claro	27,90%	30,49%
Ribeirão do Pinhal	30,91%	20,59%
Santa Mariana	34,18%	25,26%
Santo Antônio da Platina	25,10%	22,31%
São Jerônimo da Serra	24,41%	14,65%
Siqueira Campos	28,80%	29,06%
Tomazina	32,37%	25,26%
Uraí	28,53%	24,44%
Wenceslau Braz	26,28%	23,64%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 10 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica sul paranaense

Região geográfica sul paranaense	Eleições: 1996-2016	Eleições: 1947-1963
Guarapuava	24,46%	23,04%
Laranjeiras do Sul	21,87%	18,10%
Pitanga	31,86%	18,23%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 11 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica sudoeste paranaense

Região geográfica sudoeste paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Mangueirinha	26,67%	28,51%
Palmas	12,60%	26,81%
Clevelândia	12,07%	34,16%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 12 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica norte central

Região geográfica norte central	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Apucarana	14,90%	31,30%
Arapongas	18,68%	28,50%
Bela Vista do Paraíso	16,55%	33,13%
Cambé	19,08%	29,60%
Ibiporã	23,45%	28,86%
Jaguapitã	15,38%	35,54%
Londrina	22,51%	28,46%
Mandaguari	22,03%	29,18%
Porecatu	17,78%	29,18%
Rolândia	24,48%	29,98%
Sertanópolis	21,87%	31,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 13 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica metropolitana de Curitiba

Região geográfica metropolitana de Curitiba	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Almirante Tamandaré	25,00%	29,32%
Antonina	23,85%	27,61%
Araucária	22,39%	24,64%
Bocaiuva do Sul	19,11%	26,26%
Campo Largo	24,49%	27,82%
Cerro Azul	32,88%	22,99%
Colombo	16,00%	23,30%
Curitiba	15,95%	19,22%
Guaraqueçaba	22,73%	30,57%
Guaratuba	31,87%	25,00%
Lapa	24,49%	25,66%
Morretes	30,59%	29,90%
Paranaguá	24,56%	21,75%
Piraquara	35,21%	22,71%
Porto Amazonas	27,78%	31,69%
Rio Branco do Sul	34,18%	22,85%
Rio Negro	20,63%	30,66%
São José dos Pinhais	31,25%	20,03%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 14 – Índice de retorno dos candidatos da região geográfica do sudeste paranaense

Região geográfica sudeste paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Imbituva	27,85%	28,76%
Ipiranga	30,88%	24,30%
Irati	15,58%	25,63%
Mallet	25,00%	29,59%
Prudentópolis	25,74%	26,47%
Rebouças	24,73%	24,42%
Rio Azul	23,91%	24,16%
São João do Triunfo	21,11%	28,23%

[continua na próxima página]

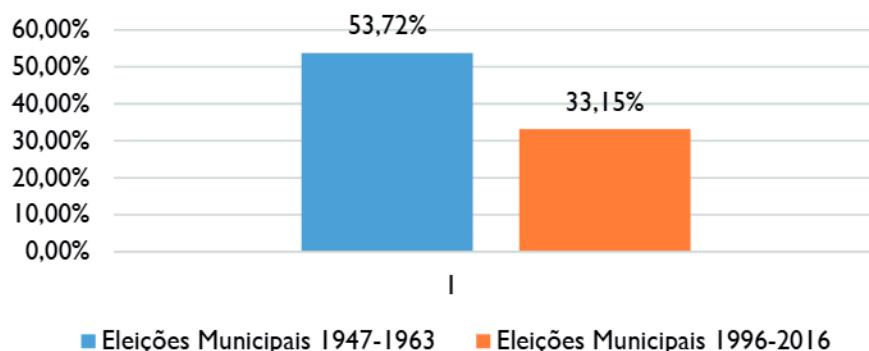
Tabela 14 – Continuação

Região geográfica sudeste paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
São Mateus do Sul	25,00%	30,58%
Teixeira Soares	26,25%	30,55%
União da Vitória	19,91%	26,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

No Gráfico 61, o índice de permanência dos filiados no partido teve um percentual diferente nos períodos de 1947 a 1963 e de 1996 a 2016, sendo um dos possíveis efeitos ou consequências da mudança apresentada na modernidade, na qual há o imediatismo do filiado-candidato, que prioriza a possibilidade imediata de ser eleito em uma eleição do que a construção do partido político para participação de eleições futuras.

O Gráfico 61 deixa claro os efeitos nos partidos políticos da preponderância do conceito de indivíduo sobre o conceito de cidadão. O imediatismo dos indivíduos, a busca pelo novo e as novas tecnologias de comunicação não refletiram em uma abertura maior dos partidos políticos para a sociedade.

Gráfico 61 – Índice de permanência média dos candidatos

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

A maior parte das direções partidárias mantiveram com rigor e mão firme o controle dos partidos, as novas tecnologias não serviram para o desenvolvimento da democracia interna dos partidos

políticos. Este fator gerou reflexo na fidelidade partidária, o fato de que, no período de 1947 a 1963, 53,72% dos candidatos que concorreram a mais de uma eleição nos 80 municípios paranaenses mantiveram-se em um mesmo partido, enquanto no período de 1996 a 2016 este percentual foi bem menor, permanecendo em torno de 33,15%.

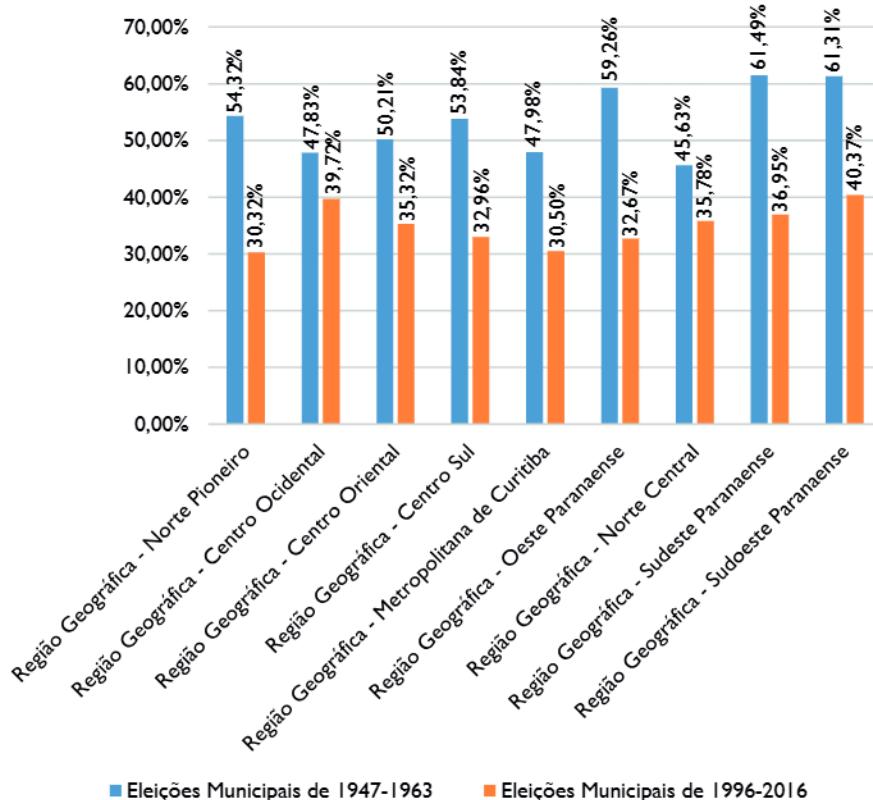
O Gráfico 62 explicita a média por região do índice de permanência dos candidatos filiados que concorreram a mais de uma eleição e permaneceram no mesmo partido. A comparação entre os dois períodos históricos demonstra o aumento do desapego, da falta de confiança e de espaço nos partidos políticos.

Percebe-se melhor o reflexo destas médias quando se analisa mais de perto o reflexo em cada região geográfica. Dos 80 municípios estudados nesta pesquisa, apenas nove tiveram um índice de permanência maior no período de 1996 a 2016. Os Gráficos 64 a 72 e as Tabelas 16 a 24 trazem o resultado detalhado de toda a pesquisa realizada por região.

Estes resultados refletem a mudança ocorrida na sociedade. Pode-se identificar dois problemas no momento em que a modernidade modificava rapidamente, o meio e a forma como as informações são transmitidas e se propagam na sociedade. Neste sentido a institucionalização do sistema partidário caminhou em sentido inverso da realidade, os partidos viveram um paradoxo entre autonomia e interferência estatal.

O problema central do desenvolvimento político é, porém, a institucionalização de um sistema partidário – mesmo que isto se dê de maneira camouflada, como a institucionalização de facções e normas de convivência dentro de um partido único ou dominante, de modo a assegurar tanto a estabilidade e efetividade da função de governar quanto o vigor e autenticidade da função de representar interesses diversos. (Sousa, 1976, 50)

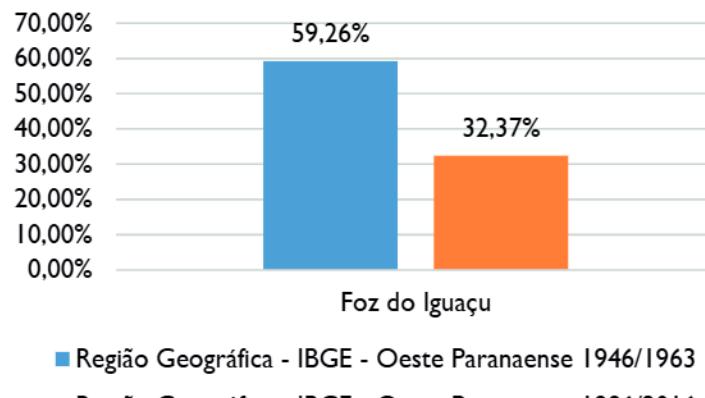
Gráfico 62 – Índice de permanência dos candidatos das regiões geográficas do Paraná



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

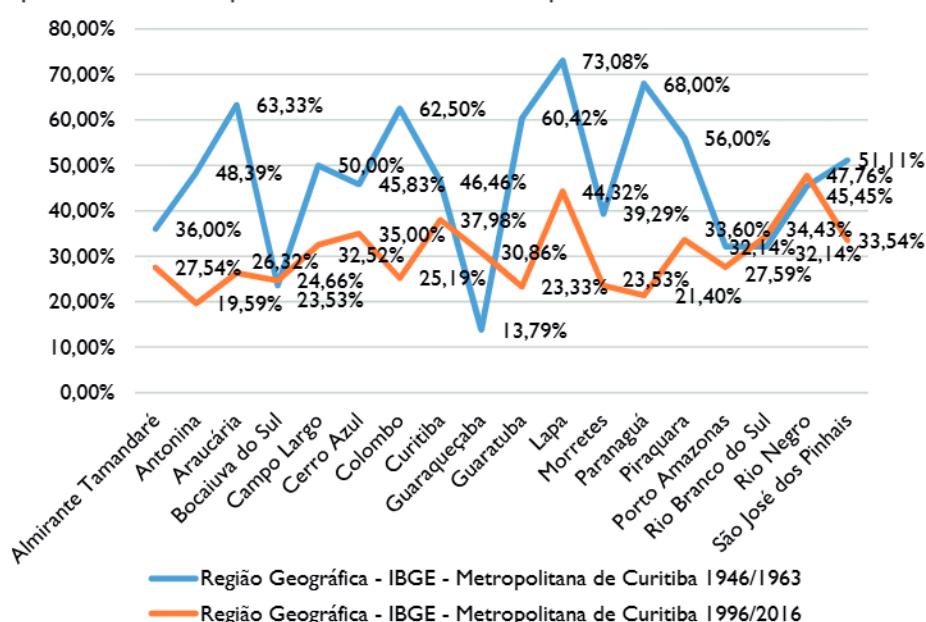
Os valores que vigiam na sociedade durante a modernidade sólida refletiam melhor o apresentado por Maria do Carmo Carvalho Campello de Souza (1976), mas, ao pesquisar as instituições partidárias municipais, foi possível constatar esta fragilidade, uma distância entre o que é e o que deveria ser uma instituição partidária, a falta de coesão e permanência nos partidos deixa esta situação bem evidente.

Gráfico 63 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



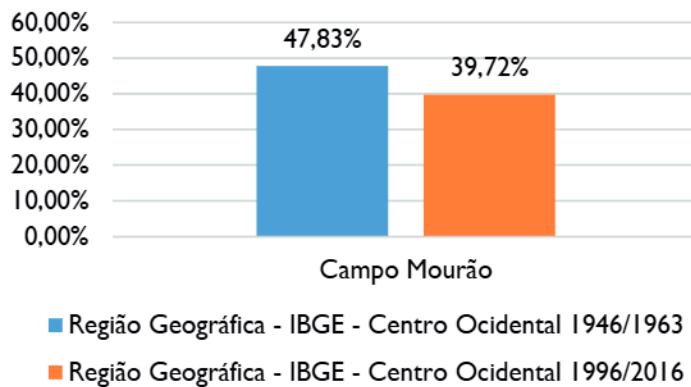
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 64 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



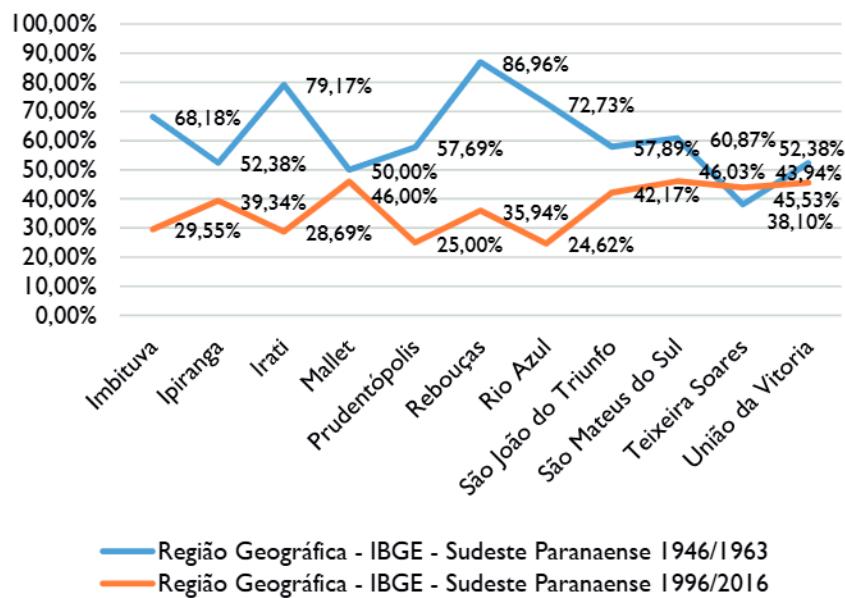
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 65 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



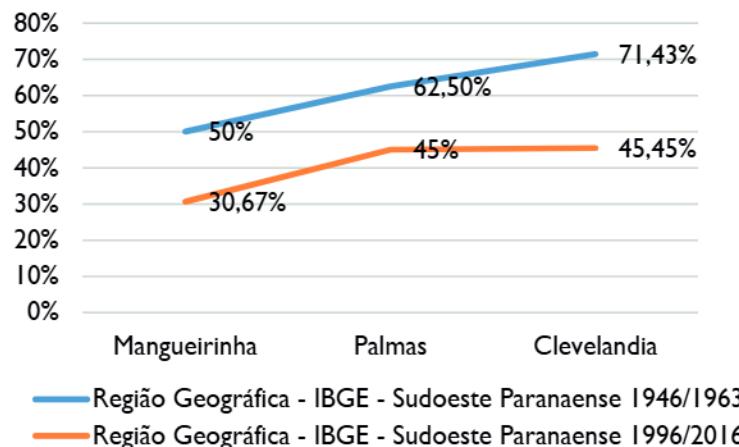
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 66 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



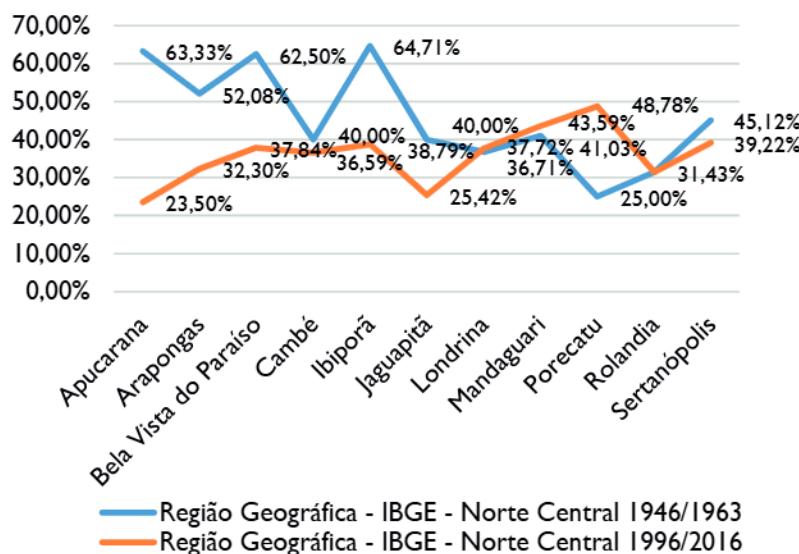
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 67 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



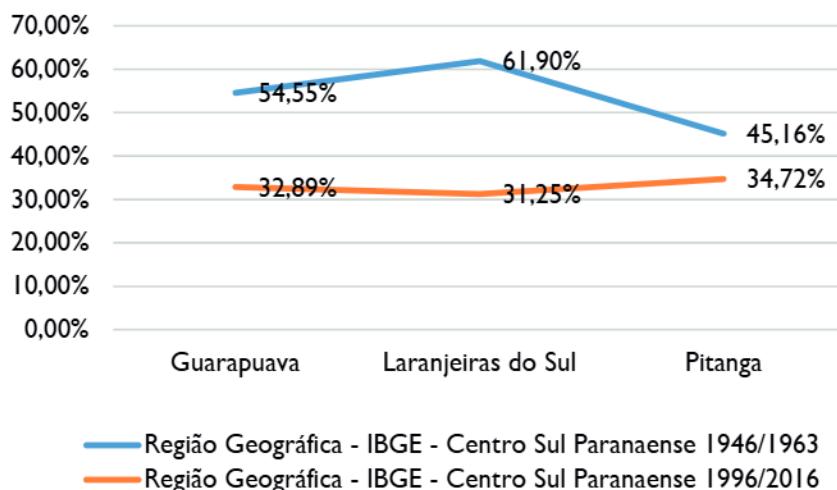
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 68 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



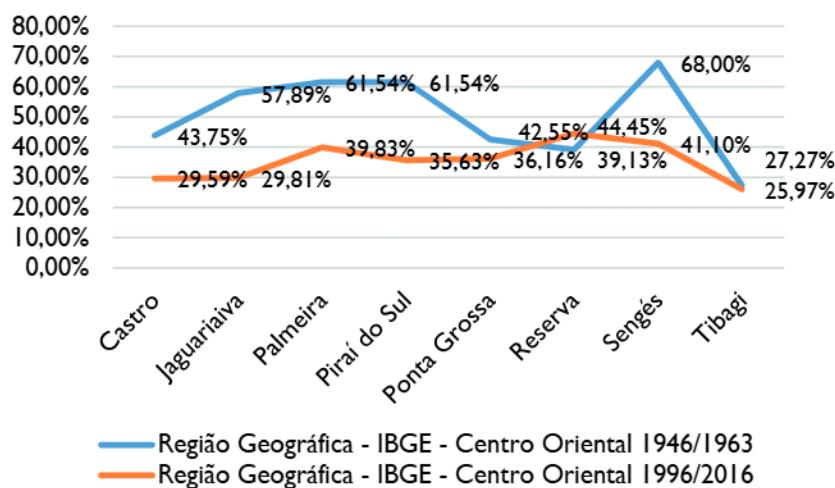
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 69 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



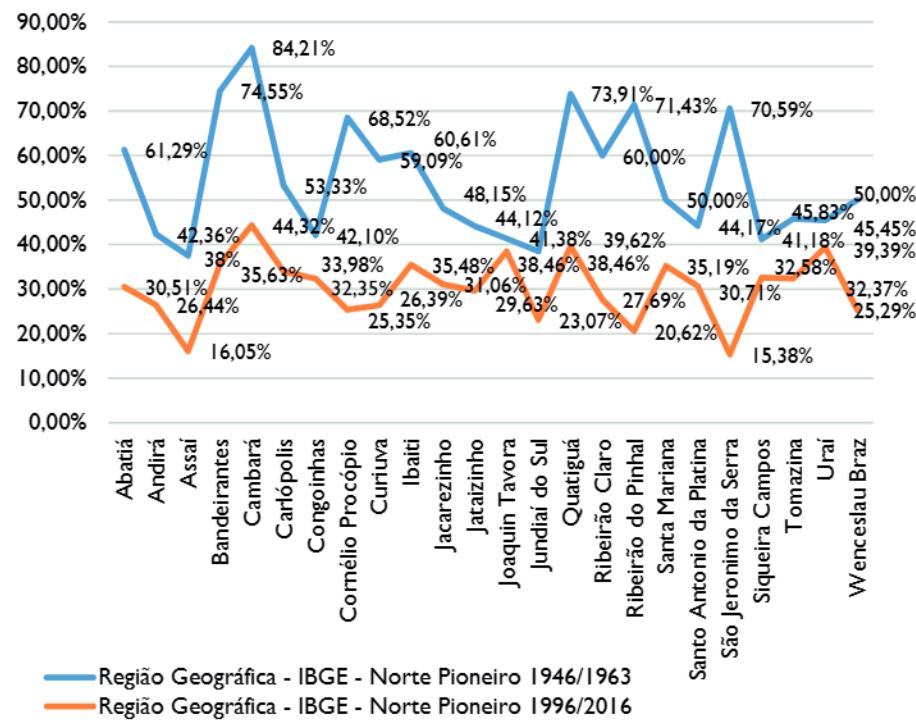
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 70 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Gráfico 71 – Comparação dos dois períodos do percentual de candidatos que retornaram e permaneceram no mesmo partido



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

As Tabelas 15 a 23 mostram o índice de permanência nos dois períodos estudados e por região geográfica.

Tabela 15 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica do norte pioneiro

Região geográfica norte pioneiro	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Abatiá	61,29%	30,51%
Andirá	42,86%	26,44%
Assaí	37,50%	16,05%
Bandeirantes	74,55%	35,63%
Cambará	84,21%	44,32%
Carlópolis	53,33%	33,98%

[continua na próxima página]

Tabela 15 – Continuação

Região geográfica norte pioneiro	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Congoinhas	42,10%	32,35%
Cornélio Procópio	68,52%	25,35%
Curiuva	59,09%	26,39%
Ibaiti	60,61%	35,48%
Jacarezinho	48,15%	31,06%
Jataizinho	44,12%	29,63%
Joaquim Távora	41,38%	38,46%
Jundiaí do Sul	33,33%	23,07%
Quatiguá	73,91%	39,62%
Ribeirão Claro	60,00%	27,69%
Ribeirão do Pinhal	71,43%	20,62%
Santa Mariana	50,00%	35,19%
Santo Antônio da Platina	55,17%	30,71%
São Jerônimo da Serra	70,59%	15,38%
Siqueira Campos	41,18%	32,58%
Tomazina	45,83%	32,37%
Uraí	45,45%	39,39%
Wenceslau Braz	50,00%	25,29%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 16 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica centro oriental

Região geográfica centro oriental	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Castro	43,75%	29,59%
Jaguariaíva	57,89%	29,81%
Palmeira	61,54%	39,83%
Piraí do Sul	61,54%	35,63%
Ponta Grossa	42,55%	36,16%
Reserva	39,13%	44,45%
Sengés	68,00%	41,10%
Tibagi	27,27%	25,97%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 17 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica norte central

Região geográfica norte central	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Apucarana	63,33%	23,50%
Arapongas	52,08%	32,30%
Bela Vista do Paraíso	62,50%	37,84%
Cambé	40,00%	36,59%
Ibiporã	64,71%	38,79%
Jaguapitã	40,00%	25,42%
Londrina	36,71%	37,72%
Mandaguari	41,03%	43,59%
Porecatu	25,00%	48,78%
Rolândia	31,43%	29,85%
Sertanópolis	54,28%	39,22%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 18 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica metropolitana de Curitiba

Região geográfica metropolitana de Curitiba	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Almirante Tamandaré	36,00%	27,54%
Antonina	48,39%	39,59%
Araucária	63,33%	26,32%
Bocaiuva do Sul	23,53%	24,66%
Campo Largo	50,00%	32,52%
Cerro Azul	45,83%	35,00%
Colombo	62,50%	25,19%
Curitiba	46,46%	37,98%
Guaraqueçaba	48,00%	30,86%
Guaratuba	13,79%	23,33%
Lapa	60,42%	44,32%
Morretes	73,08%	23,53%
Paranaguá	39,29%	21,40%

[continua na próxima página]

Tabela 18 – Continuação

Região geográfica metropolitana de Curitiba	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Piraquara	68,00%	33,60%
Porto Amazonas	56,00%	27,59%
Rio Branco do Sul	29,63%	34,43%
Rio Negro	45,45%	47,76%
São José dos Pinhais	51,11%	33,45%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 19 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica centro ocidental

Região geográfica centro ocidental	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Campo Mourão	47,83%	39,72%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 20 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica sudeste paranaense

Região geográfica sudeste paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Imbituva	68,18%	29,55%
Ipiranga	52,38%	39,34%
Irati	79,17%	28,69%
Mallet	50,00%	46,00%
Prudentópolis	57,69%	25,00%
Rebouças	86,96%	35,94%
Rio Azul	72,73%	24,62%
São João do Triunfo	57,89%	42,17%
São Mateus do Sul	60,87%	46,03%
Teixeira Soares	38,10%	43,94%
União da Vitória	52,38%	45,53%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 21 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica sudoeste paranaense

Região geográfica sudoeste paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Mangueirinha	50,00%	30,67%
Palmas	62,50%	45,00%
Clevelândia	71,43%	45,45%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 22 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica centro sul paranaense

Região geográfica centro sul paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Guarapuava	54,55%	32,89%
Laranjeiras do Sul	61,90%	31,25%
Pitanga	45,16%	34,72%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Tabela 23 – Índice de permanência/fidelidade partidária da região geográfica oeste paranaense

Região geográfica oeste paranaense	Eleições: 1947-1963	Eleições: 1996-2016
Foz do Iguaçu	59,26%	32,37%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados constantes do site do TSE.

Considerações finais

No Brasil, o desenvolvimento da modernidade é recente, se comparado com os países europeus. O estado e os partidos modernos começaram a se desenvolver tarde.

Saiu-se do obscurantismo com a vinda da família real e a independência, iniciando a construção do estado, mas foi introduzida, na modernidade, após a proclamação da República, a separação definitiva entre estado e religião. A confiança na razão e na ciência começou a se fortalecer, a democracia e a organização dos

partidos iniciaram-se tardivamente, após o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda da ditadura de Vargas.

Neste período, os partidos começaram a se fortalecer. O mundo começava a sentir a crise da modernidade, e no Brasil esta crise demorou a se fazer sentir. Os partidos, no período de 1947 a 1963, estavam se estruturando nos municípios, fato que ficou evidente com esta dissertação.

Foram desenvolvidos alguns índices para poder ter parâmetros de comparação entre os dois períodos estudados, de forma que se pudesse auferir se o desenvolvimento de algumas das características marcantes da modernidade líquida teve ou não reflexo na relação entre partido e filiado. Por este motivo, em um primeiro momento, definiu-se o índice de retorno, o percentual de candidatos que retornavam após participar de uma eleição. Com este índice pode-se auferir se a participação do filiados na política por meio dos partidos e o percentual dos filiados que continuaram a participar, após uma primeira experiência. Também foi desenvolvido o índice de permanência ou coesão partidária, medindo-se o percentual dos candidatos que retornavam a participar de uma eleição e quantos permaneciam no mesmo partido. Este índice é importante para verificar se o partido é ou não um polo de referência para o filiado, para a atuação na política. Outro índice criado salientou a fragmentação das Câmaras Municipais, um índice destinado a medir o comportamento das agremiações partidárias, tal balizamento foi utilizado tanto no período de 1947 a 1963 como no período de 1996 a 2016.

A primeira descoberta interessante foi descrita pelo Gráfico 20, o qual demonstra que as coligações, no período de 1947 a 1963, foram perdendo importância. À medida que as coligações passaram a eleger menos vereadores a cada eleição, os partidos demonstraram menos dependência das coligações, eles foram se estruturando ao longo do tempo, situação muito diferente da verificada no período de 1996 a 2016. Evidenciou-se um crescimento da organização dos partidos nos municípios, por meio da fragmentação constatada no Gráfico 57, pode-se verificar uma estabilidade partidária e uma estrutura partidária que começava a amadurecer.

No segundo período a média de fragmentação, conforme Gráfico 75, foi bem diferente do primeiro. A interrupção da democracia e seu longo período de transição afetou muito os partidos políticos. O interesse das pessoas em participar da política municipal, medido pelo índice de retorno dos candidatos, permaneceu com uma diferença menor do que cinco pontos percentuais entre os dois períodos, conforme gráfico 57, evidenciando-se semelhança entre os períodos.

A fragmentação e o índice de permanência já demonstram uma variação, uma diferença marcante entre o período de 1947 a 1963 e de 1996 a 2016. As Tabelas 4 e 5, assim como o Gráfico 57, vão deixar evidente que nos municípios estudados a fragmentação das Câmaras Municipais foi bem diferente, assim como o índice de permanência, conforme Gráfico 65, que têm quase 20 pontos percentuais de diferença.

O que mudou entre os dois períodos, no primeiro capítulo apresentado, pode ser descrito como reflexo das características presentes na modernidade líquida. Estas estavam presentes de forma mais intensa no período de 1996 a 2016, e eram a valorização excessiva do indivíduo, o desenvolvimento da tecnologia que ampliou a velocidade com que as informações circulam e o alcance das mesmas informações e a relativização do espaço no âmbito da Justiça Eleitoral.

No primeiro período, os meios de comunicação que disseminavam as informações eram principalmente o jornal impresso e o rádio, e a televisão era incipiente nesse momento. Os partidos representavam um dos principais canais de comunicação com a Administração Pública Municipal. No segundo período, a internet e o desenvolvimento tecnológico aprofundaram a circulação das informações. Outras formas de participação e fazer política também se fizeram presentes de forma mais acentuada na sociedade. Em um período em que os partidos tiveram atuação restrita pela ditadura, assumiram um papel fundamental na sociedade, por meio de sindicatos, associação de moradores, organizações não governamentais, grupos religiosos, organizações estudantis e outras entidades que participavam de forma mais ativa.

Referências

- BAUMAN, Z. (1999). *Globalização as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2000). *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOBBIO, N. (1992). *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra.
- BRAGA, M. S. S. (2012). Democracia e organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 20, n. 14, p. 83-95.
- BRASIL. (1995). Lei nº 9.096/1995, de 19 de setembro de 1995. Disponível em: <https://bit.ly/3hQFH4G>. Acesso em: 27 maio 2019.
- BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://bit.ly/2EDpxh1>. Acesso em: 2 nov. 2018.
- CARVALHO, A. N. C. (2012). *A democracia brasileira: uma democracia pelos partidos?* Análise da evolução da figura do Partido Político na democracia praticada no Brasil, sob a égide da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://bit.ly/2YQkVLh>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- CASTELLS, M. (2017). *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CERVI, E. U.; CODATO, A. N. (2006). Institucionalização partidária: uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná. Capítulo 10. In: CODATO, A. N.; SANTOS, F. J. *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba: TRE-PR, p. 245-274.
- DAHL, R. (2015). *Poliarquia*. São Paulo: Edusp.
- FRANCO, A. A. M. (1980). *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega.
- LEAL, R. G.; CASTRO, M. F. (2013). Fundamentos redefinitórios do direito fundamental de participação social na política brasileira. *Opinião Jurídica*, Fortaleza, vol. 11, n. 15, p. 311-338.
- LEITÃO, C. S. (1989). *A crise dos partidos políticos brasileiros*. Fortaleza: Tiprogresso.
- LIJPHART, A. (2003). *Modelos de democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MAIR, P. (2017). Gobernando el vacío la banalización de la democracia occidental. Madrid: Alianza.
- MORAES, A. (2016). *Direito constitucional*. São Paulo: Atlas.
- PATEMAN, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. São Paulo: Paz e Terra.
- RIBEIRO, P. F. (2013) Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 10, p. 225-65.
- RUNCIMAN, D. (2018). *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia.
- SALES, A. M. C. (2016). *Do regime jurídico partidário na democracia brasileira*. Disponível em: <https://bit.ly/3jjZtQd>. Acesso em: 28 jun. 2019.

- SCHIER, A. C. R. (2002). *A participação popular na administração pública: o direito de reclamação*. São Paulo: Renovar.
- SCHMITT, R. (2000). *Os partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SOUSA, M. C. C. C. (1976). *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega.

Considerações finais (1945-1982)... considerações iniciais (1988...)

Daniel Galuch Junior e Márcia da Silva

Para além da leitura dos resultados eleitorais do voto, a análise territorial dos resultados das eleições, sob qualquer variável, é essencial para identificarmos de que forma os diferentes territórios se expressam através do voto e, dessa forma, compõem a perspectiva de uma geografia do voto.

O primeiro estudo tornado fundamento epistemológico e acadêmico da “geografia do voto”, integrante da “Geografia Eleitoral”, foi realizado em 1913 e publicado na França por André Siegfried. Nele, o autor sugeriu que haveria uma relação causal entre o tipo do solo e a orientação do voto naquele país. A obra *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la IIIe République* foi republilcada em 1995 e reavivou o legado de André Siegfried, sem contar a influência em gerações de geógrafos e sociólogos políticos na França e nos países de língua francesa.

Nos países de língua inglesa, por sua vez, apesar de discussões nas décadas de 1940 e 1950, em especial no âmbito dos estudos de comportamento eleitoral, esta literatura se desenvolveu somente a partir dos anos de 1960, com os estudos de Kevin Cox, pelos quais o autor demonstra que há influência nos resultados eleitorais a partir dos locais onde as pessoas vivem (utilizando o fator distância) e com quem elas convivem (Cox, 1969).

Sobre os autores

Daniel Galuch Junior é analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR). É graduado em Direito e Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Possui pós-graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: degejota@gmail.com

Márcia da Silva é professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É graduada e pós-graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e tem pós-doutorado em Geografia pela Universidade de Lisboa. E-mail: marcia.silvams@gmail.com

Os estudos sobre geografia do voto buscam verificar, então, padrões na distribuição dos votos em uma eleição, de modo a descobrir se existe alguma associação entre a votação que determinado candidato, partido ou coligação recebeu e atributos ou variáveis territoriais, como grau de urbanização, nível de desigualdade social, distribuição de renda, grau de escolaridade e outros vinculados à população daquele local. Presume-se que, com isso, seja possível perceber quais são as bases sociais e econômicas que dão sustentação a vitórias eleitorais de candidatos e de seus respectivos partidos.

A partir desses pesquisadores e de seus estudos, vários outros, mundo afora, ocuparam-se da temática. No Brasil, a geografia do voto originou-se das inquietações sobre o sistema eleitoral e da pertinência da representação proporcional e da representação majoritária, do comportamento político e das identidades do voto, dentre outros. Aqui, além disso, especificidades foram postas, tendo como argumentos a clara tradução no espaço geográfico, como as relações clientelistas entre candidatos e suas bases eleitorais-territoriais, que induziriam a ações voltadas para políticas de cunho localista, de forma a conquistar os eleitores territorialmente estabelecidos (Ames, 2003; Augusto e Silva, 2014; Carvalho, 2003; Castro, 2005; Lamounier, 1974 e 1977; Ribeiro e Souza, 2003; Saugo, 2007; Soares, 1973; Terron e Soares, 2010).

É neste sentido que, entre as diversas facetas do voto, e muito mais do voto em sua espacialização, tem papel fundamental a Geografia e, em particular, a geografia eleitoral e do voto, posto o ato de votar produzir espaço geográfico. Este fato torna o Atlas Eleitoral do Paraná uma oportunidade de análise de dados eleitorais a partir de sua vinculação a elementos como os citados por Augusto e Silva (2014), quando observam o comportamento eleitoral, mas, mais que isso, *sobre a relação voto e produção do território*. Exemplo está na relação entre tempo e espaço observada nas frentes pioneiras de ocupação do estado do Paraná, propostas por Machado (1951) e Balhana *et al.* (1969).

Nesta edição encontram-se exemplos do que a geografia eleitoral ensina, como a produção de territórios, o voto que se tornou fotografia oficial, as condicionantes no processo de emancipação do território, da produção cafeeira, da urbanização. Para o candidato e para os partidos, é essencial verificar o voto conquistado em cada município e em cada região para entender o comportamento do

eleitor, avaliar a estratégia da campanha e se os votos estimados foram conquistados.

A obra demonstra a leitura do voto especializado que indicou a vitória de Moysés Lupion, em 1947 e 1955, e de Bento Munhoz da Rocha Neto, em 1950, em todas as regiões do estado, ou seja, representativo de homogeneidade e integração. Já as vitórias de Ney Braga, em 1960, e a de Paulo Pimentel, em 1965, demonstram uma maior competição devido à divisão de votos no Norte Cafeeiro, do Oeste/Sudoeste e do Paraná Tradicional. A vitória de José Richa manifesta um Paraná mais urbano, residente nas médias e grandes cidades, optante pela democracia representativa e participativa, aglutinando forças para movimentos como o “Diretas Já” e o fim dos regimes militares.

Independentemente de vínculo, posições ideológicas ou afinidades pessoais, apresentamos aos leitores e eleitoras um pouco da trajetória política de Moysés Lupion, Bento Munhoz da Rocha Neto, Ângelo Ferrario Lopes, Carlos Amoreti Osório, Oton Mader, Mário Batista de Barros, Luiz Carlos Pereira Tourinho, Ney Braga, Nelson Maculan, Plínio Costa, Paulo Pimentel, José Richa, Saul Raiz, Edson Sá, Edésio Passos e Hamilton Vilela Magalhães. Esses cidadãos tornaram-se candidatos, disputaram votos, foram criticados e/ou elogiados pela opinião pública, alguns comemoraram as vitórias, a maioria aceitou as derrotas, mas o mais importante do processo é que todos respeitaram o resultado das urnas e o princípio da soberania popular. O personagem principal de todas as eleições, então, é o eleitor e a eleitora, apesar de esta coleção de artigos ter destacado os candidatos a governador do estado do Paraná.

Todos os candidatos, eleitos ou derrotados, contribuíram para a reinvenção do Paraná, com propostas de povoamento do território, integração regional e da capital com o interior por meio de rodovias, energia elétrica, escolas, condições para o cultivo no campo e, por fim, para a industrialização. A integração regional ainda não se deu por completo, mas sem dúvidas os governadores do Paraná contribuíram para a sua ocorrência, de acordo com o momento histórico (econômico, político e social) em que conduziram o executivo do estado.

Mesmo sem serem citados, destacamos o papel de ex-presidentes da Assembleia Legislativa do Paraná que assumiram o governo em momentos de vacância do cargo, bem como os ex-governadores

escolhidos pelo regime militar, a citar Haroldo Leon Peres, Parigot de Souza, Emílio Hoffman Gomes e Jayme Canet Júnior que também contribuíram para que o Paraná seja o estado que hoje temos.

Nesse meio tempo, no entanto, é certo que nesta coleção de artigos que o Paraná recebido pelo governador eleito José Richa em 1982 é completamente diferente do mesmo estado entregue por Manuel Ribas ao Desembargador Clotário Portugal em 1945.

Referências

- AMES, B. (2003). *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- AUGUSTO, D. C.; SILVA, M. da. (2014). *Geografia eleitoral: considerações sobre a relação entre política partidária e eleitores*. *Revista GeoUECE*, vol. 3, n. 4, p. 177-193. Disponível em: [\[http://seer.uece.br/geocece\]](http://seer.uece.br/geocece). Acesso em: 9 out. 2020.
- BALHANA, A. P. et al. (1969). *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar.
- CARVALHO, N. R. (2003). *Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- CASTRO, I. E. (2005). *Geografia e Política Território, escalas de ações e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- COX, K. (1969). The spatial structuring of information flow and partisan attitudes. In: DOGAN, M. et al. (orgs.). *Quantitative ecological analysis in social science*. Cambridge: MIT Press. p. 343-370.
- LAMOUNIER, B. (1974). *Ideology and authoritarian regimes: theoretical perspectives and a study of the Brazilian case*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade da Califórnia, Los Angeles. 264 p.
- _____. (1977). *Organização da produção, emprego e comportamento político: o caso de Salvador*. São Paulo: Cebrap.
- RIBEIRO, P. S. dos S.; SOUZA, C. A. da S. (2008). Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, vol. 14, n. 2, p. 269-301. Disponível em: [\[http://www.scielo.br/pdf/op/v14n2/01.pdf\]](http://www.scielo.br/pdf/op/v14n2/01.pdf). Acesso em: 9 out. 2020.
- SAUGO, J. F. (2007). *Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul: 1994-2006*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SOARES, G. A. D. (1973). *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel.
- TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. (2010). As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. *Opinião Pública*, vol. 16, n. 2, p. 310-337. Disponível em: [\[https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000200002\]](https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000200002). Acesso em: 9 out. 2020.

Paraná Eleitoral

revista brasileira de direito eleitoral e ciência política

ISSN 1414-7866 versão impressa

ISSN 2448-3605 (versão on-line)

Apresentação

Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política é editada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná e com seu Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. A periodicidade da publicação é quadrimestral em suas versões online e impressa. Ela aparece nos meses de abril, agosto e dezembro.

Objetivo e política editorial

Eleições, partidos políticos, campanhas eleitorais, elites políticas, em resumo, “comportamento político”, constitui um espaço singular na discussão sobre os processos políticos nos regimes democráticos contemporâneos. A Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política é uma publicação destinada a debater prioritariamente esses temas através da Ciência Política e do Direito Político.

Para tanto, a revista Paraná Eleitoral recebe, via e-mail, textos em Português ou Espanhol que tenham como objeto a estrutura e organização de partidos políticos, ideologias políticas e partidárias, campanhas eleitorais, competição política, votações e regras eleitorais, recrutamento e formação de elites políticas e parlamentares, organização do sistema político nacional e regional. O periódico aceita tanto contribuições sobre processos de longa duração quanto estudos de casos. São bem-vindos artigos que utilizem ferramentas de análise diversificadas (séries históricas, modelos estatísticos, interpretações sociológicas) ou a interação entre elas.

Normas para envio de artigos

Os artigos devem ser enviados à revista Paraná Eleitoral em formato .doc, .docx ou compatível com o editor de textos

Word for Windows, aos cuidados dos editores, para o seguinte endereço (assunto do *e-mail*: artigo submetido à Revista *Paraná Eleitoral*): paranael@tre-pr.gov.br

Os artigos devem ser inéditos, salvo dispensa dos editores quando se tratar de matéria relevante e de interesse da comunidade político-eleitoral. Em formulário específico enviado ao autor após o aceite do texto, esse deverá declarar o ineditismo do trabalho e autorizar sua publicação, cedendo os direitos autorais para a *Paraná Eleitoral*.

A fim de garantir o anonimato, deve-se submeter o artigo com uma página de rosto contendo as seguintes informações: autoria, filiação institucional, qualificação acadêmica, três últimas publicações relevantes na área, endereço de contato, telefone e endereço eletrônico.

Os manuscritos devem ser enviados em fonte *Times New Roman* tamanho 12, em espaçamento duplo. As margens esquerda, superior e inferior devem ter três centímetros e a direita dois centímetros.

O texto deve apresentar título simples e direto. Quanto ao tamanho dos artigos, sugere-se não ultrapassar 9 000 palavras (ou até 30 laudas), incluídas notas de rodapé e referências bibliográficas.

Os artigos deverão ser obrigatoriamente acompanhados: (i) de um resumo de no máximo 250 palavras em português e inglês sintetizando o tema discutido, as hipóteses de trabalho, métodos e ferramentas utilizadas nas análises dos dados e as principais conclusões; as conclusões ou achados do estudo devem obrigatoriamente constar no resumo; e (ii) de uma relação de cinco palavras-chave, para efeito de indexação bibliográfica. O resumo deverá ser redigido em parágrafo único.

A responsabilidade pela revisão ortográfica e gramatical é do autor do manuscrito. Referências à paginação devem apresentar sua forma mais resumida (exemplo: 74-9; 3-5; 131). O mesmo deve se proceder quanto a datas, utilizando o formato dd/mm/aaaa.

Tabelas, quadros e gráficos, imagens e figuras devem constar no corpo do texto exatamente no local onde elas devem aparecer publicadas. Devem estar numeradas e com titulação clara e resumida. As referências e fontes das tabelas, figuras e imagens devem constar imediatamente abaixo das mesmas. É imprescindível indicar as fontes dos dados utilizados na confecção de tabelas, quadros e imagens.

Todo destaque que se queira fazer no texto deve ser feito em *ítálico*. As palavras estrangeiras que não possuem equivalente em português ou espanhol devem também estar em *ítálico*. Jamais deve ser usado o negrito ou o sublinhado.

Citações de outros autores contendo até três linhas devem ser feitas entre aspas, no corpo do texto. As citações que superam três linhas deverão estar em parágrafo próprio, com recuo dobrado, fonte um ponto menor que a do texto principal.

As citações em línguas que não a do texto no qual o artigo foi redigido devem ser obrigatoriamente traduzidas.

As notas de rodapé deverão ser de natureza substantiva, limitadas ao mínimo indispensável e indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente. Para as notas de rodapé utiliza-se letra *Time New Roman*, tamanho 10, com espaçamento simples.

Todas as fontes utilizadas na pesquisa e citadas no texto deverão constar no final do artigo com o título “Referências”.

As referências deverão ser feitas em formato “autor:data” no corpo do artigo.

Referências bibliográficas ao longo do texto devem responder ao seguinte formato: (Santos, 1998, 71-2); para mais de um autor utilizar (Santos e Pereira, 2007); quando a referência trouxer mais de dois autores utilizar *et al.* após o primeiro autor, sempre em itálico (Santos *et al.*, 2003). Para textos do mesmo autor, porém de anos diferentes, utilizar ordem alfabética para diferenciar as obras citadas, como no exemplo: (Santos, 2001a; Santos, 2001b).

O item “Referências” deverá conter os seguintes formatos para diferentes tipos de publicação:

Livros:

SOBRENOME, Nome (abreviado). (ano). *Título em itálico*. Cidade: Editora.

Artigos de periódicos:

SOBRENOME, Nome (abreviado). (ano). Título do artigo. *Nome do Periódico em itálico*, vol., n., paginação (x-y).

Capítulos de livros:

SOBRENOME, Nome (abreviado). (ano). Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (abreviado). *Título do livro em itálico*. Cidade: Editora.

Internet (documentos eletrônicos):

SOBRENOME, Nome (abreviado). (ano). *título em itálico*. Disponível em: [endereço de acesso]. [data de acesso].

Trabalhos não publicados:

SOBRENOME, Nome (abreviado). (ano). Título do trabalho. Filiação institucional do autor. Digit.

Documentos:

Título do documento. (ano). Fonte. Local de Publicação: Órgão responsável pela publicação. Data de consulta ou acesso.

A seleção dos artigos

Ao enviar manuscrito para a revista **Paraná Eleitoral** o(s) autor(es) transfere(m) para o periódico o direito de publicá-lo em qualquer tempo. Excedendo o número de artigos programados para publicação no ano (aproximadamente 18 artigos), será utilizado também como critério para seleção: *(i)* a ordem cronológica de recebimento do manuscrito por **Paraná Eleitoral**; *(ii)* a atualidade do assunto discutido ou da base de dados utilizada no estudo; e *(iii)* a relevância política ou social da matéria. Em caso de “chamadas de artigos” para edição temática, o texto fora do tema não será submetido ao parecerista de imediato.

Os autores serão informados sobre o aceite ou recusa da publicação através de parecer anônimo, não sendo admitidos recursos da recusa do artigo.

A seleção para publicação dos artigos é de competência dos Editores da revista **Paraná Eleitoral**, que os encaminhará aos pareceristas para avaliação, resguardando o sigilo do nome do(s) autor(es).

A revista **Paraná Eleitoral** não devolverá os originais das colaborações enviadas.

Após o envio do artigo e a confirmação de seu recebimento pelos editores da revista **Paraná Eleitoral**, o prazo para a avaliação do manuscrito é de até seis meses.

O(s) autor(es) de trabalho publicado na revista **Paraná Eleitoral** receberá(ão) três exemplares do respectivo número em seu endereço de contato informado.

Não serão devidos direitos autorais ou qualquer remuneração pela publicação dos trabalhos na revista **Paraná Eleitoral**, em qualquer tipo de mídia impressa (papel) ou eletrônica (Internet, CD-Rom, *e-book*, etc.).

Os casos omissos serão resolvidos pelo **Conselho Editorial** da revista.